ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

Em conformidade com o que dispõe na lei 14.133/2021, AUTUO este processo administrativo que dará origem a contratação de acordo objeto abaixo descrito.

INTERESSADOS: Secretaria Municipal de Administração.

OBJETO: Contratação de empresa de engenharia para pavimentação em (AAUQ) de vias urbanas no município de Campestre do Maranhão – MA. Conforme projeto básico e contrato de repasse nº 951049/2023/MCIDADES/CAIXA.

RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

PRAZO: 12 (doze) meses

DA LICITAÇÃO

- Processo Administrativo nº. 046/2024

Campestre do Maranhão – MA, 04 de novembro de 2024.

JÁSIEL DE OLIVEIRA LIMA
Secretário municipal de Planejamento

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

Ao Senhor.
JASIEL DE OLIVEIRA LIMA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

Órgão: Prefeitura Municipal de Campestre do Maranhão/MA		
Setor requisitante: Secretaria Municipal de Administração		
Responsável pela Demanda: Claudeonor do Vale Santos		**Portaria:**006/2021
E-mail:	Claudeonor.vale@gmail.com	**Telefone:** (99)985030373

1. Objeto: Contratação de empresa de engenharia para pavimentação em (AAUQ) de vias urbanas no município de Campestre do Maranhão – MA

O presente Documento de Formalização de Despesa visa solicitar autorização para que seja instaurado processo administrativo visando a contratação de empresa de engenharia para pavimentação em (AAUQ) de vias urbanas no município de Campestre do Maranhão – MA. Conforme projeto básico e contrato de repasse nº 951049/2023/MCIDADES/CAIXA.

A necessidade de contratação de empresa de engenharia para pavimentação em (AAUQ) de vias urbanas no município de Campestre do Maranhão – MA. é fundamentada em diversos aspectos cruciais para o desenvolvimento e bem-estar da comunidade local.

Primeiramente, a pavimentação de vias urbanas é um dos principais fatores que contribuem para a valorização de imóveis na região. Melhora o acesso, a segurança e a qualidade de vida, o que torna o bairro mais atrativo para investidores e para a população em geral. Essa tecnologia oferece resistência adequada ao tráfego local, garantindo maior segurança e conforto tanto para motoristas quanto para pedestres.

Outro ponto relevante é o impacto positivo na qualidade de vida dos residentes. A pavimentação contribui para uma cidade mais limpa, organizada e agradável,

proporcionando melhores condições de vida para os moradores de Campestre do Maranhão.

Portanto, empresas especializadas garantem um padrão de qualidade na pavimentação, com o uso de materiais e técnicas adequadas para garantir a durabilidade e a resistência do pavimento. A pavimentação realizada por profissionais capacitados pode resultar em vias mais resistentes, reduzindo os custos com manutenções constantes.

A presente aquisição está prevista no Plano de Contratações Anual referente ao exercício de 2024.

O presente documento formaliza necessidade fundamentada em Estudo Técnico Preliminar acostado aos autos do presente procedimento nos termos do inciso I, artigo 18 da Lei 14.133/20

Assim sendo, vem-se através deste expediente solicitar vossa autorização e determinação que seja dada início à contratação pública responsável para o fornecimento acima descritos, conforme especificação no termo de referência e Estudo Técnico Preliminar em anexo

4. Observações gerais

4.1. Prazo de Execução:12 meses

4.2. Local e Execução: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

4.3. Unidade e servidor responsável para esclarecimentos: setor de compras, servidor municipal o Sr. Fabio Rocha da Silva

4.4. Prazo para pagamento:30 dias

Campestre do Maranhão - MA, 05 de novembro de 2024

CLAUDEONOR DO VALE SANTOS
Secretário Municipal de Administração
Matrícula nº006/2021

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

Unidade Requisitante
Secretária Municipal de Administração e Planejamento

Alinhamento com o Planejamento Anual
A necessidade objeto do presente estudo não possui previsão no plano de contratações anual da Organização.

Equipe de Planejamento
CLAUDEONOR DO VALE SANTOS

Problema Resumido
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA PAVIMENTAÇÃO EM (AAUQ) DE VIAS URBANAS NO MUNICÍPIO DE CAMPESTRE DO MARANHÃO – MA.

Em atendimento ao inciso I do art. 18 da Lei 14.133/2021, o presente instrumento caracteriza a primeira etapa do planejamento do processo de contratação e busca atender o interesse público envolvido e buscar a melhor solução para atendimento da necessidade aqui descrita.

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A deterioração da malha viária na área urbana da Prefeitura Municipal de Campestre do Maranhão apresenta um problema significativo que compromete a segurança, a mobilidade e a qualidade de vida dos cidadãos. O estado atual das vias se caracteriza por buracos, desníveis e falta de sinalização adequada, o que resulta em riscos elevados de acidentes de trânsito, tanto para veículos quanto para pedestres. Essa situação impacta diretamente na circulação diária da população, dificultando o acesso a serviços essenciais, como saúde, educação e trabalho.

A necessidade de intervenção na malha viária é fundamentada na constatação de que a qualidade das vias urbanas influenciam no tráfego seguro e eficiente dos meios de transporte, além de contribuir para a infraestrutura necessária ao desenvolvimento econômico local. A manutenção e a recuperação das estradas são indispensáveis para garantir a acessibilidade e promover a inclusão social, uma vez que vários segmentos da população dependem da boa condição das vias para se deslocar com segurança e agilidade.

Ademais, é importante ressaltar que a melhoria da malha viária tem reflexos diretos sobre a saúde pública, uma vez que vias bem conservadas podem reduzir a frequência de acidentes, minimizando as

consequências físicas e econômicas para indivíduos e famílias. Também pode haver uma diminuição na poluição gerada por veículos que enfrentam dificuldades nas vias em mau estado, resultando em benefícios ambientais.

Em síntese, a intervenção na malha viária da Prefeitura Municipal de Campestre do Maranhão emerge como uma necessidade urgente e prioritária, tendo em vista a proteção da vida e da integridade física dos cidadãos, o fomento à mobilidade urbana eficiente e a promoção do interesse público, que deve sempre ser o foco principal das ações governamentais.

REQUISITOS DA FUTURA CONTRATAÇÃO

A deterioração da malha viária na área urbana de Cidade de Campestre do Maranhão representa um desafio significativo à segurança e à mobilidade da população local. Para solucionar esse problema, é necessário contratar uma empresa qualificada para realizar os serviços de recuperação e manutenção das vias urbanas. Os requisitos a seguir foram elaborados para garantir que a contratação atenda plenamente às necessidades identificadas, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa.

Requisitos da solução contratada:

1. Execução das obras de recuperação da malha viária com aplicação de material asfáltico de qualidade compatível com normas técnicas vigentes, como ABNT NBR 7220.
2. Garantia de durabilidade mínima da pavimentação executada de 5 anos, com acompanhamento técnico em todo o processo de execução.
3. Realização de levantamento topográfico detalhado da área a ser recuperada, para identificação precisa das intervenções necessárias.
4. Implementação de sistema de drenagem eficiente para evitar infiltrações e danos futuros à pavimentação, com base nas melhores práticas de engenharia civil.
5. Atendimento aos padrões de segurança viária, incluindo sinalização horizontal e vertical adequada durante e após a execução dos serviços.
6. Responsabilidade pelo gerenciamento de resíduos gerados, seguindo as diretrizes de gestão sustentável e descarte correto estabelecidas pela legislação ambiental.
7. Fornecimento de garantia mínima de 12 meses a partir da conclusão dos serviços, para cobertura de eventuais falhas ou problemas na recuperação realizada.
8. Apresentação de cronograma físico-financeiro detalhado, assegurando prazos claros para a execução de cada fase do serviço, com penalidades estabelecidas por descumprimento.
9. Disponibilidade de equipe técnica qualificada com experiência comprovada na execução de obras similares, cujos membros devem ser identificados no momento da proposta.
10. Elaboração de relatórios periódicos de acompanhamento da obra, sendo entregues ao órgão contratante com periodicidade mínima mensal.

Esses requisitos foram formulados para garantir a eficiência, qualidade e eficácia da recuperação da malha viária na área urbana da Prefeitura Municipal de Campestre do Maranhão, proporcionando segurança e mobilidade adequadas aos cidadãos.

SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO

Soluções Disponíveis para Recapeamento Asfáltico

1. Asfalto convencional (tipo CBUQ - Concreto Betuminoso Usinado a Quente)

Vantagens:
- Alta durabilidade e resistência ao tráfego intenso.
- Boa performance em climas diversos.
- Capacidade de suportar altas temperaturas sem deformações significativas.
- Processo de aplicação já amplamente conhecido pelos profissionais da área.

Desvantagens:
- Custo elevado em comparação com outras soluções, principalmente devido ao preço do asfalto.
- Tempo de implementação maior devido à necessidade de aquecimento do material e o tempo de cura.
- Necessidade de uma estrutura adequada para sua aplicabilidade, como equipamentos pesados.
- Exige manutenção periódica para garantir a durabilidade.

2. Recapeamento com asfalto frio

Vantagens:
- Custo inferior em relação ao asfalto quente, sendo mais acessível.
- Menor tempo de implementação, já que não requer aquecimento.
- Flexibilidade na aplicação, podendo ser realizado de forma emergencial ou em áreas de difícil acesso.

Desvantagens:
- Menor durabilidade e resistência ao tráfego intenso.
- A qualidade do recapeamento pode variar conforme as condições climáticas e a experiência do aplicador.
- Pode exigir manutenções mais frequentes, aumentando os custos a longo prazo.

3. Brita graduada treated (BGT)

Vantagens:

- Método mais sustentável, utilizando agregados reciclados.
- Redução do custo quando comparado ao asfalto convencional.
- Melhor drenagem, minimizando problemas de infiltração em caso de chuvas intensas.
- Menor temperatura de aplicação, o que pode facilitar o trabalho em dias quentes.

Desvantagens:
- Durabilidade inferior ao asfalto convencional.
- Pode apresentar performance deficiente sob cargas excessivas.
- Necessita de avaliação técnica detalhada para garantir adequação ao tipo de tráfego da via.
- Requer atenção especial nas etapas de compactação e acabamento para evitar falhas futuras.

4. Microrevestimentos

Vantagens:

- Solução rápida e econômica para melhorar a aderência e reparar superfícies desgastadas.
- Reduz o custo total por extensão, especialmente em grandes áreas.
- Boa resistência a efeitos climáticos, como UV e umidade.
- Menor prazo de implementação e interrupções no tráfego.

Desvantagens:

- Não é indicado para vias com fissuras estruturais profundas.
- Durabilidade limitada, necessitando de reaplicações mais frequentes.
- Eficiência reduzida sob tráfego pesado e contínuo.

5. Pavimentação intertravada (bloquetes)

Vantagens:

- Grande flexibilidade em design e capacidade de adaptação às características do solo.
- Reutilização do material durante reparos, facilitando a manutenção.
- Boa drenagem, contribuindo para a longevidade da pavimentação.
- Menor custo de aplicação comparado ao asfalto convencional em áreas extensas.

Desvantagens:

- Maior tempo para instalação inicial, exigindo mão de obra qualificada.
- Pode baixar-se em áreas de intenso tráfego se não for bem mantida.
- Custo de reposição potencialmente alto após desgaste das peças.

Análise Comparativa

- Asfalto convencional oferece a melhor durabilidade e resistência, porém tem um custo elevado e tempo de implementação prolongado, ideal para avenidas principais com grande fluxo.
- O asfalto frio é uma opção viável para intervenções rápidas e de menor custo, mas apresenta limitações em termos de durabilidade.
- A BGT é sustentável e econômica, mas é importante considerar o uso em locais com carga leve.
- Microrevestimentos são excelentes para manutenção rápida, mas não substituem soluções que resolvam problemas estruturais.
- Pavimentação intertravada fornece flexibilidade e facilidade de manutenção, mas a necessidade de mão de obra especializada pode aumentar o tempo de implementação.

Cada solução deve ser considerada em função das características específicas das vias a serem recapeadas, orçamento disponível e as prioridades da Prefeitura Municipal de Campestre do Maranhão.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA COMO UM TODO

A escolha do recapeamento asfáltico como solução para a pavimentação das vias urbanas no município de Campestre do Maranhão é justificada por uma série de aspectos técnicos que demonstram sua eficácia e viabilidade. Em primeiro lugar, o recapeamento asfáltico apresenta excelente desempenho em termos de resistência ao tráfego, suportando altas cargas e oferecendo durabilidade superior em comparação com outros métodos de pavimentação. O asfalto aplicado em projetos de recapeamento é formulado para oferecer aderência adequada, minimizando riscos de acidentes e proporcionando maior segurança aos usuários das vias.

Além disso, o recapeamento asfáltico é compatível com diferentes tipos de subleitos e já se adapta facilmente a situações de irregularidade nas vias existentes. Isso permite uma implementação menos complexa e mais rápida do que métodos alternativos que exigiriam obras substanciais de infraestrutura. O uso de técnicas modernas na aplicação do asfalto, como a recuperação do material existente quando possível, contribui para uma execução mais eficiente e com menor impacto ambiental.

Os benefícios operacionais do recapeamento também são significativos. Em termos de manutenção, a solução asfáltica é conhecida por proporcionar um ciclo de vida prolongado, onde intervenções preservativas podem ser realizadas sem a necessidade de uma nova pavimentação completa. A facilidade de manutenção é um fator crucial para garantir a continuidade do uso das vias, reduzindo períodos de fechamento e interrupções no tráfego. Adicionalmente, o suporte técnico que empresas especializadas oferecem pôs-contratação facilita a resolução rápida de eventuais problemas, garantindo a pronta resposta às demandas da população.

Quanto à análise econômica, o recapeamento asfáltico demonstra-se como uma opção vantajosa em termos de custo-benefício. Embora o investimento inicial para a execução do serviço seja relevante, a durabilidade e a resistência do asfalto garantem um retorno sobre o investimento significativo ao longo dos anos. A redução de custos com manutenções frequentes, assim como a diminuição de acidentes e danos a veículos, reflete-se em uma economia direta para os cofres públicos e para os cidadãos. Os benefícios diretos de um sistema viário bem conservado impactam positivamente na mobilidade urbana e na qualidade de vida, promovendo um ambiente urbano mais atraente e funcional.

Em resumo, a escolha do recapeamento asfáltico como solução para a pavimentação das vias urbanas em Campestre do Maranhão é suportada por fundamentos sólidos que englobam eficiência técnica, operacionalidade, e uma análise econômica favorável. Essa solução proporciona não apenas a melhoria da infraestrutura local, mas também garante a adequação ao interesse público, atendendo às necessidades atuais e futuras da população.

QUANTITATIVOS E VALORES

ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO

Valor Total	**R$ 0,**

0
0

PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Parcelamento formal, realização de uma única licitação, mas cada parcela da solução sendo adjudicada em lotes/itens distintos.

A justificativa para o parcelamento da contratação de empresa de engenharia para o recapeamento asfáltico das vias urbanas no município de Campestre do Maranhão é fundamentada em aspectos técnicos e operacionais que visam otimizar a execução do projeto. O parcelamento, por meio da realização de uma única licitação com adjudicação em lotes distintos, permite a escolha de empresas especializadas em diferentes tipos de pavimentação ou em seções específicas das vias, possibilitando assim competição entre fornecedores com expertise variada e garantindo a melhor relação custo-benefício. Essa abordagem também assegura que as empresas possam concorrer em um âmbito mais específico, aumentando a probabilidade de apresentação de propostas qualificadas e adequadas às necessidades do município.

Além disso, o parcelamento favorece a gestão e a supervisão do contrato, pois permite o acompanhamento de cada lote de forma isolada. Com isso, eventuais problemas na execução de um lote não afetam os demais, facilitando a identificação de falhas e a aplicação de medidas corretivas em tempo oportuno. Essa divisão possibilita um controle mais eficaz dos prazos e padrões de qualidade esperados, minimizando riscos de atrasos e desvios que poderiam impactar negativamente a entrega final do serviço.

Por fim, a adoção do parcelamento pode ter um impacto positivo na eficiência da contratação e no atendimento ao interesse público. Com essa estratégia, é possível promover a inclusão de múltiplos fornecedores, estimulando a competitividade e potencialmente reduzindo custos totais. A diversidade de opções garante que o município possa atender diferentes demandas de maneira mais flexível, permitindo ajustes conforme o andamento das obras e mantendo sempre o foco na qualidade do recapeamento asfáltico, fundamental para a infraestrutura urbana e para a melhoria da qualidade de vida dos moradores.

RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação da empresa de engenharia para o recapeamento asfáltico das vias urbanas no município de Campestre do Maranhão visa promover a economicidade, garantindo um bom custo-benefício para a administração pública e a população. A solução de recapeamento asfáltico é apropriada, pois prolonga a vida útil do pavimento existente e reduz significativamente os custos com manutenções frequentes que seriam necessários em um pavimento deteriorado. Ao evitar gastos excessivos em reparos emergenciais, a prefeitura poderá alocar recursos financeiros de forma mais eficiente em outras áreas prioritárias.

Além disso, o recapeamento asfáltico demanda uma abordagem planejada e racional no uso de recursos materiais. Essa técnica utiliza materiais recicláveis e promove a reutilização de estruturas existentes, resultando em menos desperdício e menores custos com novos insumos. A economia gerada pela escolha de materiais econômicos e sustentáveis garante que os recursos não sejam apenas poupados, mas também utilizados de maneira inteligente, reduzindo a carga financeira sobre os cofres públicos.

Outro ponto importante é o aproveitamento dos recursos humanos envolvidos na execução da obra. A contratação de uma empresa especializada possibilita a mobilização de mão de obra qualificada que opera com eficiência nos processos de aplicação do asfalto, minimizando erros e retrabalhos. Isso significa que a equipe local pode se concentrar em outros serviços essenciais, aumentando a produtividade geral do município. Assim, a capacidade de gestão e execução de obras públicas será otimizada, permitindo um melhor atendimento às necessidades da população.

Portanto, ao optar pelo recapeamento asfáltico como solução para a pavimentação urbana, a Prefeitura de Campestre do Maranhão espera obter uma significativa economicidade e um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, assegurando que cada investimento realizado traga retorno não apenas em termos financeiros, mas também em qualidade de vida para os cidadãos.

PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Para a contratação de uma empresa de engenharia para a execução do recapeamento asfáltico nas vias urbanas do município de Campestre do Maranhão, é essencial adotar uma série de providências operacionais e estruturais que assegurem a implementação eficaz da solução escolhida. Primeiramente, deve-se realizar um diagnóstico detalhado das condições atuais das vias urbanas, incluindo avaliação da qualidade do pavimento existente, identificação de pontos críticos e levantamento de necessidades específicas para o recapeamento. Isso garantirá que o projeto atenda às reais condições e requisitos do município.

Além disso, é recomendável que a Administração Municipal elabore um projeto básico completo e detalhado, contemplando, entre outros aspectos, a especificação técnica dos materiais a serem utilizados, padrões de qualidade exigidos e cronograma de obras. Uma análise geotécnica pode revelar informações valiosas sobre o solo e garantir que as soluções de pavimentação sejam adequadas, prevenindo problemas futuros como deformações ou desagregações do pavimento.

Outra providência necessária envolve a definição clara dos critérios de medição e pagamento no contrato, que devem ser orientados à aferição precisa da execução dos serviços. A elaboração de um termo de referência que inclua todos os elementos técnicos e administrativos do serviço contratado contribuirá para a transparência e controle durante toda a execução contratual.

É crucial também estabelecer um sistema de monitoramento e fiscalização da obra, possibilitando que servidores capacitados possam acompanhar a execução dos serviços em tempo real, garantindo a

conformidade com as especificações do contrato e prevenindo eventuais desvios. Caso identifique-se a necessidade de conhecimento técnico específico para essa supervisão, a capacitação de servidores pode ser justificada, especialmente se envolver técnicas modernas de pavimentação ou gestão de obras.

Finalmente, recomenda-se o desenvolvimento de um planejamento de comunicação entre as partes envolvidas, assegurando que todas as informações pertinentes às etapas do projeto sejam compartilhadas com transparência. Isso facilitará a resolução de problemas e a tomada de decisões rápidas, contribuindo para a eficiência dos recursos públicos utilizados na implementação do recapeamento. Com essas providências, a Administração Municipal estará bem equipada para garantir que a solução do recapeamento asfáltico atenda às expectativas da população e proporcione melhorias significativas na infraestrutura urbana.

CONTRATAÇÕES CORRELATAS

A análise da necessidade de contratações correlatas e interdependentes para a solução escolhida, que é a contratação de empresa de engenharia para recapeamento asfáltico em vias urbanas, demonstra que não há exigências de contratações adicionais que precisem ser realizadas antes dessa implementação. O recapeamento asfáltico, por sua natureza, pode ser executado de forma isolada sem depender de serviços preliminares ou complementares.

Embora seja comum que projetos de pavimentação considerem outros aspectos, como manutenção de infraestrutura pré-existente ou adequações de drenagem, no caso específico do recapeamento, estas necessidades já foram previamente atendidas ou são inerentes ao próprio processo de recapeamento. Assim, não se configura a necessidade de intervenções que exigiriam contratações independentes antes da execução do recapeamento.

Portanto, conclui-se que está garantida a autonomia da contratação para o recapeamento asfáltico das vias urbanas, sendo está a única ação necessária neste momento, sem a exigência de ações correlatas ou interdependências que demandem contratações anteriores. A eficiência e eficácia desse tipo de obra permitem seu andamento isolado, assegurando que a implementação se dê de maneira rápida e objetiva.

IMPACTOS AMBIENTAIS

A contratação de uma empresa de engenharia para o recapeamento asfáltico em vias urbanas no município de Campestre do Maranhão apresenta alguns impactos ambientais que devem ser identificados e mitigados para garantir a sustentabilidade da obra. Um dos principais impactos é a geração de poluição do ar, resultante das emissões de vapores orgânicos e partículas durante a aplicação do asfalto. Para mitigar esse impacto, é fundamental utilizar tecnologias que reduzam as

emissões, como máquinas e equipamentos bem calibrados e com manutenção adequada. A implementação de técnicas de controle de poeira, como a utilização de água para umedecer as superfícies, também é recomendada.

Outro impacto significativo é a geração de resíduos sólidos, tanto durante a remoção do pavimento antigo quanto na aplicação do novo asfalto. Para minimizar esse problema, é importante estabelecer um plano de gestão de resíduos que priorize a reutilização e reciclagem dos materiais. O material retirado pode ser reciclado e utilizado em outras obras de infraestrutura, evitando assim o descarte inadequado.

O consumo de energia durante o processo de produção e aplicação do asfalto pode ser elevado, tornando-se outro ponto de atenção ambiental. Para garantir eficiência energética, recomenda-se a adoção de processos que utilizem fontes renováveis ou alternativas, sempre que possível. A escolha de materiais com menor demanda de energia para sua produção deve ser considerada, além de ações que promovam o uso racional dos recursos, como a otimização das rotas de transporte dos materiais para reduzir o consumo de combustíveis fósseis.

Em relação à logística reversa, a implementação de um sistema de coleta e devolução dos resíduos de asfalto e outros materiais não utilizados é essencial. Esse sistema deve ser planejado para integrar as empresas contratadas e os órgãos públicos responsáveis, facilitando o retorno dos produtos e garantindo que sejam devidamente tratados e reciclados. Isso não apenas contribui para a redução dos impactos ambientais, mas também promove uma economia circular, onde os resíduos são reintegrados ao ciclo produtivo.

Por fim, é crucial realizar capacitações e treinamentos com a equipe envolvida na obra, visando sensibilizá-la sobre a importância de minimizar os impactos ambientais durante todas as etapas do projeto. A conscientização sobre a execução responsável das atividades ajudará a adotar práticas sustentáveis e a garantir que os diversos impactos da obra sejam geridos adequadamente.

CONCLUSÃO

As análises iniciais demonstraram que a contratação da solução aqui referida é viável e tecnicamente indispensável. Portanto, com base no que foi apresentado, podemos DECLARAR que a contratação em questão é PLENAMENTE VIÁVEL.

Campestre do Maranhão - MA, 07 de novembro de 2024

CLAUDEONOR DO VALE SANTOS
Secretário Municipal de Administração

MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

Art. 18, inciso X da Lei 14.133/2021

Unidade Requisitante
Secretária Municipal de Administração e Planejamento

Equipe de Planejamento
CLAUDEONOR DO VALE SANTOS

Objeto Detalhado
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA PAVIMENTAÇÃO EM (AAUQ) DE VIAS URBANAS NO MUNICÍPIO DE CAMPESTRE DO MARANHÃO – MA.

O presente gerenciamento de riscos permite ações contínuas de planejamento, organização e controle dos recursos relacionados aos riscos que possam comprometer o sucesso do planejamento da contratação, da seleção do fornecedor e da gestão contratual.

O Mapa de Gerenciamento de Riscos contém a identificação e a análise dos principais riscos, consistindo na compreensão da natureza e determinação do nível de risco, que corresponde à combinação do impacto e de suas probabilidades que possam comprometer a efetividade da contratação, bem como o alcance dos resultados pretendidos com a solução a ser contratada.

Para cada risco identificado, definiu-se: a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos e impacto caso o risco ocorra, possíveis ações preventivas e de contingência (respostas aos riscos), bem como o registro e o acompanhamento das ações de tratamento dos riscos.

Para estimar o nível dos riscos, utilizou-se a matriz abaixo recomendada no Referencial Básico de Gestão de Riscos do TCU.

ESCALA DE PROBABILIDADES

PROBABILIDADE	DESCRIÇÃO DA PROBABILIDADE, DESCONSIDERANDO OS CONTROLES	PESO
Muito Baixa	**Improvável.** Em situações excepcionais, o evento poderá até ocorrer, mas nada nas circunstâncias indica essa possibilidade.	1
Baixa	**Rara.** De forma inesperada ou casual, o evento poderá ocorrer, pois as circunstâncias pouco indicam essa possibilidade.	2
Média	**Possível.** De alguma forma, o evento poderá ocorrer, pois as circunstâncias indicam moderadamente essa possibilidade.	5
Alta	**Provável.** De forma até esperada, o evento poderá ocorrer, pois as circunstâncias indicam fortemente essa possibilidade	8
Muito Alta	**Praticamente certa.** De forma inequívoca, o evento ocorrerá, às circunstâncias Indicam claramente essa possibilidade	10

ESCALA DE CONSEQUÊNCIAS

SOLICITAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Ilmo. Senhora Contadora,

solicitamos de Vossa Senhoria providencias no que pertence à dotação orçamentária para a realização das seguintes despesas:

OBJETO: Contratação de empresa de engenharia para pavimentação em (AAUQ) de vias urbanas no município de Campestre do Maranhão – MA. Conforme projeto básico e contrato de repasse nº 951049/2023/MCIDADES/CAIXA.

ÓRGÃO REQUISITANTE: SEC. MUN DE ADMINISTRAÇÃO

Campestre do Maranhão, 13 de novembro de 2024

CLAUDEONOR DO VALE SANTOS
Secretário Municipal de Administração
Portaria nº 006/2021

MEMORIAL DESCRITIVO

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

PROCESSO N. º 951049/2023

Obra: Pavimentação de Vias Urbanas no município de Campestre do Maranhão - MA.

1. APRESENTAÇÃO

1.1 INTRODUÇÃO

Campestre do Maranhão é um município brasileiro do estado do Maranhão, Região Nordeste do país. Sua população estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) era de 12.301 habitantes em 2022 e uma extensão territorial de 613.529,00 km².

O projeto de Pavimentação de Vias Urbanas no município de Campestre do Maranhão, ora apresentado é resultado da análise técnica da atual via, foi minuciosamente quantificado todos os trechos a serem adequados.

O sistema viário é um dos primeiros elementos de infraestrutura de uma cidade. Sua implantação, juntamente com um sistema adequado de drenagem, favorece o escoamento das águas provenientes das chuvas, favorece também uma melhor condição de bem-estar à população, proporcionando o trânsito de veículos e pedestres com conforto e segurança.

Com base nos fundamentos no art. 7º da Lei nº 8.666 de 21.06.93, as licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte sequência:

I - Projeto básico;

II - Execução das obras e serviços.

Suas alterações posteriores, este projeto básico visa fornecer elementos e subsídios que possibilitem viabilizar o melhoramento das Vias urbanas do Município de Campestre do Maranhão.

Com a execução dessas obras, vislumbra-se melhorar as condições socioeconômicas da população dessas comunidades, que atualmente estão enfrentando circunstâncias adversas às suas próprias subsistências, diante de problemas que envolvem a saúde, educação, transporte, comercialização de seus produtos etc.

1.2 LOCALIZAÇÃO E ACESSO

Campestre do Maranhão é um município brasileiro do estado do Maranhão, Região Nordeste do país. Sua população estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia

e Estatística (IBGE) era de 12.301 habitantes em 2022 e uma extensão territorial de 613.529,00 km².

Figura 01 - Mapa de localização do município de Campestre do Maranhão.



Fonte: IBGE, (2024).

1.3 MEMORIAL DESCRITIVO

As informações contidas visam fornecer orientações e diretrizes gerais sobre as atividades requeridas para a execução da obra de Pavimentação de Vias Urbanas no município de Campestre do Maranhão.

▪ CARACTERÍSTICAS GEOMÉTRICAS:

Extensão: 1.075,00 metros;

Plataforma de rolamento: 8,50 e 9,00 metros;

Espessura do revestimento asfáltico: 0,05 m.

▪ POPULAÇÃO A SER BENEFICIADA:

Bairro São Raimundo: Cerca de 100 famílias.

▪ SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS:

Serviços iniciais: Fornecimento e instalação de placa de obra com chapa galvanizada e estrutura de madeira; Mobilização de equipamento; Desmobilização de equipamento.

Administração da obra: Administração local da obra (eng. de obra, etc.).

Serviços de Terraplenagem: Desmatamento, destocamento e limpeza de área com árvores de diâmetro até 0,15 m; Transporte com caminhão basculante de 14 m³, em via urbana em leito natural; Escavação e carga de material de jazida com trator de 97 kw e carregadeira de 1,72 m³; Compactação de aterros a 100% do Proctor normal.

Serviços de Pavimentação: Imprimação - execução com fornecimento de material; Execução de pintura asfáltica de ligação, inclusive fornecimento de ligante, exclusive transporte; Transporte de pintura de ligação; Aquisição de cap 50/70; Transporte de cap 50/70; Areia asfalto a quente - faixa A - areia comercial; Transporte com caminhão basculante de 14 m³, em via urbana em leito natural.

Serviços de Drenagem: Assentamento de guia (meio-fio) em trecho reto, confeccionada em concreto pré-fabricado, dimensões 100x15x13x20 cm (comprimento x base inferior x base superior x altura), para urbanização interna de empreendimentos; Execução de sarjeta de concreto usinado, moldada in loco em trecho reto, 30 cm base x 15 cm altura.

Serviços de Calçada: Execução de passeio (calçada) ou piso de concreto com concreto moldado in loco, usinado, acabamento convencional, espessura 6 cm, armado; Piso podotátil de alerta ou direcional, de concreto, assentado sobre argamassa.

Sinalização Vertical e Horizontal: Placa em aço nº 16 galvanizado com película retrorrefletiva tipo I + III – confecção; Suporte para placa de sinalização em madeira de lei tratada 8 x 8 cm - fornecimento e implantação; Placa esmaltada para identificação de nome de rua dimensões 50x25cm; Sinalização horizontal rodoviária, com tinta retrorrefletiva à base de resina acrílica com microesferas de vidro.

Limpeza geral: Limpeza final da obra.

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Geral

O projeto visa amenizar o fomento dos habitantes do município de Campestre do Maranhão visto que, a população sofre com a má trafegabilidade em diversas vias do município, principalmente nos períodos de chuvas, comprometendo assim, não só o deslocamento destas pessoas a outros centros, como também o escoamento da produção

agrícola e pecuária.

1.4.2 Específico

- Prover para a população urbana ruas trafegáveis;
- Promover a melhoria nas condições do transporte da população;
- Contribuir para a manutenção do bem-estar da população.

1.5 JUSTIFICATIVA

A execução dessa obra encontra justificativa consistente na necessidade premente de ser criada a infraestrutura básica urbana nessas localidades, uma vez que nesse sentido pouca coisa foi feita até este momento. O objetivo é tornar essas localidades mais bem estruturadas e organizadas, proporcionando às famílias de agricultores os benefícios socioeconômicos mínimos, necessários à fixação do homem no campo.

No caso presente as áreas são carentes de infraestrutura e a assistência técnica, e parte social são incipiente, o que se torna um forte motivo para o êxodo urbano em direção aos grandes centros urbanos. Um dos problemas mais graves nessas localidades diz respeito à insuficiência, ou quase a inexistência, de uma malha viária que possa permitir efetivamente o acesso, o transporte escolar e o escoamento da produção, onde a parcela extrativista é bem representativa. Com a implantação dessa obra, a população local poderá ficar integrada às malhas: municipal, estadual e federal existentes, contribuindo assim para o desenvolvimento socioeconômico da região.

A implantação dessas obras tem o objetivo ainda de se fazer cumprir o compromisso do Governo Federal nessas áreas, visando favorecer meios de locomoção, para propiciar melhores condições de vida e fixação dos agricultores em suas parcelas. Dessa forma, entende-se que o objeto deste projeto básico irá servir de forte estímulo ao processo produtivo das comunidades que ali residem, criando alternativa para amenizar os problemas de escoamento dos excedentes agrícolas e de acesso aos benefícios públicos como educação, saúde etc.

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

1 -SERVIÇOS PRELIMINARES

Fornecimento e instalação de placa de obra com chapa galvanizada e estrutura de madeira

Será fixada na obra uma placa de identificação nas dimensões (2,00 x 4,00) m confeccionada em chapa de aço galvanizado.

A placa deverá ser instalada em local de fácil visibilidade e seu fornecimento, instalação e manutenção ao longo da obra serão por conta do Construtor.

- *Critérios de medição e pagamento:*

Estes serviços serão medidos em m² e pagos de acordo com a planilha de orçamentação de obras.

Mobilização e Desmobilização de equipamentos

- *Serviços Iniciais:*

A Contratada deverá tomar todas as providências relativas à mobilização, imediatamente após a assinatura do contrato e correspondente "NE" (Nota de Empenho), de forma a poder dar início efetivo e concluir a obra dentro do prazo contratual.

- *Equipamentos:*

Trator de esteiras - com lâmina - 259 kw; Trator agrícola - 77kw; Motoniveladora - 93 kw; Carregadeira de pneus com capacidade de 1,72 m³ - 113 kW; Rolo compactador de pneus autopropelido de 27 t - 85 Kw; Rolo compactador liso tandem vibratório autopropelido de 10,4 t - 82 kW; Vibroacabadora de asfalto sobre esteiras - 82 kW; Rolo compactador pé de carneiro vibratório autopropelido por pneus de 11,6 t - 82 kW; Caminhão basculante - 10m³ - 15t (188 kw).

- *Mobilização:*

Consiste no conjunto de providências a serem adotadas visando-se o início das obras. Incluem-se neste serviço o preparo e a disponibilização, no local da obra, de todos os equipamentos necessários à execução dos serviços contratados.

- *Desmobilização:*

Consiste na desmobilização dos equipamentos do canteiro de obras.

- *Critérios de medição e pagamento:*

A remuneração correspondente à mobilização da Contratada antes do início da obra, a desmobilização após o término do contrato, será efetuada de forma global, sendo o pagamento efetuado conforme o cronograma físico-financeiro proposto pela Licitante.

2- ADMINISTRAÇÃO DE OBRA

Administração Local

- *Serviços Iniciais:*

Este item refere-se à administração local da obra, incluindo engenheiro e vigia e outros custos a detalhar na composição unitária de preços relativos à administração, financeiro e técnico de acordo com a estrutura da empresa e da obra.

- *Critérios de medição e pagamento:*

Os serviços serão medidos de forma proporcional a execução financeira da obra. A Fiscalização poderá suprimir recursos de itens não fornecidos, bem como aqueles que não forem detalhados na composição de custo dos preços unitários.

Caso o detalhamento seja feito de forma global, ficará a cargo da fiscalização o critério de medição.

O pagamento do serviço de Administração Local deve seguir o estabelecido no Acórdão 2622/2013 do TCU que adota como critério de medição pagamentos proporcionais à execução financeira da obra, abstendo-se ao pagamento, deste item, com valor mensal fixo, portanto, seguindo o entendimento, a CODEVASF adota para cálculo do perceptual devido a ser medido para Administração Local e Manutenção de Canteiro de Obras (AM):

$$\%AM = \frac{Valor\ da\ Medição\ sem\ AM}{Valor\ do\ Contrato\ (incluso\ aditivo\ finaceiro)sem\ AM}$$

3 -TERRAPLENAGEM

Desmatamento, destocamento e limpeza de área com árvores de diâmetro até 0,15 m

Será executada a regularização da plataforma na melhoria das vias, com a motoniveladora, escarificando-se o terreno, obedecendo ao greide lançado topograficamente, com larguras indicadas em projeto, na sua secção transversal, indicada pelos offsets em toda sua extensão, com posterior umedecimento do material existente e sua compactação.

- *Critério de medição e pagamento*

  A medição será feita por m² de serviço executado.

Transporte com caminhão basculante de 14 m³, em via urbana em leito natural

O volume de material retirado na escavação de camada inservível, será carregado em caminhões basculantes com capacidade de 14m³, por carga, incluindo as manobras necessárias para otimizar o carregamento do material. A descarga será realizada no local de bota-fora conforme o determinado pela fiscalização em cargas sucessivas espaçadas conforme orientação do encarregado da obra, e será destinado ao bota-fora. Para o cálculo foi considerado DMT informado na planilha e/ou memória de cálculo, e taxa de empolamento de 25%.

- *Critério de medição e pagamento*

  A medição será feita por M³ x Km de serviço executado.

Escavação e carga de material de jazida com trator de 97 kw e carregadeira de 1,72 m³

O material laterítico a ser usado no revestimento na melhoria das vias, será de primeira qualidade, escavado com trator de esteira de potência equivalente a 97 kw, cujo material para o revestimento será na espessura de 20 cm, obedecendo as marcações topográficas do greide e offset nos bordos transversais dos locais indicados.

- *Critério de medição e pagamento*

  A medição será feita por m³ de serviço executado.

Compactação de aterros a 100% do Proctor normal

O espalhamento será feito através de uma motoniveladora, após a colocação do material laterítico, o qual será colocado e enleirado conforme orientação da FISCALIZAÇÃO. O espalhamento será executado no greide estabelecido topograficamente, fazendo o abaulamento com uma inclinação de 4% para os offsets, marcados nos bordos transversais. As operações, tais como escarificação, umedecimento ou aeração, compactação, devem ser executadas de forma que a camada concluída atenda às condições de greide e seção transversal indicados no projeto e nota de serviço.

Após a execução de adição dos materiais de revestimento primário necessários para atingir o greide de projeto, proceder-se-á a uma escarificação geral na profundidade de 0,20 m, seguida de pulverização, umedecimento ou secagem, compactação na profundidade de 0,10 m e acabamento.

O grau de compactação deverá ser, no mínimo, 100% em relação à massa específica aparente seca máxima, obtida na energia do Proctor Normal.

- *Critérios de medição e pagamento*

A medição dos serviços de compactação do subleito será feita por metro cúbico de aterro regularizado, medidos conforme orçamento.

4 - PAVIMENTAÇÃO EM AAUQ

Imprimação de base para pavimentação com emulsão CM-30

Consiste na aplicação de camada de material betuminoso sobre a superfície de base granular concluída, antes da execução de um revestimento betuminoso qualquer, objetivando conferir coesão superficial, impermeabilizar e permitir condições de aderência entre esta e o revestimento a ser executado.

O ligante betuminoso não deve ser distribuído quando a temperatura ambiente for inferior a 10 ºC, nem em dias de chuva.

Todo carregamento de ligante betuminoso que chegar a obra deverá ter certificado de análise além de apresentar indicações relativas do tipo, procedência, quantidade do seu conteúdo e da distância de transporte entre a refinaria e o canteiro de serviço.

Antes da aplicação do ligante betuminoso a pista poderá ser levemente

umedecida. O trecho imprimado só poderá ser utilizado para qualquer tipo de tráfego após 12 horas da imprimação executada.

- *Critério de medição e pagamento*

  A medição será feita por m² de serviço executado.

Areia Asfalto a Quente (AAUQ) com CAP 50/70, incluso usinagem e Aplicação Exclusive Transporte

A mistura será aplicada sobre a superfície imprimada e/ou pintada, de tal maneira que, após a compressão, produza um pavimento flexível com espessura de 3cm conforme e com CAP-50/70 (Concreto Asfáltico de Petróleo).

O espalhamento será efetuado por vibro-acabadoras.

Caso ocorram irregularidades na superfície da camada, as correções serão feitas pela adição manual de concreto betuminoso, sendo esse espalhamento executado por meio de rolos metálicos.

Imediatamente após a distribuição da mistura, será iniciado o processo de rolagem para compressão. A temperatura de rolagem deverá ser a mais elevada que a mistura betuminosa possa suportar, sendo esta temperatura fixada experimentalmente para cada caso.

A compressão será iniciada pelos bordos, longitudinalmente, continuando em direção ao eixo da pista. Nas curvas, de acordo com a superelevação, a compressão deverá começar sempre do ponto mais baixo para o mais alto. Cada passada do rolo deverá ser recoberto, na seguinte, de pelo menos a metade da largura rolada. Em qualquer caso, a operação de rolagem seguirá até o momento em que seja atingida a compactação exigida.

Durante a rolagem não serão permitidas mudanças de direção e inversões bruscas de marcha, nem estacionamento do equipamento sobre o revestimento recém-rolado. As rodas do rolo deverão ser umedecidas adequadamente, de modo a evitar a aderência da mistura.

Os revestimentos concluídos deverão ser mantidos sem trânsito até o seu completo resfriamento.

- *Critério de medição e pagamento*

  A medição será feita por t de serviço executado.

Transporte com Caminhão Basculante de 14 m³, em via urbana em revestimento primário

O material discriminado no item anterior será transportado por meio de caminhões basculantes. Adotou-se a Distância Média de Transporte igual a 80,00 Km que corresponde à distância de Campestre do Maranhão/MA até a usina de asfalto localizada no município de Imperatriz.

Quando necessário, para que a mistura seja colocada na pista à temperatura especificada, cada carregamento deverá ser coberto com lona, com tamanho suficiente para proteger todo o material.

- *Critério de medição e pagamento*

  A medição será feita por M³ x Km de serviço executado.

5 – DRENAGEM

Assentamento de guia (meio-fio) em trecho reto, confeccionada em concreto pré-fabricado, dimensões 100x15x13x20 cm (comprimento x base inferior x base superior x altura), para urbanização interna de empreendimentos. Af_06/2016

- *Itens e suas Características*

  Pedreiro: profissional que executa as atividades para o assentamento das guias, tais como: assentamento das guias, rejuntamento dos vãos entre as guias e escoramento da guia.

  Servente: profissional que auxilia o pedreiro com as atividades para o assentamento das guias pré-fabricadas.

  Guia pré-fabricada de concreto: peças pré-fabricadas, moldadas em concreto com dimensões específicas e assentadas de forma justapostas para delimitar uma área de outra.

  Argamassa: utilizada nos vãos entre as peças das guias pré-fabricadas conferindo acabamento e continuidade às guias.

  Areia: material utilizado para fazer a base de assentamento.

- *Critérios de medição e pagamento*

  Utilizar o comprimento linear total em trecho reto a ser assentadas guias de concreto pré-fabricadas, com dimensões 100x15x13x20 cm (comprimento x base inferior x base superior x altura) para urbanização interna de empreendimentos, em valas.

- *Execução*

  Execução do alinhamento e marcação das cotas com o uso de estacas e linha.
  Regularização do solo natural e execução da base de assentamento em areia.
  Assentamento das guias pré-fabricadas.
  Rejuntamento dos vãos entre as peças pré-fabricadas com argamassa.

Execução de sarjeta de concreto usinado, moldada in loco em trecho reto, 30 cm base x 15 cm altura

- *Itens e suas características*

- Pedreiro: profissional que executa as atividades para a execução da sarjeta, tais como: montagem das formas, concretagem e desempeno das sarjetas;
- Servente: profissional que auxilia o pedreiro com as atividades para a execução da sarjeta;
- Concreto: material utilizado para execução da sarjeta;
- Fôrma: utilizado para conter o concreto e dar forma à guia; - Areia: material utilizado para fazer a base de assentamento.

- *Critérios de medição e pagamento*

Utilizar o comprimento linear total (metros), em trecho reto, onde será assentada a sarjeta de concreto, com dimensões 30 x 15 cm (base x altura).

- *Execução*

Execução do alinhamento e marcação das cotas com o uso de estacas e linha;
Regularização do solo e execução da base sobre a qual a sarjeta será executada;
Instalação das formas de madeira;
Lançamento e adensamento do concreto;
Sarrafeamento da superfície da sarjeta;
Execução das juntas.

6 - CALÇADA

Execução de passeio (calçada) ou piso de concreto com concreto moldado in loco, usinado, acabamento convencional, espessura 6cm, armado.

A execução de passeios de concreto moldados “in loco” ou piso de concreto com concreto moldado “in loco”, usinado, com acabamento convencional com espessura de 6cm.

As atividades previstas para a execução dos passeios de concreto moldados in loco são as seguintes:

· Montagem das fôrmas e a colocação da armadura e lona plástica sobre o subleito compactado e base de material granular;

· Aplicação ou não de armaduras para evitar fissuras e resistir a esforços de tração;

· Lançamento, espalhamento e sarrafeamento do concreto;

· Desempeno da superfície e execução de juntas de dilatação.

Piso podotátil de alerta ou direcional, de concreto, assentado sobre argamassa

Descrição: Execução de piso tátil em placas pré-moldadas de concreto, 2Sx25cm, fixadas com argamassa pré-fabricada.

Recomendações: Não deve haver desnível com relação ao piso adjacente, exceto aquele existente no própria relevo. Uso de mão de obra habilitada. Uso obrigatório de Equipamento de Proteção Individual (EPI).

Procedimento Para Execução: Assentamento diretamente no contrapiso. Nivelar a superfície das placas com o piso adjacente (cimento desempenado). O assentamento será efetuado sobre base em lastro do concreto no traço 1:2:3 com 18 MPa e espessura de 8,0 cm, com argamassa pré-fabricada da Quartzito especifica para área externas ou argamassa de cimento e areia média no trago 1:3. As juntas receberão aplicação de rejunte flexível da marca Quartzito ou similar.

Os pisos táteis serão de concreto rejuntado com espessura de 2,5 cm. As placas podo táteis caracterizam-se pela diferenciação de textura e cor em relação ao piso adjacente, destinado a construir alerta ou linha de guia, perceptível por pessoas com deficiência visual.

Modelos: Piso Tátil Direcional - tem a função de orientar o percurso a ser seguido, possui a superfície de relevos lineares.

Piso Tátil de Alerta - tem a função de sinalizar perigo ou mudança de direção,

com superfície em relevo troncocônico. O piso tátil será com dimensões de 40 x 40 cm, na cor natural. As placas deverão estar em conformidade com a NBR 9050 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

- *Critérios de medição e pagamento:*

Os serviços conformes serão medidos e aceitos para pagamento de acordo com os seguintes critérios:

a) serão medidas pela área, determinado em metros quadrados.

7 – SINALIZAÇÃO

Placa em aço nº 16 galvanizado com película retrorrefletiva tipo I + III – confecção

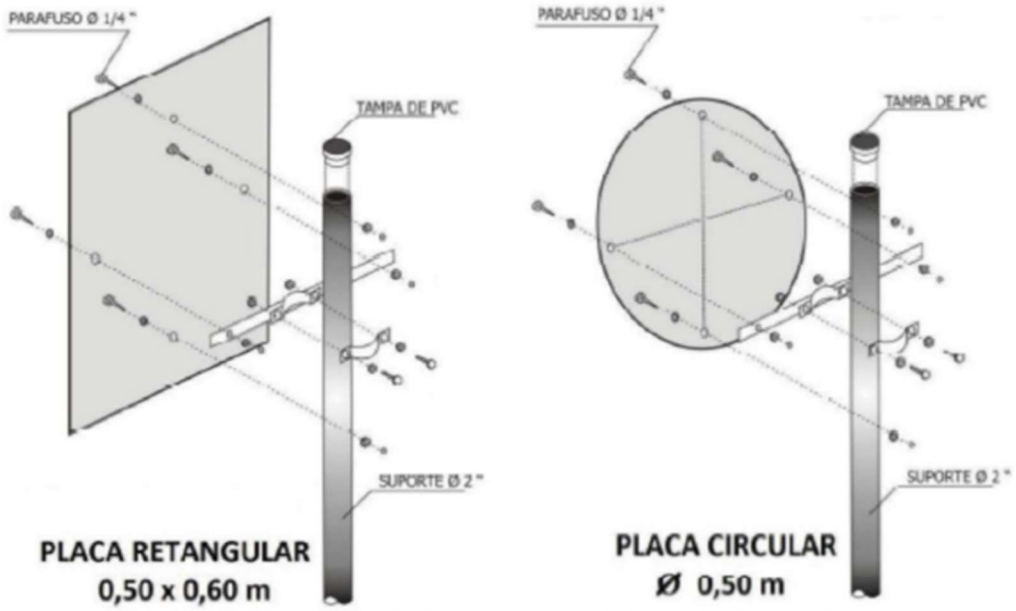
A sinalização viária vertical será com placas com dimensões conforme especificado para vias urbanas nos manuais do DETRAM. Serão constituídas em chapa de aço n 16, sobre as quais será aplicada fundo prime anticorrosivo e pintura com tinta esmalte preta. Na parte da frente deverá ser aplicado película refletiva, de grau técnico e alta intensidade, com fibra de vidro.

As placas de parada obrigatória deverão ser octogonais, com cada lado medindo 25 cm, formando uma área de 0,30 m². Sugere-se um suporte de placas com tubo de aço galvanizado com 2 ‘’, com espessura de parede de 3mm, onde as placas serão fixadas com parafusos.

As escritas serão com tinta esmalte branca. Cada placa de identificação de rua será composta de duas placas de 45x25 cm, e seu suporte poderá ser de tubo de aço galvanizado de 2’’, com espessura de parede de 3mm. A fixação dos tubos de suporte das placas deverá ser de concreto mínimo 15Mpa, em cavas de 30x30x50 cm (lado x lado x altura), conforme projeto gráfico e orientação de Fiscalização.

- *Critérios De Medição:*

A medição deverá ser feita em metros quadrados, de área de placas assentadas.



FONTE: Especificações Técnicas de Sinalização Vertical (BHTrans, 2013)

Figura 1 - Disposição dos Furos e Instalação das Placas de Sinalização.

Sinal de Regulamentação

Código R-1 – Parada Obrigatória



Sinal		Cor	
Forma	Código		
	R-1	Fundo	Vermelha
		Orla interna	Branca
		Orla externa	Vermelha
		Letras	Branca

Cor	
Fundo	Branca
Orla interna (opcional)	Vermelha
Orla externa	Branca
Tarja	Vermelha
Legenda	Preta

Refletividade e iluminação

Os sinais de regulamentação podem ser aplicados em placas pintadas, retro-refletivas, luminosas (dotadas de iluminação interna) ou iluminadas (dotadas de iluminação externa frontal).

Em vias urbanas recomenda-se que as placas de “Parada Obrigatória” (R-1) sejam, no mínimo, retro-refletivas.

Estudos de engenharia podem demonstrar a necessidade de utilização das placas retro-refletivas, luminosas ou iluminadas em vias com deficiência de iluminação ou situações climáticas adversas.

As placas confeccionadas em material retro-refletivo, luminosas ou iluminadas devem apresentar o mesmo formato, dimensões e cores nos períodos diurnos e noturnos.

Materiais das placas

Os materiais mais adequados para serem utilizados como substratos para a confecção das placas de sinalização são: o aço, alumínio, plástico reforçado e madeira imunizada.

Os materiais mais utilizados para confecção dos sinais são as tintas e películas.

As tintas utilizadas são: esmalte sintético, fosco ou semi-fosco ou pintura eletrostática.

As películas utilizadas são: plásticas (não retro-refletivas) ou retro-refletivas dos seguintes tipos: de esferas inclusas, de esferas encapsuladas ou de lentes prismáticas, a serem definidas de acordo com as necessidades de projeto.

Poderão ser utilizados outros materiais que venham a surgir a partir de desenvolvimento tecnológico, desde que possuam propriedades físicas e químicas que garantam as características essenciais do sinal, durante toda sua vida útil, em quaisquer condições climáticas, inclusive após execução do processo de manutenção.

Em função do comprometimento com a segurança da via, não deve ser utilizada tinta brilhante ou películas retro-refletivas do tipo “esferas expostas”. O verso da placa deverá ser na cor preta, fosco ou semi-fosco.

Regulamentação de Preferência de Passagem

Refere-se aos sinais que determinam os fluxos de veículos que **devem** parar ou dar preferência de passagem em uma interseção.

R-1 - "Parada obrigatória"

Sinal	**Parada obrigatória**	**R-1**	

Significado

Assinala ao condutor que **deve** parar seu veículo antes de entrar ou cruzar a via/pista.

Princípios de utilização

O sinal **R-1 deve** ser utilizado quando se deseja reforçar ou alterar a regra geral de direito de passagem prevista no art. 29, inciso III, do CTB.

Seu uso **deve** se restringir às situações em que a parada de veículos for realmente necessária, sendo insuficiente ou perigosa a simples redução da velocidade, ou quando ocorrer uma das condições abaixo:

- onde o risco potencial, ou a ocorrência de acidentes, demonstre sua necessidade;
- nas interseções sem controle por semáforo, em área que tenha grande número de interseções semaforizadas;
- nas passagens de nível;
- em vias transversais, junto a interseções com vias consideradas preferenciais, devido suas condições geométricas, de volume de tráfego ou continuidade física;
- em interseções em que a via considerada secundária apresenta visibilidade restrita.

Posicionamento na via

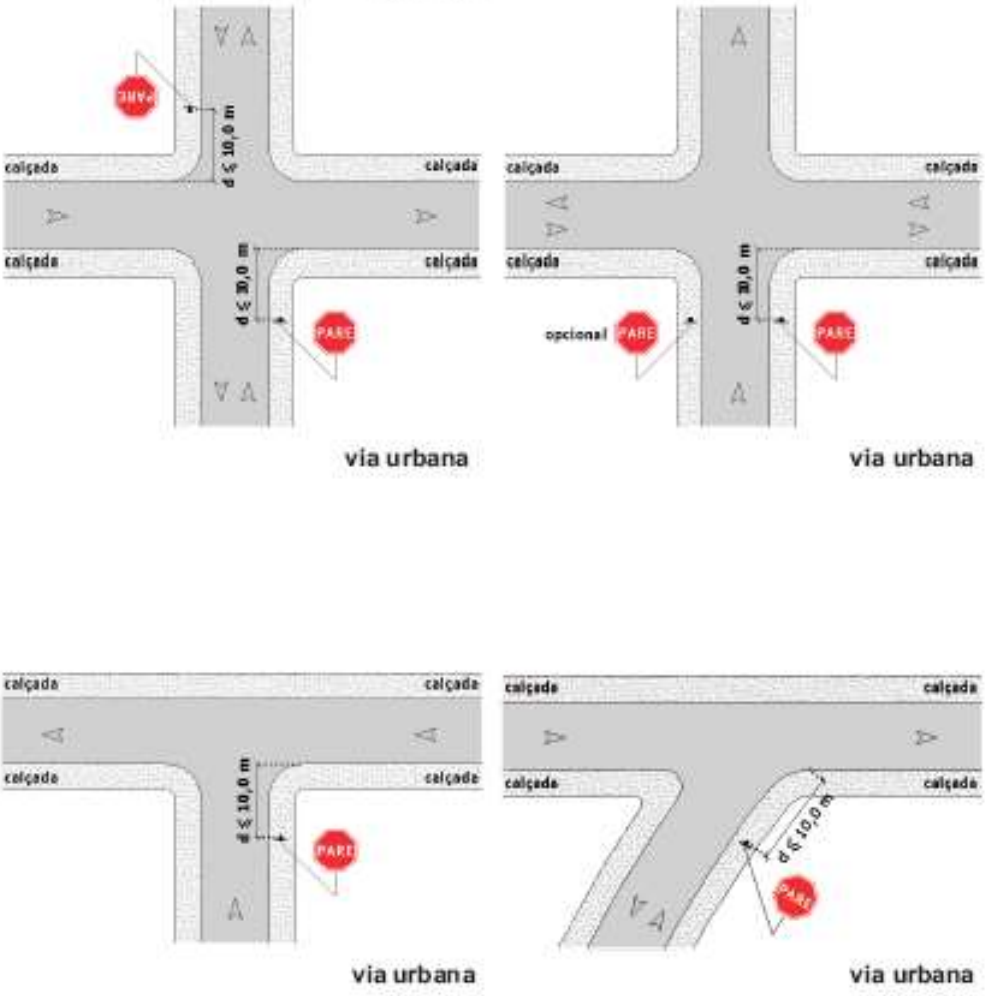
A placa **deve** ser colocada no lado direito da via/pista, o mais próximo possível do ponto de parada do veículo.

Em vias urbanas, a placa **deve** ser colocada no máximo a 10,0 m do prolongamento do meio-fio ou do bordo da pista transversal.

Em vias rurais, a placa **deve** ser colocada no mínimo a 1,5 m, e no máximo a 15,0 m do prolongamento do meio-fio ou do bordo da pista transversal.

A placa pode ser utilizada suspensa sobre a pista.

Exemplos de aplicação



SINAL DE FORMA OCTOGONAL

R-1



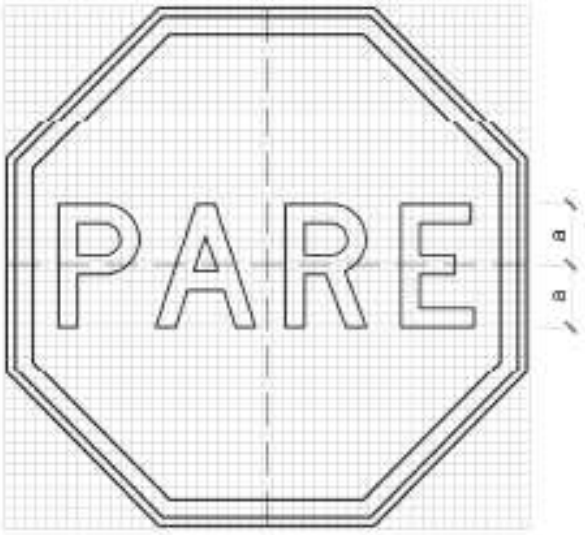
CORES:
Fundo: Vermelho Refletivo
Orla Interna: Branco Refletivo
Orla Externa: Vermelho Refletivo
Verso: Preto Fosco

VIA	DIMENSÕES (mm)			
	Lado	a	b	
URBANA	250	10	20	135º
	350	14	28	135º
	400	16	32	135º
RURAL	350	14	28	135º
	400	16	32	135º
	480	19	38	135º

Nota:
As dimensões dos sinais deverão ser definidas conforme o tipo de via, especificado no item 4.6 "dimensões".

R-1

Parada Obrigatória





CORES:
Fundo: Vermelho Refletivo
Orla Interna: Branco Refletivo
Orla Externa: Vermelho Refletivo
Letras: Branco Refletivo
Verso: Preto Fosco

LETRAS:
Série D ou E, texto centralizado.

VIA	DIMENSÕES (mm)		
	Lado	Malha	a
URBANA	250	12,50 x 12,50	72
	350	17,50 x 17,50	101
	400	20 x 20	115
RURAL	350	17,50 x 17,50	101
	400	20 x 20	115
	480	24 x 24	138

Nota:
As dimensões dos sinais deverão ser definidas conforme o tipo de via, especificado no item 4.6 "dimensões".

Apêndice - Diagramação dos Sinais 159 / 214

Suporte para placa de sinalização em madeira de lei tratada 8 x 8 cm - fornecimento e implantação

Esse serviço complementa o item acima e segue as mesmas diretrizes para sua instalação.

- *Critério De Medição:*

A medição dos serviços será em unidade.

Placa esmaltada para identificação de nome de rua dimensões 50x25cm

Será instalado conforme indicado no Projeto de Sinalização, Placas para identificação da rua, de forma retangular com dimensões de L=50cm e A=25cm em chapa de aço n° 18, galvanizada, nas cores estabelecido em projeto, com abraçadeiras para fixação da placa, fixadas em tubo de aço galvanizado de 2" de 3,00m.

- *Critério De Medição:*

A medição dos serviços será em unidade.

Sinalização horizontal rodoviária, com tinta retrorrefletiva à base de resina acrílica com microesferas de vidro

Empregar equipamento com reservatório de tinta com capacidade mínima de 30 litros, dotado de sistema de aquecimento da tinta até que a mesma atinja a viscosidade adequada para aplicação; o equipamento deve ter capacidade de regulagem da largura da faixa e da demarcação de faixas contínuas ou tracejadas, preparar tinta e mistura de microesferas no tanque da máquina de demarcação viária de acordo com o especificado, sinalização de segurança na via / interrupção ou desvio do tráfego de veículos em obediência ao Código de Trânsito Brasileiro, a limpeza do pavimento com varredura e jatos de ar comprimido. Aplicar a tinta retrorrefletiva com equipamento que produza a tinta elastomérica em faixa contínua ou tracejada com máquina de demarcação viária autopropelida, dotada de jato para tinta e microesferas.

- *Critérios De Medição:*

Verificar a área total de faixas executadas e especificadas em projetos e planilha dos serviços, satisfatoriamente executados. Logo, este item compreende a pintura das faixas.

8 – LIMPEZA GERAL

Limpeza final da obra

Inclui a remoção de todas as instalações como equipamentos, construções provisórias, detritos e restos de materiais, de modo a entregar as áreas utilizadas

totalmente limpas.

- *Critérios de Medição e Pagamento:*

  Para efeitos de medição e pagamento será considerada a projeção de área (m²).

RODRIGO ROCHA DA SILVA:03756148343

Assinado de forma digital por RODRIGO ROCHA DA SILVA:03756148343
Dados: 2024.03.18 11:00:12 -03'00'

DECLARAÇÃO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

Declaro para os devidos fins de direito junto à CAIXA ECONOMICA FEDERAL que as ruas pertencentes ao objeto "**PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS MUNICÍPIO DE CAMPESTRE DO MARANHÃO/MA**", vinculado ao Convênio nº 951049/2023, possuem fornecimento de energia elétrica cuja manutenção, guarda e operação são de responsabilidade da EQUATORIAL/MA e iluminação pública de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Campestre do Maranhão/MA.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos.

Campestre do Maranhão – MA, 06 de maio de 2024

FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA:74811517334

Assinado de forma digital por FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA:74811517334
Dados: 2024.05.06 14:44:39 -03'00'

FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA
Prefeito Municipal
Campestre do Maranhão – MA

DECLARAÇÃO DE MANUTENÇÃO, GUARDA E OPERAÇÃO DE SERVIÇOS/EQUIPAMENTOS VINCULADOS AO EMPREENDIMENTO

A Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão/MA, CNPJ nº 01.598.550/0001-17, vem através desta, declarar que vai conservar e manter periodicamente durante e após o período de execução de obras, dos elementos vinculados ao empreendimento da **PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS NO MUNICÍPIO DE CAMPESTRE DO MARANHÃO/MA**, do Convênio nº **951049/2023**, MINISTÉRIO DAS CIDADES.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos.

Campestre do Maranhão/MA, 05 de março de 2024

FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA:74811517334

Assinado de forma digital por FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA:74811517334
Dados: 2024.03.05 15:19:33 -03'00'

FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA
Prefeito Municipal de Campestre do Maranhão/MA

PREFEITURA DE CAMPESTRE DO MARANHÃO
Cuidando da nossa gente!

DECLARAÇÃO DE REGIME CONSTRUTIVO

A Prefeitura Municipal de Campestre do Maranhão/MA, CNPJ: 01.598.550/0001-17, vem através desta, declarar para os devidos fins, que na elaboração do orçamento referente ao projeto cujo objeto é "**PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS NO MUNICÍPIO DE CAMPESTRE DO MARANHÃO/MA**", do convênio nº 951049/2023, foi adotado percentual de BDI de **29,77%** (conforme planilha na composição analítica) e encargos em conformidade com o estabelecido SINAPI.

O regime de execução será empreitada por **preço global.**

Oportunamente, declaramos que a opção de orçamento considerando os **encargos desonerados é a opção mais adequada para a Administração Pública Municipal.**

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos.

Campestre do Maranhão/MA, 05 de março de 2024

FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA:74811517334

Assinado de forma digital por FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA:74811517334
Dados: 2024.03.05 15:19:54 -03'00'

FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA
Prefeito Municipal de Campestre do Maranhão/MA

DECLARAÇÃO DO ORÇAMENTISTA

Eu, RODRIGO ROCHA DA SILVA, Engenheiro Civil, CREA Nº 111637831-0, DECLARO, na qualidade de representante da Prefeitura Municipal de Campestre do Maranhão/MA com CNPJ: 01.598.550/0001-17, Responsável Técnico pelo Projeto de **"PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS MUNICÍPIO DE CAMPESTRE DO MARANHÃO/MA"**, vinculado ao Convênio nº 951049/2023, DECLARO, que verifiquei e atesto que a especificidade local justifica a manutenção de insumo/composição com a legenda "AS" (atribuído São Paulo).

DECLARO, outrossim, sob as penas da lei, estar plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e deter plenos poderes, conhecimento técnico e informações para firmá-la.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos.

Campestre do Maranhão – MA, 06 de maio de 2024

FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA:74811517334

Assinado de forma digital por FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA:74811517334
Dados: 2024.05.06 15:06:37 -03'00'

FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA
Prefeito Municipal
Campestre do Maranhão – MA

RODRIGO ROCHA DA SILVA:03756148343

Assinado de forma digital por RODRIGO ROCHA DA SILVA:03756148343
Dados: 2024.05.06 15:07:06 -03'00'

RODRIGO ROCHA DA SILVA
Engenheiro Civil
CREA/MA 111637831-0

Ofício nº 25/2024

GIGOV/SL – CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

ASSUNTO: ISS

DECLARAÇÃO INFORMATIVA DE ISS

Prezado Chefe,

Venho por meio deste informar que o município de Campestre do Maranhão/MA realiza o recolhimento do ISSQN (Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza), e que ele deve ser calculado e recolhido por meio de DAM (Documento de Arrecadação Municipal), junto a esta Coordenação, sendo que a Alíquota é de 5,00% sobre o serviço prestado.

Reitero ainda que o ISSQN deve ser calculado e recolhido mensalmente pelo próprio contribuinte, até o dia 10 do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador.

Na certeza do atendimento desta, elevo protestos de estima e consideração.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos.

Campestre do Maranhão/MA, 05 de março de 2024

SAMUEL SENNA RODRIGUES
Chefe do departamento de Administração Fazendaria
de Campestre do Maranhão/MA

EQUIPE DE COORDENAÇÃO DE PROJETO

À
GIGOV/SL – CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
PROGRAMA: 2219 – AÇÃO 00T1 – APOIO A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO VOLTADO A IMPLANTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO VIÁRIA – RP2
OBJETO: PAVIMENTÇÃO EM VIAS URBANAS NO MUNICÍPIO DE CAMPESTRE DO MARANHÃO/MA.

NOME	CARGO	CONTATO
Rodrigo Rocha da Silva	Engenheiro Civil	rodrigo.r.s@outlook.com (98) 98408-6359

Campestre do Maranhão/MA, 05 de março de 2024

FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA:74811517334

Assinado de forma digital por FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA:74811517334
Dados: 2024.03.05 15:20:14 -03'00'

FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA
Prefeito Municipal de Campestre do Maranhão/MA

DECLARAÇÃO DE APROVAÇÃO DE PROJETO

Declaramos, para fins de comprovação junto ao MINISTÉRIO DAS CIDADES, que o projeto **PAVIMENTAÇÃO EM VIAS URBANAS NO MUNICÍPIO DE CAMPESTRE DO MARANHÃO/MA**, sob administração da Secretaria Municipal de Campestre do Maranhão/MA, podendo apresentar o projeto para aprovação neste órgão e outras instâncias.

Para que sejam produzidos todos os efeitos legais, técnicos e administrativos deste compromisso, firmamos o presente instrumento. Conforme **proposta Plataforma Transferegov nº 066815/2023/MINISTÉRIO DAS CIDADES.**

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos.

Campestre do Maranhão/MA, 05 de março de 2024

FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA:74811517334

Assinado de forma digital por FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA:74811517334
Dados: 2024.03.05 15:15:42 -03'00'

FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA
Prefeito Municipal de Campestre do Maranhão/MA

DECLARAÇÃO DE ÁREA DE USO COMUM DO POVO

A prefeitura municipal de Campestre do Maranhão/MA, considerando a celebração da proposta nº 066815/2023, MINISTÉRIO DAS CIDADES, declara sob as penas da lei, que a **PAVIMENTAÇÃO EM VIAS URBANAS NO MUNICÍPIO DE CAMPESTRE DO MARANHÃO/MA**, objeto desse convênio, será executada em área de uso comum do povo, estando em nome do proponente de acordo com a Constituição Federal e os arts. 98 e 99 do Código Civil, e não possui matrícula em cartório de registro de imóveis, conforme disposto na Lei nº 6.015, de 31/12/1973.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos.

Campestre do Maranhão/MA, 05 de março de 2024

FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA:74811517334

Assinado de forma digital por FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA:74811517334
Dados: 2024.03.05 16:50:27 -03'00'

FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA
Prefeito Municipal
Campestre do Maranhão – MA

DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Declaro para os devidos fins de direito junto à CAIXA ECONOMICA FEDERAL que o município de Campestre do Maranhão/MA, através da Secretaria Municipal de Limpeza Pública, tem capacidade de atendimento de coleta de resíduos sólidos nas ruas pertencentes ao objeto "**PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS MUNICÍPIO DE CAMPESTRE DO MARANHÃO/MA**", vinculado ao Convênio nº 951049/2023,

DECLARO, outrossim, sob as penas da lei, estar plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e deter plenos poderes, conhecimento técnico e informações para firmá-la.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos.

Campestre do Maranhão – MA, 06 de maio de 2024

FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA:74811517334

Assinado de forma digital por FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA:74811517334
Dados: 2024.05.06 14:43:57 -03'00'

FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA
Prefeito Municipal
Campestre do Maranhão – MA

DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Declaro, para os devidos fins, que a Prefeitura Municipal de Campestre do Maranhão, Estado do Maranhão, inscrita no CNPJ: 01.598.550/0001-17 localizada na Rua Onildo Gomes - Centro, Campestre do Maranhão - MA, CEP: 65968-000 dispõe de profissionais com capacidade administrativa, técnica e gerencial para plena execução da descrição da obra, objeto constante na proposta inserida na Plataforma TransfereGov sob o n° 066815/2023, tendo como objeto Pavimentação de Vias Urbanas no município de Campestre do Maranhão/MA, através do Ministério das Cidades, indicando como responsável técnico pelo acompanhamento e fiscalização das obras o engenheiro RODRIGO ROCHA DA SILVA CREA n° 111637831-0/MA, respeitando a previsão legal do art. 67 da Lei 8.666/93.

Campestre do Maranhão/MA, 29 de novembro de 2023

Atenciosamente,

FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA:74811517334

Assinado de forma digital por FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA:74811517334
Dados: 2023.11.29 10:28:14 -03'00'

FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA
Prefeito Municipal de Campestre do Maranhão/MA

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE EM ACESSIBILIDADE – ANEXO XIV

Eu, RODRIGO ROCHA DA SILVA, CREA Nº 111637831-0, DECLARO, na qualidade de representante da Prefeitura Municipal de Campestre do Maranhão/MA com CNPJ: 01.598.550/0001-17, Responsável Técnico pelo Projeto de "**PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS MUNICÍPIO DE CAMPESTRE DO MARANHÃO/MA**", vinculado ao Convênio nº 951049/2023, DECLARO, que serão garantidos os meios necessários para acessode pessoas com deficiência ao projeto, nos termos da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 e com demais legislações e normativas aplicáveis.

DECLARO, outrossim, sob as penas da lei, estar plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e deter plenos poderes, conhecimento técnico e informações para firmá-la..

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos.

Campestre do Maranhão – MA, 06 de maio de 2024

FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA:74811517334

Assinado de forma digital por FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA:74811517334
Dados: 2024.05.06 14:44:14 -03'00'

FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA
Prefeito Municipal
Campestre do Maranhão – MA

RODRIGO ROCHA DA SILVA:03756148343

Assinado de forma digital por RODRIGO ROCHA DA SILVA:03756148343
Dados: 2024.05.06 14:44:23 -03'00'

RODRIGO ROCHA DA SILVA
Engenheiro Civil
CRAE/MA 111637831-0

DECLARAÇÃO DE ESTUDO DE CONCEPÇÃO DE PROJETO

Eu, RODRIGO ROCHA DA SILVA, Engenheiro Civil, CREA Nº 111637831-0, DECLARO, na qualidade de representante da Prefeitura Municipal de Campestre do Maranhão/MA com CNPJ: 01.598.550/0001-17, Responsável Técnico pelo Projeto de **"PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS MUNICÍPIO DE CAMPESTRE DO MARANHÃO/MA"**, vinculado ao Convênio nº 951049/2023, DECLARO, que o estudo de concepção do projeto proposto é a solução mais vantajosa. Nesse caso, outras soluções seriam muito onerosas para a administração pública.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos.

Campestre do Maranhão – MA, 06 de maio de 2024

RODRIGO ROCHA DA SILVA:03756148343
Assinado de forma digital por RODRIGO ROCHA DA SILVA:03756148343
Dados: 2024.05.06 16:04:04 -03'00'

RODRIGO ROCHA DA SILVA
Engenheiro Civil
CREA/MA 111637831-0

DECLARAÇÃO DE EXISTÊNCIA PRÉVIA DE REDES PÚBLICAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ESGOTAMENTO SANITÁRIO E SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS

A Prefeitura Municipal de Campestre do Maranhão/MA, CNPJ nº 01.598.550/0001-17, vem através desta, declarar para os devidos fins que a PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS NO MUNICÍPIO DE CAMPESTRE DO MARANHÃO/MA, do Convênio nº 951049/2023, MINISTÉRIO DAS CIDADES, é dotada de rede de abastecimento de água e possui solução individual de esgoto.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos.

Campestre do Maranhão/MA, 05 de março de 2024

FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA:74811517334

Assinado de forma digital por FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA:74811517334
Dados: 2024.03.05 15:19:11 -03'00'

FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA
Prefeito Municipal de Campestre do Maranhão/MA

PREFEITURA DE
CAMPESTRE
DO MARANHÃO

Ofício nº 24/2024

Ao Ilmo. Senhor
Alcione de Araujo Cunha Resende
Presidente da Câmara Municipal de Campestre do Maranhão/MA
Assunto: Encaminhamento do Plano de Sustentabilidade

Ilustríssimo Senhor,

A Prefeitura Municipal de Campestre do Maranhão/MA, vem através deste ofício encaminhar o Plano de Sustentabilidade, **proposta nº 066815/2023**, cujo objeto é **Pavimentação de Vias Urbanas no município de Campestre do Maranhão/MA.**

Sem mais, reiteramos os votos de estima e consideração.

Campestre do Maranhão/MA, 05 de março de 2024

FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA:74811517334

Assinado digitalmente por FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA:74811517334
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC SOLUTI Multipla v5, OU=14582578000199, OU=Presencial, OU=Certificado PF A1, CN=FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA:74811517334
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2024.03.05 18:40:54-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2022.3.0

FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA
Prefeito Municipal
Campestre do Maranhão – MA

Recebido em
05-03-2024

Alcione de Araujo Cunha Resende
Presidente da Câmara

Digitalizado com CamScanner

OBJETO: PAVIMENTAÇÃO EM VIAS URBANAS NO MUNICIPIO DE CAMPESTRE DO MARANHÃO/MA

PLANO DE SUSTENTABILIDADE

Alcance dos objetivos esperados e a longevidade do empreendimento a ser entregue quando da concepção do objeto do convênio.

PLANO DE SUSTENTABILIDADE

1. APRESENTAÇÃO

Convênio: 951049/2023
Objeto: PAVIMENTAÇÃO EM VIAS URBANAS NO MUNICÍPIO DE CAMPESTRE DO MARANHÃO/MA.
Valor Global: R$ 1.445.000,00
Valor de repasse: R$ 1.441.714,00
Valor de contrapartida: R$ 3.286,00
Vigência: 36 meses
Início da Vigência: 15/12/2023
Fim da Vigência: 01/12/2026

2. OBJETIVOS DO CONVÊNIO

A Prefeitura Municipal de Campestre do Maranhão/MA, com a Pavimentação de Vias Urbanas, visa promover melhorias em relação a infraestrutura, assim, proporcionando melhorias na qualidade de vida dos usuários e ampliando de forma participativa a interação da população local, assim como a locomoção deles.

Esse serviço de Pavimentação de Vias Urbanas tem como finalidade promover melhor integração entre as regiões conectadas pelas vias a serem pavimentadas garantindo assim a qualidade de vida dos moradores na zona urbana do município de Campestre do Maranhão – MA.

3. IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS

O fortalecimento do transporte da população beneficiada criando uma estrutura e espaço que possibilite a circulação de pessoas, realização de atividades. Garantindo assim a geração de renda e qualidade de vida dos moradores locais.

4. DURABILIDADE E MANUTENÇÃO DO OBJETO

O objeto terá durabilidade de 5 anos, realizadas as manutenções semestrais. Onde será observada pela equipe de funcionários da Secretaria de Infraestrutura de Campestre do Maranhão - MA, se as vias adequadas apresentam patologias que comprometam sua funcionalidade, a fim de serem tomadas medidas preventivas e corretivas, com aplicação de material e mão de obra visando sanar os problemas encontrados, garantindo assim maior longevidade do objeto e de suas condições de uso.

5. CUSTOS E FONTES DE RECURSOS

Os custos com manutenção periódica da obra serão garantidos com os recursos dispostos na LOA nº 136 de 03 de novembro de 2022.

6. RISCOS E MEDIDAS PREVENTIVAS

CATEGORIA DO RISCO	RISCO	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA	MEDIDAS PREVENTIVAS
FINANCEIRO	Insuficiência de recurso financeiro para manutenção/reparo do projeto.			X	
HUMANO/ TÉCNICO	Insuficiência de equipe técnica especializada para acompanhar/ operacionalizar a execução do projeto	X			Caso necessário, contratação de suporte técnico
	Insuficiência de equipe técnica especializada para acompanhar/ operacionalizar a manutenção do objeto concluído			X	
AMBIENTAL	Ocorrências de danos no objeto causados por fenômenos ou desastres naturais	X			Previsão de despesas no Orçamento Anual Municipal
	Ocorrências de possíveis danos ambientais causados pela execução ou entrega do objeto.	X			Criação de comitê para acompanhar e avaliar a entrega e manutenção do objeto.
TEMPO	Ausência ou insuficiência do prazo de garantia.	X			Em decorrência do período de chuvas, poderá ser necessário um aditivo a obra.
	Cancelamento de condições e garantias contratuais por perda de prazos.	X			Exigência de determinada especificação técnica e grau de qualidade do material/equipamento no contrato.
MATERIAL	Inexistência de assistência técnica especializada na região.			X	
	Entrega do objeto defeituoso ou	X			Criação de comitê para acompanhar e avaliar a

	inacabado.				entrega e manutenção do objeto.
FUNCIONALIDADE	Perda de utilidade/funcionalidade antes do término da expectativa de vida útil do objeto.	X			Exigência de determinada especificação técnica e grau de qualidade do material/equipamento no contrato.

7. FUNDAMENTAÇÃO PARA NECESSIDADE DA OBRA:

7.1 – SITUAÇÃO ATUAL:

A população do município de Campestre do Maranhão – MA sofre com as vias urbanas que o município possui, principalmente as que constam no projeto deste convênio. A falta de adequação urbana faz com que as vias sejam uma possível fonte de criadores de insetos, como pernilongos, aranhas e outros animais peçonhentos que podem trazer risco a saúde da população.

7.2 – PREJUÍZOS PARA A POPULAÇÃO CAUSADOS PELA SITUAÇÃO ATUAL:

A falta da infraestrutura está prejudicando a qualidade de vida das famílias da área a ser beneficia com a presente intervenção. Então, tendo esta problemática, é que há a necessidade de fortalecer com o referido objeto a infraestrutura para a comercialização de produtos locais.

7.3 – SOLUÇÃO TÉCNICA ENCONTRADA PARA RESOLVER O PROBLEMA:

Mediante uma série de questionamentos por parte da população local quanto a falta de áreas com infraestrutura adequada, teve-se a necessidade da Adequação de Vias Urbanas do município.

7.4 – DISCORRER SOBRE A IMPORTÂNCIA DO OBJETO PARA BENEFICIAMENTO DO PÚBLICO-ALVO:

A Pavimentação de Vias Urbanas do município visa a melhoria da infraestrutura da população diretamente, fortalecendo o escoamento da produção. Ofertando melhores condições de vida para a população local.

8. CAPACIDADE INSTALADA DA PREFEITURA MUNICIPAL

8.1 – Setor responsável pelo gerenciamento / acompanhamento / fiscalização da obra:

(X) Prefeitura Municipal;

(X) Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura;

(X) Setor de Gestão de Convênios e Contratos de Repasses federais.

8.2 – Estrutura do setor responsável pelo gerenciamento / acompanhamento / fiscalização da obra:

Rodrigo Rocha da Silva

CREA: 111637831-0

8.3 - Estrutura da Prefeitura Municipal para realizar o processo licitatório:

A gestão atual possui corpo técnico com capacidade técnica, gerencial e física para o desenvolvimento do processo licitatório.

8.4 - Estrutura da Prefeitura Municipal para minimizar a deterioração posterior da recuperação de estradas vicinais após o término da obra:

A gestão atual possui um plano de conservação e manutenção periódicas de todas as suas obras.

Campestre do Maranhão – MA, 05 de março de 2023

FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA:74811517334

Assinado de forma digital por FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA:74811517334
Dados: 2024.03.05 16:25:51 -03'00'

FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA
Prefeito Municipal
Campestre do Maranhão – MA

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

À
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – GIGOV/SL
São Luís – Maranhão

Assunto: Encaminhamento de RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS.
Objeto: Pavimentação de vias urbanas no município de Campestre do Maranhão/MA.

1. Venho por meio desta, apresentar relatório fotográfico e dados, referente à Pavimentação de Vias Urbanas no município de Campestre do Maranhão/MA. O relatório tem como base o levantamento realizado no dia 31 de janeiro de 2024.

a) RUA LEONÍLIA



Figura 1 - Rua Leonília



Figura 2 - Rua Leonília

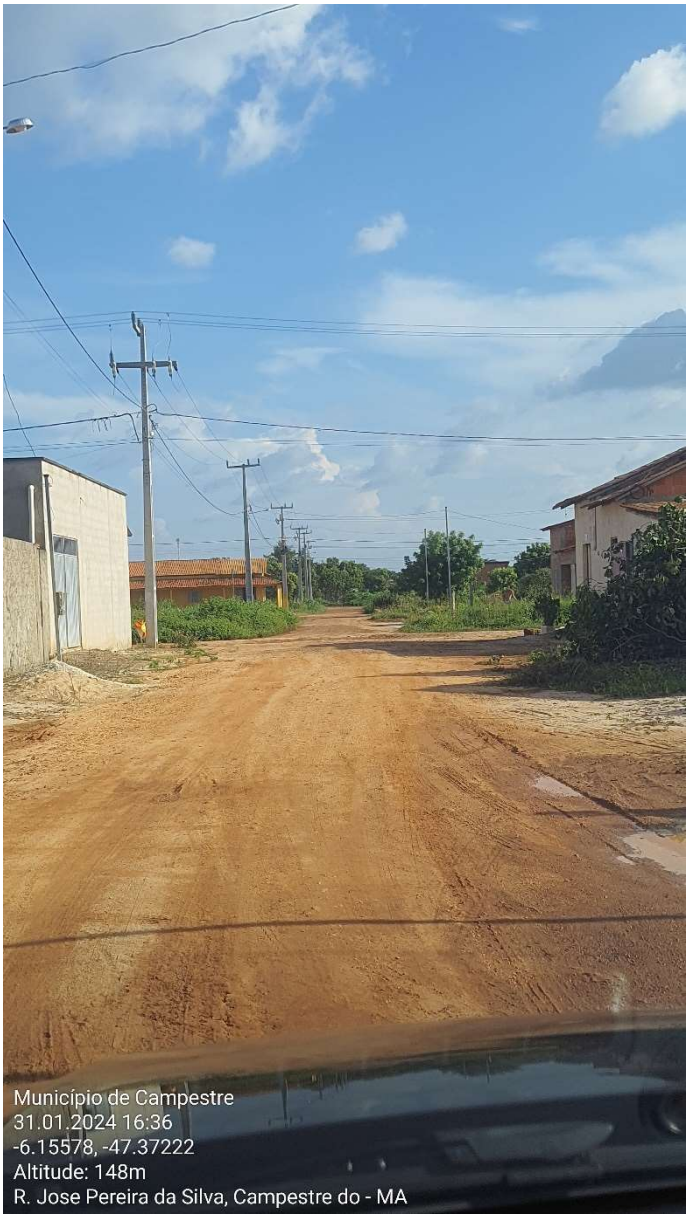


Figura 3 - Rua Leonília

b) RUA RUBENS LIMA

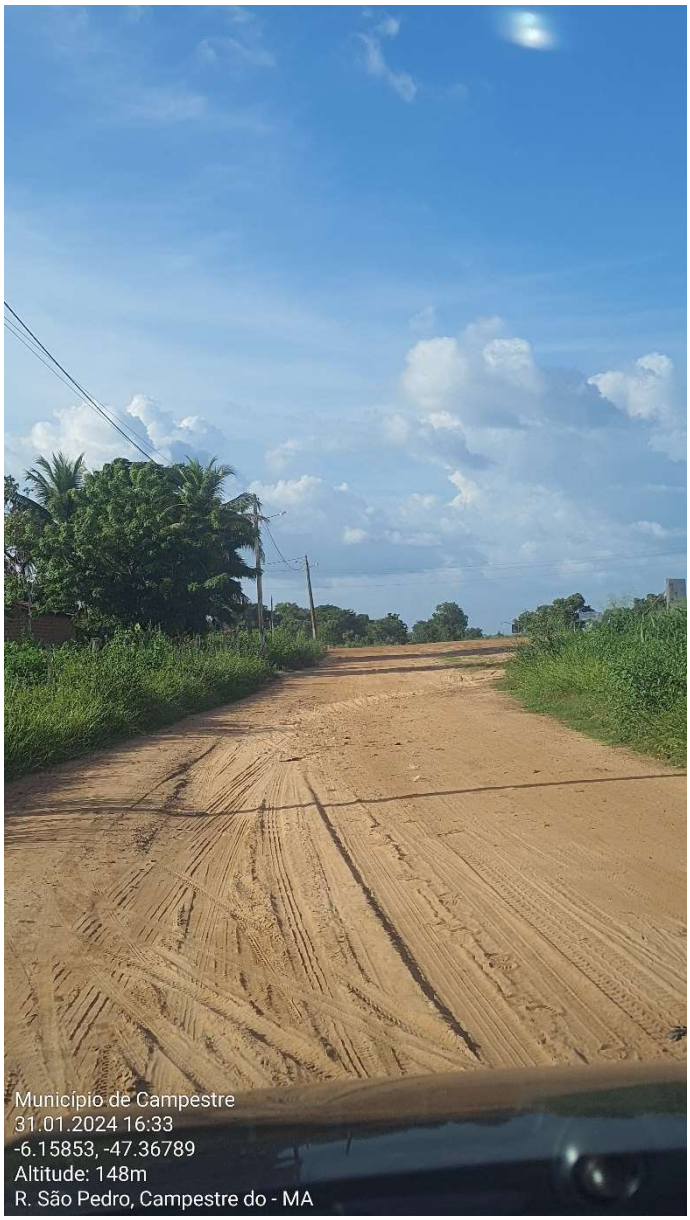


Figura 1 - Rua Rubens Lima



Figura 2 - Rua Rubens Lima



Figura 3 - Rua Rubens Lima

c) RUA PARANÁ



Figura 1 – Rua Paraná



Figura 2 – Rua Paraná



Figura 3 – Rua Paraná



Figura 4a - Localização das Ruas a serem Pavimentadas



Figura 4b - Localização das Ruas a serem Pavimentadas

d) JAZIDA



Figura 5 - Jazida Utilizada para retirada de Material



Figura 6 - Jazida Utilizada para retirada de Material



Figura 7 - Localização da Jazida

RODRIGO ROCHA DA SILVA:03756148343

Assinado de forma digital por RODRIGO ROCHA DA SILVA:03756148343
Dados: 2024.03.18 10:55:53 -03'00'

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMA

Dispensa de Licenciamento Ambiental Nº 1044830/2024

VALIDADE ATÉ

19/03/2026

PROCESSO SEMA Nº 24030041850/2024 | E-PROCESSOS Nº 211051/2024

A SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMA, com base na Portaria/SEMA nº 123 de 06 de novembro de 2015, dispensa do Licenciamento Ambiental à:

NOME OU RAZÃO SOCIAL: Pref Mun Do Campestre Do Ma

ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM VIAS URBANAS NO MUNICÍPIO DE CAMPESTRE DO MARANHÃO

CPF OU CNPJ:	INSCRIÇÃO ESTADUAL:
01.598.550/0001-17	122240685

ENDEREÇO:
Rua Rua Onildo Gomes, Prefeitura Municipal, Centro

MUNICÍPIO:	CEP:
Campestre do Maranhão - MA	65968-000

ATIVIDADE A SER DISPENSADA DO LICENCIAMENTO: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS URBANAS, COM DRENAGEM SUPERFICIAL, NO MUNICIPIO DE CAMPESTRE DO MARANHÃO-MA, COM EXTENSÃO TOTAL DE 1.075,00 M.

LOCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE (com coordenadas): RUAS: LEONÍLIA, RUBENS LIMA, PARANÁ. BAIRRO: SEDE, SÃO RAIMUNDO, SOB AS COORDENADAS GEOGRÁFICAS 6° 9'18.29"S 47°22'8.65"W.

Obs.: Vide no verso desta dispensa as EXIGÊNCIAS / RECOMENDAÇÕES

Documento assinado DIGITALMENTE. A sua autenticidade poderá ser verificada no Site da Secretaria (SIGLA), por meio do código 24030041850/2024.

São Luis - MA **19/03/2024**

1044830/2024

Pedro Carvalho Chagas
Secretário
Matrícula: 850095-4

Arthur Barros Fonseca Ribeiro
Secretário Adjunto
CPF: 030.443.973-83

OBS.: - AS CONDIÇÕES SERÃO ESTABELECIDAS NOS ANEXOS;

- Concedido pela SEMA no uso de suas atribuições legais conferidas no art. 69 da Constituição do Maranhão, e, considerando o disposto no § 2º, art. do 2º, o parágrafo único do art. 8º, e 12º da Resolução do CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997, e considerando ainda a Portaria nº 123/2015, que disciplina o procedimento de dispensa de licenciamento ambiental no Estado do Maranhão.

- A dispensa do Licenciamento Ambiental não exime o empreendedor de cumprir a legislação ambiental e normal em vigor;

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMA

Exigências e Condicionantes

Processo nº 24030041850/2024

1 - A atividade ou empreendimento deve preencher integralmente os seguintes requisitos:
I - Projetar a obra ou empreendimento/atividade considerando as legislações aplicáveis à obra ou empreendimento/atividade e Normas Brasileiras de Referência - NBR's que regulamentam a matéria, em especial as que abordam a armazenagem/destinação dos resíduos sólidos e o tratamento dos efluentes líquidos e gasosos;
II - Não interferir em Área de Preservação Permanente – APP (conforme os Art. 3°, incisos II, VII, IX e X; Art. 4°, 7° e 8° da Lei Nº12.651/ 2012 - Novo Código Florestal e Resolução CONAMA n°303/2002).
III - Adquirir a Outorga Preventiva ou Outorga de Direito de Uso dos Recursos Hídricos ou Dispensa de Outorga no órgão ambiental competente, quando for o caso.
IV - A destinação final de resíduos sólidos, o lançamento de efluentes e a geração de emissões atmosféricas, ruídos e radiações não ionizantes deverão atender aos padrões estabelecidos na legislação ambiental vigente.
V - O transporte, beneficiamento, comércio, consumo e armazenamento de produtos florestais de origem nativa (matérias-primas provenientes da exploração de florestas ou outras formas de vegetação nativa) deverão ser realizados mediante licença eletrônica obrigatória (Documento de Origem Florestal - DOF) de acordo com a legislação ambiental vigente.
VI - Realizar a inscrição no Cadastro Ambiental Rural - CAR, em se tratando de imóvel rural.
VII - Cumprir a legislação ambiental e normas em vigor.

2 - A DISPENSA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL não dispensa, nem substitui a obtenção pelo requerente, de certidões, alvarás, licenças e autorizações de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual e municipal.

3 - Fica o Empreendedor ciente de que o não cumprimento destas exigências, assim como todo e qualquer dano causado ao meio ambiente, por negligência, omissão ou imperícia são de sua inteira responsabilidade.

4 - Este Documento poderá ser cassado a qualquer momento por este órgão, se for utilizado para fins ilícitos ou não autorizados, e o infrator poderá ser responsabilizado civil, administrativa e criminalmente, nos termos da lei;

5 - Fica o requerente ciente de que a prestação de informações falsas constitui prática de crime e poderá resultar na aplicação das sanções penais cabíveis, nos termos dispostos no Código Penal (Decreto-Lei Nº 2.848/40) e da Lei de Crimes Ambientais (Lei Nº 9.605/98).

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-MA

ART OBRA / SERVIÇO
Nº MA20240749415

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

INICIAL

1. Responsável Técnico

RODRIGO ROCHA DA SILVA

Título profissional: **ENGENHEIRO CIVIL**

RNP: **1116378310**
Registro: **1116378310MA**

Empresa contratada: **METRO2 ENGENHARIA LTDA**

Registro : **0005384834-MA**

2. Dados do Contrato

Contratante: **MUNICIPIO DE CAMPESTRE DO MARANHAO**

CPF/CNPJ: **01.598.550/0001-17**

RUA ONILDO GOMES

Nº: **134**

Complemento:

Bairro: **CENTRO**

Cidade: **CAMPESTRE DO MARANHÃO**

UF: **MA**

CEP: **65968000**

Contrato: **Não especificado**

Celebrado em:

Valor: **R$ 1.445.000,00**

Tipo de contratante: **Pessoa Juridica de Direito Público**

Ação Institucional: **Outros**

3. Dados da Obra/Serviço

RUA Ruas do municipio

Nº: **000**

Complemento:

Bairro: **CENTRO**

Cidade: **CAMPESTRE DO MARANHÃO**

UF: **MA**

CEP: **65968000**

Data de Início: **05/02/2024**

Previsão de término: **31/12/2024**

Coordenadas Geográficas: **-6.170325, -47.366560**

Finalidade:

Código: **Não Especificado**

Proprietário: **MUNICIPIO DE CAMPESTRE DO MARANHAO**

CPF/CNPJ: **01.598.550/0001-17**

4. Atividade Técnica

14 - Elaboração	Quantidade	Unidade
80 - Projeto > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > OBRAS DE TERRA > DE OBRAS DE TERRA > #3.3.1.9 - TERRAPLENAGEM	1.887,00	m³
80 - Projeto > TRANSPORTES > INFRAESTRUTURA URBANA > DE PAVIMENTAÇÃO > #4.2.1.2 - ASFÁLTICA PARA VIAS URBANAS	5.887,50	m²
80 - Projeto > OBRAS HIDRÁULICAS E RECURSOS HÍDRICOS > SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS > DE SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS > #5.3.1.7 - MEIO-FIO	1.979,50	m
80 - Projeto > OBRAS HIDRÁULICAS E RECURSOS HÍDRICOS > SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS > DE SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS > #5.3.1.8 - SARJETA	1.979,50	m
80 - Projeto > TRANSPORTES > INFRAESTRUTURA URBANA > DE PAVIMENTAÇÃO > #4.2.1.1 - EM CONCRETO PARA VIAS URBANAS	2.170,80	m²
80 - Projeto > CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > DE ADEQUAÇÃO PARA ACESSIBILIDADE > #1.1.4.4 - DE EDIFICAÇÃO PARA FINS DIVERSOS	452,25	m²
80 - Projeto > TRANSPORTES > SINALIZAÇÃO > DE SINALIZAÇÃO > #4.9.1.1 - URBANA	28,00	un
80 - Projeto > TRANSPORTES > SINALIZAÇÃO > DE SINALIZAÇÃO > #4.9.1.1 - URBANA	283,95	m²
35 - Elaboração de orçamento > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > OBRAS DE TERRA > DE OBRAS DE TERRA > #3.3.1.9 - TERRAPLENAGEM	1,00	un
35 - Elaboração de orçamento > TRANSPORTES > INFRAESTRUTURA URBANA > DE PAVIMENTAÇÃO > #4.2.1.2 - ASFÁLTICA PARA VIAS URBANAS	1,00	un
35 - Elaboração de orçamento > OBRAS HIDRÁULICAS E RECURSOS HÍDRICOS > SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS > DE SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS > #5.3.1.7 - MEIO-FIO	1,00	un
35 - Elaboração de orçamento > OBRAS HIDRÁULICAS E RECURSOS HÍDRICOS > SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS > DE SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS > #5.3.1.8 - SARJETA	1,00	un
35 - Elaboração de orçamento > TRANSPORTES > INFRAESTRUTURA URBANA > DE PAVIMENTAÇÃO > #4.2.1.1 - EM CONCRETO PARA VIAS URBANAS	1,00	un

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: https://crea-ma.sitac.com.br/publico/, com a chave: 9ya7z
Impresso em: 13/03/2024 às 14:19:11 por: , ip: 201.8.223.31

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-MA

ART OBRA / SERVIÇO
Nº MA20240749415

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

INICIAL

35 - Elaboração de orçamento > CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > DE ADEQUAÇÃO PARA ACESSIBILIDADE > #1.1.4.4 - DE EDIFICAÇÃO PARA FINS DIVERSOS	1,00	un
35 - Elaboração de orçamento > TRANSPORTES > SINALIZAÇÃO > DE SINALIZAÇÃO > #4.9.1.1 - URBANA	1,00	un

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

5. Observações

ART DE PROJETO E ORÇAMENTO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM VIAS URBANAS NO MUNICÍPIO DE CAMPESTRE DO MARANHÃO/MA, CONVÊNIO 951049/2023. OS QUANTITATIVOS DETALHADOS DE TODOS OS SERVIÇOS ESTÃO DESCRITOS EM ORÇAMENTO.

6. Declarações

- Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

- Cláusula Compromissória: Qualquer conflito ou litígio originado do presente contrato, bem como sua interpretação ou execução, será resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei no. 9.307, de 23 de setembro de 1996, por meio do Centro de Mediação e Arbitragem - CMA vinculado ao Crea-MA, nos termos do respectivo regulamento de arbitragem que, expressamente, as partes declaram concordar.

7. Entidade de Classe

SEM INDICACAO DE ENTIDADE DE CLASSE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

_____, _____ de _____ de _____

Local data

RODRIGO ROCHA DA SILVA:03756148343
Assinado de forma digital por RODRIGO ROCHA DA SILVA:03756148343
Dados: 2024.03.14 10:45:12 -03'00'

RODRIGO ROCHA DA SILVA - CPF: 037.561.483-43

FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA:74811517334
Assinado de forma digital por FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA:74811517334
Dados: 2024.03.13 14:23:22 -03'00'

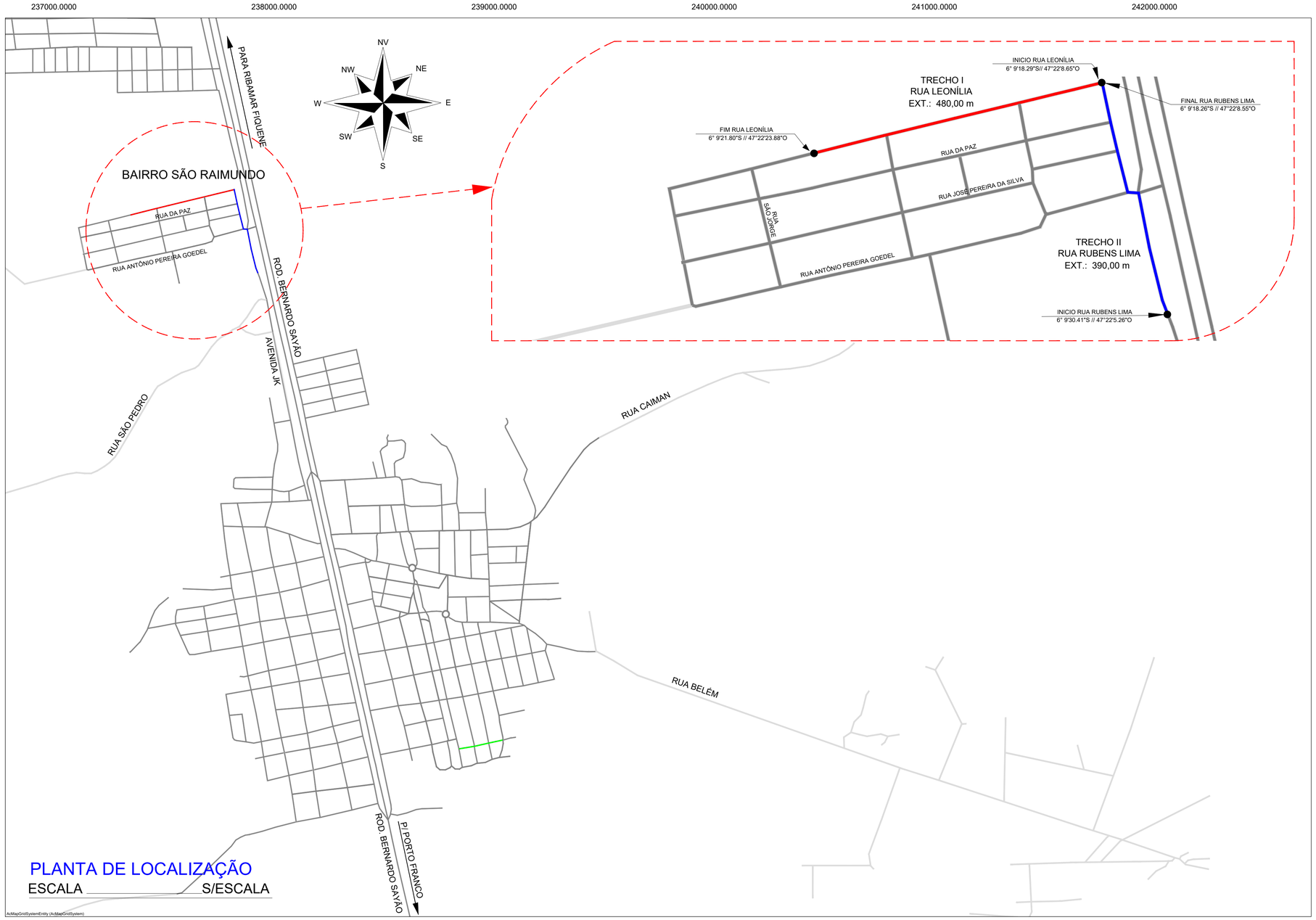
MUNICIPIO DE CAMPESTRE DO MARANHAO - CNPJ: 01.598.550/0001-17

9. Informações

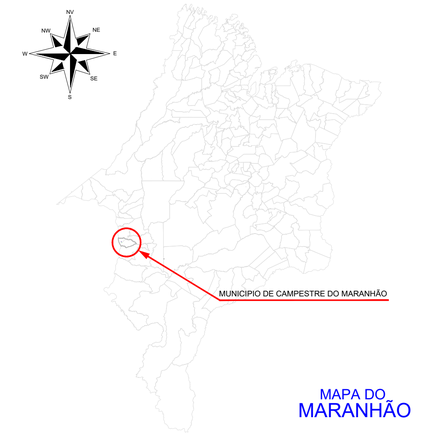
* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

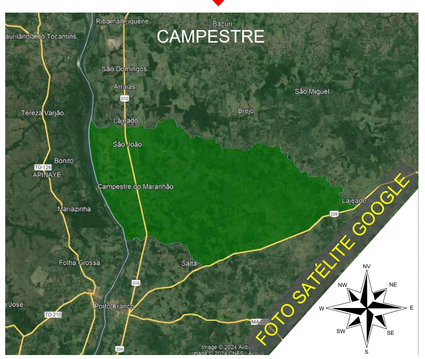
10. Valor

Valor da ART: **R$ 262,55** Registrada em: **13/03/2024** Valor pago: **R$ 262,55** Nosso Número: **8305355734**







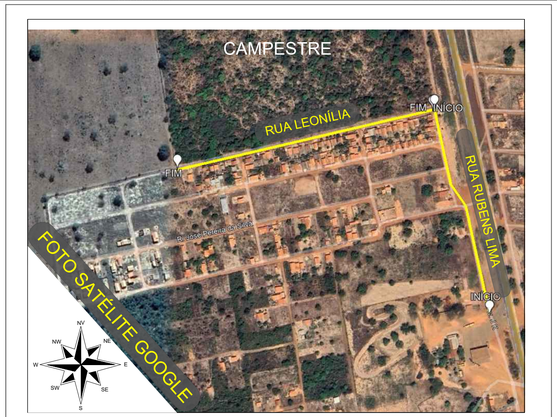


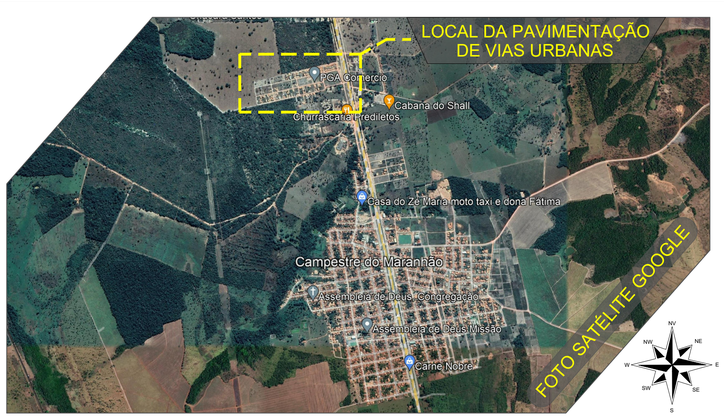
ADEQUAÇÃO DE VIAS URBANAS URBANAS

COR	DESCRIÇÃO	LARG. (m)	COMP. (m)	AREA (m²)	COORDENADAS			
					INICIO		FIM	
					LATITUDE	LONGITUDE	LATITUDE	LONGITUDE
	TRECHO I - RUA LEONÍLIA	8,50	480,00 m	4.080,00 m²	6° 9'18.29"S // 47°22'8.65"O		6° 9'21.80"S // 47°22'23.88"O	
	TRECHO II - RUBENS LIMA	9,00	390,00 m	3.510,00 m²	6° 9'30.41"S // 47°22'5.26"O		6° 9'18.26"S // 47°22'8.55"O	
	TRECHO III - PARANÁ	9,00	205,00 m	1845,00 m²	6° 10'40.92"S // 47°21'35.69"O		6° 10'39.62"S // 47°21'29.15"O	

	RUAS EXISTENTES

TOTAL DE RUAS A SEREM PAVIMENTADAS	1075,00 m	9435,00 m²





PLANTA DE LOCALIZAÇÃO

OBJETO: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS URBANAS	PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE DO MARANHÃO - MA
LOCALIZAÇÃO: SEDE CAMPESTRE - BAIRRO SÃO RAIMUNDO	EMISSÃO: MARÇO/2024

RODRIGO ROCHA DA SILVA:03756148343
Assinado de forma digital por RODRIGO ROCHA DA SILVA:03756148343 Dados: 2024.03.15 15:07:17 -03'00'
RODRIGO ROCHA DA SILVA
CREA - 111637831-0

ESCALA: S/ESCALA

COORDENADAS GEO SEDE:
LATITUDE: 06°10'22.939"S
LONGITUDE: 47°21'52.975"O

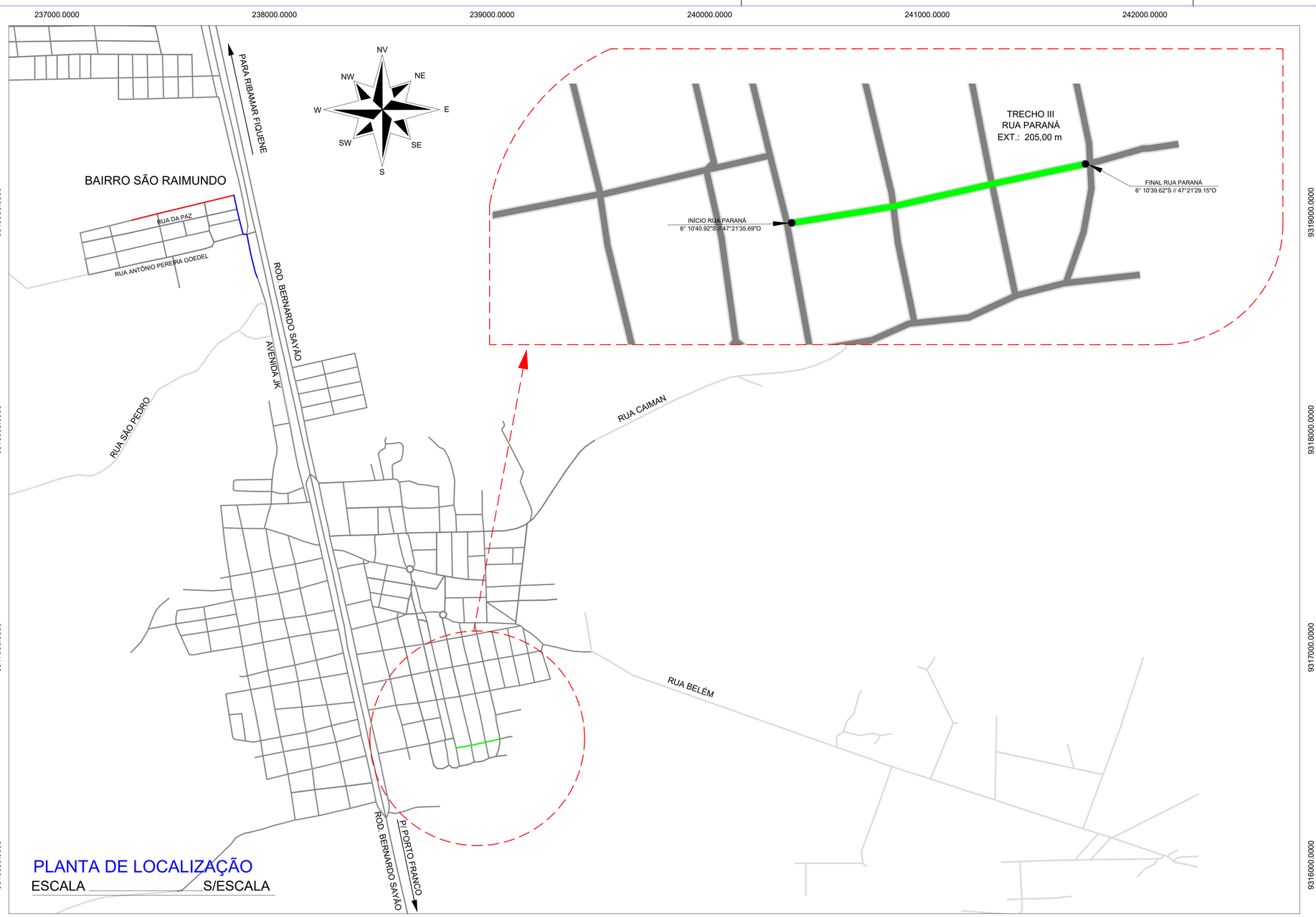
LEANDRO DE OLIVEIRA SILVA:05898436308
Assinado digitalmente por LEANDRO DE OLIVEIRA SILVA: 05898436308
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC CCN COMPANHIA, OU=Autoridade Certificadora Intermediária, OU=Certificado Pessoa Física, CN=LEANDRO DE OLIVEIRA SILVA:05898436308
Razão: Eu sou o autor deste documento
Local:
Data: 2024-03-18 12:02:04
Foxit Reader Versão: 9.3.0
LEANDRO DE OLIVEIRA SILVA
CREA - 111631605-6

FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA:74811517334
Assinado de forma digital por FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA:74811517334 Dados: 2024.03.18 12:08:26 -03'00'
PREFEITURA DE CAMPESTRE DO MARANHÃO
CNPJ - 01.598.550/0001-17

PREFEITURA DE CAMPESTRE DO MARANHÃO
Cuidando do nosso povo!

METRO2

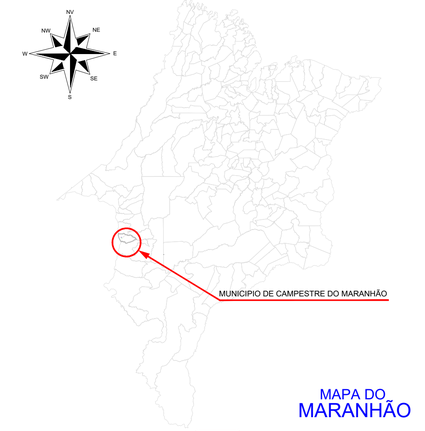
FOLHA: 01/02

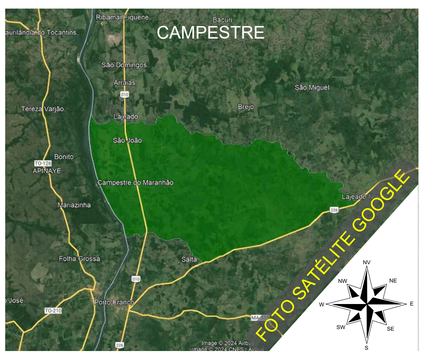


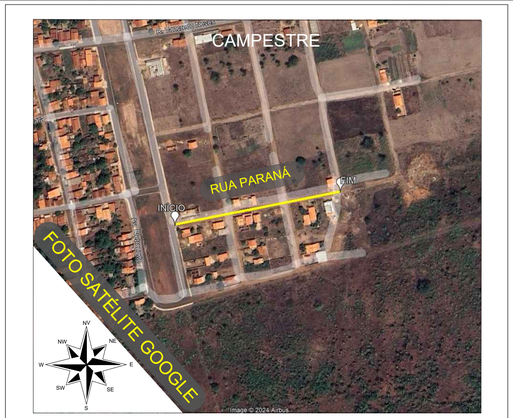
PLANTA DE LOCALIZAÇÃO

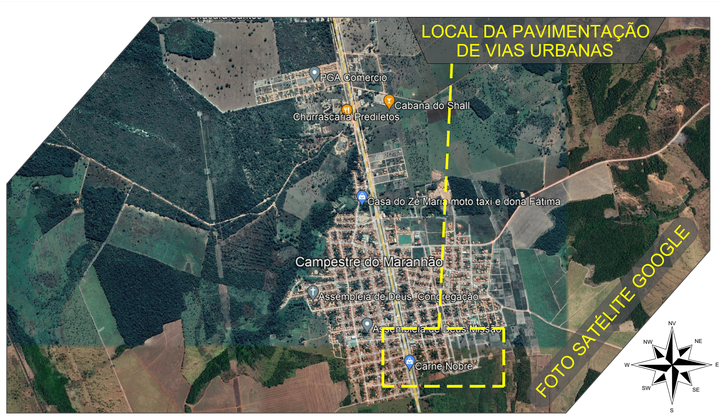
ESCALA _____ S/ESCALA











ADEQUAÇÃO DE VIAS URBANAS URBANAS

COR	DESCRIÇÃO	LARG. (m)	COMP. (m)	AREA (m²)	COORDENADAS INICIO LATITUDE	COORDENADAS INICIO LONGITUDE	COORDENADAS FIM LATITUDE	COORDENADAS FIM LONGITUDE
	TRECHO I - RUA LEONÍLIA	8,50	480,00 m	4.080,00 m²	6° 9'18.29"S // 47°22'8.65"O		6° 9'21.80"S // 47°22'23.88"O	
	TRECHO II - RUBENS LIMA	9,00	390,00 m	3.510,00 m²	6° 9'30.41"S // 47°22'5.26"O		6° 9'18.26"S // 47°22'8.55"O	
	TRECHO III - PARANÁ	9,00	205,00 m	1845,00 m²	6° 10'40.92"S // 47°21'35.69"O		6° 10'39.62"S // 47°21'29.15"O	
	RUAS EXISTENTES							
TOTAL DE RUAS A SEREM PAVIMENTADAS			1075,00 m	9435,00 m²				

PLANTA DE LOCALIZAÇÃO

OBJETO: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS URBANAS

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE DO MARANHÃO - MA

LOCALIZAÇÃO: SEDE CAMPESTRE - BAIRRO SÃO RAIMUNDO

EMISSÃO: MARÇO/2024

RODRIGO ROCHA DA SILVA:03756148343 — Assinado de forma digital por RODRIGO ROCHA DA SILVA:03756148343 Dados: 2024.03.18 12:08:43 -03'00'

RODRIGO ROCHA DA SILVA
CREA - 111637831-0

ESCALA: S/ESCALA

COORDENADAS GEO SEDE:
LATITUDE: 06°10'22.939"S
LONGITUDE: 47°21'52.975"O

LEANDRO DE OLIVEIRA SILVA:05898436308 — Assinado digitalmente por LEANDRO DE OLIVEIRA SILVA:05898436308 DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC CCN (COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO DO MARANHAO - GOVERNO), OU=Certificado Digital, OU=Certificado PF A1, CN=LEANDRO DE OLIVEIRA SILVA:05898436308 Razão: Eu sou o autor deste documento Localização: Data: 2024.03.18 12:18:54-03'00' Foxit Reader Versão: 9.3.0

LEANDRO DE OLIVEIRA SILVA
CREA - 111631605-6

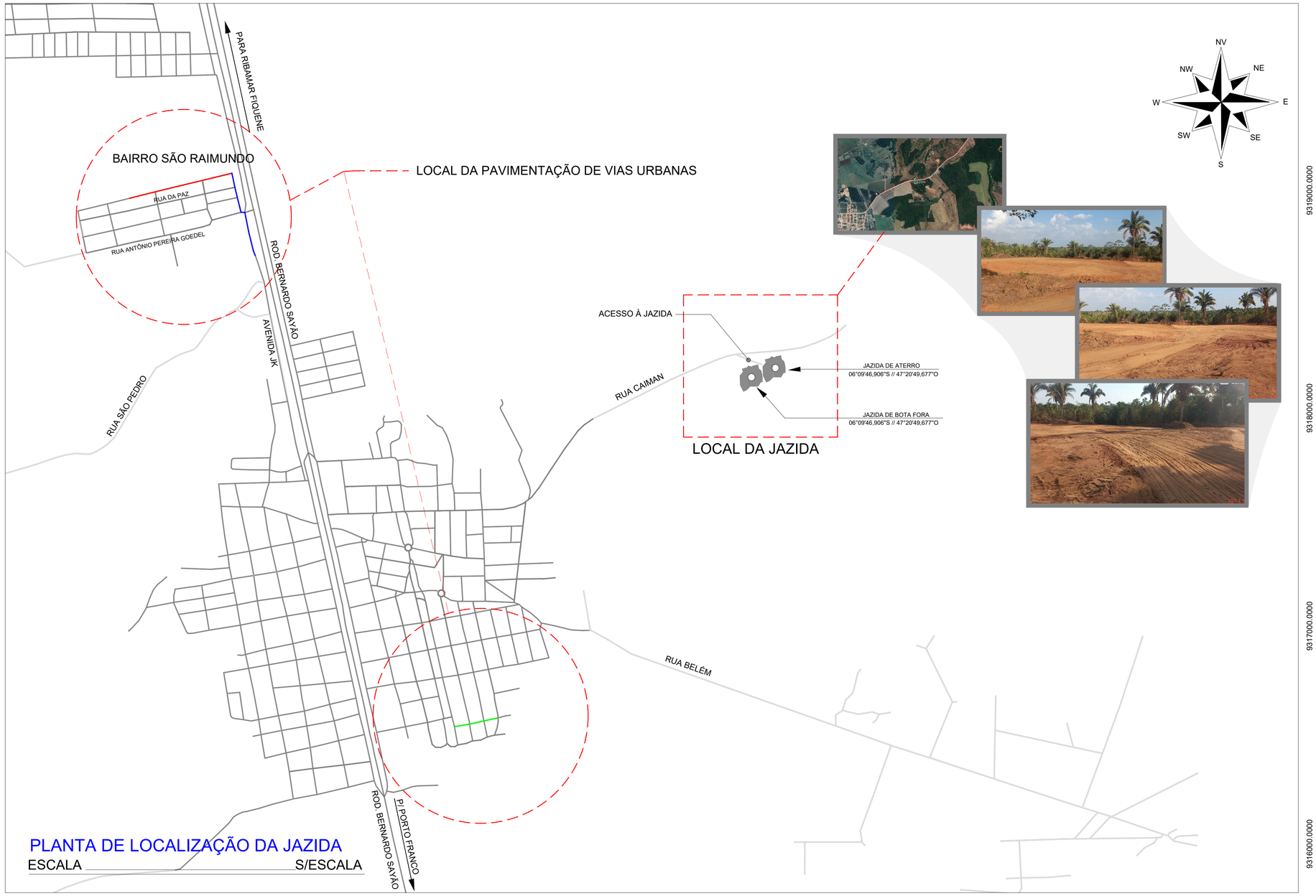
FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA:74811517334 — Assinado de forma digital por FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA:74811517334 Dados: 2024.03.18 12:08:53 -03'00'

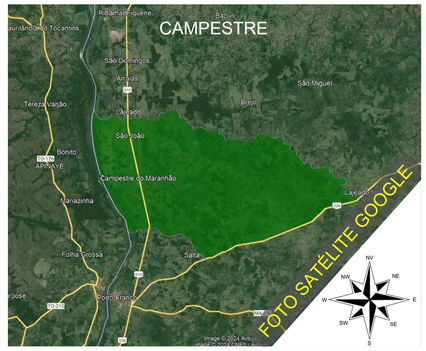
PREFEITURA DE CAMPESTRE DO MARANHÃO
CNPJ - 01.598.550/0001-17

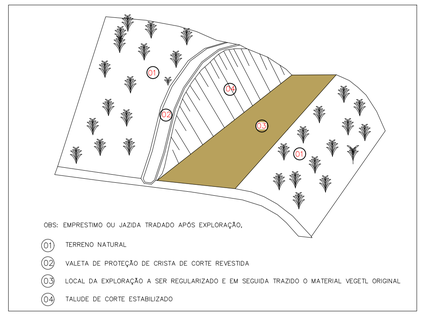
PREFEITURA DE CAMPESTRE DO MARANHÃO — Cuidando do nosso povo!

METRO2

FOLHA: 02/02







SAIBRO

*OBS1: AREIA GROSSA CUJA A COMPOSIÇÃO ENTRAM GRÂNULOS MAIORES QUE PEDRA, SE SITUA ENTRE AREIA E CASCALHO.

*OBS2: ROCHA RESULTANTE DA DECOMPOSIÇÃO QUÍMICA DE GRANITO.

ÁREA (100MX100M)

LEGENDA

DESCRIÇÃO	MEDIDAS	ALTITUDE EM RELAÇÃO AO NIVEL DO MAR	COORDENADAS GEOGRAFICAS SIRGAS 2000	
JAZIDA DE ATERRO	100 X100 m	184,00 m	06°09'46,906"S	47°20'49,677"O
JAZIDA DE BOTA FORA	100 X100 m	184,00 m	06°09'46,906"S	47°20'49,677"O

SIMBOLOGIA

SIMBOLO	DESCRIÇÃO
	JAZIDA DE ATERRO E BOTA FORA

PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS URBANAS URBANAS

COR	DESCRIÇÃO	LARG. (m)	COMP. (m)	AREA (m²)	COORDENADAS INICIO LATITUDE	COORDENADAS INICIO LONGITUDE	COORDENADAS FIM LATITUDE	COORDENADAS FIM LONGITUDE	DISTÂNCIA DO TRECHO ATÉ A JAZIDA EXTENSÃO (KM)
	TRECHO I - RUA LEONÍLIA	8,50	480,00 m	4080,00 m²	6° 9'18.29"S // 47°22'8.65"O		6° 9'21.80"S // 47°22'23.88"O		4,00
	TRECHO II - RUA RUBENS LIMA	9,00	390,00 m	3510,00 m²	6° 9'30.41"S // 47°22'5.26"O		6° 9'18.26"S // 47°22'8,55"O		3,50
	TRECHO III - RUA PARANÁ	9,00	205,00 m	1845,00 m²	6° 10'40.92"S // 47°21'35.69"O		6° 10'39.62"S // 47°21'29.15"O		2,70
	RUAS EXISTENTES								
TOTAL DE RUAS A SEREM PAVIMENTADAS			1075,00 m	9435,00 m²					



PLANTA DE LOCALIZAÇÃO DA JAZIDA

OBJETO: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS URBANAS

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE DO MARANHÃO - MA

LOCALIZAÇÃO: MUNICÍPIO DE CAMPESTRE DO MARANHÃO

EMISSÃO: MARÇO/2024

RODRIGO ROCHA DA SILVA:03756148343 — Assinado de forma digital por RODRIGO ROCHA DA SILVA:03756148343 Dados: 2024.03.15 15:06:28 -03'00'

RODRIGO ROCHA DA SILVA
CREA - 111637831-0

ESCALA: S/ESCALA

C OORDENADAS GEO SEDE:
LATITUDE: 06°10'22.939"S
LONGITUDE: 47°21'52,975"O

LEANDRO DE OLIVEIRA SILVA:05898436308 — Assinado digitalmente por LEANDRO DE OLIVEIRA SILVA:05898436308 DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC CCN COMPANHIA ENERGETICA DO MARANHAO - CEMAR, OU=AC CCN PRESENCIAL, OU=15485.eid, OU=[ACCN+Cemar]PF A1, CN=LEANDRO DE OLIVEIRA SILVA:05898436308 Razão: Eu sou o autor deste documento Localização: Data: 2024-03-18 11:57:34 Foxit Reader Versão: 9.0.1

LEANDRO DE OLIVEIRA SILVA
CREA - 111631605-6

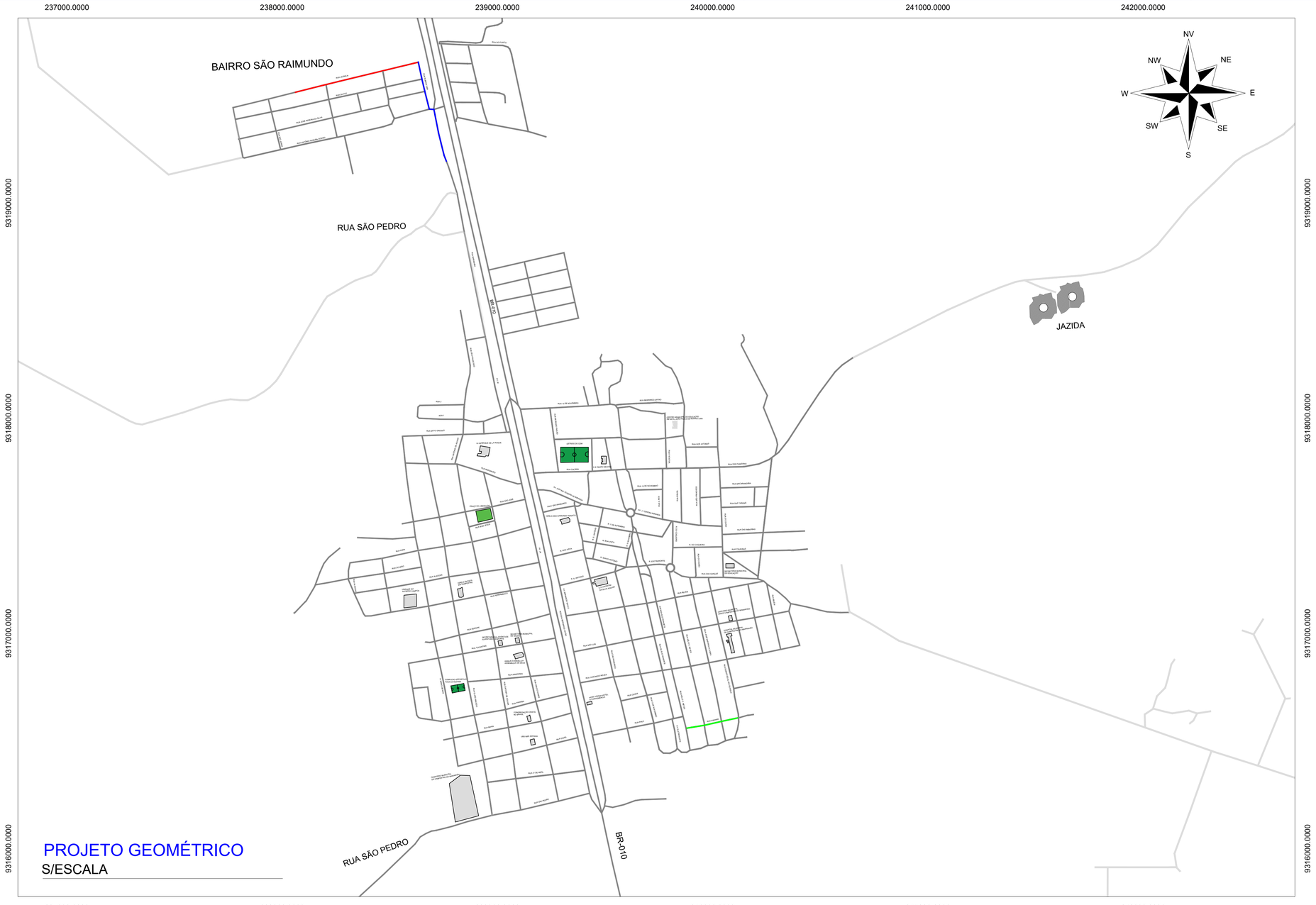
FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA:74811517334 — Assinado de forma digital por FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA:74811517334 Dados: 2024.03.18 12:06:11 -03'00'

PREFEITURA DE CAMPESTRE DO MARANHÃO
CNPJ - 01.598.550/0001-17

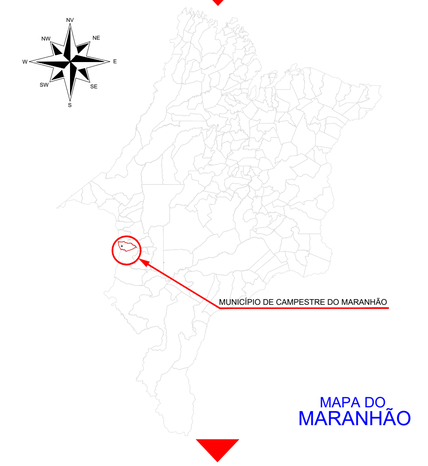
PREFEITURA DE CAMPESTRE DO MARANHÃO — Cuidando do nosso ponto!

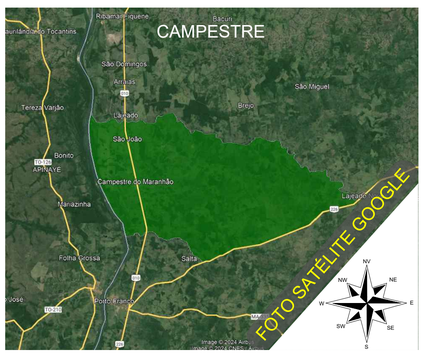
METRO2

FOLHA: 01/01



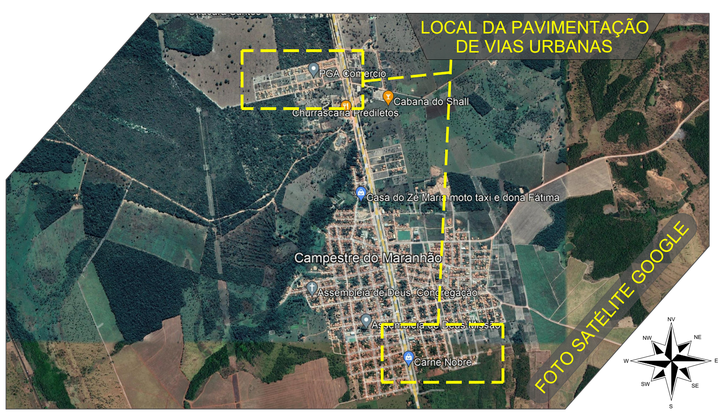






LEGENDA

COR	DESCRIÇÃO	LARG. (m)	COMP. (m)	ÁREA (m²)	COORDENADAS			
					INÍCIO		FIM	
					LATITUDE	LONGITUDE	LATITUDE	LONGITUDE
	TRECHO I - RUA LEONÍLIA	8,50	480,00 m	4.080,00 m²	6° 9'18.29"S // 47°22'8.65"O		6° 9'21.80"S // 47°22'23.88"O	
	TRECHO II - RUBENS LIMA	9,00	390,00 m	3.510,00 m²	6° 9'30.41"S // 47°22'5.26"O		6° 9'18.26"S // 47°22'8.55"O	
	TRECHO III - PARANÁ	9,00	205,00 m	1.845,00 m²	6° 10'40.92"S // 47°21'35.69"O		6° 10'39.62"S // 47°21'29.15"O	
	RUAS EXISTENTES							
TOTAL DE RUAS A SEREM PAVIMENTADAS			1.075,00 m	9.435,00 m²				



PROJETO GEOMÉTRICO

OBJETO: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS URBANAS

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE DO MARANHÃO - MA

LOCALIZAÇÃO/CONTEÚDO: SEDE CAMPESTRE/PLANTA ILUMINADA

EMISSÃO: MAIO/2024

RODRIGO ROCHA DA SILVA:03756148343 — Assinado de forma digital por RODRIGO ROCHA DA SILVA:03756148343 Dados: 2024.08.20 10:02:05 -03'00'

RODRIGO ROCHA DA SILVA
CREA - 111637831-0

ESCALA: S/ESCALA

COORDENADAS GEO SEDE:
LATITUDE: 06°10'22.939"S
LONGITUDE: 47°21'52.975"O

LEANDRO DE OLIVEIRA SILVA 05898436308 — Assinado digitalmente por LEANDRO DE OLIVEIRA SILVA: 05898436308 DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Certificado Digital PF A3, OU=Videoconferência, OU=AR SOLUTI LTDA, OU=Presencial, OU=05898436308, CN=LEANDRO DE OLIVEIRA SILVA: 05898436308
Razões: Sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2024.08.20 11:40:43-03'00'
Foxit Reader Versão: 23.1.1

LEANDRO DE OLIVEIRA SILVA
CREA - 111631605-6

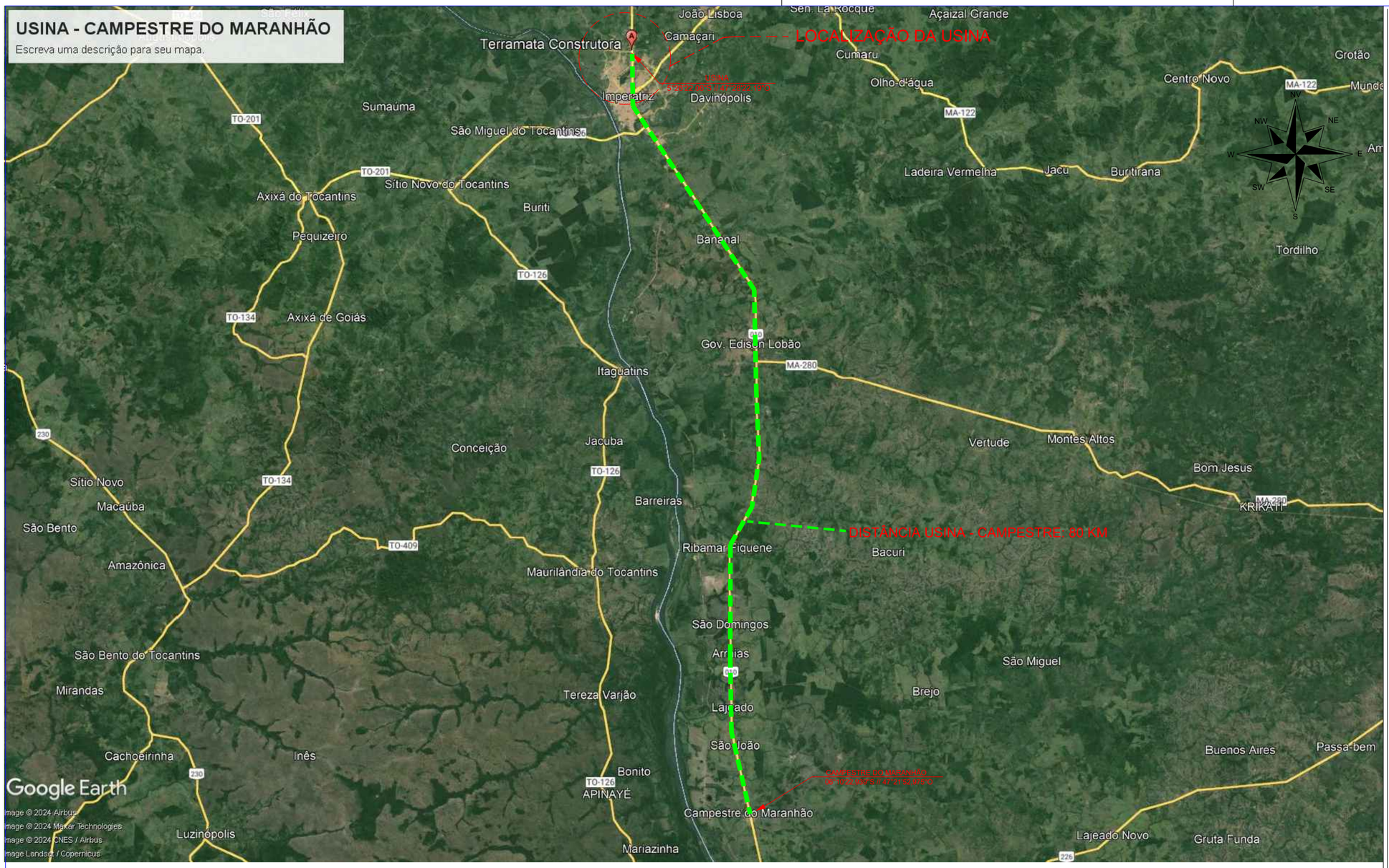
FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA:74811517334 — Assinado de forma digital por FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA:74811517334 Dados: 2024.08.20 10:02:17 -03'00'

PREFEITURA DE CAMPESTRE DO MARANHÃO
CNPJ - 01.598.550/0001-17

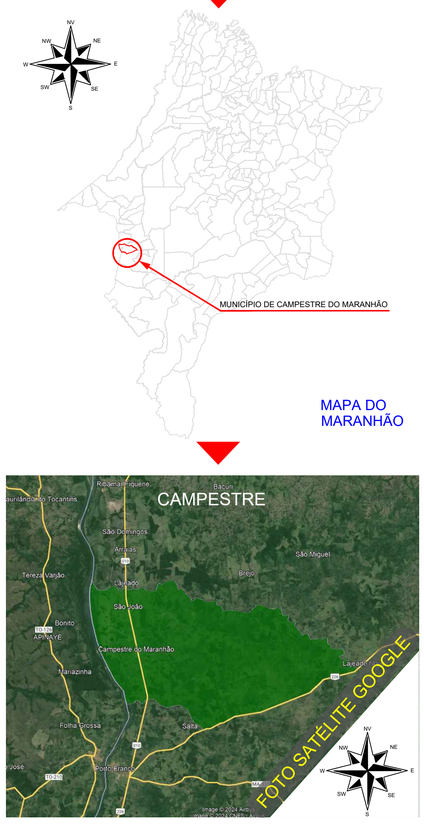
PREFEITURA DE CAMPESTRE DO MARANHÃO
Cuidando do nosso povo!

METRO2

FOLHA: 01/01







PROJETO DE LOCALIZAÇÃO DA USINA

ESCALA _____S/ESCALA

PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS URBANAS

PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS URBANAS

DESCRIÇÃO	LARG. (m)	COMP. (m)	AREA (m²)	COORDENADAS			
				INICIO		FIM	
				LATITUDE	LONGITUDE	LATITUDE	LONGITUDE
TRECHO I - RUA LEONÍLIA	8,50	480,00 m	4.080,00 m²	6° 9'18.29"S // 47°22'8.65"O		6° 9'21.80"S // 47°22'23.88"O	
TRECHO II - RUBENS LIMA	9,00	390,00 m	3.510,00 m²	6° 9'30.41"S // 47°22'5.26"O		6° 9'18.26"S // 47°22'8.55"O	
TRECHO III - PARANÁ	9,00	205,00 m	1845,00 m²	6° 10'40.92"S // 47°21'35.69"O		6° 10'39.62"S // 47°21'29.15"O	
TOTAL DE RUAS A SEREM PAVIMENTADAS		1075,00 m	9435,00 m²				



PROJETO DE LOCALIZAÇÃO DA USINA

OBJETO: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS URBANAS

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE DO MARANHÃO - MA

LOCALIZAÇÃO: MUNICÍPIO DE CAMPESTRE DO MARANHÃO

EMISSÃO: JUNHO/2024

RODRIGO ROCHA DA SILVA:03756148343 — Assinado de forma digital por RODRIGO ROCHA DA SILVA:03756148343 Dados: 2024.08.19 09:38:12 -03'00'

RODRIGO ROCHA DA SILVA
CREA - 111637831-0

ESCALA: S/ESCALA

C OORDENADAS GEO SEDE:
LATITUDE: 06°10'22.939"S
LONGITUDE: 47°21'52.975"O

LEANDRO DE OLIVEIRA SILVA:05898436308 — Assinado digitalmente por LEANDRO DE OLIVEIRA SILVA:05898436308 Dados: 2024.08.19 09:38:25 -03'00'

LEANDRO DE OLIVEIRA SILVA
CREA - 111631605-6

FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA:74811517334 — Assinado de forma digital por FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA:74811517334 Dados: 2024.08.19 09:38:25 -03'00'

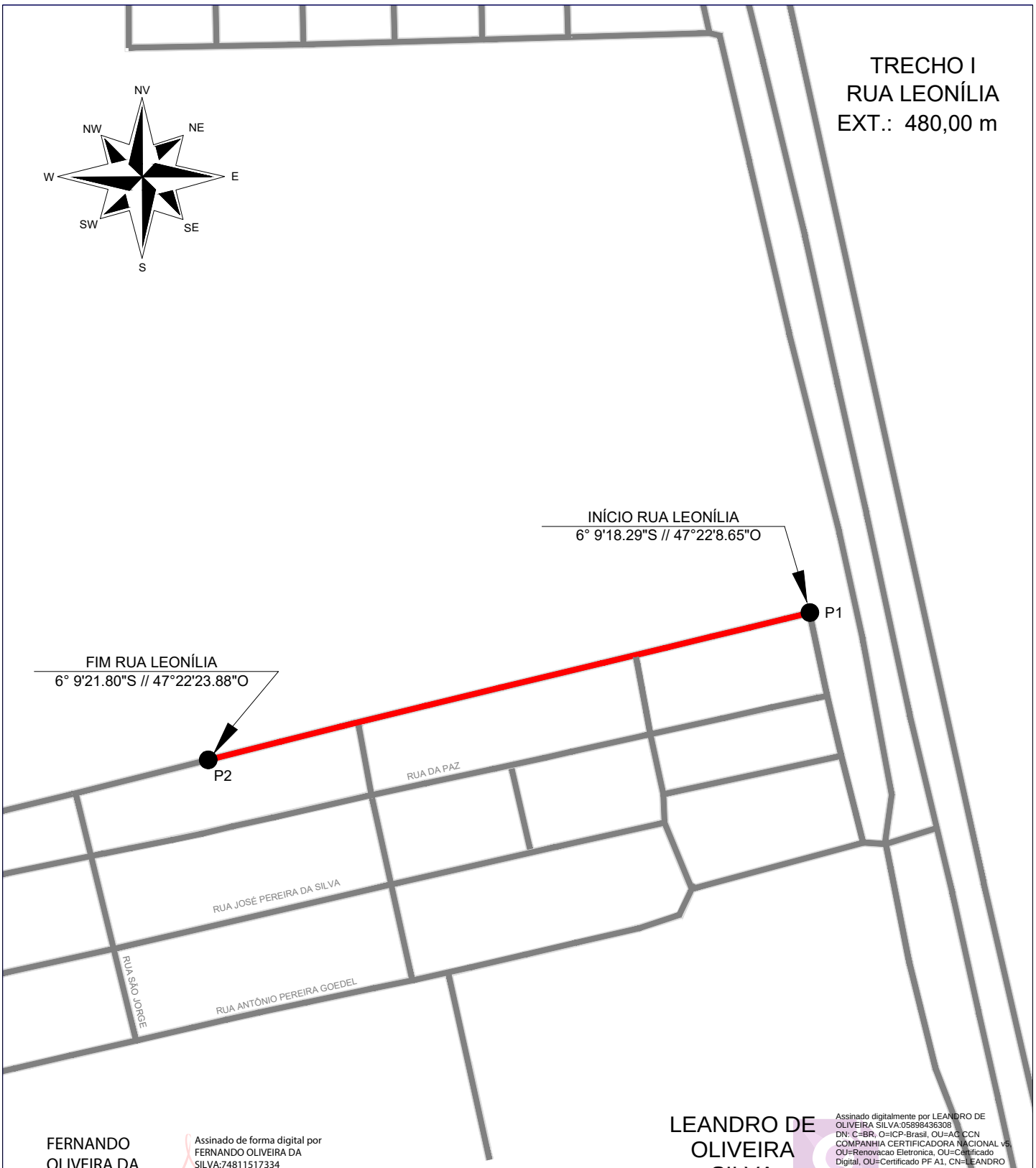
PREFEITURA DE CAMPESTRE DO MARANHÃO
CNPJ - 01.598.550/0001-17

PREFEITURA DE CAMPESTRE DO MARANHÃO — Cuidando de nossa gente!

METRO2

FOLHA: 01/01

TRECHO I
RUA LEONÍLIA
EXT.: 480,00 m



FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA:74811517334
Assinado de forma digital por FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA:74811517334
Dados: 2024.03.18 12:06:36 -03'00'

LEANDRO DE OLIVEIRA SILVA: 05898436308
Assinado digitalmente por LEANDRO DE OLIVEIRA SILVA:05898436308
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC CCN COMPANHIA CERTIFICADORA NACIONAL v5, OU=Renovacao Eletronica, OU=Certificado Digital, OU=Certificado PF A1, CN=LEANDRO DE OLIVEIRA SILVA:05898436308
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2024-03-18 11:56:39
Foxit Reader Versão: 9.3.0

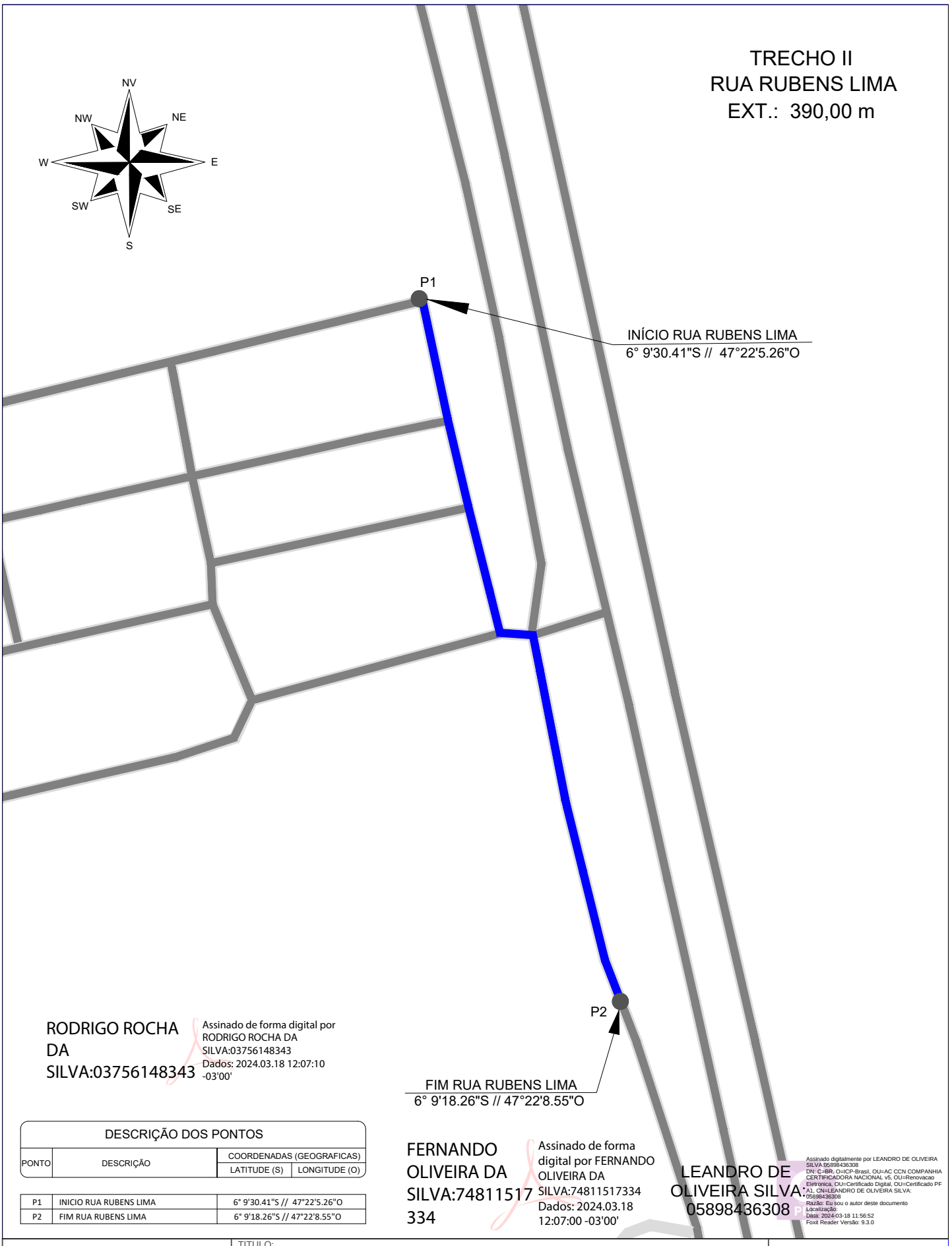
DESCRIÇÃO DOS PONTOS			
PONTO	DESCRIÇÃO	COORDENADAS (GEOGRAFICAS)	
		LATITUDE (S)	LONGITUDE (O)
P1	INICIO RUA LEONÍLIA	6° 9'18.29"S // 47°22'8.65"O	
P2	FIM RUA LEONÍLIA	6° 9'21.80"S // 47°22'23.88"O	

RODRIGO ROCHA DA SILVA:03756148343
Assinado de forma digital por RODRIGO ROCHA DA SILVA:03756148343
Dados: 2024.03.15 15:05:43 -03'00'

PREFEITURA DE CAMPESTRE DO MARANHÃO
Cuidando de nossa gente!

TITULO: PLANTA DE IMPLANTAÇÃO - TRECHO I
PRANCHA: 01/03
OBJETO: PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS
ENDEREÇO: PREF. MUN. DE CAMPESTRE DO MARANHÃO - MA
DATA: MARÇO/2024
RESPONSÁVEL TÉCNICO: RODRIGO ROCHA DA SILVA
CREA: CREA - 111637831-0
ESCALA: S/ESCALA

TRECHO II
RUA RUBENS LIMA
EXT.: 390,00 m



RODRIGO ROCHA DA SILVA:03756148343
Assinado de forma digital por RODRIGO ROCHA DA SILVA:03756148343
Dados: 2024.03.18 12:07:10 -03'00'

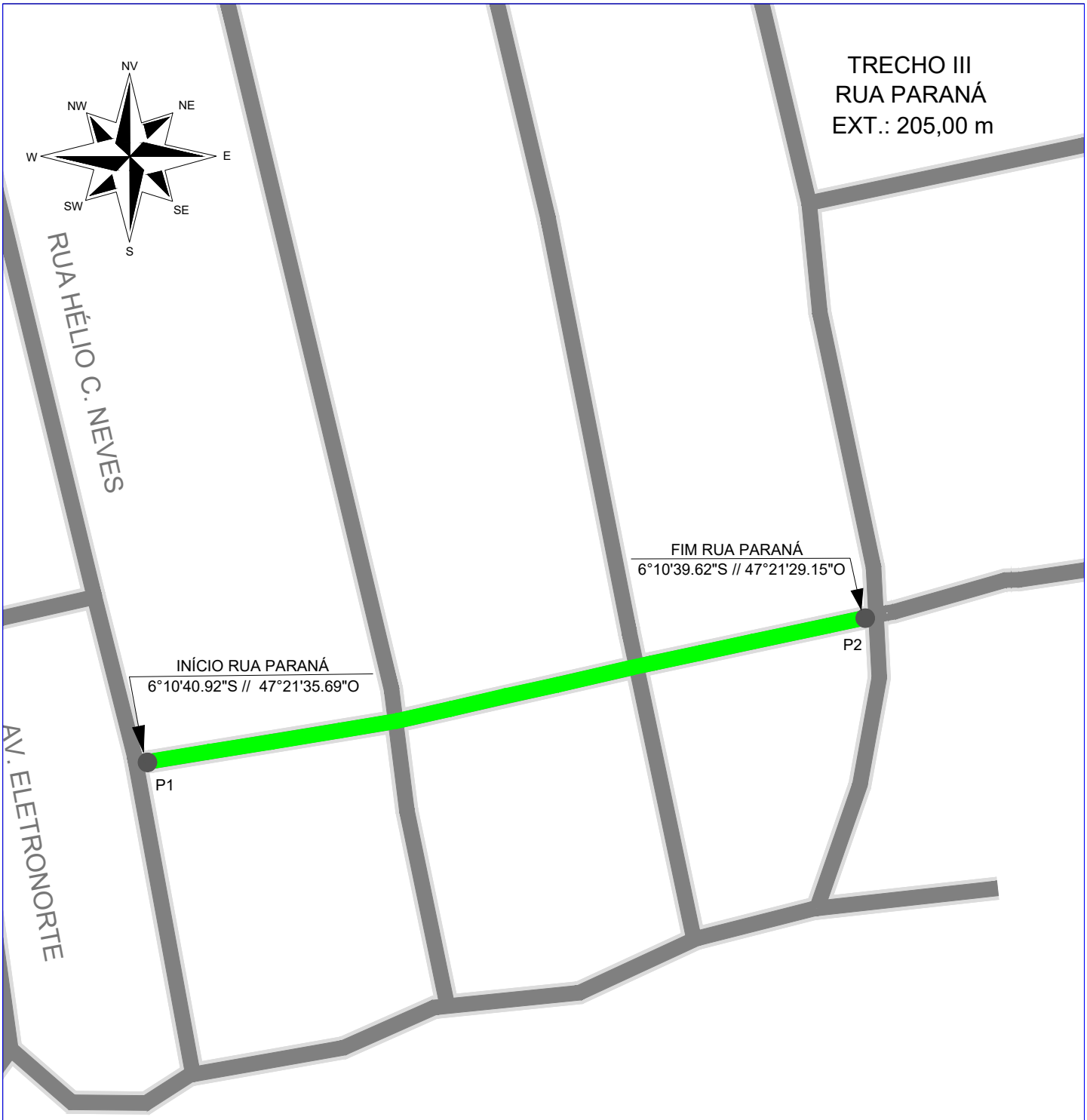
DESCRIÇÃO DOS PONTOS			
PONTO	DESCRIÇÃO	COORDENADAS (GEOGRAFICAS)	
		LATITUDE (S)	LONGITUDE (O)
P1	INICIO RUA RUBENS LIMA	6° 9'30.41"S // 47°22'5.26"O	
P2	FIM RUA RUBENS LIMA	6° 9'18.26"S // 47°22'8.55"O	

FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA:74811517334
Assinado de forma digital por FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA:74811517334
Dados: 2024.03.18 12:07:00 -03'00'

LEANDRO DE OLIVEIRA SILVA:05898436308
Assinado digitalmente por LEANDRO DE OLIVEIRA SILVA:05898436308
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC CCN COMPANHIA CERTIFICADORA NACIONAL v5, OU=Renovacao Eletronica, OU=Certificado Digital, OU=Certificado PF A1, CN=LEANDRO DE OLIVEIRA SILVA:05898436308
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2024-03-18 11:56:52
Foxit Reader Versão: 9.3.0

PREFEITURA DE CAMPESTRE DO MARANHÃO
Cuidando da nossa gente!

TITULO: PLANTA DE IMPLANTAÇÃO - TRECHO II
OBJETO: PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS
ENDEREÇO: PREF. MUN. DE CAMPESTRE DO MARANHÃO - MA
RESPONSÁVEL TÉCNICO: RODRIGO ROCHA DA SILVA
CREA: CREA - 111637831-0
PRANCHA: 02/03
DATA: MARÇO/2024
ESCALA: S/ESCALA



RODRIGO ROCHA DA SILVA:03756148343

Assinado de forma digital por RODRIGO ROCHA DA SILVA:03756148343
Dados: 2024.03.18 12:07:46 -03'00'

DESCRIÇÃO DOS PONTOS			
PONTO	DESCRIÇÃO	COORDENADAS (GEOGRAFICAS)	
		LATITUDE (S)	LONGITUDE (O)
P1	INICIO RUA PARANÁ	6°10'40.92"S // 47°21'35.69"O	
P2	FIM RUA PARANÁ	6°10'39.62"S // 47°21'29.15"O	

FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA:74811517334

Assinado de forma digital por FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA:74811517334
Dados: 2024.03.18 12:07:29 -03'00'

LEANDRO DE OLIVEIRA SILVA: 05898436308

Assinado digitalmente por LEANDRO DE OLIVEIRA SILVA:05898436308
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC CCN COMPANHIA CERTIFICADORA NACIONAL v5, OU=Renovacao Eletronica, OU=Certificado Digital, OU=Certificado PF A1, CN=LEANDRO DE OLIVEIRA SILVA:05898436308
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2024-03-18 11:57:02
Foxit Reader Versão: 9.3.0

PREFEITURA DE CAMPESTRE DO MARANHÃO
Cuidando da nossa gente!

TITULO: PLANTA DE IMPLANTAÇÃO - TRECHO III

PRANCHA: 03/03

OBJETO: PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS

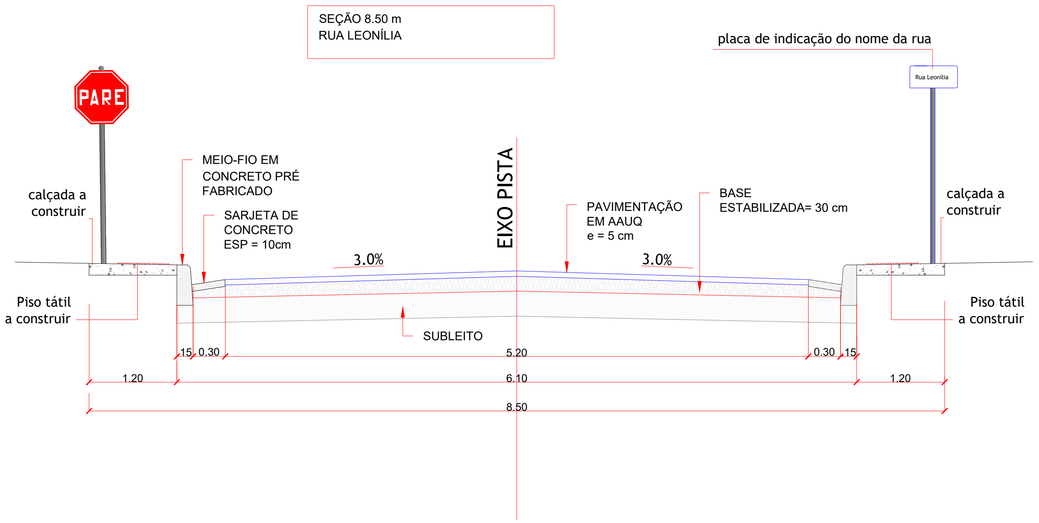
ENDEREÇO: PREF. MUN. DE CAMPESTRE DO MARANHÃO - MA

DATA: MARÇO/2024

RESPONSÁVEL TÉCNICO: RODRIGO ROCHA DA SILVA

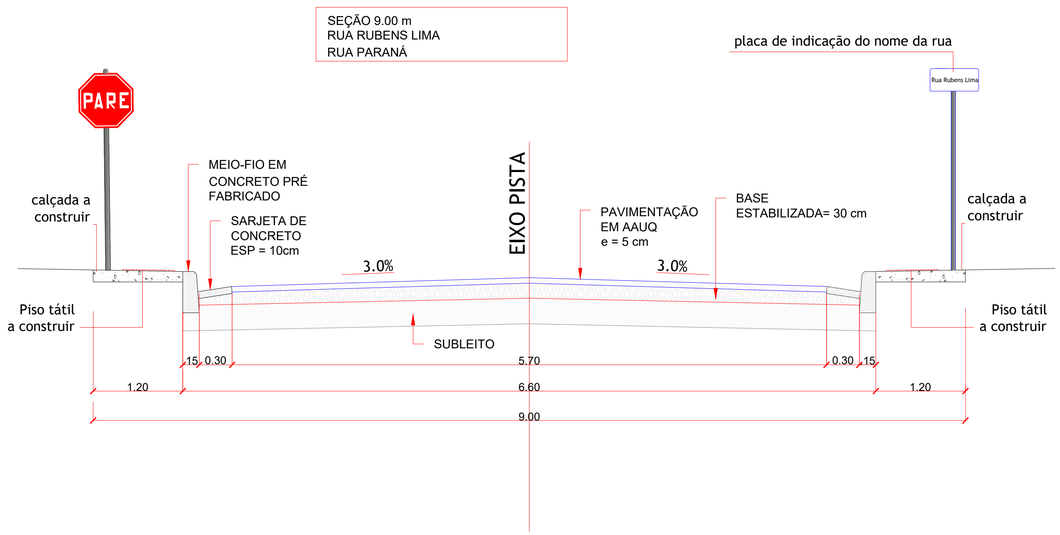
CREA: CREA - 111637831-0

ESCALA: S/ESCALA



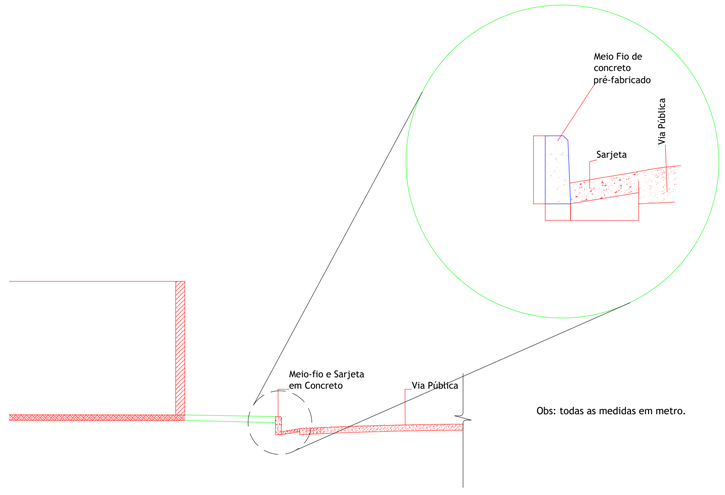
SEÇÃO TRANSVERSAL - SEÇÃO 8,50 m

S/ ESCALA



SEÇÃO TRANSVERSAL - SEÇÃO 9,00 m

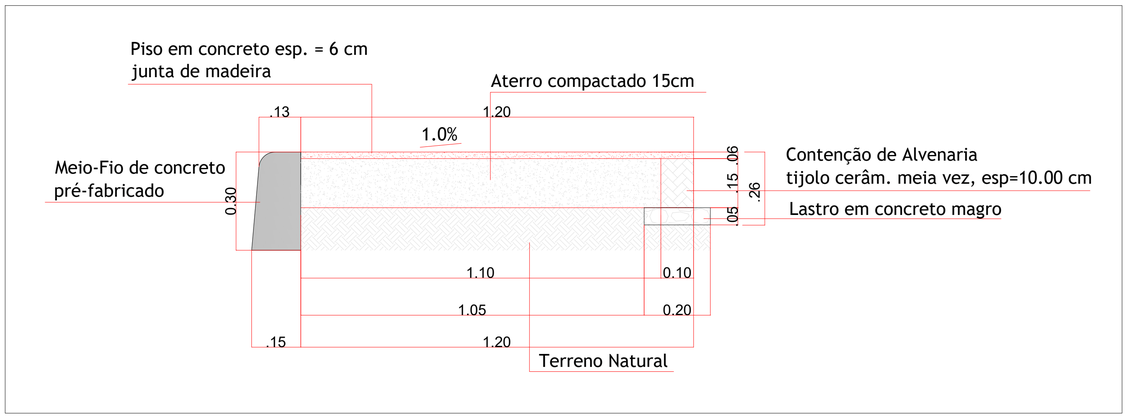
S/ ESCALA



DETALHE DRENAGEM SUPERFICIAL

S/ ESCALA

CALÇADA A CONSTRUIR



DETALHE EXECUÇÃO DE PASSEIO - ESPESSURA 6 CM

S/ ESCALA

PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS URBANAS

DESCRIÇÃO	LARG. (m)	COMP. (m)	AREA (m²)	COORDENADAS				DISTÂNCIA DO TRECHO ATÉ A JAZIDA EXTENSÃO (KM)
				INICIO		FIM		
				LATITUDE	LONGITUDE	LATITUDE	LONGITUDE	
TRECHO I - RUA LEONÍLIA	8,50	480,00 m	4080,00 m²	6° 9'18.29"S // 47°22'8.65"O		6° 9'21.80"S // 47°22'23.88"O		4,00
TRECHO II - RUA RUBENS LIMA	9,00	390,00 m	3510,00 m²	6° 9'30.41"S // 47°22'5.26"O		6° 9'18.26"S // 47°22'8,55"O		3,50
TRECHO III - RUA PARANÁ	9,00	205,00 m	1845,00 m²	6° 10'40.92"S // 47°21'35.69"O		6° 10'39.62"S // 47°21'29.15"O		2,70
TOTAL DE RUAS A SEREM PAVIMENTADAS		1075,00 m	9435,00 m²					



SEÇÃO TRANSVERSAL, DRENAGEM E CALÇADA

OBJETO: PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE DO MARANHÃO - MA

LOCALIZAÇÃO: MUNICÍPIO DE CAMPESTRE DO MARANHÃO

EMISSÃO: MARÇO/2024

RODRIGO ROCHA DA SILVA:03756148343 — Assinado de forma digital por RODRIGO ROCHA DA SILVA:03756148343 Dados: 2024.03.15 15:07:46 -03'00'

RODRIGO ROCHA DA SILVA
CREA - 111637831-0

ESCALA: S/ESCALA

COORDENADAS GEO SEDE:
LATITUDE: 06°10'22.939"S
LONGITUDE: 47°21'52.975"O

LEANDRO DE OLIVEIRA SILVA:05898436308 — Assinado digitalmente por LEANDRO DE OLIVEIRA SILVA:05898436308 ... Data: 2024-03-18 12:03:52

LEANDRO DE OLIVEIRA SILVA
CREA - 111631605-6

FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA:74811517334 — Assinado de forma digital por FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA:74811517334 Dados: 2024.03.18 12:05:40 -03'00'

PREFEITURA DE CAMPESTRE DO MARANHÃO
CNPJ - 01.598.550/0001-17

PREFEITURA DE CAMPESTRE DO MARANHÃO — Cuidando do nosso povo!

METRO2

FOLHA: 01/01

237000.0000 238000.0000 239000.0000 240000.0000 241000.0000 242000.0000

93190000.0000 93180000.0000 93170000.0000

CAMPESTRE DO MARANHÃO

170 m

RUA LEONÍLIA

RUA RUBENS LIMA

170 m

NV NW NE W E SW SE S

FINAL=EST.19+10.895

NO/CIO=EST.0+0.000

PI=EST.10+11.085

PI=EST.10+3.577

INÍCIO=EST.0+0.000

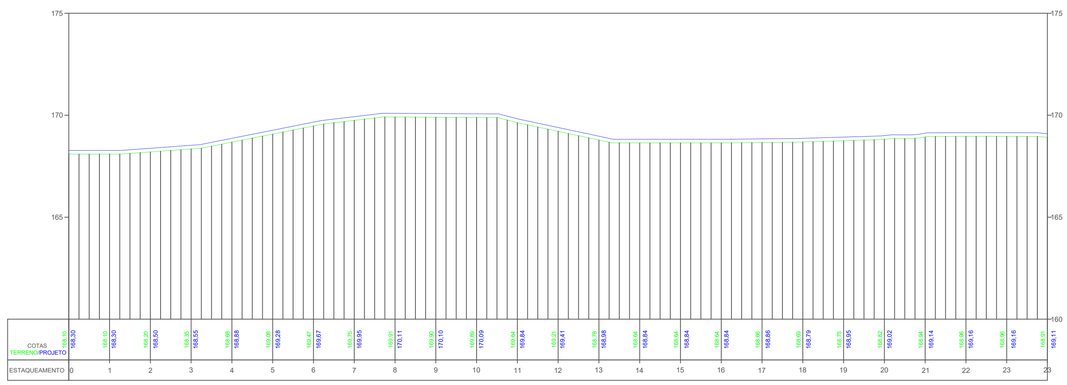
FINAL=EST.23+13.297

ESTAQUEAMENTO E CURVAS
S/ESCALA

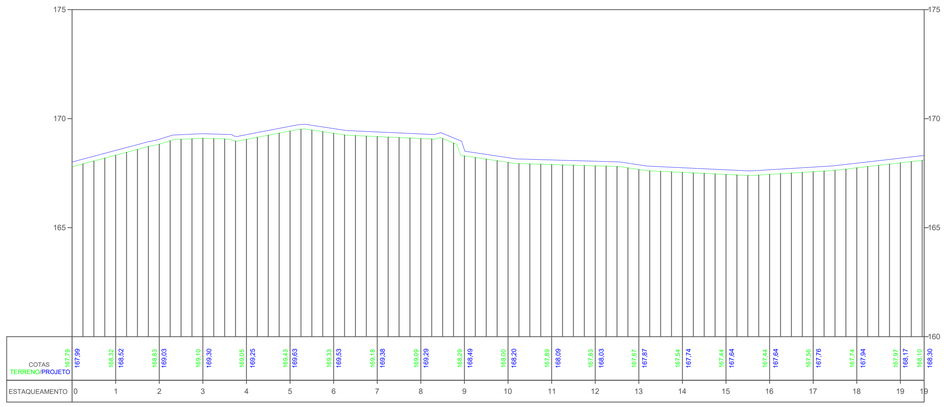
VISÃO AMPLIADA
ESTAQUEMANTO
S/ESCALA

DESCRIÇÃO	LARG. (m)	COMP. (m)	AREA (m²)	COORDENADAS INICIO LATITUDE	COORDENADAS INICIO LONGITUDE	COORDENADAS FIM LATITUDE	COORDENADAS FIM LONGITUDE
TRECHO I - RUA LEONILIA	8,50	480,00 m	4080,00 m²	6° 919.29"S	47°2225.65"O	6° 9'21.82"S	47°2223.99"O
TRECHO II - RUA RUBENS LIMA	9,00	390,00 m	3510,00 m²	6° 930.41"S	47°225.26"O	6° 918.26"S	47°228.55"O

PERFIL RUA LEONÍLIA



PERFIL RUA RUBENS LIMA



PERFIL ESTAQUEAMENTO E CURVAS

OBJETO: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS URBANAS

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE DO MARANHÃO - MA

ENDEREÇO DA OBRA: MUNICÍPIO DE CAMPESTRE DO MARANHÃO

EMISSÃO: ABRIL/2024

RODRIGO ROCHA DA SILVA:03756148343 — Assinado de forma digital por RODRIGO ROCHA DA SILVA:03756148343 Dados: 2024.05.29 10:28:57 -03'00'
RODRIGO ROCHA DA SILVA
CREA - 111637831-0

ESCALA: S/ESCALA

C.C ORDENADAS GEO SEDE:
LATITUDE: 06°10'22.939"S
LONGITUDE: 47°21'52.975"O

LEANDRO DE OLIVEIRA SILVA: 05898436308 — Assinado de forma digital por LEANDRO DE OLIVEIRA SILVA:05898436308 Dados: 2024.05.29 10:29:04 -03'00'
LEANDRO DE OLIVEIRA SILVA
CREA - 111631605-6

FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA:74811517334 — Assinado de forma digital por FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA:74811517334 Dados: 2024.05.29 10:29:04 -03'00'
PREFEITURA DE CAMPESTRE DO MARANHÃO
CNPJ - 01.598.550/0001-17

PREFEITURA DE CAMPESTRE DO MARANHÃO — Cuidando de nossa gente!

METRO2

FOLHA: 01/02

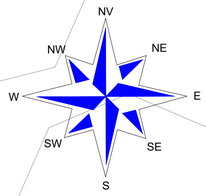
237000.0000 238000.0000 239000.0000 240000.0000 241000.0000 242000.0000

9319000.0000

9318000.0000

9317000.0000

CAMPESTRE DO MARANHÃO



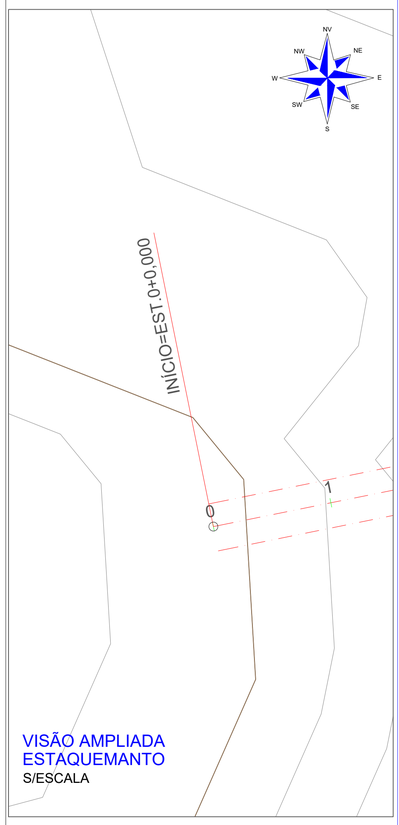
INÍCIO=EST.0+0,000

FINAL=EST.10+6,151

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 10

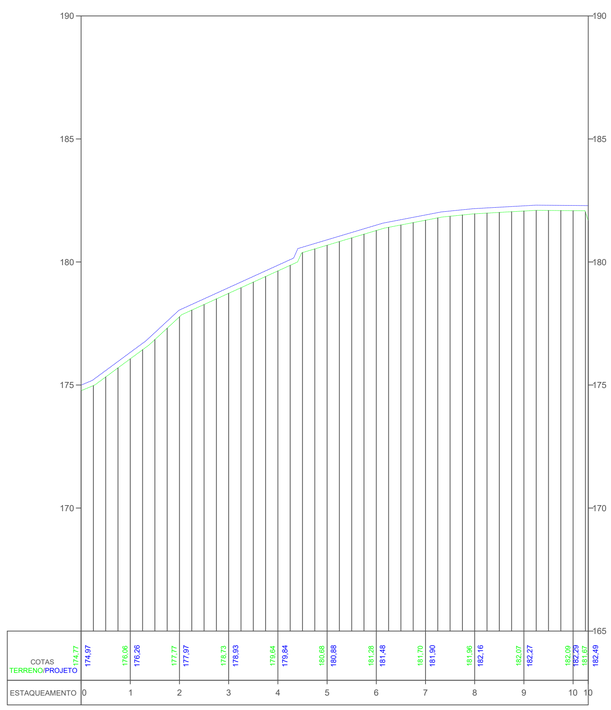
RUA PARANÁ

ESTAQUEAMENTO E CURVAS
S/ESCALA



VISÃO AMPLIADA
ESTAQUEMANTO
S/ESCALA

PERFIL RUA PARANÁ



DESCRIÇÃO	LARG. (m)	COMP. (m)	ÁREA (m²)	COORDENADAS			
				INICIO		FIM	
				LATITUDE	LONGITUDE	LATITUDE	LONGITUDE
TRECHO III - RUA PARANÁ	9,00	205,00 m	1845,00 m²	6° 10'40.82"S // 47°21'35.69"O		6° 10'39.62"S // 47°21'29.15"O	

PERFIL ESTAQUEAMENTO E CURVAS

OBJETO:
PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS URBANAS

PROPRIETÁRIO:
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE DO MARANHÃO - MA

ENDEREÇO DA OBRA:
MUNICÍPIO DE CAMPESTRE DO MARANHÃO

EMISSÃO:
ABRIL/2024

RODRIGO ROCHA DA SILVA:03756148343
Assinado de forma digital por RODRIGO ROCHA DA SILVA:03756148343
Dados: 2024.05.29 10:33:28 -03'00'
RODRIGO ROCHA DA SILVA
CREA - 111637831-0

ESCALA:
S/ESCALA

C. COORDENADAS GEO SEDE:
LATITUDE: 06°10'22.339"S
LONGITUDE: 47°21'52.975"O

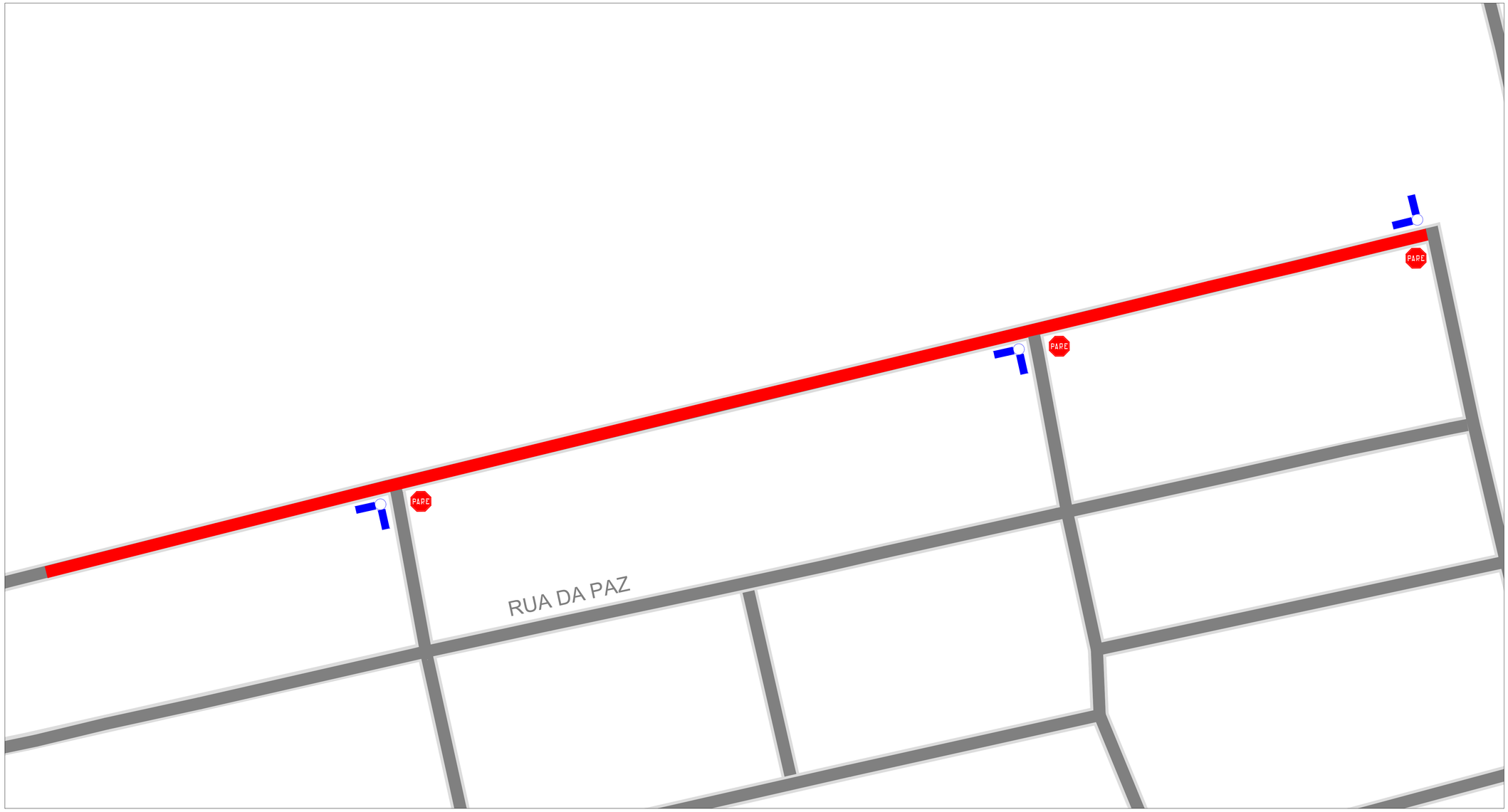
LEANDRO DE OLIVEIRA SILVA:05898436308
Assinado digitalmente por LEANDRO DE OLIVEIRA SILVA:05898436308
CN = BR, O = ICP-Brasil, OU = CTV, OU = PRESENCIAL, OU = Certificado PF A1, OU = Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU = VIDEOCONFERENCIA, OU = Certificado Digital, OU = Certificado PF A1, CN = LEANDRO DE OLIVEIRA SILVA:05898436308
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2024-05-29 07:57:55
Foxit Reader Versão: 2024.1.0
LEANDRO DE OLIVEIRA SILVA
CREA - 111637605-6

FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA:74811517334
Assinado de forma digital por FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA:74811517334
Dados: 2024.05.29 10:32:45 -03'00'
"PREFEITURA DE CAMPESTRE DO MARANHÃO"
CNPJ - 01.598.550/0001-17

PREFEITURA DE CAMPESTRE DO MARANHÃO
Construindo um novo tempo!

METRO2

FOLHA:
02/02



RUA LEONÍLIA

S/ ESCALA

QUADRO DE LEGENDAS	
	VIAS EXISTENTES
	RUA LEONÍLIA
PARE	PLACA DE SINALIZAÇÃO "PARE"
	PLACA DE SINALIZAÇÃO "NOME RUA"

PROJETO DE SINALIZAÇÃO - IMPLANTAÇÃO

MODALIDADE: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS URBANAS

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE DO MARANHÃO - MA

ENDEREÇO: SEDE CAMPESTRE - BAIRRO SÃO RAIMUNDO

EMISSÃO: MARÇO/2024

RODRIGO ROCHA DA SILVA:03756148343
Assinado de forma digital por RODRIGO ROCHA DA SILVA:03756148343
Dados: 2024.03.15 15:09:12 -03'00'
RODRIGO ROCHA DA SILVA
CREA - 111637831-0

ESCALA: S/ ESCALA

COORDENADAS GEO:
LATITUDE: 06°10'22.939"S
LONGITUDE: 47°21'52.975"O

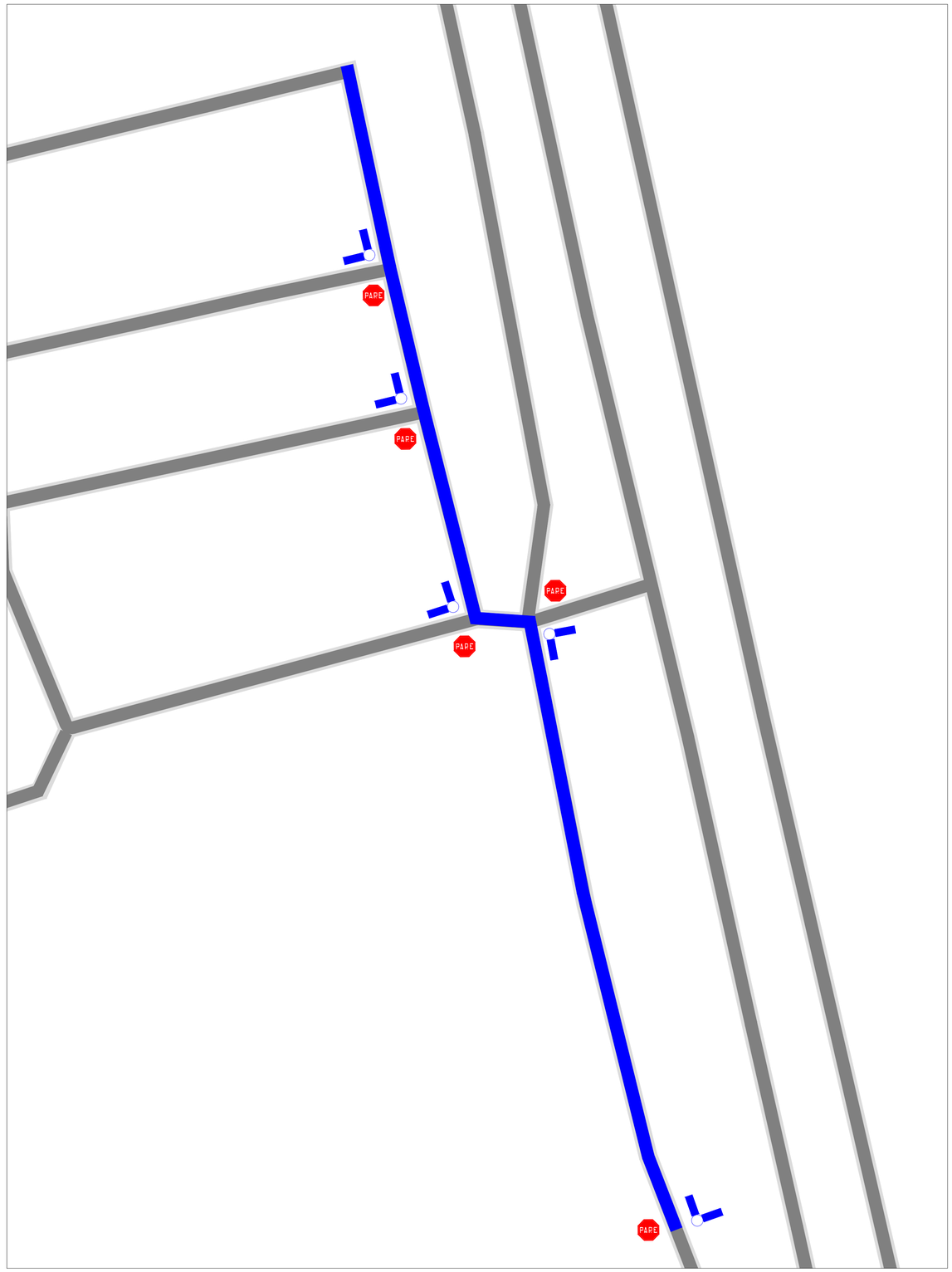
LEANDRO DE OLIVEIRA SILVA: 05898436308
Assinado digitalmente por LEANDRO DE OLIVEIRA SILVA: 05898436308
OID.2.16.76...
CN = LEAN...
Razão: Eu sou o autor deste documento
Local: ...
Data: 2024-03-18 11:55:33
Foxit Reader Versão: 9.3.0
LEANDRO DE OLIVEIRA SILVA
CREA - 111631605-6

FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA:74811517334
Assinado de forma digital por FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA:74811517334
Dados: 2024.03.18 12:09:21 -03'00'
PREFEITURA DE CAMPESTRE DO MARANHÃO
CNPJ - 01.598.550/0001-17

PREFEITURA DE CAMPESTRE DO MARANHÃO
Cuidando de nossa gente!

METRO2

FOLHA: 01/03



RUA RUBENS LIMA

S/ ESCALA

QUADRO DE LEGENDAS

	VIAS EXISTENTES
	RUA RUBENS LIMA
PARE	PLACA DE SINALIZAÇÃO "PARE"
	PLACA DE SINALIZAÇÃO "NOME RUA"

PROJETO DE SINALIZAÇÃO - IMPLANTAÇÃO

MODALIDADE: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS URBANAS

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE DO MARANHÃO - MA

ENDEREÇO: SEDE CAMPESTRE - BAIRRO SÃO RAIMUNDO

EMISSÃO: MARÇO/2024

RODRIGO ROCHA DA SILVA:03756148343 — Assinado de forma digital por RODRIGO ROCHA DA SILVA:03756148343 Dados: 2024.03.18 12:09:45 -03'00'

RODRIGO ROCHA DA SILVA
CREA - 111637831-0

ESCALA: S/ ESCALA

COORDENADAS GEO:
LATITUDE: 06°10'22.939"S
LONGITUDE: 47°21'52.975"O

LEANDRO DE OLIVEIRA SILVA:05898436308 — Assinado digitalmente por LEANDRO DE OLIVEIRA SILVA:05898436308 Razão: Eu sou o autor deste documento Localização: Data: 2024.03.18 12:55:18 Foxit Reader Versão: 9.2.0

LEANDRO DE OLIVEIRA SILVA
CREA - 111631605-6

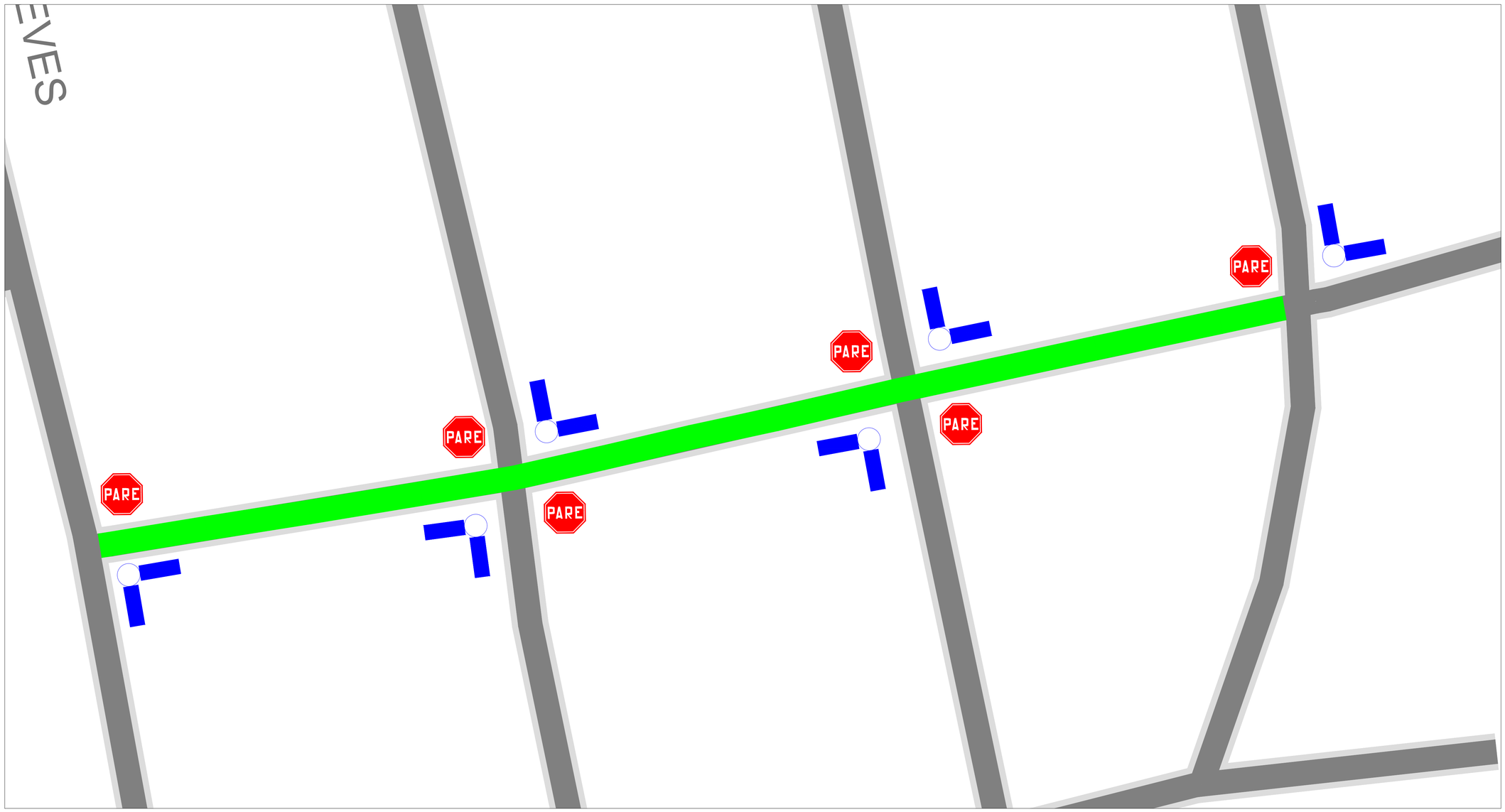
FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA:74811517334 — Assinado de forma digital por FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA:74811517334 Dados: 2024.03.18 12:09:58 -03'00'

PREFEITURA DE CAMPESTRE DO MARANHÃO
CNPJ - 01.598.550/0001-17

PREFEITURA DE CAMPESTRE DO MARANHÃO — Cuidando de nossa gente!

METRO2

FOLHA: 02/03



RUA PARANÁ

S/ ESCALA

QUADRO DE LEGENDAS	
	VIAS EXISTENTES
	RUA PARANÁ
PARE	PLACA DE SINALIZAÇÃO "PARE"
	PLACA DE SINALIZAÇÃO "NOME RUA"

PROJETO DE SINALIZAÇÃO - IMPLANTAÇÃO

MODALIDADE: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS URBANAS

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE DO MARANHÃO - MA

ENDEREÇO: SEDE CAMPESTRE - BAIRRO SÃO RAIMUNDO

EMISSÃO: MARÇO/2024

RODRIGO ROCHA DA SILVA:03756148343
Assinado de forma digital por RODRIGO ROCHA DA SILVA:03756148343
Dados: 2024.03.18 12:10:17 -03'00'
RODRIGO ROCHA DA SILVA
CREA - 111637831-0

ESCALA: S/ ESCALA

COORDENADAS GEO:
LATITUDE: 06°10'22.939"S
LONGITUDE: 47°21'52.975"O

LEANDRO DE OLIVEIRA SILVA:05898436308
Assinado digitalmente por LEANDRO DE OLIVEIRA SILVA:05898436308
ENC:CBB3, O=ICP-Brasil, OU=AC CCA COMPANHIA CERTIFICADORA DE CONTABILIDADE, OU=Certificado PF A1, OU=LEANDRO DE OLIVEIRA SILVA
Razão: Eu sou o autor deste documento
Local: Brasil
Data: 2024.03.18 13:55:03
Foxit Reader Versão: 12.0.0
LEANDRO DE OLIVEIRA SILVA
CREA - 111631605-6

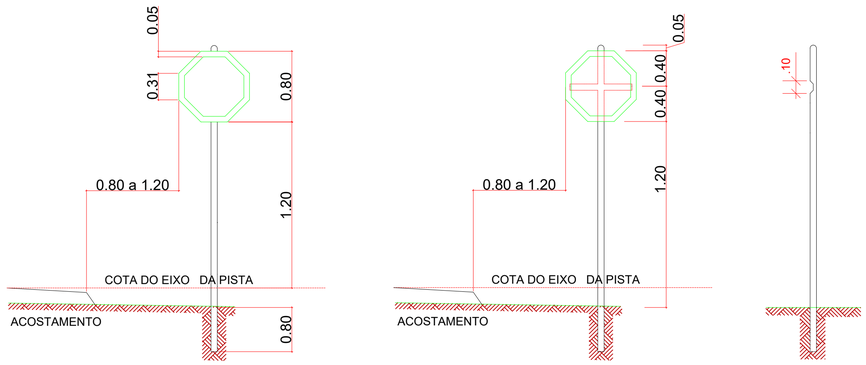
FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA:74811517334
Assinado de forma digital por FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA:74811517334
Dados: 2024.03.18 12:10:28 -03'00'
PREFEITURA DE CAMPESTRE DO MARANHÃO
CNPJ - 01.598.550/0001-17

PREFEITURA DE CAMPESTRE DO MARANHÃO
Cuidando de nossa gente!

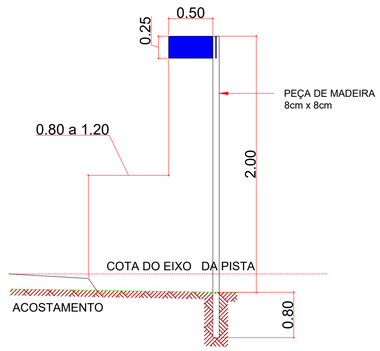
METRO2

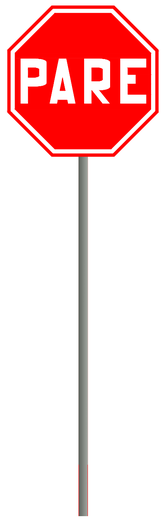
FOLHA: 03/03

PLACAS DE SINALIZAÇÃO DE REGULAMENTAÇÃO

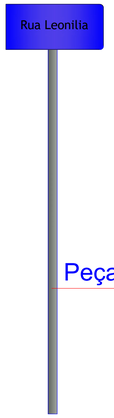


PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DA VIA URBANA

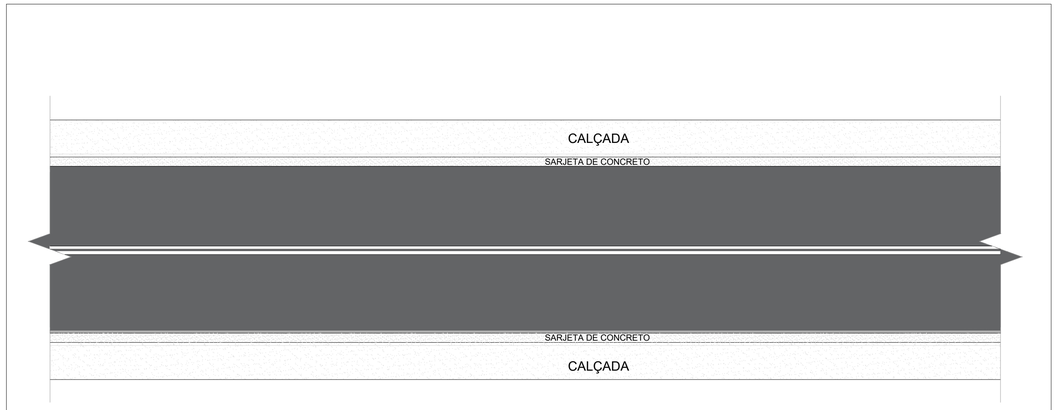




Parada Obrigatória

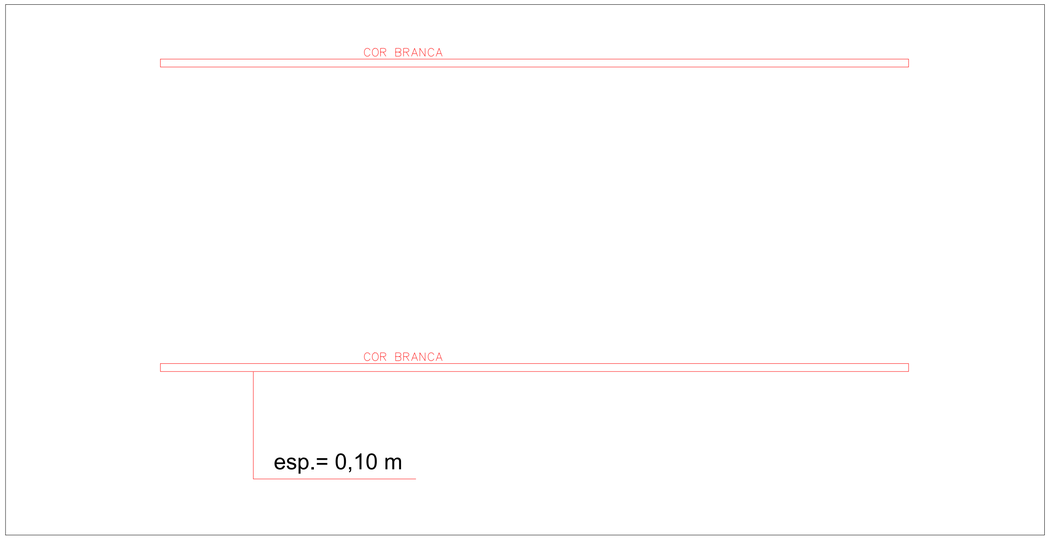


Placa de Identificação da Via Urbana



PINTURA DE FAIXA - SINALIZAÇÃO HORIZONTAL

S/ ESCALA



FAIXA CONTÍNUA

S/ ESCALA

PROJETO DE SINALIZAÇÃO - DETALHAMENTO

MODALIDADE: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS URBANAS

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE DO MARANHÃO - MA

ENDEREÇO: SEDE CAMPESTRE - BAIRRO SÃO RAIMUNDO

EMISSÃO: MARÇO/2024

RODRIGO ROCHA DA SILVA:03756148343 — Assinado de forma digital por RODRIGO ROCHA DA SILVA:03756148343 Dados: 2024.03.18 12:10:44 -03'00'

RODRIGO ROCHA DA SILVA
CREA - 111637831-0

ESCALA: S/ ESCALA

COORDENADAS GEO:
LATITUDE: 06°10'22,939"S
LONGITUDE: 47°21'52,975"O

LEANDRO DE OLIVEIRA SILVA:05898436308 — Assinado digitalmente por LEANDRO DE OLIVEIRA SILVA:05898436308 CN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC CON COMPANHIA BRASILEIRA DE SOLUCAO E CONTRATACAO EM ENGENHARIA, OU=CertificadoPJ, OU=Certificado PF A1, CN=LEANDRO DE OLIVEIRA SILVA:05898436308 Razão: Eu sou o autor deste documento Local: Eu Data: 2024-03-18 11:56:47 Foxit Reader Versão: 9.0.0

LEANDRO DE OLIVEIRA SILVA
CREA - 111631605-6

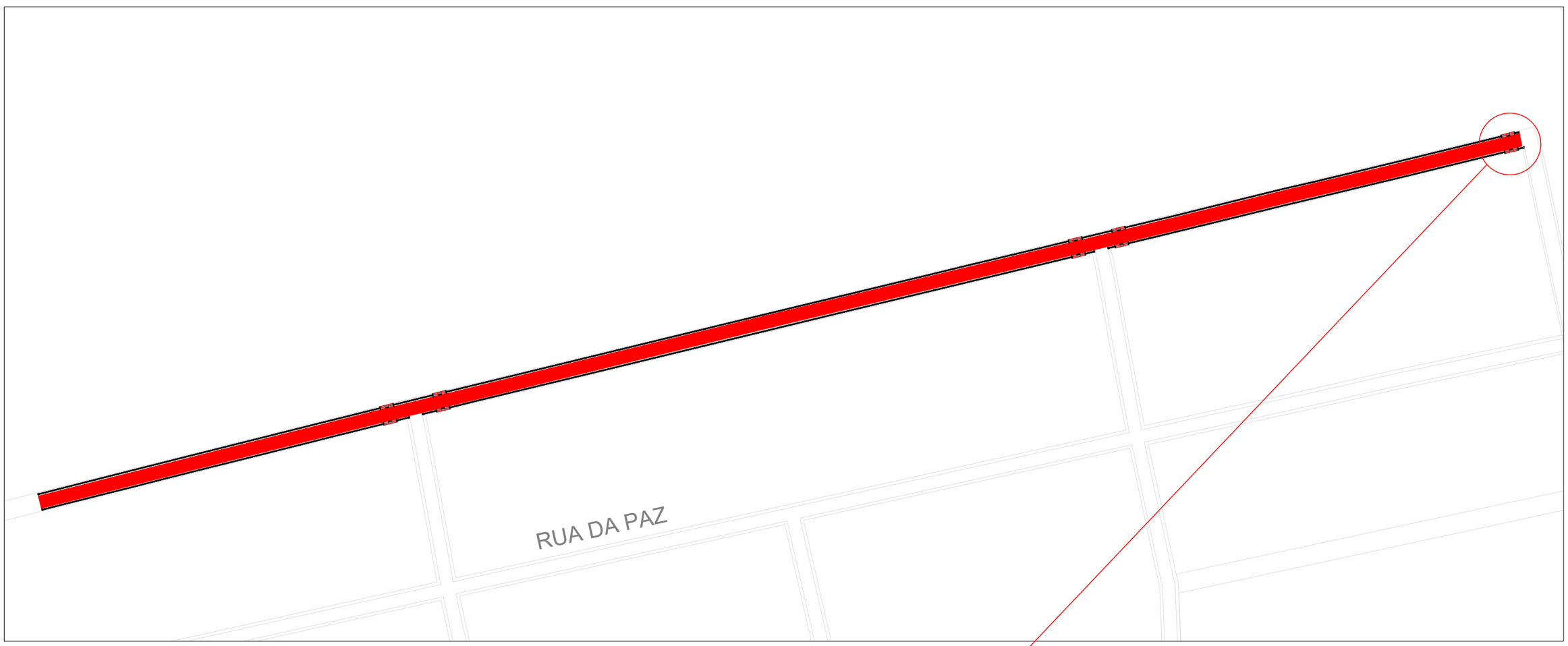
FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA:74811517334 — Assinado de forma digital por FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA:74811517334 Dados: 2024.03.18 12:10:55 -03'00'

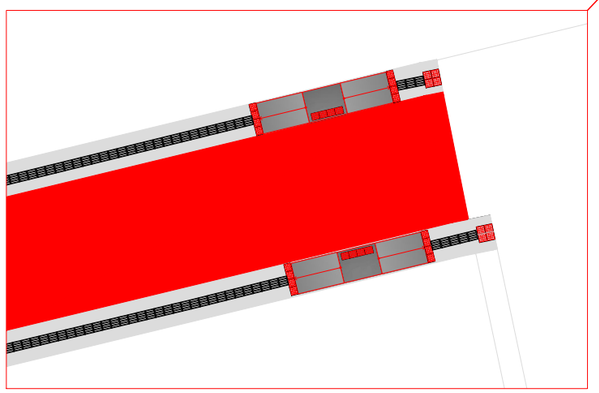
PREFEITURA DE CAMPESTRE DO MARANHÃO
CNPJ - 01.598.550/0001-17

PREFEITURA DE CAMPESTRE DO MARANHÃO — Cuidando de nossa gente!

METRO2

FOLHA: 01/01





QUADRO DE LEGENDAS	
	VIAS EXISTENTES
	RUA LEONÍLIA
	RAMPA PARA DEFICIENTES
	PISO TÁTIL

PROJETO DE ACESSIBILIDADE

MODALIDADE: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS URBANAS

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE DO MARANHÃO - MA

ENDEREÇO: SEDE CAMPESTRE - BAIRRO SÃO RAIMUNDO

EMISSÃO: MARÇO/2024

RODRIGO ROCHA DA SILVA:03756148343

Assinado de forma digital por RODRIGO ROCHA DA SILVA:03756148343
Dados: 2024.03.15 15:08:39 -03'00'

RODRIGO ROCHA DA SILVA
CREA - 111637831-0

ESCALA: S/ ESCALA

COORDENADAS GEO:
LATITUDE: 06°10'22.939"S
LONGITUDE: 47°21'52.975"O

LEANDRO DE OLIVEIRA SILVA: 05898436308

Assinado digitalmente por LEANDRO DE OLIVEIRA SILVA: 05898436308
ON: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC CON CONFIANCA, OU=Certificado PJ A1, OU=VALIDADO PELO CONFIANCA, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=VALIDADO DE ASSINATURA DIGITAL, OU=AR SOLUCOES, CN=LEANDRO DE OLIVEIRA SILVA:05898436308
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2024.03.18 12:01:58 -03'00'

LEANDRO DE OLIVEIRA DA SILVA
CREA - 111631605-6

FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA:74811517334

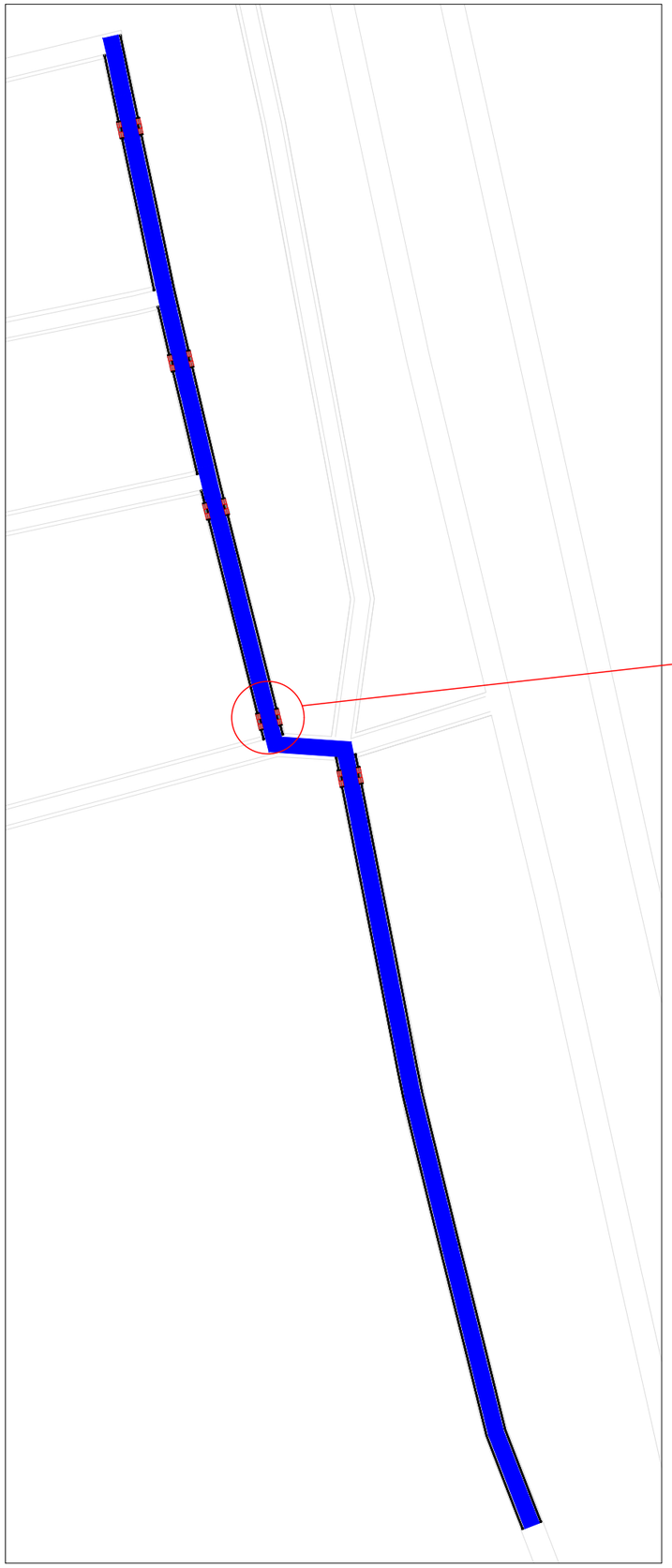
Assinado de forma digital por FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA:74811517334
Dados: 2024.03.18 12:01:58 -03'00'

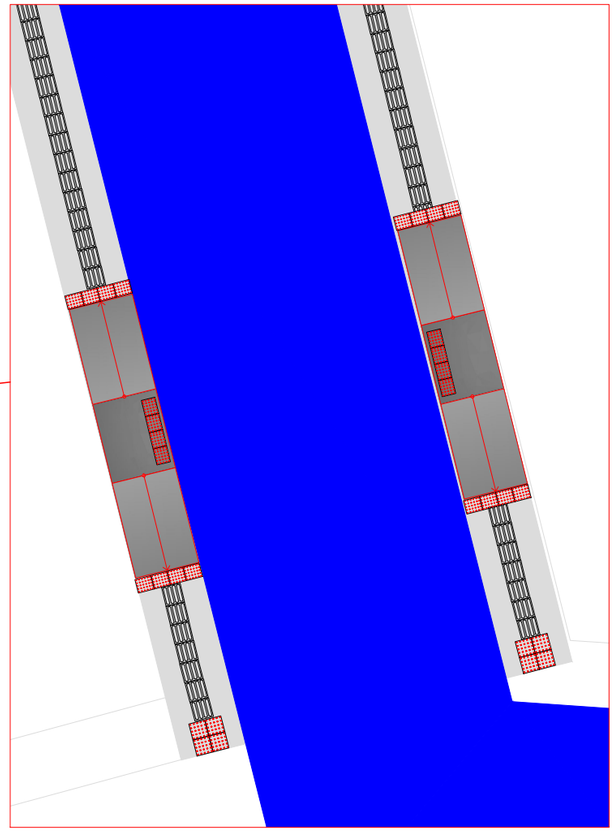
PREFEITURA DE CAMPESTRE DO MARANHÃO
CNPJ - 01.598.550/0001-17

PREFEITURA DE CAMPESTRE DO MARANHÃO
Cuidando de nossa gente!

METRO2

FOLHA: 01/03





QUADRO DE LEGENDAS	
	VIAS EXISTENTES
	RUA RUBENS LIMA
	RAMPA PARA DEFICIENTES
	PISO TÁTIL

PLANTA DE ACESSIBILIDADE

MODALIDADE: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS URBANAS

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE DO MARANHÃO - MA

ENDEREÇO: SEDE CAMPESTRE - BAIRRO SÃO RAIMUNDO

EMISSÃO: MARÇO/2024

RODRIGO ROCHA DA SILVA:03756148343
Assinado de forma digital por RODRIGO ROCHA DA SILVA:03756148343
Dados: 2024.03.18 12:03:35 -03'00'

RODRIGO ROCHA DA SILVA
CREA - 111637831-0

ESCALA: S/ ESCALA

COORDENADAS GEO:
LATITUDE: 06°10'22.939"S
LONGITUDE: 47°21'52.975"O

LEANDRO DE OLIVEIRA SILVA:05898436308
Assinado digitalmente por LEANDRO DE OLIVEIRA SILVA:05898436308
CN=LEANDRO DE OLIVEIRA SILVA:05898436308, OU=ICP-Brasil, OU=AC CON COMPANHIA DE CONSTRUCOES E PAVIMENTACAO LTDA, OU=Certificado Digital, OU=PJ, OU=Presencial, OU=AR CONSTRUCOES E PAVIMENTACAO LTDA, OU=AR CONSTRUCOES E PAVIMENTACAO LTDA, OU=VIDEOCONFERENCIA, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, C=BR
Localização:
Data: 2024.03.18 11:42:36
Foxit Reader Versão: 5.4.0

LEANDRO DE OLIVEIRA DA SILVA
CREA - 111631605-6

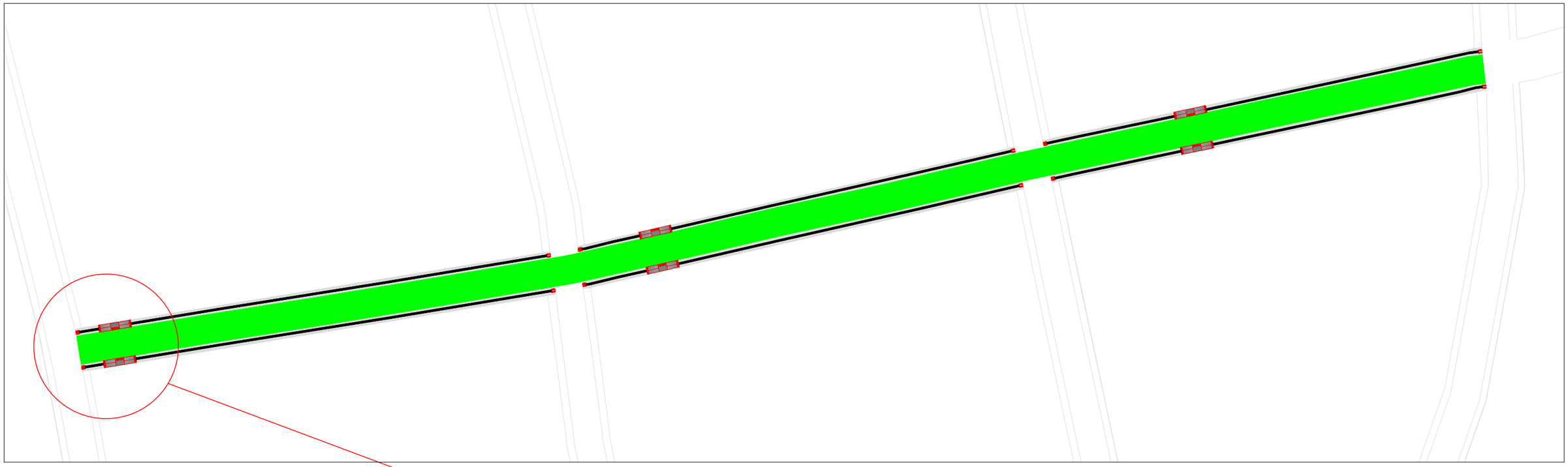
FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA:74811517334
Assinado de forma digital por FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA:74811517334
Dados: 2024.03.18 12:03:47 -03'00'

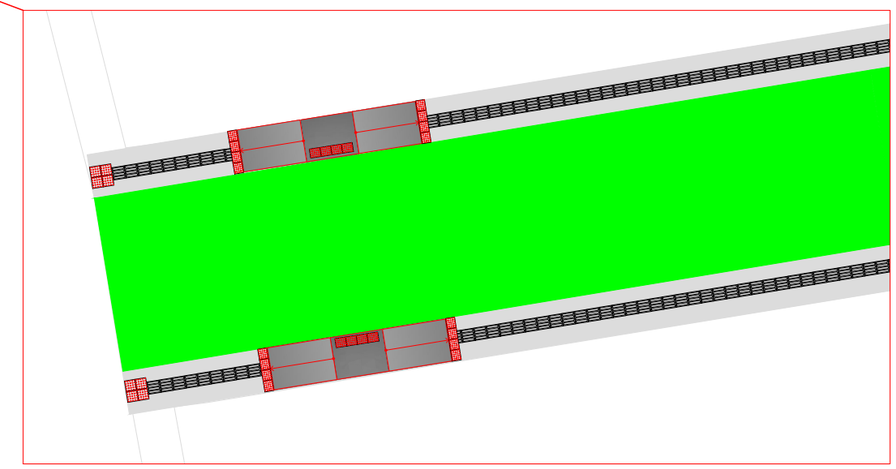
PREFEITURA DE CAMPESTRE DO MARANHÃO
CNPJ - 01.598.550/0001-17

PREFEITURA DE CAMPESTRE DO MARANHÃO
Cuidando do nosso povo!

METRO2

FOLHA: 02/03





QUADRO DE LEGENDAS	
	VIAS EXISTENTES
	RUA PARANÁ
	RAMPA PARA DEFICIENTES
	PISO TÁTIL

PLANTA DE ACESSIBILIDADE

MODALIDADE: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS URBANAS

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE DO MARANHÃO - MA

ENDEREÇO: SEDE CAMPESTRE - BAIRRO SÃO RAIMUNDO

EMISSÃO: MARÇO/2024

RODRIGO ROCHA DA SILVA:03756148343
Assinado de forma digital por RODRIGO ROCHA DA SILVA:03756148343
Dados: 2024.03.18 12:04:10 -03'00'

RODRIGO ROCHA DA SILVA
CREA - 111637831-0

ESCALA: S/ ESCALA

COORDENADAS GEO:
LATITUDE: 06°10'22.939"S
LONGITUDE: 47°21'52.975"O

LEANDRO DE OLIVEIRA SILVA:05898436308
Assinado digitalmente por LEANDRO DE OLIVEIRA SILVA:05898436308
ou: ICSEC, O=ICP-Brasil, OU=AC CONFIRMAR CERTIFICADORA NACIONAL v5, OU=Revisao Presencial, OU=AC CONFIRMAR CERTIFICADORA NACIONAL v5 ALL, CN=LEANDRO DE OLIVEIRA SILVA:05898436308
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2024.03.18 15:57:21
Foxit Reader Versão: 9.2.0

LEANDRO DE OLIVEIRA DA SILVA
CREA - 111631605-6

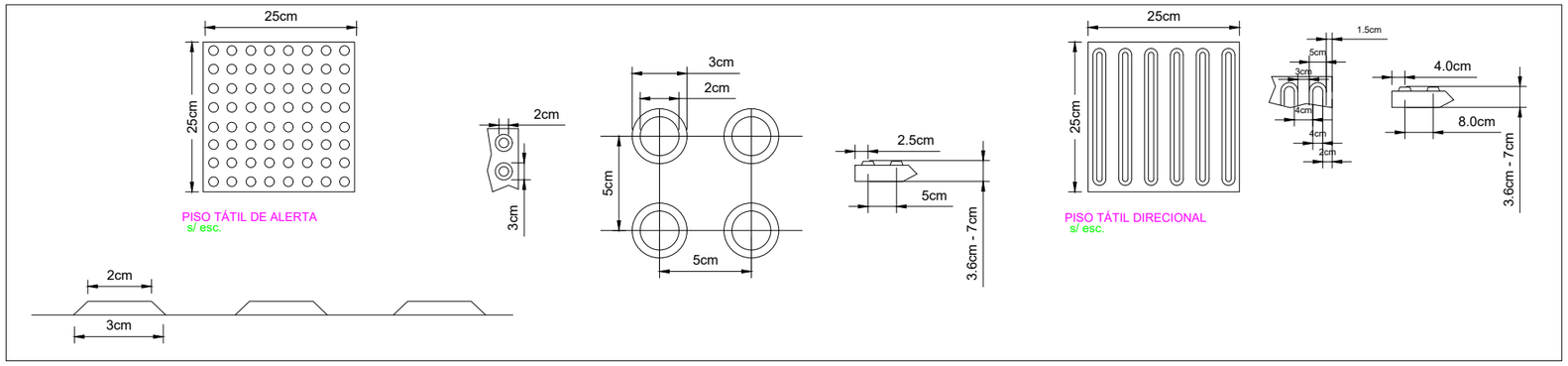
FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA:74811517334
Assinado de forma digital por FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA:74811517334
Dados: 2024.03.18 12:04:30 -03'00'

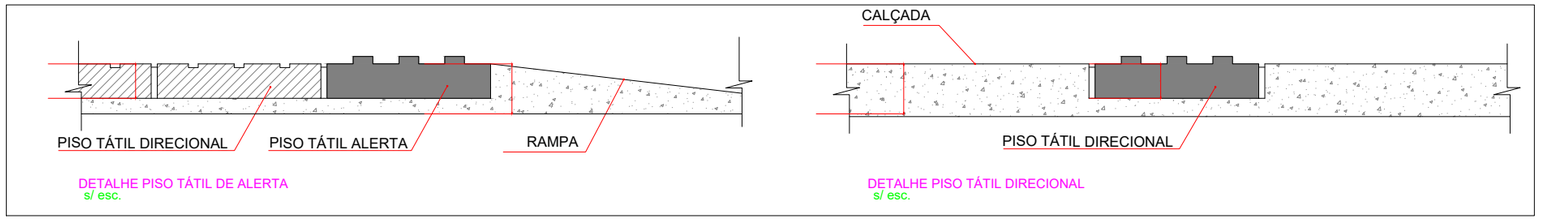
PREFEITURA DE CAMPESTRE DO MARANHÃO
CNPJ - 01.598.550/0001-17

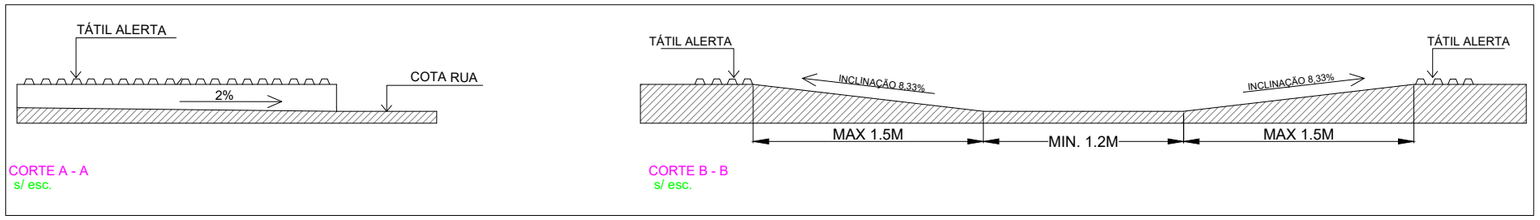
PREFEITURA DE CAMPESTRE DO MARANHÃO
Cuidando de nossa gente!

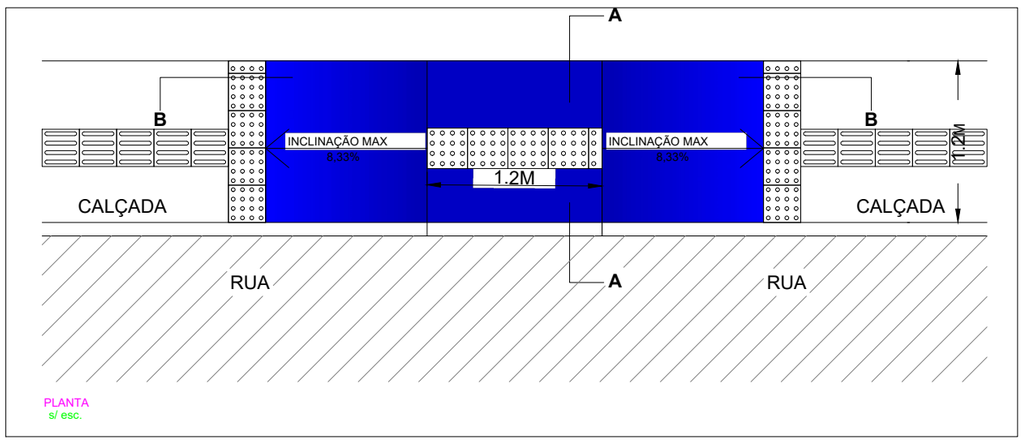
METRO2

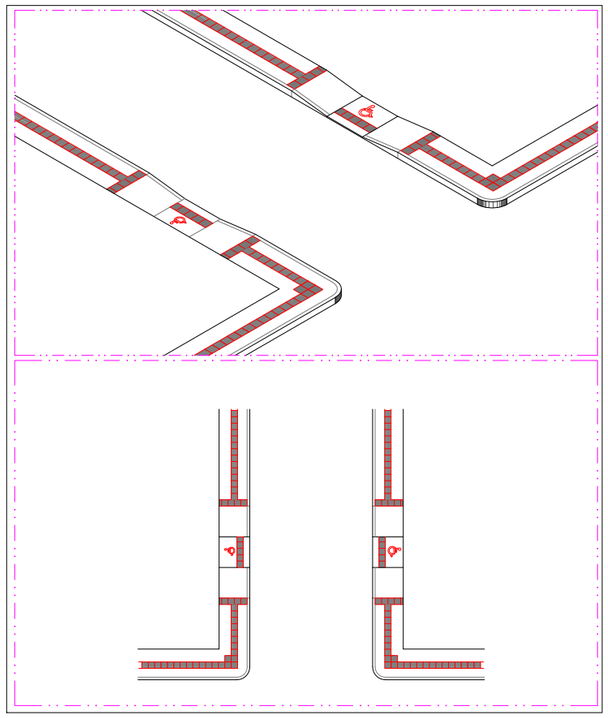
FOLHA: 03/03











PROJETO DE DETALHAMENTO - ACESSIBILIDADE

MODALIDADE: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS URBANAS

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE DO MARANHÃO - MA

ENDEREÇO: SEDE CAMPESTRE - BAIRRO SÃO RAIMUNDO

EMISSÃO: MARÇO/2024

RODRIGO ROCHA DA SILVA:03756148343 — Assinado de forma digital por RODRIGO ROCHA DA SILVA:03756148343 Dados: 2024.03.18 12:05:02 -03'00'

RODRIGO ROCHA DA SILVA
CREA - 111637831-0

ESCALA: S/ ESCALA

COORDENADAS GEO:
LATITUDE: 06°10'22.939"S
LONGITUDE: 47°21'52.975"O

LEANDRO DE OLIVEIRA SILVA: 05898436308 — Assinado digitalmente por LEANDRO DE OLIVEIRA SILVA:05898436308 Dados: 2024.03.18 12:52:03 -03'00' Emissor: AC SERASA RFB v5 Política: Política A1 do ICP-Brasil Validade: Este é o texto oficial do documento

LEANDRO DE OLIVEIRA DA SILVA
CREA - 111631605-6

FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA:74811517334 — Assinado de forma digital por FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA:74811517334 Dados: 2024.03.18 12:04:48 -03'00'

PREFEITURA DE CAMPESTRE DO MARANHÃO
CNPJ - 01.598.550/0001-17

PREFEITURA DE CAMPESTRE DO MARANHÃO — Cuidando de nossa gente!

METRO2

FOLHA: 01/01

CAIXA

PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - OGU

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO	Nº SICONV	PROPONENTE / TOMADOR	APELIDO DO EMPREENDIMENTO			
1090959-80	951049/2023	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE DO MARANHÃO	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA			
LOCALIDADE SINAPI	**DATA BASE**	**DESCRIÇÃO DO LOTE**	**MUNICÍPIO / UF**	**BDI 1**	**BDI 2**	**BDI 3**
SAO LUIS	06-24 (DES.)	Pavimentação de Vias Urbanas no Município de Campestre do Maranhão - MA	CAMPESTRE DO MARANHÃO	29,77%	0,00%	0,00%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R$)	Preço Total (R$)	RECURSO
Pavimentação de Vias Urbanas no Município de Campestre do Maranhão - MA									**1.444.999,93**	
1.			**PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA**					**-**	**1.444.999,93**	
1.1.			**SERVIÇOS INICIAIS**					**-**	**24.102,97**	
1.1.1.	SINAPI	103689	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS	M2	8,00	312,43	BDI 1	405,44	3.243,52	RA
1.1.2.	Composição	CP-01	Execução de escritório em canteiro de obras, fora da projeção da laje, em chapa de madeira compensada, não incluso mobiliário e equipamentos. af_01/2024_pe	m²	15,00	1.071,61	BDI 1	1.390,63	20.859,45	RA
1.2.			**MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO**					**-**	**14.075,12**	
1.2.1.	Composição	CP-05	MOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO	und	1,00	5.423,10	BDI 1	7.037,56	7.037,56	RA
1.2.2.	Composição	CP-05	DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO	und	1,00	5.423,10	BDI 1	7.037,56	7.037,56	RA
1.3.			**ADMINISTRAÇÃO LOCAL**					**-**	**44.687,35**	
1.3.1.	Composição	CP-02	ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA (ENG. DE OBRA, ETC)	und	6,00	5.739,30	BDI 1	7.447,89	44.687,35	RA
1.4.			**SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM**					**-**	**90.371,47**	
1.4.1.	SICRO	5501700	Desmatamento, destocamento e limpeza de área com árvores de diâmetro até 0,15 m	m²	6.450,00	0,52	BDI 1	0,67	4.321,50	RA
1.4.2.	SINAPI	93591	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA EM LEITO NATURAL (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	9.006,04	2,66	BDI 1	3,45	31.070,84	RA
1.4.3.	SICRO	4016007	Escavação e carga de material de jazida com trator de 97 kW e carregadeira de 1,72 m³	m³	1.887,00	4,90	BDI 1	6,36	12.001,32	RA
1.4.4.	SINAPI	93591	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA EM LEITO NATURAL (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	9.006,04	2,66	BDI 1	3,45	31.070,84	RA
1.4.5.	SICRO	5502978	Compactação de aterros a 100% do Proctor normal	m³	1.887,00	4,86	BDI 1	6,31	11.906,97	RA
1.5.			**SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA**					**-**	**628.435,13**	
1.5.1.	ORSE	2592	Imprimação - execução com fornecimento de material	m²	5.887,50	11,01	BDI 1	14,29	84.132,38	RA
1.5.2.	ORSE	2593	Execução de pintura asfáltica de ligação, inclusive fornecimento de ligante, exclusive transporte	m²	5.887,50	1,58	BDI 1	2,05	12.069,38	RA
1.5.3.	SINAPI	COMP. MAT BET	Transporte de pintura de ligação	t	2,36	622,17	BDI 1	807,39	1.905,44	RA
1.5.4.	SINAPI	COMP. MAT BET	Aquisição de cap 50/70	t	53,30	3.837,54	BDI 1	4.979,98	265.432,94	RA
1.5.5.	SINAPI	COMP. MAT BET	Transporte de cap 50/70	t	53,30	622,17	BDI 1	807,39	43.033,88	RA
1.5.6.	SICRO	4011444	Areia asfalto a quente - faixa A - areia comercial	t	632,91	171,20	BDI 1	222,17	140.613,61	RA
1.5.7.	SINAPI	93591	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA EM LEITO NATURAL (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	23.550,00	2,66	BDI 1	3,45	81.247,50	RA
1.6.			**SERVIÇOS DE DRENAGEM**					**-**	**239.182,99**	
1.6.1.	SINAPI	94275	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO,	M	1.979,50	45,55	BDI 1	59,11	117.008,25	RA
1.6.2.	SINAPI	94281	EXECUÇÃO DE SARJETA DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO, 30 CM BASE X 15 CM ALTURA. AF_01/2024	M	1.979,50	47,56	BDI 1	61,72	122.174,74	RA
1.7.			**SERVIÇOS DE CALÇADA E ACESSIBILIDADE**					**-**	**340.837,31**	
1.7.1.	SINAPI	94994	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 8 CM, ARMADO. AF_08/2022	M2	2.170,80	89,59	BDI 1	116,26	252.377,21	RA

CAIXA

PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - OGU

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO	Nº SICONV	PROPONENTE / TOMADOR	APELIDO DO EMPREENDIMENTO			
1090959-80	951049/2023	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE DO MARANHÃO	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA			
LOCALIDADE SINAPI	**DATA BASE**	**DESCRIÇÃO DO LOTE**	**MUNICÍPIO / UF**	**BDI 1**	**BDI 2**	**BDI 3**
SAO LUIS	06-24 (DES.)	Pavimentação de Vias Urbanas no Município de Campestre do Maranhão - MA	CAMPESTRE DO MARANHÃO	29,77%	0,00%	0,00%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R$)	Preço Total (R$)	RECURSO
Pavimentação de Vias Urbanas no Município de Campestre do Maranhão - MA									**1.444.999,93**	
1.7.2.	SINAPI	104658	PISO PODOTÁTIL DE ALERTA OU DIRECIONAL, DE CONCRETO, ASSENTADO SOBRE ARGAMASSA. AF_03/2024	M2	452,25	150,73	BDI 1	195,60	88.460,10	RA
1.8.			**SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL**					**-**	**23.963,64**	
1.8.1.	SICRO	5213417	Placa em aço nº 16 galvanizado com película retrorrefletiva tipo I + III - confecção	m²	8,12	460,66	BDI 1	597,80	4.854,13	RA
1.8.2.	SICRO	5216111	Suporte para placa de sinalização em madeira de lei tratada 8 x 8 cm - fornecimento e implantação	und	28,00	108,18	BDI 1	140,39	3.930,92	RA
1.8.3.	Composição	CP-03	Placa esmaltada para identificação de nome de rua dimensões 50x25cm	und	14,00	94,01	BDI 1	122,00	1.708,00	RA
1.8.4.	ORSE	11688	Sinalização horizontal rodoviária, com tinta retrorrefletiva à base de resina acrílica com microesferas de vidro	m²	283,95	36,56	BDI 1	47,44	13.470,59	RA
1.9.			**LIMPEZA GERAL**					**-**	**39.343,95**	
1.9.1.	Composição	CP-04	LIMPEZA FINAL DA OBRA	m²	9.435,00	3,21	BDI 1	4,17	39.343,95	RA

Encargos sociais: Para elaboração deste orçamento, foram utilizados os encargos sociais do SINAPI para a Unidade da Federação indicada.

Observações:

Foi considerado arredondamento de duas casas decimais para Quantidade; Custo Unitário; BDI; Preço Unitário; Preço Total.

Siglas da Composição do Investimento: RA - Rateio proporcional entre Repasse e Contrapartida; RP - 100% Repasse; CP - 100% Contrapartida; OU - 100% Outros.

CAMPESTRE DO MARANHÃO
Local

terça-feira, 5 de novembro de 2024
Data

RODRIGO ROCHA DA SILVA:03756148343
Assinado de forma digital por RODRIGO ROCHA DA SILVA:03756148343
Dados: 2024.11.05 09:28:30 -03'00'

Responsável Técnico
Nome: RODRIGO ROCHA DA SILVA
CREA/CAU: 111637831-0
ART/RRT: 0

MEMÓRIA DE CÁLCULO

PROPONENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE DO MARANHÃO/MA
OBJETO: PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS NO MUNICÍPIO DE CAMPESTRE DO MARANHÃO/MA
MINISTÉRIO DAS CIDADES
REFERÊNCIA: SINAPI JUNHO/2024 DESONERADO; DNIT SICRO ABRIL/2024 DESONERADO E ORSE JUNHO/2024 DESONERADO
CONVÊNIO: 951049/2023

MEMÓRIA DE CÁLCULO

1.0 SERVIÇOS INICIAIS

1.1 FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA

Largura (m)		Comprimento (m)		
2,00	x	4,00	=	**8,00 m²**

1.2 MOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO

1,00	=	**1,00 und**

1.3 DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO

1,00	=	**1,00 und**

1.4 Execução de escritório em canteiro de obras, fora da projeção da laje, em chapa de madeira compensada, não incluso mobiliário e equipamentos. af_01/2024_pe

comprimento		largura		área total
5,00	x	3,00	=	**15,00 m²**

2.0 ADMINISTRAÇÃO DA OBRA

2.1 ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA (ENG. DE OBRA, ETC)

	=	**6,00 und**

3.0 SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM

QUADRO GERAL DE TODAS AS VIAS

ITEM	RUAS	EXTENSÃO (M)	LARG. DA VIA (M)	ÁREA (M²)
1	RUA LEONÍLIA	480,00	8,50	4080,00
2	RUA RUBENS LIMA	390,00	9,00	3510,00
3	RUA PARANÁ	205,00	9,00	1845,00
	EXTENSÃO TOTAL (M)	**1075,00**		
	ÁREA TOTAL (M²)	**9435,00**		

3.1 Desmatamento, destocamento e limpeza de área com árvores de diâmetro até 0,15 m

Extensão (m)		Largura necessária de limpeza (m)		lados			
1075,00	x	6,0	x	1	=	6450,00	m²
				Total	=	**6450,00**	**m²**

3.2 TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA EM LEITO NATURAL (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020

Escavação e carga (m³)		Empolamento		Escavação e carga (m³)
1887,00	x	1,25	=	2358,75

Escavação e carga (m³)		DMT (KM)		Transporte (m³xkm)
2358,75	x	3,82	=	**9006,04 m³xkm**

3.3 ESCAVAÇÃO E CARGA DE MATERIAL DE JAZIDA COM TRATOR DE 97 KW E CARREGADEIRA DE 1,72 M³

Volume encontrado no quadro de cubagem	=	**1887,00 m³**

MEMÓRIA DE CÁLCULO

PROPONENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE DO MARANHÃO/MA
OBJETO: PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS NO MUNICÍPIO DE CAMPESTRE DO MARANHÃO/MA
MINISTÉRIO DAS CIDADES
REFERÊNCIA: SINAPI JUNHO/2024 DESONERADO; DNIT SICRO ABRIL/2024 DESONERADO E ORSE JUNHO/2024 DESONERADO
CONVÊNIO: 951049/2023

MEMÓRIA DE CÁLCULO

3.4 TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA EM LEITO NATURAL (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020

Escavação e carga (m³)		Empolamento		Escavação e carga (m³)
1887,00	x	1,25	=	2358,75

Escavação e carga (m³)		DMT (KM)		Transporte (m³xkm)	
2358,75	x	3,82	=	**9006,04**	**m³xkm**

3.5 COMPACTAÇÃO A 100% DO PROCTOR NORMAL

Área total (m²)		Espessura			
9435,00	x	0,20	=	**1887,00**	**m³**

4.0 SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO

QUADRO GERAL - PAVIMENTAÇÃO

ITEM	RUAS	EXTENSÃO (M)	LARG. DA VIA (M) - LARGURA DO MEIO FIO E SARJETA (M) - LARGURA DA CALÇADA (M)	ÁREA (M²)
1	RUA LEONÍLIA	480,00	5,20	2496,00
2	RUA RUBENS LIMA	390,00	5,70	2223,00
3	RUA PARANÁ	205,00	5,70	1168,50
	EXTENSÃO TOTAL (M)	**1075,00**		
	ÁREA TOTAL (M²)	**5887,50**		

4.1 Imprimacao de base de pavimentacao com adp cm-30

Imprimação (m²)		Área de Pavimentação (m²)			
	=		=	**5887,50**	**m²**

4.2 Execução de pintura asfáltica de ligação, inclusive fornecimento de ligante, exclusive transporte

Pintura de ligação (m²)		Área total (m²)			
	=		=	**5887,50**	**m²**

4.3 Transporte de pintura de ligação

Área de pintura		Consumo			
5887,50	x	0,0004	=	**2,36**	**t**

4.4 Aquisição de cap 50/70

Area total (m²)		espessura do asfalto		Volume (m³)
5887,50	x	0,05	=	294,38

Volume (m³)		Densidade (t/m³)		Consumo			
294,38	x	2,15	x	0,08422	=	**53,30**	**t**

4.5 Transporte de cap 50/70

Aquisição de cap 50/70	=	**53,30**	**t**

4.6 Areia asfalto a quente

AAUQ (m²)		Espessura do asfalto (m)		Densidade (t/m³)			
5887,50	x	0,05	x	2,15	=	**632,91**	**t**

4.7 Transporte com caminhão basculante 10 m3 de massa asfaltica para pavimentação urbana

MEMÓRIA DE CÁLCULO

PROPONENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE DO MARANHÃO/MA
OBJETO: PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS NO MUNICÍPIO DE CAMPESTRE DO MARANHÃO/MA
MINISTÉRIO DAS CIDADES
REFERÊNCIA: SINAPI JUNHO/2024 DESONERADO; DNIT SICRO ABRIL/2024 DESONERADO E ORSE JUNHO/2024 DESONERADO
CONVÊNIO: 951049/2023

MEMÓRIA DE CÁLCULO

Transformando o AAUQ em m³ = Resultado em m² x espessura do asfalto

AAUQ (m³)		DMT - USINA (IMPERATRIZ) PARA CAMPESTRE			
294,38	x	80,00	=	**23.550,00**	**m³xkm**

5.0	**SERVIÇOS DE DRENAGEM**			
	Cálculo de Descontos das Intersecções			
1	RUA LEONÍLIA	40,00	m	
2	RUA RUBENS LIMA	90,50	m	
3	RUA PARANÁ	40,00	m	
	total:	**170,50**	**m**	

5.1 **ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X20 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA URBANIZAÇÃO INTERNA DE EMPREENDIMENTOS. AF_06/2016**

Extensão Total (m)		Lados			
1075,00	x	2,00	=	2150,00	m

comprimento total		Desconto Intersecções			
2150,00	-	170,50	=	**1.979,50**	**m**

5.2 **EXECUÇÃO DE SARJETA DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO, 30 CM BASE X 15 CM ALTURA.**

IDEM MEIO-FIO	=	**1.979,50**	**m**	

6.0	**SERVIÇOS DE CALÇADA**	

6.1 **EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 8 CM, ARMADO**

Extensão Total (m)		Desconto Intersecções		
1075,00	-	170,50	=	904,50

comprimento total (m)		largura		Lados			
904,50	x	1,20	x	2,00	=	**2.170,80**	**m²**

MEMÓRIA DE CÁLCULO

PROPONENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE DO MARANHÃO/MA
OBJETO: PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS NO MUNICÍPIO DE CAMPESTRE DO MARANHÃO/MA
MINISTÉRIO DAS CIDADES
REFERÊNCIA: SINAPI JUNHO/2024 DESONERADO; DNIT SICRO ABRIL/2024 DESONERADO E ORSE JUNHO/2024 DESONERADO
CONVÊNIO: 951049/2023

MEMÓRIA DE CÁLCULO

6.2 PISO PODOTÁTIL DE ALERTA OU DIRECIONAL, DE CONCRETO, ASSENTADO SOBRE ARGAMASSA

comprimento (m)		Desconto Intersecções		lados			
1075,00	-	170,50	x	2,00	=	1809,00	m

comprimento total (m)		largura (m)		área (m²)	
1809,00	x	0,25	=	**452,25**	**m²**

7.0 SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL

7.1 Placa em aço nº 16 galvanizado com película retrorrefletiva tipo I + III - confecção

	área		quantidade		
PLACAS PARE	0,58	x	14,00	=	**8,12 m²**

7.2 Suporte para placa de sinalização em madeira de lei tratada 8 x 8 cm - fornecimento e implantação

= **28,00 und**

7.3 Placa esmaltada para identificação de nome de rua dimensões 50x25cm

NOME DA RUA = **14,00 und**

7.4 SINALIZAÇÃO HORIZONTAL RODOVIÁRIA, COM TINTA RETRORREFLETIVA À BASE DE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERAS DE

Faixas de sinalização

FAIXA BRANCA

	Ext. total x 2 lados (m)		Interseções de ruas (m)			
	2150,00	-	170,50	=	1979,50	m

Extensão total (m) = 1979,50 m

L_{faixa} = 0,10 m

Extensão total (m)		Afaixa $_{sinali=}$			
1979,50	x	0,10	=	***197,95***	***m²***

FAIXA CENTRAL

Extensão Linha (m) = 4,00 m

L_{faixa} = 0,10 m

Quantidade de Linhas na faixa (und) = 215,0 und

Extensão total (m)		Afaixa $_{sinali=}$			
860,00	x	0,10	=	***86,00***	***m²***

Área de Faixas = 283,95 m²

8.0 LIMPEZA GERAL

8.1 Limpeza final da obra

Área de Intervenção (m²) = **9.435,00 m²**

RODRIGO ROCHA DA SILVA:03756148343

Assinado de forma digital por RODRIGO ROCHA DA SILVA:03756148343
Dados: 2024.08.28 09:54:36 -03'00'

PROPONENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE DO MARANHÃO/MA

Cálculo de Transporte de Material Betuminoso
DMT (GURUPI-TO/USINA PARA CAMPESTRE DO MARANHÃO-MA) = 704,00 KM
Fórmula do DNIT -

Índice de Reajustamento IGP-DI - Pavimentação FC = I-I0/I0 +1,00

Julho 2014 =	230,237		
Junho 2024 =	572,847	FC =	2,48807533

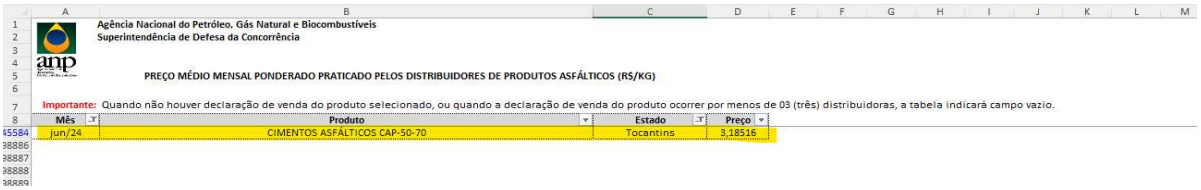
Custo transporte (CT)	
Rodovia pav. (RP)	704,00
Rodovia Não Pav.(RNP)	0,00
Rodovia Leito Natural (LN)	0,00
índice de reajuste (FC)	2,49
BDI (%)	29,77
ICMS (%)	18,00
PIS (%)	0,65
COFINS (%)	3,00

CT= 26,939 + (0,253 x RP) + (0,299 x RNP) + (0,412 x LN)) x FC x (1+BDI/100) / (1-(ICMS/100))

Custo Transporte (SEM BDI) =	622,17
Custo Transporte (COM BDI) =	807,39

Aquisição do CM-30 = (valor do material (tabela ANP)*1000/0,83)+BDI
Aquisição do RR-1C = (valor do material (tabela ANP)*1000/0,83)+BDI
Aquisição do CAP 50 70 = (valor do material (tabela ANP)*1000/0,83)+BDI

	sem BDI	com BDI
CM-30 =	-	-
RR-1C =	-	-
CAP-50 70 =	3.837,54	4.979,98


Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
Superintendência de Defesa da Concorrência

PREÇO MÉDIO MENSAL PONDERADO PRATICADO PELOS DISTRIBUIDORES DE PRODUTOS ASFÁLTICOS (R$/KG)

Importante: Quando não houver declaração de venda do produto selecionado, ou quando a declaração de venda do produto ocorrer por menos de 03 (três) distribuidoras, a tabela indicará campo vazio.

Mês	Produto	Estado	Preço
jun/24	CIMENTOS ASFÁLTICOS CAP-50-70	Tocantins	3,18516

verificação através do link: https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrencia/precos/precos-de-distribuicao-de-produtos-asfalticos

RODRIGO ROCHA DA SILVA:03756148343

Assinado de forma digital por RODRIGO ROCHA DA SILVA:03756148343
Dados: 2024.08.28 09:54:20 -03'00'

PROPONENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE DO MARANHÃO/MA
OBJETO: PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS NO MUNICÍPIO DE CAMPESTRE DO MARANHÃO/MA
MINISTÉRIO DAS CIDADES
CONVÊNIO: 951049/2023 **BDI: 29,77%**
REFERÊNCIA: SINAPI JUNHO/2024 DESONERADO; DNIT SICRO ABRIL/2024 DESONERADO E ORSE JUNHO/2024 DESONERADO **ENCARGOS SOCIAIS: 84,61%**

RELATÓRIO DE COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS

1.0 SERVIÇOS INICIAIS

1.2 MOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO

Ref : abr/24 Moeda : R$

COMPOSIÇÃO ANALÍTICA UNIDADE UNID

CODIGO DO EQUIPAMENTO	EQUIPAMENTOS TRANSPORTADOS POR CAVALO MECÂNICO COM SEMI REBOQUE	QUANT.	DISTÂNCIA (KM) - IMPERATRIZ	Nº DE VIAGENS - N	FATOR DE UTILIZAÇÃO	VELOCIDADE (KM/H)	CÓDIGO SICRO	CUSTO HORÁRIO	PREÇO TOTAL MOB
E9541	Trator de esteiras - com lâmina - 259 kw	2,00	80,00	1,00	1,00	60,00	E9665	381,71	1.017,88
E9577	Trator agrícola - 77kw	1,00	80,00	1,00	0,50	60,00	E9665	381,71	254,47
E9524	Motoniveladora - 93 kw	2,00	80,00	1,00	1,00	60,00	E9665	381,71	1.017,88
E9584	Carregadeira de pneus com capacidade de 1,72 m³ - 11	2,00	80,00	1,00	0,50	60,00	E9665	381,71	508,94
E9762	Rolo compactador de pneus autopropelido de 27 t - 85	2,00	80,00	1,00	1,00	60,00	E9665	381,71	1.017,88
E9681	Rolo compactador liso tandem vibratório autopropelid	1,00	80,00	1,00	0,50	60,00	E9665	381,71	254,47
E9545	Vibroacabadora de asfalto sobre esteiras - 82 kW	1,00	80,00	1,00	0,50	60,00	E9665	381,71	254,47
E9685	Rolo compactador pé de carneiro vibratório autoprope	1,00	80,00	1,00	0,50	60,00	E9665	381,71	254,47
	VEICULOS TRANSPORTADOS POR CONDUÇÃO PRÓPRIA								
E9571	Caminhão basculante - 10m³ - 15t (188 kw)	2,00	80,00	1,00	1,00	60,00	E9571	315,99	842,64

	EQUIPAMENTO	MÃO-DE-OBRA	MATERIAL	SERV. TERCEIRO	CUSTO TOTAL
RESUMO DA COMPOSIÇÃO					
	5423,10	0,00	0,00	0,00	**5423,10**

OBS 1: Considera-se que o motorista percorra 60 km em 1 hr conforme tabela SICRO
OBS 2: Distância considerando que as máquinas estão em um raio de 80 km da cidade de Campestre do Maranhão - MA

1.4 Execução de escritório em canteiro de obras, fora da projeção da laje, em chapa de madeira compensada, não incluso mobiliário e equipamentos. af_01/2024_pe

Ref : jun/24 Moeda : R$

COMPOSIÇÃO ANALÍTICA UNIDADE UNID

		UN	QTD	CUSTO UNIT	CUSTO TOTAL
89453	ALVENARIA DE BLOCOS DE CONCRETO ESTRUTURAL 14X19X39 CM (ESPESSURA 14 CM), FBK = 4,5 MPA, UTILIZANDO PALHETA.	m²	0,11375	83,19	9,46
89998	ARMAÇÃO DE CINTA DE ALVENARIA ESTRUTURAL; DIÂMETRO DE 10,0 MM. AF_09/2021	KG	0,031	10,26	0,31
86934	BANCADA DE MÁRMORE SINTÉTICO 120 X 60CM, COM CUBA INTEGRADA, INCLUSO SIFÃO TIPO FLEXÍVEL EM PVC, VÁLVULA EM	UN	0,0173	429,74	7,43
91925	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 1,5 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E	M	1,21799	3,53	4,29
91927	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E	M	6,6775	4,75	31,71
91931	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E	M	0,58044	9,89	5,74
98294	CABO ELETRÔNICO CATEGORIA 5E, INSTALADO EM EDIFICAÇÃO RESIDENCIAL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2019	M	0,2237	6,87	1,53
91937	CAIXA OCTOGONAL 3" X 3", PVC, INSTALADA EM LAJE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	0,25951	16,79	4,35
89707	CAIXA SIFONADA, PVC, DN 100 X 100 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDA E INSTALADA EM RAMAL DE DESCARGA OU EM	UN	0,0519	48,67	2,52
87879	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA	m²	0,1092	4,32	0,47
90467	CHUMBAMENTO LINEAR EM ALVENARIA PARA RAMAIS/DISTRIBUIÇÃO DE INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS COM DIÂMETROS	M	0,05086	21,95	1,11
90466	CHUMBAMENTO LINEAR EM ALVENARIA PARA RAMAIS/DISTRIBUIÇÃO DE INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS COM DIÂMETROS	M	0,08564	14,6	1,25
95811	CONDULETE DE PVC, TIPO LB, PARA ELETRODUTO DE PVC SOLDÁVEL DN 25 MM (3/4''), APARENTE - FORNECIMENTO E	UN	0,0173	22,58	0,39
89742	CURVA CURTA 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 75 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM	UN	0,0346	35,96	1,24
93661	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 16A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	0,0173	53	0,91
93662	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 20A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	0,0173	55,49	0,95
93654	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 16A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	0,0519	11,47	0,59
93671	DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 32A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	0,00865	75,07	0,64
91845	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO REFORÇADO, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM LAJE -	M	1,47837	8,02	11,85
91847	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO REFORÇADO, PVC, DN 32 MM (1"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM LAJE -	M	0,09359	12,88	1,20
91834	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM FORRO -	M	0,6301	18,35	11,56
95727	ELETRODUTO RÍGIDO SOLDÁVEL, PVC, DN 25 MM (3/4), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2022_PA	M	0,51453	20,08	10,33
95728	ELETRODUTO RÍGIDO SOLDÁVEL, PVC, DN 32 MM (1), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2022_PA	M	0,02249	25,83	0,58
87527	EMBOÇO, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO, APLICADO MANUALMENTE EM PAREDES INTERNAS DE	m²	0,1092	37,6	4,10
94992	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA,	m²	1	73,91	73,91
101908	EXTINTOR DE INCÊNDIO PORTÁTIL COM CARGA DE PQS DE 4 KG, CLASSE BC - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020_PE	UN	0,0346	209,02	7,23
92556	FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE TESOURA INTEIRA EM MADEIRA NÃO APARELHADA, VÃO DE 4 M, PARA TELHA ONDULADA DE	UN	0,1038	1.280,49	132,91
91304	FECHADURA DE EMBUTIR COM CILINDRO, EXTERNA, COMPLETA, ACABAMENTO PADRÃO POPULAR, INCLUSO EXECUÇÃO DE	UN	0,0346	108,45	3,75
91307	FECHADURA DE EMBUTIR PARA PORTAS INTERNAS, COMPLETA, ACABAMENTO PADRÃO POPULAR, COM EXECUÇÃO DE FURO -	UN	0,0692	92,22	6,38
96486	FORRO EM RÉGUAS DE PVC, LISO, PARA AMBIENTES COMERCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA BIDIRECIONAL DE FIXAÇÃO.	m²	1	82,78	82,78
88485	FUNDO SELADOR ACRÍLICO, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDE, UMA DEMÃO. AF_04/2023	m²	0,1183	4,01	0,47
89995	GRAUTEAMENTO DE CINTA SUPERIOR OU DE VERGA EM ALVENARIA ESTRUTURAL. AF_09/2021	m³	0,00095	994,11	0,94
92029	INTERRUPTOR PARALELO (1 MÓDULO) COM 1 TOMADA DE EMBUTIR 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA -	UN	0,0173	61,12	1,05
91955	INTERRUPTOR PARALELO (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UN	0,0519	38,72	2,00
92023	INTERRUPTOR SIMPLES (1 MÓDULO) COM 1 TOMADA DE EMBUTIR 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO	UN	0,0519	54,25	2,81
91953	INTERRUPTOR SIMPLES (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	0,0519	31,9	1,65
94570	JANELA DE ALUMÍNIO DE CORRER COM 2 FOLHAS PARA VIDROS, COM VIDROS, BATENTE, ACABAMENTO COM ACETATO OU	m²	0,0692	363,88	25,18
94569	JANELA DE ALUMÍNIO TIPO MAXIM-AR, COM VIDROS, BATENTE E FERRAGENS. EXCLUSIVE ALIZAR, ACABAMENTO E	m²	0,02491	702,73	17,50
89726	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM	UN	0,0519	9,35	0,48
89732	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL	UN	0,0519	14,69	0,76
89363	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E	UN	0,0173	9,53	0,16
89724	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM	UN	0,0692	9,15	0,63
89731	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL	UN	0,1038	14,06	1,45
89866	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM DRENO DE AR-CONDICIONADO - FORNECIMENTO E	UN	0,0173	6,74	0,11
89362	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E	UN	0,22491	8,75	1,96
104345	JUNÇÃO DE REDUÇÃO INVERTIDA, PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E	UN	0,0346	39,28	1,35
104350	JUNÇÃO DE REDUÇÃO INVERTIDA, PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 75 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E	UN	0,0173	27,58	0,47
89785	JUNÇÃO SIMPLES, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM	UN	0,0173	24,61	0,42
95240	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIERS, ESPESSURA DE 3 CM. AF_01/2024	m²	1	18,17	18,17
86943	LAVATÓRIO LOUÇA BRANCA SUSPENSO, 29,5 X 39CM OU EQUIVALENTE, PADRÃO POPULAR, INCLUSO SIFÃO FLEXÍVEL EM PVC,	UN	0,0346	301,82	10,44
97599	LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA, COM 30 LÂMPADAS LED DE 2 W, SEM REATOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2020	UN	0,0346	19,15	0,66
98445	PAREDE DE MADEIRA COMPENSADA PARA CONSTRUÇÃO TEMPORÁRIA EM CHAPA SIMPLES, EXTERNA, COM ÁREA LÍQUIDA	m²	0,6397	119,24	76,27
98446	PAREDE DE MADEIRA COMPENSADA PARA CONSTRUÇÃO TEMPORÁRIA EM CHAPA SIMPLES, EXTERNA, COM ÁREA LÍQUIDA	m²	0,01384	150,36	2,08
98441	PAREDE DE MADEIRA COMPENSADA PARA CONSTRUÇÃO TEMPORÁRIA EM CHAPA SIMPLES, EXTERNA, SEM VÃO. AF_03/2024	m²	0,80579	101,92	82,12
98447	PAREDE DE MADEIRA COMPENSADA PARA CONSTRUÇÃO TEMPORÁRIA EM CHAPA SIMPLES, INTERNA, COM ÁREA LÍQUIDA	m²	0,2455	96,41	23,66
98448	PAREDE DE MADEIRA COMPENSADA PARA CONSTRUÇÃO TEMPORÁRIA EM CHAPA SIMPLES, INTERNA, COM ÁREA LÍQUIDA	m²	0,03866	122,28	4,72
98443	PAREDE DE MADEIRA COMPENSADA PARA CONSTRUÇÃO TEMPORÁRIA EM CHAPA SIMPLES, INTERNA, SEM VÃO. AF_03/2024	m²	0,45674	82,17	37,53
104641	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA ECONÔMICA, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	m²	0,1183	9,77	1,15
102218	PINTURA TINTA DE ACABAMENTO (PIGMENTADA) ESMALTE SINTÉTICO FOSCO EM MADEIRA, 2 DEMÃOS. AF_01/2021	m²	4,27387	15,45	66,03
90821	PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), 70X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, INCLUSO DOBRADIÇAS -	UN	0,0346	348,88	12,07
90822	PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), 80X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, INCLUSO DOBRADIÇAS -	UN	0,0692	375,47	25,98
101883	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, DE EMBUTIR, COM BARRAMENTO TRIFÁSICO, PARA	UN	0,00865	502,99	4,35
91222	RASGO LINEAR MANUAL EM ALVENARIA, PARA RAMAIS/ DISTRIBUIÇÃO DE INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, DIÂMETROS MAIORES	M	0,05086	8,24	0,41

PROPONENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE DO MARANHÃO/MA
OBJETO: PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS NO MUNICÍPIO DE CAMPESTRE DO MARANHÃO/MA
MINISTÉRIO DAS CIDADES
CONVÊNIO: 951049/2023 **BDI: 29,77%**
REFERÊNCIA: SINAPI JUNHO/2024 DESONERADO; DNIT SICRO ABRIL/2024 DESONERADO E ORSE JUNHO/2024 DESONERADO **ENCARGOS SOCIAIS: 84,61%**

RELATÓRIO DE COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS

90443	RASGO LINEAR MANUAL EM ALVENARIA, PARA RAMAIS/ DISTRIBUIÇÃO DE INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, DIÂMETROS MENORES	M	0,106	7,42	0,78
94792	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 1", COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADOS - FORNECIMENTO E	UN	0,0692	83,94	5,80
87267	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 20X20 CM	m²	0,23584	73,77	17,39
93389	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA PADRÃO POPULAR DE DIMENSÕES 35X35 CM APLICADA	m²	0,1315	69,03	9,07
89400	TÊ DE REDUÇÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM X 25MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E	UN	0,0173	18,7	0,32
89784	TE, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE	UN	0,0865	22,56	1,95
89869	TE, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM DRENO DE AR-CONDICIONADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2022	UN	0,0173	9,36	0,16
89395	TE, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UN	0,0692	12,05	0,83
94210	TELHAMENTO COM TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO E = 6 MM, COM RECOBRIMENTO LATERAL DE 1 1/4 DE ONDA PARA	m²	1,40795	77,12	108,58
104351	TERMINAL DE VENTILAÇÃO, PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 75 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO	UN	0,0173	19,64	0,33
92000	TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UN	0,19031	33,58	6,39
92001	TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UN	0,0692	36,27	2,50
98307	TOMADA DE REDE RJ45 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2019	UN	0,0519	54,37	2,82
91997	TOMADA MÉDIA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UN	0,0173	40,01	0,69
92005	TOMADA MÉDIA DE EMBUTIR (2 MÓDULOS), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UN	0,0173	65,1	1,12
92543	TRAMA DE MADEIRA COMPOSTA POR TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO,	m²	1,40795	24,43	34,39
89714	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE	M	0,03235	34,68	1,12
89711	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE	M	0,03944	19,81	0,78
89712	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE	M	0,15657	24,9	3,89
89799	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 75 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM PRUMADA DE ESGOTO SANITÁRIO OU	M	0,05086	20,15	1,02
89865	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM DRENO DE AR-CONDICIONADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	M	0,03979	16,43	0,65
89356	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	M	0,19602	22,45	4,40
89357	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	M	0,0173	30,99	0,53
86931	VASO SANITÁRIO SIFONADO COM CAIXA ACOPLADA LOUÇA BRANCA, INCLUSO ENGATE FLEXÍVEL EM PLÁSTICO BRANCO, 1/2 X	UN	0,0346	566,48	19,60

RESUMO DA COMPOSIÇÃO	EQUIPAMENTO	MÃO-DE-OBRA	MATERIAL	SERV. TERCEIRO	CUSTO TOTAL
	0,00	1071,61	0,00	0,00	**1071,61**

2.1 ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA (ENG. DE OBRA, ETC)

Ref : jun/24 Moeda : R$

UNIDADE UNID

COMPOSIÇÃO ANALÍTICA

	MÃO-DE-OBRA	UN	QTD	CUSTO UNIT	CUSTO TOTAL
90776	Encarregado geral com encargos complementares	h	70,00	30,19	2113,30
90777	Engenheiro civil de obra junior com encargos complementares	h	35,00	103,60	3626,00

RESUMO DA COMPOSIÇÃO	EQUIPAMENTO	MÃO-DE-OBRA	MATERIAL	SERV. TERCEIRO	CUSTO TOTAL
	0,00	5739,30	0,00	0,00	**5739,30**

7.3 Placa esmaltada para identificação de nome de rua dimensões 50x25cm

Ref : jun/24 Moeda : R$

UNIDADE UNID

COMPOSIÇÃO ANALÍTICA

	MÃO-DE-OBRA	UN	QTD	CUSTO UNIT	CUSTO TOTAL
88316	Servente com encargos complementares	h	0,50	21,43	10,71
	MATERIAL				
11950	Bucha de nylon sem aba s6, com parafuso de 4,20 x 40 mm em aco zincado com rosca soberba, cabeca chata	und	4,00	0,20	0,80
13521	Placa de aco esmaltada para identificacao de rua, *45 cm x 20* cm	und	1,00	82,50	82,50

RESUMO DA COMPOSIÇÃO	EQUIPAMENTO	MÃO-DE-OBRA	MATERIAL	SERV. TERCEIRO	CUSTO TOTAL
	0,00	10,71	83,30	0,00	**94,01**

8.1 LIMPEZA FINAL DA OBRA

Ref : jun/24 Moeda : R$

UNID

m2

COMPOSIÇÃO ANALÍTICA

	MÃO-DE-OBRA	UN	QTD	CUSTO UNIT	CUSTO TOTAL
88316	Servente com encargos complementares	h	0,15	21,43	3,21

RESUMO DA COMPOSIÇÃO	EQUIPAMENTO	MÃO-DE-OBRA	MATERIAL	SERV. TERCEIRO	CUSTO TOTAL
	0,00	3,21	0,00	0,00	**03,21**

RODRIGO ROCHA DA SILVA:03756148343

Assinado de forma digital por RODRIGO ROCHA DA SILVA:03756148343
Dados: 2024.08.28 09:53:55 -03'00'

PREFEITURA DE CAMPESTRE DO MARANHÃO
Cuidando da nossa gente!

QUADRO DE CUBAGEM DE VOLUMES DE ATERRO

ATERRO — **RUA LEONÍLIA**

	Nº da Estacão	Dist. entre Estacões (m)	Nº da Estacão	Largura (m)	Altura (m)	Volume(m3) (Ext. x Altura x Largura = Volume m3)	Situação
E	00	20,00 m	01	8,50 m	0,20 m	34,00 m³	ATERRO
E	01	20,00 m	02	8,50 m	0,20 m	34,00 m³	ATERRO
E	02	20,00 m	03	8,50 m	0,20 m	34,00 m³	ATERRO
E	03	20,00 m	04	8,50 m	0,20 m	34,00 m³	ATERRO
E	04	20,00 m	05	8,50 m	0,20 m	34,00 m³	ATERRO
E	05	20,00 m	06	8,50 m	0,20 m	34,00 m³	ATERRO
E	06	20,00 m	07	8,50 m	0,20 m	34,00 m³	ATERRO
E	07	20,00 m	08	8,50 m	0,20 m	34,00 m³	ATERRO
E	08	20,00 m	09	8,50 m	0,20 m	34,00 m³	ATERRO
E	09	20,00 m	10	8,50 m	0,20 m	34,00 m³	ATERRO
E	10	20,00 m	11	8,50 m	0,20 m	34,00 m³	ATERRO
E	11	20,00 m	12	8,50 m	0,20 m	34,00 m³	ATERRO
E	12	20,00 m	13	8,50 m	0,20 m	34,00 m³	ATERRO
E	13	20,00 m	14	8,50 m	0,20 m	34,00 m³	ATERRO
E	14	20,00 m	15	8,50 m	0,20 m	34,00 m³	ATERRO
E	15	20,00 m	16	8,50 m	0,20 m	34,00 m³	ATERRO
E	16	20,00 m	17	8,50 m	0,20 m	34,00 m³	ATERRO
E	17	20,00 m	18	8,50 m	0,20 m	34,00 m³	ATERRO
E	18	20,00 m	19	8,50 m	0,20 m	34,00 m³	ATERRO
E	19	20,00 m	20	8,50 m	0,20 m	34,00 m³	ATERRO
E	20	20,00 m	21	8,50 m	0,20 m	34,00 m³	ATERRO
E	21	20,00 m	22	8,50 m	0,20 m	34,00 m³	ATERRO
E	22	20,00 m	23	8,50 m	0,20 m	34,00 m³	ATERRO
E	23	20,00 m	24	8,50 m	0,20 m	34,00 m³	ATERRO

EXT.TOTAL	480,00 m	VOLUME ATERRO	816,00 m³

ATERRO — **RUA RUBENS LIMA**

	Nº da Estacão	Dist. entre Estacões (m)	Nº da Estacão	Largura (m)	Altura (m)	Volume(m3) (Ext. x Altura x Largura = Volume m3)	Situação
E	00	20,00 m	01	9,00 m	0,20 m	36,00 m³	ATERRO
E	01	20,00 m	02	9,00 m	0,20 m	36,00 m³	ATERRO
E	02	20,00 m	03	9,00 m	0,20 m	36,00 m³	ATERRO
E	03	20,00 m	04	9,00 m	0,20 m	36,00 m³	ATERRO
E	04	20,00 m	05	9,00 m	0,20 m	36,00 m³	ATERRO
E	05	20,00 m	06	9,00 m	0,20 m	36,00 m³	ATERRO
E	06	20,00 m	07	9,00 m	0,20 m	36,00 m³	ATERRO
E	07	20,00 m	08	9,00 m	0,20 m	36,00 m³	ATERRO
E	08	20,00 m	09	9,00 m	0,20 m	36,00 m³	ATERRO
E	09	20,00 m	10	9,00 m	0,20 m	36,00 m³	ATERRO
E	10	20,00 m	11	9,00 m	0,20 m	36,00 m³	ATERRO
E	11	20,00 m	12	9,00 m	0,20 m	36,00 m³	ATERRO
E	12	20,00 m	13	9,00 m	0,20 m	36,00 m³	ATERRO
E	13	20,00 m	14	9,00 m	0,20 m	36,00 m³	ATERRO
E	14	20,00 m	15	9,00 m	0,20 m	36,00 m³	ATERRO
E	15	20,00 m	16	9,00 m	0,20 m	36,00 m³	ATERRO
E	16	20,00 m	17	9,00 m	0,20 m	36,00 m³	ATERRO
E	17	20,00 m	18	9,00 m	0,20 m	36,00 m³	ATERRO
E	18	20,00 m	19	9,00 m	0,20 m	36,00 m³	ATERRO
E	19	10,00 m	E19+10M	9,00 m	0,20 m	18,00 m³	ATERRO

EXT.TOTAL	390,00 m	VOLUME ATERRO	702,00 m³

ATERRO — **RUA PARANÁ**

	Nº da Estacão	Dist. entre Estacões (m)	Nº da Estacão	Largura (m)	Altura (m)	Volume(m3) (Ext. x Altura x Largura = Volume m3)	Situação
E	00	20,00 m	01	9,00 m	0,20 m	36,00 m³	ATERRO
E	01	20,00 m	02	9,00 m	0,20 m	36,00 m³	ATERRO
E	02	20,00 m	03	9,00 m	0,20 m	36,00 m³	ATERRO
E	03	20,00 m	04	9,00 m	0,20 m	36,00 m³	ATERRO
E	04	20,00 m	05	9,00 m	0,20 m	36,00 m³	ATERRO
E	05	20,00 m	06	9,00 m	0,20 m	36,00 m³	ATERRO
E	06	20,00 m	07	9,00 m	0,20 m	36,00 m³	ATERRO
E	07	20,00 m	08	9,00 m	0,20 m	36,00 m³	ATERRO
E	08	20,00 m	09	9,00 m	0,20 m	36,00 m³	ATERRO
E	09	20,00 m	10	9,00 m	0,20 m	36,00 m³	ATERRO
E	10	5,00 m	11	9,00 m	0,20 m	9,00 m³	ATERRO

EXT.TOTAL	205,00 m	VOLUME ATERRO	369,00 m³

EXT.TOTAL	1.075,00 m	VOLUME ATERRO	1.887,00 m³

RODRIGO ROCHA DA SILVA:03756148343

Assinado de forma digital por RODRIGO ROCHA DA SILVA:03756148343
Dados: 2024.03.18 11:03:53 -03'00'

CAIXA

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO
OGU

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO	Nº SICONV	PROPONENTE TOMADOR	APELIDO EMPREENDIMENTO	DESCRIÇÃO DO LOTE
1090959-80	951049/2023	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPES	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA	Pavimentação de Vias Urbanas no Município de Campestre do Maranhão - MA

Item	Descrição	Valor (R$)	Parcelas:	1 03/22	2 04/22	3 05/22	4 06/22	5 07/22	6 08/22	7 09/22	8 10/22	9 11/22	10 12/22	11 01/23	12 02/23
1.	**PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA**	**1.444.999,93**	% Período:	27,70%	24,88%	14,85%	15,03%	8,06%	9,46%						
1.1.	SERVIÇOS INICIAIS	24.102,97	% Período:	100,00%											
1.2.	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE EQI	14.075,12	% Período:	50,00%					50,00%						
1.3.	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	44.687,35	% Período:	27,67%	24,83%	14,83%	15,00%	8,17%	9,50%						
1.4.	SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM	90.371,47	% Período:	100,00%											
1.5.	SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA	628.435,13	% Período:	42,40%	37,76%	19,84%									
1.6.	SERVIÇOS DE DRENAGEM	239.182,99	% Período:		46,48%	34,83%	18,69%								
1.7.	SERVIÇOS DE CALÇADA E ACESSIBILIDADE	340.837,31	% Período:				48,65%	33,11%	18,24%						
1.8.	SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL	23.963,64	% Período:						100,00%						
1.9.	LIMPEZA GERAL	39.343,95	% Período:						100,00%						

Total: R$ 1.444.999,93

		1 03/22	2 04/22	3 05/22	4 06/22	5 07/22	6 08/22	7 09/22	8 10/22	9 11/22	10 12/22	11 01/23	12 02/23
Período:	%:	27,70%	24,88%	14,85%	15,03%	8,06%	9,46%						
	Repasse:	399.409,22	358.754,81	214.132,42	216.718,82	116.241,37	136.457,36						
	Contrapartida:	910,33	817,66	488,05	493,94	264,94	311,01						
	Outros:	-	-	-	-	-	-						
	Investimento:	**400.319,55**	**359.572,48**	**214.620,46**	**217.212,77**	**116.506,30**	**136.768,37**						
Acumulado:	%:	27,70%	52,59%	67,44%	82,47%	90,54%	100,00%						
	Repasse:	399.409,22	758.164,03	972.296,45	1.189.015,27	1.305.256,64	1.441.714,00						
	Contrapartida:	910,33	1.727,99	2.216,04	2.709,98	2.974,92	3.285,93						
	Outros:	-	-	-	-	-	-						
	Investimento:	**400.319,55**	**759.892,03**	**974.512,49**	**1.191.725,26**	**1.308.231,56**	**1.444.999,93**						

RODRIGO ROCHA DA SILVA:03756148343
Assinado de forma digital por RODRIGO ROCHA DA SILVA:03756148343 Dados: 2024.11.05 09:28:54 -03'00'

CAMPESTRE DO MARANHÃO
Local

terça-feira, 5 de novembro de 2024
Data

Responsável Técnico
Nome: RODRIGO ROCHA DA SILVA
CREA/CAU: 111637831-0
ART/RRT:

CAIXA

Quadro de Composição do BDI

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO	Nº SICONV	PROPONENTE / TOMADOR
1090959-80	951049/2023	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE DO MARANHÃO

APELIDO DO EMPREENDIMENTO / DESCRIÇÃO DO LOTE

PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA / Pavimentação de Vias Urbanas no Município de Campestre do Maranhão - MA

Conforme legislação tributária municipal, definir estimativa de percentual da base de cálculo para o ISS:	100,00%
Sobre a base de cálculo, definir a respectiva alíquota do ISS (entre 2% e 5%):	5,00%

BDI 1

TIPO DE OBRA

Construção de Praças Urbanas, Rodovias, Ferrovias e recapeamento e pavimentação de vias urbanas

Itens	Siglas	% Adotado
Administração Central	AC	3,80%
Seguro e Garantia	SG	0,32%
Risco	R	0,50%
Despesas Financeiras	DF	1,02%
Lucro	L	6,64%
Tributos (impostos COFINS 3%, e PIS 0,65%)	CP	3,65%
Tributos (ISS, variável de acordo com o município)	ISS	5,00%
Tributos (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - 0% ou 4,5% - Desoneração)	CPRB	4,50%
BDI SEM desoneração (Fórmula Acórdão TCU)	BDI PAD	23,38%
BDI COM desoneração	BDI DES	**29,77%**

Os valores de BDI foram calculados com o emprego da fórmula:

$$BDI = \frac{(1+AC+S+R+G)*(1+DF)*(1+L)}{(1-CP-ISS-CRPB)} - 1$$

Declaro para os devidos fins que, conforme legislação tributária municipal, a base de cálculo deste tipo de obra corresponde à 100%, com a respectiva alíquota de 5%.

Declaro para os devidos fins que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para elaboração do orçamento foi COM Desoneração, e que esta é a alternativa mais adequada para a Administração Pública.

Observações:

CAMPESTRE DO MARANHÃO
Local

sexta-feira, 15 de março de 2024
Data

RODRIGO ROCHA DA SILVA:03756148343

Assinado de forma digital por RODRIGO ROCHA DA SILVA:03756148343
Dados: 2024.03.18 11:01:23 -03'00'

Responsável Técnico
Nome: RODRIGO ROCHA DA SILVA
CREA/CAU: 111637831-0
ART/RRT: 0

Quadro de Composição do BDI

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO	Nº SICONV	PROPONENTE / TOMADOR
1090959-80	951049/2023	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE DO MARANHÃO

APELIDO DO EMPREENDIMENTO / DESCRIÇÃO DO LOTE

PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA / Pavimentação de Vias Urbanas no Município de Campestre do Maranhão - MA

Conforme legislação tributária municipal, definir estimativa de percentual da base de cálculo para o ISS:	100,00%
Sobre a base de cálculo, definir a respectiva alíquota do ISS (entre 2% e 5%):	5,00%

Contrato de Repasse

Grau de Sigilo
#PÚBLICO

CONTRATO DE REPASSE Nº 951049/2023/MCIDADES/CAIXA

CONTRATO DE REPASSE QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DAS CIDADES, REPRESENTADO(A) PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, E O(A) MUNICÍPIO DE CAMPESTRE DO MARANHÃO, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO MOBILIDADE URBANA.

Por este Instrumento Particular, as partes abaixo nominadas e qualificadas têm, entre si, justo e acordado o Contrato de Repasse de recursos orçamentários da União, em conformidade com este Contrato de Repasse e com a seguinte regulamentação: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei nº 14.133, de 2021, Lei de Diretrizes Orçamentárias Federal vigente, Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, e suas alterações, Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Decreto n° 11.531, de 16 de março de 2023, e suas alterações, Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 e suas alterações, Instrução Normativa MPDG Nº 02, de 24 de janeiro de 2018 e suas alterações, Diretrizes Operacionais do Gestor do Programa para o exercício, Contrato de Prestação de Serviços (CPS) firmado entre o Gestor do Programa e a Caixa Econômica Federal e demais leis e normativos vigentes que tratarem da matéria, as quais os partícipes se sujeitam, desde já, na forma ajustada a seguir:

PARTÍCIPES

I – CONTRATANTE – A União Federal, por intermédio do Gestor do Programa MINISTÉRIO DAS CIDADES, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.465.986/0001-99, representado pela Caixa Econômica Federal, instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969 e constituída pelo Decreto nº 66.303, de 6 de março de 1970, regendo-se pelo Estatuto Social aprovado na Assembleia Geral de 19 de janeiro de 2018, em conformidade com o Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e suas alterações, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 04, Lote 3/4, Brasília-DF, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 00.360.305/0001-04, na qualidade de Mandatária da União, nos termos dos instrumentos supracitados, neste ato representada por CARLOS ANDRÉ CORRÊA CARDOSO, CPF nº 094.733.467-00, residente e domiciliado(a) em Avenida dos Holandeses, 8 apt. 703 - São Luís/MA - CEP: 65071-380, conforme procuração lavrada em notas do 2º Tabelião de Notas e Protestos - Brasília - Distrito Federal, no livro 3577-P, fls 065, em 05/09/2023 e substabelecimento lavrado em notas do 2º Tabelião de Notas e Protestos - Brasília - Distrito Federal, no livro 3580-P, fls. 040, em 10/10/2023., doravante denominada simplesmente CONTRATANTE.

II – CONTRATADO – MUNICÍPIO DE CAMPESTRE DO MARANHÃO, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.598.550/0001-17, neste ato representado pelo respectivo Prefeito(a) Municipal, Senhor(a) FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA, CPF nº 748.115.173-34, residente e domiciliado(a) em R. ONILDO GOMES, 240 , CEP: 65968-000 CENTRO - CAMPESTRE DO MARANHAO - MA, doravante denominado(a) simplesmente CONTRATADO.

CONDIÇÕES GERAIS

I - OBJETO DO CONTRATO DE REPASSE
Pavimentação de vias urbanas no município de Campestre do Maranhão/MA.

II – MUNICÍPIO(S) BENEFICIÁRIO(S)
Campestre do Maranhão - MA.

III - CONTRATAÇÃO SOB LIMINAR
(x) Não ( ) Sim

Apenas no caso de contratação sob liminar, aplica-se a Cláusula Décima Sétima desse Contrato de Repasse – Condições Gerais.

IV – CONTRATAÇÃO SOB CONDIÇÃO SUSPENSIVA
( ) Não (x) Sim
No caso de “SIM”, informar:
Documentação: Área de Intervenção, Técnica de Engenharia, Licença Ambiental e Plano de Sustentabilidade.
Prazo final para inserção das peças documentais pelo CONTRATADO no TRANSFEREGOV: 9 (nove) meses, contados da data da assinatura do documento.

V – DESCRIÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

- Recursos do Repasse da União: R$ 1.441.714,00 (um milhão quatrocentos e quarenta e um mil setecentos e quatorze reais).
- Recursos da Contrapartida aportada pelo CONTRATADO E/OU UNIDADE EXECUTORA: R$ 3.286,00 (três mil duzentos e oitenta e seis reais).

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

- Valor de Investimento (Repasse + Contrapartida): R$ 1.445.000,00 (um milhão e quatrocentos e quarenta e cinco mil reais).
- Nota de Empenho nº 2023NE002307, emitida em 07/12/2023, no valor de R$ 1.441.714,00 (um milhão quatrocentos e quarenta e um mil setecentos e quatorze reais), Unidade Gestora 175004, Gestão 00001.
- Programa de Trabalho: 15451221900T10001.
- Natureza da Despesa: 444042.

VI – PRAZOS

- Término da Vigência Contratual: 1 de dezembro de 2026.
- Apresentação da Prestação de Contas Final pelo CONTRATADO: até 60 dias após o término da vigência contratual ou conclusão da execução do objeto, o que ocorrer primeiro; da denúncia ou da rescisão.
- Arquivamento pelo CONTRATADO: 5 (cinco) anos contados da data de aprovação da prestação de contas final pela CONTRATANTE.

VII – FORO
Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado de Estado do Maranhão.

VIII-A – ENDEREÇOS FÍSICOS
Endereço para entrega de correspondências ao CONTRATADO: Avenida Justino Teixeira de Miranda, 65, Setor Administrativo - CEP 65968-000 - Campestre do Maranhão - MA.
Endereço para entrega de correspondências à CONTRATANTE: Rua Perdizes, quadra 35, nr 01. Edifício Via Manhattan III, Torre 2, 6° andar. 65075-340 - São Luis - MA.

VIII-B – ENDEREÇOS ELETRÔNICOS
Endereço eletrônico do CONTRATADO: lucianovencedor75@gmail.com; rodrigomelosoares@hotmail.com; bermudafernando@gmail.com.
Endereço eletrônico da CONTRATANTE: gigovsl@caixa.gov.br.

Pelo presente instrumento, as partes nominadas no Contrato de Repasse, pactuam as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PLANO DE TRABALHO E DA CONDIÇÃO SUSPENSIVA
1 – O Plano de Trabalho aprovado no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (TRANSFEREGOV) é parte integrante do presente Contrato de Repasse, independente de transcrição.

1.1 – A eficácia deste Instrumento está condicionada à apresentação pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA da documentação disposta no art. 24 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU n° 33/2023 na data da celebração do presente instrumento ou no prazo estabelecido no item IV das Condições Gerais deste Contrato, bem como à análise favorável pela CONTRATANTE da referida documentação.

1.1.1 – O CONTRATADO E/OU UNIDADE EXECUTORA, desde já e por este Instrumento, reconhece e dá sua anuência que o não atendimento das exigências no prazo fixado ou a não aprovação da documentação pela CONTRATANTE implicará a:

a) Extinção do presente Contrato de Repasse independente de notificação, quando não houver liberação de recursos de repasse;
b) Rescisão imediata do presente Contrato de Repasse, com o ressarcimento de eventuais despesas para elaboração do projeto básico ou termo de referência custeadas com recursos do instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES
2 – Como forma mútua de cooperação na execução do objeto do Contrato de Repasse, são obrigações das partes:

2.1 – DA CONTRATANTE

I. Analisar e aceitar a documentação técnica, institucional e jurídica das propostas selecionadas;
II. Celebrar o Contrato de Repasse, após atendimento dos requisitos pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, e publicar seu extrato, no Diário Oficial da União (DOU), e respectivas alterações, se for o caso;
III. Acompanhar e aferir a execução físico-financeira do objeto pactuado, assim como verificar a regular aplicação das parcelas de recursos;
IV. Transferir ao CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA os recursos financeiros, na forma do cronograma de desembolso aprovado, observado o disposto na Cláusula Quinta deste Instrumento;
V. Comunicar a assinatura e liberação de recursos ao Poder Legislativo na forma disposta na legislação;
VI. Monitorar e acompanhar a conformidade física e financeira durante a execução do presente instrumento;
VII. Analisar eventuais solicitações de reprogramação dos Anteprojetos, Projetos Técnicos ou Termos de Referência, submetendo-as, quando for o caso, ao Gestor do Programa, mediante o pagamento de tarifa extraordinária, conforme Cláusula Décima Segunda;
VIII. Verificar a realização do procedimento licitatório pelo CONTRATADO, atendo-se à documentação no que tange: a contemporaneidade do certame, aos preços do licitante vencedor e sua compatibilidade com os preços de referência, ao respectivo enquadramento do objeto ajustado com o efetivamente licitado, ao fornecimento de declaração expressa firmada por representante legal do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA atestando o atendimento às disposições legais aplicáveis, ou registro no TRANSFEREGOV que a substitua;

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

27.941 v032 micro

IX. Aferir a execução do objeto pactuado, conforme pactuado no Plano de Trabalho, por meio da verificação da compatibilidade entre estes e o efetivamente executado, assim como verificar a regular aplicação das parcelas de recursos, de acordo com o disposto na Cláusula Quinta;
X. Verificar a existência da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, Registro de Responsabilidade Técnica – RRT ou, quando aplicável, Termo de Responsabilidade Técnica - TRT, quando se tratar de obras e serviços de engenharia;
XI. Designar, em 10 dias contados da assinatura do instrumento, os servidores ou empregados responsáveis pelo seu acompanhamento;
XII. Divulgar em sítio eletrônico institucional as informações referentes a valores devolvidos, bem como a causa da devolução, nos casos de não execução total do objeto pactuado, extinção ou rescisão do instrumento;
XIII. Fornecer, quando requisitadas pelos órgãos de controle externo e nos limites de sua competência específica, informações relativas ao Contrato de Repasse independente de autorização judicial;
XIV. Notificar previamente o CONTRATADO a inscrição como inadimplente no TRANSFEREGOV, quando detectadas impropriedades ou irregularidades no acompanhamento da execução do objeto do instrumento, devendo ser incluída no aviso a respectiva Secretaria da Fazenda ou secretaria similar, e o Poder Legislativo do órgão responsável pelo instrumento;
XV. Receber e analisar a prestação de contas encaminhada pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, bem como notificá-lo quando da não apresentação da Prestação de Contas no prazo fixado, e/ou quando constatada a má aplicação dos recursos, instaurando, se for o caso, a correspondente Tomada de Contas Especial;
XVI. Efetuar a devolução imediata dos saldos remanescentes da conta vinculada ao instrumento para a conta única do Tesouro Nacional, nos casos aplicáveis;
XVII. Ter a prerrogativa de assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou de ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade;
XVIII. Realizar tempestivamente no TRANSFEREGOV os atos e os procedimentos relativos ao acompanhamento da execução do objeto, registrando aqueles que por sua natureza não possam ser realizados nesse Sistema, mantendo-o atualizado;
XIX. Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do presente instrumento, providenciar o cancelamento dos saldos de empenho no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

2.2 – DO CONTRATADO

I. Consignar no Orçamento do exercício corrente ou, em lei que autorize sua inclusão, os recursos necessários para executar o objeto do Contrato de Repasse e, no caso de investimento que extrapole o exercício, consignar no Plano Plurianual os recursos para atender às despesas em exercícios futuros que, anualmente constarão do seu Orçamento;
II. Observar as condições para recebimento de recursos da União e para inscrição em restos a pagar estabelecidas pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;
III. Comprometer-se, nos casos em que couber a instituição da contribuição de melhoria, nos termos do Código Tributário Nacional, a não efetuar cobrança que resulte em montante superior à contrapartida aportada ao Contrato de Repasse;
IV. Definir o regime de execução do objeto do Contrato de Repasse, conforme legislação vigente;
V. Definir, por metas e etapas a forma de execução do objeto, observando:
   a) a forma e a metodologia de comprovação do cumprimento do objeto estabelecidas pelo Gestor, conforme diretrizes programáticas ou normas complementares; e
   b) a descrição dos parâmetros objetivos de referência para a avaliação do cumprimento do objeto estabelecidos pelo Gestor, conforme diretrizes programáticas ou normas complementares.
VI. Definir as necessidades e demandas das obras, realizar os estudos de viabilidade preliminares e ensaios tecnológicos necessários para embasamento das soluções constantes no anteprojeto ou projeto;
VII. Elaborar os anteprojetos, os projetos técnicos ou termos de referência relacionados ao objeto pactuado e apresentar toda documentação jurídica, técnica e institucional necessária à celebração e à eficácia do Contrato de Repasse, de acordo com os normativos do programa;
VIII. Apresentar documentos de titularidade dominial da área de intervenção, licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente ou entidade da esfera municipal, estadual, distrital ou federal, bem como concessionárias de serviços públicos, conforme o caso, nos termos da legislação aplicável;
IX. Executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto pactuado no Contrato de Repasse, observando prazos e custos, designando profissional habilitado e com experiência necessária ao acompanhamento e controle das obras e serviços com a respectiva ART, RRT ou, quando aplicável, TRT da prestação de serviços de fiscalização a serem realizados, utilizando os aplicativos disponibilizados pelo órgão central do TRANSFEREGOV, para registro da execução física do objeto e quando da realização das atividades de fiscalização;
X. Apresentar à CONTRATANTE declaração de capacidade técnica, indicando o servidor ou servidores que acompanharão a obra ou serviço de engenharia;
XI. Garantir a existência de área gestora dos recursos recebidos por transferência voluntária da União, com atribuições definidas para gestão, celebração, execução e prestação de contas, com lotação de, no mínimo, um servidor ou empregado público efetivo, em cumprimento ao Acórdão nº 1.905, de 2017, do Plenário do Tribunal de Contas da União (Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023);
XII. Assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos anteprojetos ou projetos e da execução dos produtos e serviços contratados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades, determinando a correção de vícios detectados que possam comprometer a fruição do objeto, inclusive se detectados pela CONTRATANTE ou pelos órgãos de controle;
XIII. Garantir a existência de infraestrutura, utilidades, pessoal e licenças necessários à instalação e disponibilização dos equipamentos adquiridos;
XIV. Selecionar as áreas de intervenção e os beneficiários finais em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Gestor do Programa, podendo estabelecer outras que busquem refletir situações de vulnerabilidade econômica e social, informando à CONTRATANTE sempre que houver alterações;

XV. Realizar o procedimento de compras e contratações, sob sua competência e responsabilidade, observada a legislação vigente e assegurando:
  a) a disponibilização da contrapartida, quando for o caso;
  b) a correção dos procedimentos legais;
  c) a suficiência do anteprojeto, do projeto básico ou do termo de referência;
  d) a suficiência da planilha orçamentária discriminativa do percentual de Encargos Sociais Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) utilizados, cada qual com o respectivo detalhamento de sua composição, por item de orçamento ou conjunto deles; e
  e) a utilização do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, conforme previsto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

XVI. Apresentar declaração expressa firmada por representante legal do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, ou registro no TRANSFEREGOV que a substitua, atestando o atendimento das disposições legais aplicáveis ao procedimento de compras e contratações;

XVII. Exercer, na qualidade de contratante, a gestão e fiscalização sobre o CTEF – Contrato de Execução e Fornecimento de Obras ou Serviços ou Equipamentos;

XVIII. Realizar visitas regulares nos empreendimentos, e apresentar os relatórios referentes às visitas realizadas quando solicitado;

XIX. Estimular a participação dos beneficiários finais na elaboração e implementação do objeto do Contrato de Repasse, bem como na manutenção do patrimônio gerado por estes investimentos;

XX. No caso de Municípios e Distrito Federal, notificar os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede no município ou Distrito Federal, em conformidade com a Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, facultada a notificação por meio eletrônico;

XXI. Operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do Contrato de Repasse, após sua execução, de forma a possibilitar a sua funcionalidade;

XXII. Prestar contas dos recursos transferidos pela CONTRATANTE destinados à consecução do objeto no prazo fixado no Contrato de Repasse;

XXIII. Fornecer à CONTRATANTE, a qualquer tempo, informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o acompanhamento e avaliação do processo;

XXIV. Prever no edital de licitação e no CTEF que a responsabilidade pela qualidade das obras, materiais e serviços executados ou fornecidos é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado;

XXV. Realizar tempestivamente no TRANSFEREGOV os atos e os procedimentos relativos à formalização, execução, licitação, acompanhamento, prestação de contas e informações acerca de tomada de contas especial do Contrato de Repasse e registrar no TRANSFEREGOV os atos que por sua natureza não possam ser realizados nesse Sistema, mantendo-os atualizados;

XXVI. Instaurar processo administrativo apuratório, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução do CTEF ou gestão financeira do Contrato de Repasse, comunicando tal fato à CONTRATANTE;

XXVII. Registrar no TRANSFEREGOV o extrato do edital de licitação, o preço estimado pela Administração para a execução do serviço e a proposta de preço total ofertada por cada licitante com o seu respectivo CNPJ, a publicação do termo de homologação e adjudicação, o extrato do CTEF e seus respectivos aditivos, a ART, RRT ou, quando aplicável, TRT dos anteprojetos, dos projetos, dos executores e da fiscalização de obras, as ordens de serviço ou autorizações de fornecimento e os atestes dos boletins de medições;

XXVIII. Indicar o sistema Fala.BR como canal de comunicação efetivo, ao qual se dará ampla publicidade, para o recebimento pela União de manifestações dos cidadãos relacionados ao instrumento, possibilitando o registro de sugestões, elogios, solicitações, reclamações e denúncias;

XXIX. Afixar em local visível placa de obra elaborada conforme Manual de Uso da Marca do Governo Federal – Obras, mantendo-a em bom estado de conservação durante todo o prazo de execução das obras;

XXX. Quando o objeto do instrumento se referir à execução de obras e serviços de engenharia, incluir, nas placas e adesivos indicativos das obras, o *QR Code* do aplicativo para o cidadão, disponibilizado pelo TRANSFEREGOV, bem como informações sobre canal para o registro de denúncias, reclamações e elogios, conforme previsto no Manual de Uso da Marca do Governo Federal – Obras;

XXXI. Ao tomar ciência de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dar ciência aos órgãos de controle e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificar os Ministérios Público Federal e Estadual e a Advocacia Geral da União;

XXXII. Obedecer às regras e diretrizes de acessibilidade na execução do objeto dos instrumentos, em conformidade com as leis, normativos e orientações técnicas que tratam da matéria;

XXXIII. Compatibilizar o objeto do Contrato de Repasse com normas e procedimentos de preservação ambiental municipal, estadual ou federal, conforme o caso;

XXXIV. Prever no edital de licitação as composições de custos unitários e o detalhamento de encargos sociais e do BDI que integram o orçamento do anteprojeto, nos termos da Lei nº 14.133/2021, ou do projeto básico da obra e/ou serviço, em cumprimento ao previsto na legislação vigente e conforme a Súmula nº 258 do Tribunal de Contas da União, vedada a utilização de orçamento sigiloso;

XXXV. Nos casos de transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, observar o disposto no Decreto nº 7.983, de 08 de abril de 2013, e suas alterações, nas licitações que realizar, no caso de contratação de obras ou serviços de engenharia, bem como apresentar à CONTRATANTE declaração firmada pelo representante legal do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA acerca do atendimento ao disposto no referido Decreto;

XXXVI. Utilizar, para aquisição de bens e serviços comuns, a modalidade pregão, nos termos da legislação vigente, obrigatoriamente a sua forma eletrônica, devendo ser justificada pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA a impossibilidade de sua utilização, vedada a utilização de orçamento sigiloso;

XXXVII. Iniciar o procedimento licitatório em até 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado, desde que motivado pelo CONTRATADO e aceito pela CONTRATANTE, contados:
  a) Da data de assinatura do presente instrumento, caso não possua cláusula suspensiva; ou

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

b) Do aceite do termo de referência ou da emissão do Laudo de Análise Técnica, caso o presente instrumento possua cláusula suspensiva.

XXXVIII. Apresentar declaração expressa ou fornecer declaração emitida pela empresa vencedora da licitação, atestando que esta não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, sendo de sua inteira responsabilidade a fiscalização dessa obrigação;

XXXIX. Registrar no TRANSFEREGOV as atas e as informações sobre os participantes e respectivas propostas das licitações, bem como as informações referentes às dispensas e inexigibilidades juntamente com os pareceres técnico e jurídico que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos na legislação pertinente;

XL. Inserir cláusula nos CTEFs destinados à execução do instrumento, para que a empresa contratada:

a) permita o livre acesso dos servidores do Gestor e dos órgãos de controle interno e externo da União, bem como dos funcionários da CONTRATANTE, aos documentos e registros contábeis das empresas contratadas; e

b) insira as informações e os documentos relativos à execução da obra ou serviço de engenharia no TRANSFEREGOV;

XLI. Atestar, por meio do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), a regularidade das empresas e/ou profissionais participantes do processo de licitação, em especial ao impedimento daquelas em contratar com o Poder Público, em atendimento ao disposto na Portaria CGU nº 516, de 15 de março de 2010;

XLII. Consultar no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF a regularidade das empresas e/ou profissionais participantes do processo de licitação, em especial ao impedimento daquelas em contratar com o Poder Público, sendo vedada a participação na licitação ou contratação de empresa que consta como impedida ou suspensa;

XLIII. Consultar no Cadastro Nacional de Condenações Civis a regularidade das empresas e/ou profissionais participantes do processo de licitação, no que tange a registro de ato de improbidade administrativa e inelegibilidade supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça;

XLIV. Apresentar à CONTRATANTE relatório de execução do empreendimento contendo informações sobre a execução físico-financeira do Contrato de Repasse, bem como da utilização da contrapartida, conforme o art. 32 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 e suas alterações;

XLV. Verificar, a cada pagamento de medição, a devida regularidade dos contratos de trabalho pelas empresas que prestam serviços, por meio de CTEF, através da exigência da apresentação das Guias de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social (GFIP), relativas aos trabalhadores que prestaram serviços no período, no caso de contratação de obras de engenharia. (Ofício nº. 132/2021/AERIN/MAPA – Relatório de auditoria nº 201900014)

XLVI. Responsabilizar-se pela conclusão do empreendimento quando o objeto do Contrato de Repasse prever apenas sua execução parcial e for etapa de empreendimento maior, a fim de assegurar sua funcionalidade;

XLVII. Divulgar, em qualquer ação promocional relacionada ao objeto e/ou objetivo do Contrato de Repasse, o nome do Programa, a origem do recurso, o valor do repasse e o nome da CONTRATANTE e do Gestor do Programa, como entes participantes, obrigando-se o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA a comunicar expressamente à CAIXA a data, forma e local onde ocorrerá a ação promocional, inclusive entregas e/ou inaugurações, com antecedência mínima de 72 horas, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros, observadas as limitações impostas pela Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997;

XLVIII. Comprometer-se a utilizar a assinatura do Gestor do Programa acompanhada da marca do Governo Federal nas publicações decorrentes do Contrato de Repasse, observadas as limitações impostas pela Lei Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997;

XLIX. Responder solidariamente, os entes consorciados, no caso da execução do objeto contratual por consórcios públicos;

L. Aplicar, no TRANSFEREGOV, os recursos creditados na conta vinculada ao Contrato de Repasse em caderneta de poupança, se o prazo previsto para sua utilização for igual ou superior a um mês, e realizar os pagamentos de despesas do Contrato de Repasse também por intermédio do TRANSFEREGOV, observadas as disposições contidas na Cláusula Sétima deste Instrumento;

LI. Estar ciente de que a CONTRATANTE está autorizada a efetuar o resgate dos saldos remanescentes da conta vinculada ao instrumento, nos casos em que não houver a devolução dos recursos no prazo previsto;

LII. Estar ciente sobre a não sujeição ao sigilo bancário, quanto a União e respectivos órgãos de controle, por se tratar de recurso público;

LIII. Dar ciência da celebração do Contrato de Repasse ao conselho local ou instância de controle social da área vinculada ao programa de governo que originou a transferência, quando houver;

LIV. Divulgar em sítio eletrônico institucional as informações referentes a valores devolvidos, bem como a causa da devolução, nos casos de não execução total do objeto pactuado, extinção ou rescisão do instrumento;

LV. Disponibilizar, em seu sítio oficial na internet, ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, consulta ao extrato do instrumento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação e o detalhamento da aplicação dos recursos, bem como as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado, devendo os instrumentos serem separados por ano de celebração, classificados do maior valor para o menor, podendo a disponibilização do extrato na internet ser suprida com a inserção de link na página oficial do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA que possibilite acesso direto ao TRANSFEREGOV;

LVI. Indicar a obrigatoriedade de contabilização e guarda dos bens remanescentes e manifestar compromisso de utilização dos bens para assegurar a continuidade da política pública, estando claras as regras e diretrizes de utilização;

LVII. Responder, na figura de seus titulares, na medida de seus atos, competências e atribuições o CONTRATADO e solidariamente, quando for o caso, a UNIDADE EXECUTORA, por desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução do contrato ou gestão financeira do instrumento;

LVIII. Apresentar, via TRANSFEREGOV, o Plano de Sustentabilidade do empreendimento ou equipamento a ser adquirido e comunicar ao respectivo Poder Legislativo o compromisso assumido, sendo permitida, exclusivamente para obras e serviços de engenharia do Nível I, a substituição do Plano de Sustentabilidade por declaração do representante legal do CONTRATADO;

LIX. Observar as condições para reprogramação estabelecidas na Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023, e IN MPDG nº 02, de 24 de janeiro de 2018 e suas alterações;

LX. Tomar outras providências necessárias à boa execução do objeto do Contrato de Repasse.

LXI. Caso seja instalada placa de inauguração de conclusão das obras, garantir sua conformidade com o Manual Visual de Placas e Adesivos de Obras, regulamentado e disponibilizado pelo Governo Federal.
LXII. Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica do instrumento em instituição financeira oficial;
LXIII. Incluir regularmente no TRANSFEREGOV as informações e os documentos exigidos nas diretrizes programáticas e na Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 e suas alterações, mantendo-o atualizado;
LXIV. Atender ao disposto nas diretrizes programáticas, normas e regramentos da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 e suas alterações, independentemente de formalização de Termo Aditivo ao presente instrumento.
LXV. Observar os preceitos constitucionais, a legislação ordinária e as normas complementares aplicáveis, bem como suas alterações.
LXVI. Transferir a posse e propriedade do imóvel para os beneficiários finais, sendo condicionante para aprovação da Prestação de Contas, caso a operação preveja o item de investimento de regularização fundiária;
LXVII. Apresentar a Licença de Operação, fornecida pelo órgão ambiental competente, sendo condicionante para aprovação da Prestação de Contas Final, caso a operações seja de abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos urbanos e drenagem, inclusive as realizadas nos programas habitacionais;
LXVIII. Estar ciente que a não aprovação pela CONTRATANTE do produto inicial relativo à metodologia implicará a rescisão contratual e a não liberação dos recursos contratados bem como a devolução dos recursos eventualmente já sacados, no caso de operações de Plano Diretor, Risco e Regularização Fundiária;
LXIX. Estar ciente que a liberação da última parcela fica condicionada à comprovação da regularização efetiva da situação da delegação ou concessão firmada entre o município e o prestador dos serviços, no caso de operações do Programa Serviços Urbanos de Água e Esgoto, quando a comprovação da regularidade da delegação e concessão for apresentada por termo de compromisso;
LXX. Garantir isoladamente ou junto aos órgãos competentes o fornecimento, a manutenção e a operação dos sistemas de abastecimento de água, de coleta e tratamento de esgoto sanitário, de coleta e tratamento dos resíduos sólidos, de coleta de esgotos pluviais, de pavimentação pública e de rede de distribuição de energia elétrica e iluminação pública, no que couber.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3 – A CONTRATANTE transferirá, ao CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, até o limite do valor dos Recursos de Repasse descrito no item V das CONDIÇÕES GERAIS e de acordo com o cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho.

3.1 – O CONTRATADO deverá depositar na conta específica do instrumento o valor dos Recursos de Contrapartida descrito no item V das CONDIÇÕES GERAIS, em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso, de acordo com os percentuais e as condições estabelecidas na legislação vigente à conta de recursos alocados em seu orçamento.

3.2 – Os recursos transferidos pela União e os recursos do CONTRATADO destinados ao presente Contrato de Repasse, figurarão no Orçamento do CONTRATADO, obedecendo ao desdobramento por fontes de recursos e elementos de despesa.

3.3 – Quando o valor global inicialmente pactuado se demonstrar insuficiente para a execução do objeto, em função da atualização de preços praticados no mercado, poderão ser:
I. utilizados saldos de recursos ou rendimentos de aplicação no mercado financeiro;
II. aportados novos recursos do CONTRATADO; ou
III. reduzidas as metas e etapas, desde que a redução não comprometa a fruição ou funcionalidade do objeto pactuado.

3.4 – Toda a movimentação financeira deve ser efetuada, obrigatoriamente, na conta vinculada a este Contrato de Repasse, em agência da CAIXA, isenta de cobrança de tarifas bancárias.

CLÁUSULA QUARTA – DA AUTORIZAÇÃO DE INÍCIO DE OBRA

4 – O CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, por meio deste Instrumento, se compromete a iniciar a execução física de obras e serviços de engenharia somente após:
I - a liberação da primeira parcela, ou parcela única de recursos da União, e a emissão automática da Autorização de Início de Obra – AIO para o Nível I; e
II - após a emissão da Autorização de Início de Obra – AIO pela CONTRATANTE para os Níveis II a V.

4.1 - A data da primeira ordem de serviço – OS registrada no TRANSFEREGOV, pelo CONTRATADO ou UNIDADE EXECUTORA, caracterizará o início da execução física da obra ou serviço de engenharia.

4.2 – Caso a contratação seja efetuada no período pré-eleitoral, o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA declara estar ciente de que a autorização de início de objeto e a liberação dos recursos somente ocorrerá após finalizado o processo eleitoral a se realizar no mês de outubro, considerada, inclusive, a eventual ocorrência de segundo turno, em atendimento ao artigo 73, inciso VI, alínea “a” da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO, LIBERAÇÃO DE RECURSOS E PAGAMENTOS

5 – A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a sua plena execução, respondendo o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA pelos danos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do instrumento, não cabendo a responsabilização da CONTRATANTE por inconformidades ou irregularidades praticadas pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, salvo nos casos em que as falhas decorrerem de omissão de responsabilidade atribuída à CONTRATANTE.

5.1 – No acompanhamento da execução do objeto serão verificados:

I. A comprovação da boa e regular aplicação dos recursos, na forma da legislação aplicável;

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

II. A compatibilidade entre a execução do objeto, o que foi estabelecido no plano de trabalho, os desembolsos e pagamentos, conforme os cronogramas apresentados;
III. A regularidade das informações registradas pelo CONTRATADO no TRANSFEREGOV;
IV. O cumprimento das metas do plano de trabalho nas condições estabelecidas;
V. A conformidade financeira.

5.2 – A CONTRATANTE comunicará ao CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica apurados durante a execução do instrumento, procedendo o bloqueio de recursos, ficando estabelecido o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, podendo ser prorrogado por igual período.

5.3 – A CONTRATANTE reportará decisão quanto à aceitação ou não das justificativas apresentadas e, se for o caso, realizará procedimento de apuração de dano ao erário, ensejando registro de inadimplência no TRANSFEREGOV e imediata instauração de Tomada de Contas Especial.

5.4 – A liberação dos recursos financeiros obedecerá ao cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho, respeitando a disponibilidade financeira do Gestor do Programa e atendidas as exigências cadastrais vigentes.

5.4.1 – A liberação de recursos deverá ocorrer da seguinte forma:

I. Para instrumentos enquadrados nos:
   a) Níveis I e VI, preferencialmente em parcela única; e
   b) Níveis II a V, em no mínimo 3 (três) parcelas, sendo que a primeira não poderá exceder a 30% (trinta por cento) do valor global do instrumento.
II. A liberação das parcelas previstas no cronograma de desembolso ficará condicionada à:
   a) Conclusão do processo licitatório ou da cotação prévia dos itens de despesas apresentados pelo CONTRATADO;
   b) Verificação e aceite da realização do processo licitatório ou da cotação prévia pela CONTRATANTE.
III. A liberação da segunda parcela e demais subsequentes estará condicionada à execução de, no mínimo, 70% (setenta por cento) das parcelas liberadas anteriormente.

5.4.2 A exigência de execução de 70% (setenta por cento) das parcelas anteriores, para liberação de recursos de parcelas subsequentes, poderá ser excepcionalizada, desde que em benefício da execução do objeto, quando justificada expressamente pelo CONTRATADO e aceita pelo Gestor ou pela CONTRATANTE.

5.5 – O cronograma de desembolso previsto no plano de trabalho deverá estar em consonância com as metas e fases ou etapas de execução do objeto do instrumento.

5.6 – Quando necessário, o cronograma de desembolso deverá ser ajustado pelo CONTRATADO após à verificação da realização do processo licitatório ou da cotação prévia pela CONTRATANTE.

5.7 – Os pagamentos realizados pelo CONTRATADO ou UNIDADE EXECUTORA, relativos às despesas de obras executadas com recursos dos instrumentos estão condicionados a:
a) Inserção do boletim de medição, no TRANSFEREGOV, pela empresa contratada para execução do objeto;
b) Ateste do boletim de medição pelo fiscal do CONTRATADO OU UNIDADE EXECUTORA;
c) Vistorias intermediárias *in loco*, realizadas pela CONTRATANTE, exclusivamente para os pagamentos correspondentes aos percentuais de execução verificados nos marcos de dos níveis II a V que trata o art. 86 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023;
d) Vistoria final *in loco*, realizada pela CONTRATANTE, exclusivamente quando se referir ao pagamento da última medição.
e) Existência de placa de inauguração das obras, quando obrigatória, para o pagamento da última medição; e
f) Conformidade da placa de inauguração das obras, caso seja instalada, com o Manual Visual de Placas e Adesivos de Obras, regulamentado e disponibilizado pelo Governo Federal.

5.7.1 – O servidor indicado pelo CONTRATADO responsável pelo acompanhamento e fiscalização da obra deverá assinar e carregar no TRANSFEREGOV o relatório de fiscalização referente a cada medição.

5.7.2 – O CONTRATADO deverá verificar se os materiais aplicados e os serviços realizados atendem aos requisitos de qualidade estabelecidos pelas especificações técnicas dos anteprojetos e dos projetos de engenharia aceitos.

5.7.3 – A execução física será aferida conforme regramento disposto no art. 86 Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 e suas alterações.

5.7.4 – A aferição da execução do objeto, suas metas e fases ou etapas será realizada por meio da verificação da compatibilidade entre o efetivamente executado e o pactuado no Plano de Trabalho.

5.8 – Na hipótese de inexecução ou paralisação da execução financeira por 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados da liberação da parcela pelo Gestor ou do último pagamento realizado pelo CONTRATADO, o Gestor ou a CONTRATANTE deverão:
I – bloquear a conta corrente específica do instrumento pelo prazo de até 180 (cento e oitenta) dias; e
II – suspender a liberação de novos recursos para o CONTRATADO no âmbito do mesmo órgão ou entidade concedente.

5.9 – Os prazos dispostos no item 5.8 da Cláusula Quinta do presente Contrato de Repasse, deverão ser suspensos quando:

I – A inexecução financeira for devida a atraso de liberação de parcelas pelo Gestor ou pela CONTRATANTE;
II – A paralisação da execução se der por determinação judicial, por recomendação ou determinação de órgãos de controle ou em razão de caso fortuito ou força maior;
III – For reconhecida pelo Congresso Nacional, no caso da União, ou pelas Assembleias Legislativas, Câmara Legislativa e Câmaras Municipais na hipótese respectiva dos estados, Distrito Federal e municípios, situação de emergência ou calamidade pública na localidade de execução do objeto; e
IV – A inexecução financeira for decorrente de distrato do contrato licitado desde que:
a) o CONTRATADO demonstre que não deu causa, pelo envio de documentos comprobatórios como notificações à empresa ou ofício de solicitação de distrato pela empresa contratada; e
b) limitado ao tempo decorrido entre a emissão da ordem de serviço – OS e a publicação da rescisão do contrato.

5.10 – Após o fim do prazo mencionado no inciso I do item 5.8, não havendo comprovação do início ou da retomada da execução financeira, o instrumento deverá ser rescindido.

5.11 – Cabe ao representante legal do CONTRATADO dar continuidade à execução dos Contratos de Repasse firmados pelos seus antecessores.

5.12– A utilização de recursos do contrato de repasse para pagamento da remuneração variável, conforme previsto na Lei das Estatais (Lei nº 13.303, de 2016) e na Lei n° 14.133/2021, é permitida somente nos casos em que os preços dos itens da Planilha Orçamentária do CTEF, aceita na VRPL – Verificação da Realização do Processo Licitatório, correspondam aos limites máximos, incluindo a remuneração variável.

CLÁUSULA SEXTA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DOS RECURSOS

6 – As despesas com a execução do objeto do presente Contrato de Repasse correrão à conta de recursos alocados nos respectivos orçamentos dos contratantes.

6.1 – A emissão do empenho plurianual, quando for o caso, ocorrerá de acordo com determinação específica do Gestor do Programa, com incorporação ao presente Contrato de Repasse mediante Apostilamento.
6.2 – A eficácia deste Instrumento está condicionada à validade dos empenhos, que é determinada por instrumento legal, findo o qual, sem a total liberação dos recursos, o presente Contrato de Repasse fica automaticamente extinto.

6.2.1 – No caso de perda da validade dos empenhos por motivo de cancelamento de Restos a Pagar, o quantitativo físico-financeiro poderá ser reduzido, desde que não prejudique a fruição ou funcionalidade do objeto pactuado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

7 – Os recursos somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas constantes do Plano de Trabalho ou para aplicação no mercado financeiro, nas hipóteses previstas em lei ou na Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 e suas alterações, vedada sua utilização em finalidade diversa da pactuada neste Instrumento.

7.1 – A programação e a execução financeira deverão ser realizadas em separado, de acordo com a natureza e a fonte de recursos, se for o caso.

7.2 – Antes da realização de cada pagamento, o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA incluirá no TRANSFEREGOV, no mínimo, as seguintes informações:

I. A destinação do recurso;
II. O nome e CNPJ ou CPF do fornecedor, quando for o caso;
III. O contrato a que se refere o pagamento realizado;
IV. A meta, etapa ou fase do Plano de Trabalho relativa ao pagamento;
V. Informações das notas fiscais ou documentos contábeis.

7.3 – Os pagamentos devem ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

7.3.1 – Desde que, justificado pelo CONTRATADO, autorizado pelo Gestor ou pela CONTRATANTE e registrado no TRANSFEREGOV o beneficiário final da despesa, o crédito poderá ser realizado em conta corrente de titularidade do próprio CONTRATADO ou da UNIDADE EXECUTORA, nas hipóteses de:

a) Questões operacionais que impeçam o pagamento por meio do TRANSFEREGOV, excetuando-se falhas de planejamento;
b) Ressarcimento ao CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA por pagamentos realizados às próprias custas decorrentes de atrasos na liberação de recursos pelo Gestor do Programa e em valores além da contrapartida pactuada, desde que tenha havido a emissão da Autorização de Início de Obra – AIO.

7.3.2 – Excepcionalmente, mediante mecanismo que permita a identificação pela instituição financeira depositária, poderá ser realizado pagamento à pessoa física que não possua conta bancária, restrito ao limite individual de R$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais) por beneficiário, levando-se em conta toda a duração do instrumento.

7.4 – Os recursos transferidos pela CONTRATANTE não poderão ser utilizados para despesas efetuadas em período anterior ou posterior à vigência do presente Contrato de Repasse, permitido o pagamento de despesas posteriormente desde que comprovadamente realizadas na vigência descrita no item VI das CONDIÇÕES GERAIS.

7.5 – Os recursos transferidos, enquanto não utilizados, serão aplicados em caderneta de poupança se o prazo previsto para sua utilização for igual ou superior a 1 mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública federal, quando a sua utilização estiver prevista para prazo menor que 1 mês.

7.5.1 – A aplicação dos recursos, creditados na conta vinculada ao Contrato de Repasse, em fundo de curto prazo será automática, após assinatura pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA do respectivo Termo de Adesão ao fundo no ato de regularização da conta, ficando o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA responsável pela aplicação em caderneta de poupança por intermédio do TRANSFEREGOV, se o prazo previsto para utilização dos recursos transferidos for igual ou superior a 1 mês.

7.5.2 – Todos os rendimentos provenientes da aplicação dos recursos das contas vinculadas devem ser devolvidos à conta única do Tesouro ao final da execução do objeto contratado, devendo constar de demonstrativo específico que integrará a prestação de contas.

7.5.3 – Na ocorrência de perdas financeiras decorrentes da aplicação dos recursos, que comprometam a execução do objeto contratual, fica o CONTRATADO obrigado ao aporte adicional de contrapartida.

7.5.4 –É permitida a utilização dos rendimentos de aplicação financeira para:
I – custear valores decorrentes de atualizações de preços, quando o valor global inicialmente pactuado se demonstrar insuficiente;
II – ampliação de metas e etapas, desde que justificado pelo CONTRATADO e autorizado pelo Gestor ou pela CONTRATANTE;
III – reconstrução de obras, relacionadas ao objeto pactuado, danificadas em decorrência de calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional, no caso da União, ou pelas Assembleias Legislativas, Câmara Legislativa ou Câmaras Municipais, na hipótese dos estados, Distrito Federal e municípios, respectivamente; e
IV – atualização de preços decorrentes de atualização de data-base, de reajustamento de preços conforme índice previsto no CTEF ou de termo aditivo para o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do CTEF.

7.6 – Eventuais saldos financeiros verificados quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do Contrato de Repasse, inclusive os provenientes das receitas auferidas em aplicações financeiras, deverão ser restituídos integralmente à UNIÃO FEDERAL, no prazo improrrogável de 30 dias do evento, na forma indicada pela CONTRATANTE na época da restituição, sob pena da imediata instauração de Tomada de Contas Especial do responsável.

7.6.1 – Nos casos de descumprimento do prazo previsto no item 7.6, a CONTRATANTE solicitará à instituição financeira albergante da conta vinculada a devolução imediata dos saldos remanescentes à conta única do Tesouro Nacional.

7.7 – Deverão ser restituídos, ainda, os valores transferidos acrescidos de juros legais e atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável, nos seguintes casos:

a) Quando não houver qualquer execução física referente ao objeto pactuado neste Instrumento nem utilização de recursos;
b) Quando for executado parcialmente o objeto pactuado neste Instrumento;
c) Quando não for apresentada, no prazo regulamentar, a respectiva prestação de contas parcial ou final;
d) Quando os recursos forem utilizados em desconformidade com o pactuado neste Instrumento;
e) Quando houver utilização dos valores resultantes de aplicações financeiras em desacordo com o estabelecido no item 7.5.4;
f) Quando houver impugnação de despesas, se realizadas em desacordo com as disposições do contrato celebrado.

7.7.1 – Os recursos que permanecerem na conta vinculada, sem terem sido utilizados pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, serão devolvidos acrescidos do resultado da aplicação financeira nos termos do item 7.5, no prazo de até 30 dias do vencimento da vigência do Contrato de Repasse, da conclusão, distrato, extinção ou rescisão contratual, sob pena da imediata instauração de TCE.

7.7.2 – Nos casos de conclusão, distrato, extinção ou rescisão contratual em que o objeto for executado parcialmente, o CONTRATADO deve devolver os recursos utilizados na parte que não possua funcionalidade, devidamente atualizados, conforme exigido para a quitação de débitos para com a Fazenda Nacional, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução dos recursos, acrescido esse montante de 1% (um por cento) no mês de efetivação da devolução dos recursos à conta única do Tesouro.

7.7.3 – Para aplicação do item 7.7.2, a funcionalidade da parte executada será verificada pela CONTRATANTE.

7.7.4 – Vencidos os prazos de devolução descritos no item 7.7.1, os valores devem ser devolvidos devidamente atualizados, conforme exigido para a quitação de débitos para com a Fazenda Nacional, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução de recursos, acrescido a esse montante de 1% no mês de efetivação da devolução de recursos à conta única do Tesouro.

7.7.5 – Na hipótese prevista no item 7.7, alínea “c”, os recursos devem ser devolvidos incluindo os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados pela Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

7.7.6 – Na hipótese prevista no item 7.7, alínea “d”, será instaurada Tomada de Contas Especial, além da devolução dos recursos liberados devidamente atualizados, conforme exigido para a quitação de débitos para com a Fazenda Nacional, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução dos recursos, acrescido esse montante de 1% no mês de efetivação da devolução dos recursos à Conta Única do Tesouro Nacional.

7.8 – Para fins de efetivação da devolução dos recursos à União, a parcela de atualização referente à variação da SELIC será calculada proporcionalmente à quantidade de dias compreendida entre a data de referência (conforme IN TCU nº 76/2016, art. 9º) e a data de efetivo crédito do montante devido na conta única do Tesouro.

CLÁUSULA OITAVA – DOS BENS REMANESCENTES AO TÉRMINO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL
8 – Os bens remanescentes decorrentes do Contrato de Repasse serão de propriedade do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, quando da sua extinção, desde que vinculados à finalidade a que se destinam.

CLÁUSULA NONA – DAS PRERROGATIVAS
9 – O Gestor do Programa é a autoridade competente para coordenar e definir as diretrizes do Programa, cabendo à CONTRATANTE o acompanhamento e avaliação das ações constantes no Plano de Trabalho.

9.1 – Sempre que julgar conveniente, o Gestor do Programa poderá promover visitas *in loco* com o propósito do acompanhamento e avaliação dos resultados das atividades desenvolvidas em razão do Contrato de Repasse, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes ao assunto.

9.2 – É prerrogativa da União, por intermédio do Gestor do Programa e da CONTRATANTE, promover a fiscalização físico-financeira das atividades referentes ao Contrato de Repasse, bem como, conservar, em qualquer hipótese, a faculdade de assumir ou transferir a responsabilidade da execução do objeto, no caso de sua paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer.

9.3 – As informações relativas à celebração, execução, acompanhamento, fiscalização e de prestação de contas, inclusive àquelas referentes à movimentação financeira dos instrumentos, serão públicas, exceto nas hipóteses legais de sigilo fiscal e bancário e nas situações classificadas como de acesso restrito, consoante o ordenamento jurídico.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS DOCUMENTOS E DA CONTABILIZAÇÃO
10 – Obriga-se o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA a registrar, em sua contabilidade analítica, em conta específica do grupo vinculado ao ativo financeiro, os recursos recebidos da CONTRATANTE, tendo como contrapartida conta adequada no passivo financeiro, com subcontas identificando o Contrato de Repasse e a especificação da despesa.

10.1 – As faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas serão emitidos em nome do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA e mantidos em arquivo, em ordem cronológica, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo fixado no Contrato de Repasse.

10.1.1 – O CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA deverá disponibilizar cópias dos comprovantes de despesas ou de outros documentos à CONTRATANTE sempre que solicitado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
11 – A Prestação de Contas referente aos recursos financeiros deverá ser apresentada à CONTRATANTE no prazo descrito no item VI das CONDIÇÕES GERAIS.

11.1 – Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo fixado, a CONTRATANTE estabelecerá o prazo máximo de 45 dias para sua apresentação, ou recolhimento dos recursos, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados pela taxa SELIC.

11.2 – Caso o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA não apresente a prestação de contas nem devolva os recursos nos termos do item anterior, ao término do prazo estabelecido, a CONTRATANTE registrará a inadimplência no TRANSFEREGOV por omissão do dever de prestar contas e comunicará o fato ao órgão de contabilidade analítica, para fins de instauração de Tomada de Contas Especial sob aquele argumento e adoção de outras medidas para reparação do dano ao erário, sob pena de responsabilização solidária.
11.3 – Cabe ao representante legal do CONTRATADO prestar contas dos recursos provenientes dos Contratos de Repasse firmados pelos seus antecessores.

11.3.1 – Na impossibilidade de atender ao disposto no item anterior, deve apresentar, à CONTRATANTE, e inserir no TRANSFEREGOV documento com justificativas que demonstrem o impedimento e as medidas adotadas para o resguardo do patrimônio público.

11.3.2 – Quando a impossibilidade de prestar contas decorrer de ação ou omissão do antecessor, o novo administrador solicitará a instauração de Tomada de Contas Especial.

11.3.3 – Os casos fortuitos ou de força maior que impeçam o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA de prestar contas dos recursos recebidos e aplicados ensejarão o envio de documentos e justificativas à CONTRATANTE, para análise e manifestação do Gestor do Programa.

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO RECOLHIMENTO DE TARIFAS EXTRAORDINÁRIAS

12 – Haverá a cobrança de tarifa extraordinária do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA nos seguintes casos em que esse(s) for(em) o(s) causador(es) da demanda:

Descrição	Custo Unitário			
	Nível I	Nível II	Nível III	Níveis IV e V
Reanálise do Plano de Trabalho	R$ 1.400,00	R$ 1.400,00	R$ 1.400,00	R$ 1.400,00
Verificação do Resultado do Processo Licitatório inapta ou repetida	R$ 3.000,00	R$ 9.200,00	R$ 12.100,00	R$ 33.500,00
Manutenção de contrato, cobrada mensalmente após 180 dias sem execução financeira	R$ 1.000,00	R$ 1.000,00	R$ 1.000,00	R$ 1.000,00
Visita ou vistoria *in loco* em quantidade superior à prevista no Art. 86 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 e suas alterações	R$ 4.500,00	R$ 8.300,00	R$ 13.000,00	R$ 23.000,00
Reabertura de PCF ou TCE	R$ 800,00	R$ 4.000,00	R$ 8.200,00	R$ 17.100,00
Alteração de cronograma/eventograma	R$ 1.700,00	R$ 2.400,00	R$ 3.000,00	R$ 3.000,00
Atualização de orçamento	R$ 2.400,00	R$ 4.200,00	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
Exclusão de meta	R$ 3.500,00	R$ 5.500,00	R$ 8.400,00	R$ 8.400,00
Ajustes no anteprojeto ou projeto	R$ 6.500,00	R$ 6.500,00	R$ 9.600,00	R$ 9.600,00
Reprogramação de Remanescente de obra	R$ 5.000,00	R$ 7.500,00	R$ 10.600,00	R$ 10.600,00
Inclusão de meta	R$ 8.500,00	R$ 8.500,00	R$ 12.600,00	R$ 12.600,00
Alteração de escopo	R$ 9.000,00	R$ 14.900,00	R$ 25.700,00	R$ 25.700,00

Descrição	Custo Unitário Nível VI	
	Valor de Repasse inferior a R$750.000,00	Valor de Repasse igual ou superior a R$750.000,00
Reanálise do Plano de Trabalho	R$ 1.400,00	R$ 1.400,00
Verificação do Resultado do Processo Licitatório inapta ou repetida	R$ 1.300,00	R$ 4.000,00
Manutenção de contrato, cobrada mensalmente após 180 dias sem execução financeira	R$ 1.000,00	R$ 1.000,00
Visita ou vistoria *in loco* em quantidade superior à prevista no Art. 86 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 e suas alterações	R$ 3.600,00	R$ 3.600,00
Reabertura de PCF ou TCE	R$ 900,00	R$ 1.700,00
Alteração de cronograma/eventograma	R$ 1.700,00	R$ 2.400,00
Atualização de orçamento	R$ 2.400,00	R$ 4.200,00
Exclusão de meta	R$ 3.500,00	R$ 5.500,00
Ajustes no anteprojeto ou projeto	R$ 6.500,00	R$ 6.500,00
Reprogramação de Remanescente de obra	-	-
Inclusão de meta	R$ 8.500,00	R$ 8.500,00
Alteração de escopo	R$ 2.000,00	R$ 4.000,00

12.1 – Os valores dos serviços acima constam em tabela disponível no site do TRANSFEREGOV.

12.2 – O comprovante de pagamento da tarifa extraordinária é apresentado à CONTRATANTE previamente à realização do serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA AUDITORIA

13 – Os serviços de auditoria serão realizados pelos órgãos de controle interno e externo da União, sem elidir a competência dos órgãos de controle interno e externo do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, em conformidade com o Capítulo VI do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986.

13.1 – É livre o acesso dos servidores do Gestor e dos órgãos de controle interno e externo da União, bem como dos funcionários da CONTRATANTE, aos processos, documentos e informações referentes aos instrumentos e aos locais de execução do objeto.

13.2 – Em sendo evidenciados pelos Órgãos de Controle ou Ministério Público vícios insanáveis que impliquem nulidade da licitação realizada, o CONTRATADO deverá adotar as medidas administrativas necessárias à recomposição do erário no montante atualizado da parcela já aplicada, o que pode incluir a reversão da aprovação da prestação de contas e a instauração de Tomada de Contas Especial, independentemente da comunicação do fato ao Tribunal de Contas da União e ao Ministério Público.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA IDENTIFICAÇÃO DAS OBRAS E DAS AÇÕES PROMOCIONAIS

14 – É obrigatória a identificação do empreendimento com placa segundo modelo fornecido pela CONTRATANTE, durante o período de duração da obra, devendo ser afixada no prazo de até 15 dias, contados a partir da autorização da CONTRATANTE para o início dos trabalhos, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros, observadas as limitações impostas pela Lei Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

14.1 – Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do Contrato de Repasse será obrigatoriamente destacada a participação da CONTRATANTE, do Gestor do Programa, bem como o objeto de aplicação dos recursos, observado o disposto no §1º do art. 37 da Constituição Federal, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros, observadas as limitações impostas pela Lei Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VIGÊNCIA

15 – Este Instrumento produzirá efeitos a partir da assinatura de todas as partes, sendo o início de sua vigência a data da última assinatura e o término de acordo com o prazo descrito no item VI das CONDIÇÕES GERAIS, possibilitada a sua prorrogação mediante Termo Aditivo e aprovação da CONTRATANTE, conforme o disposto no art. 35, inciso VII e § 4º, da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA DENÚNCIA, RESCISÃO E EXTINÇÃO

16 – O Contrato de Repasse poderá ser:

I. Denunciado a qualquer tempo, por desistência de qualquer um dos partícipes, ficando responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente do acordo, não sendo admissível obrigatoriedade de permanência ou aplicação de sanção aos denunciantes.

II. Rescindido, em função das seguintes motivações:
a) inadimplemento de qualquer das cláusulas pactuadas;
b) constatação de falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado; ou
c) verificação de circunstância que enseje a instauração de TCE; ou

III. Extinto, quando não tiver ocorrido repasse de recursos e houver descumprimento das condições suspensivas, nos prazos estabelecidos no instrumento.

16.1 – São exemplos de motivos para rescisão do Contrato de Repasse a constatação pela CONTRATANTE das seguintes situações:

I. A utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
II. A inexistência de execução financeira após 545 dias (365 dias mais 180 dias) da liberação da primeira parcela ou do último pagamento, à exemplo do descrito na Cláusula Quinta, item 5.8, desde que não se enquadre nas hipóteses de suspensão do prazo, nos termos do item 5.9;
III. A falsidade ou incorreção de informação de documento apresentado;
IV. A verificação de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial;

16.2 – Quando da denúncia ou rescisão do instrumento, o CONTRATADO deverá:

I – devolver os saldos remanescentes, inclusive aqueles oriundos de rendimentos de aplicações financeiras, em até 30 (trinta) dias; e

II – apresentar a prestação de contas final em até 60 (sessenta) dias.

16.3 – A denúncia, rescisão ou extinção deverá ser registrada pela CONTRATANTE no TRANSFEREGOV e publicada no Diário Oficial da União.

16.4 – Os prazos de que trata o item 16.2 deverão ser contados a partir do registro no TRANSFEREGOV.

16.5 – O não cumprimento das disposições de que trata o item 16.2 no prazo previsto ensejará instauração de TCE.

16.6 – Quando da denúncia, rescisão ou extinção do instrumento, o Gestor ou a CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de (60) sessenta dias, contado da data do registro do evento no TRANSFEREGOV, providenciar o cancelamento dos saldos de empenho, independente do indicador de resultado primário.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO PROVIMENTO JUDICIAL LIMINAR

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

17 – A existência de restrição do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA não foi considerada óbice à celebração do presente instrumento, em razão da decisão liminar concedida nos termos especificados no Contrato de Repasse, a qual autorizou a celebração deste instrumento, condicionada à decisão final.

17.1 – Ainda que posteriormente regularizada a restrição apontada no Contrato de Repasse, a desistência da ação ou a decisão judicial desfavorável ao CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA implicará a desconstituição dos efeitos da respectiva liminar, com a rescisão do presente contrato e a devolução de todos os recursos que eventualmente tenha recebido, atualizados na forma da legislação em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA ALTERAÇÃO

18 – O presente Contrato de Repasse poderá ser alterado mediante proposta, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à CONTRATANTE, em no mínimo 60 (sessenta) dias antes do término da vigência, vedada a alteração do objeto do Contrato de Repasse.

18.1 – A alteração do prazo de vigência do Contrato de Repasse, em decorrência de atraso na liberação dos recursos por responsabilidade do Gestor do Programa, será promovida “de ofício” pela CONTRATANTE, limitada ao período do atraso verificado, fazendo disso imediato comunicado ao CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA.

18.2 – A alteração contratual referente ao valor do Contrato de Repasse será feita por meio de Termo Aditivo, ficando a majoração dos recursos de repasse sob decisão unilateral exclusiva do órgão responsável pela concepção da política pública em execução.

18.3 – São vedadas as alterações da Contrapartida que resulte em valores inferiores ou superiores aos limites mínimos e máximos definidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

18.4 – Nos casos em que é admitida a redução ou exclusão de meta ou etapa, é necessária a solicitação justificada do CONTRATADO e o atendimento das condições abaixo (Decreto nº 8.943/2016):

a) não represente prejuízo à funcionalidade do objeto pactuado;
b) haja a redução da participação financeira do valor de repasse proporcional à redução de metas e etapas, com a devolução dos recursos liberados relativos às etapas e às metas reduzidas, inclusive aqueles provenientes de sua aplicação financeira;
c) o CONTRATADO formalize compromisso de arcar com as despesas necessárias à imediata operacionalização do objeto, quando couber;
d) o novo Plano de Trabalho seja aprovado contemplando os ajustes propostos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS VEDAÇÕES

19 – Ao CONTRATADO é vedado:

I. Realizar despesa em data anterior à vigência do instrumento;
II. No caso de obras e serviços de engenharia, iniciar a execução do objeto antes da emissão da autorização de início de obra, exceto quando se tratar dos recursos para atender às despesas de que trata o art. 25 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 e suas alterações;
III. Alterar o objeto do contrato de repasse, exceto para ampliação do objeto pactuado ou para redução ou exclusão de meta ou etapa, sem prejuízo da fruição ou funcionalidade do objeto, desde que as alterações tenham sido previamente aprovadas pela CONTRATANTE;
IV. Utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos para finalidade diversa da estabelecida no instrumento;
V. Reformular os projetos básicos das obras e serviços de engenharia previamente aceitos pela CONTRATANTE, exceto para ampliação do objeto pactuado, redução ou exclusão de metas ou etapas, desde que não cause prejuízo da fruição ou funcionalidade do objeto, inclusive para os casos de contratação semi-integrada;
VI. Realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, exceto no que se refere às multas e aos juros, se decorrentes de atraso na transferência de recursos pelo Gestor e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado;
VII. Pagar, a qualquer título, empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública, ou de sociedade de economia mista, dos partícipes, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados;
VIII. Efetuar pagamento em data posterior à vigência do instrumento, salvo se o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência.
IX. Realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
X. Realizar despesas com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal e desde que previstas no plano de trabalho;
XI. Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal do órgão ou entidade pública da Administração Direta ou Indireta, salvo nas hipóteses previstas em leis federais específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
XII. Realizar pagamentos de diárias e passagens a militares, servidores e empregados públicos da ativa, salvo nas hipóteses previstas em leis federais específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias Federal;
XIII. Transferir recursos para clubes, associações de servidores ou quaisquer entidades congêneres, exceto para creches e escolas para o atendimento pré-escolar, quando for o caso;
XIV. Computar receitas oriundas dos rendimentos de aplicações no mercado financeiro como contrapartida;
XV. Adotar o regime de execução direta;

XVI. Utilizar licitação cujo edital tenha sido publicado antes da assinatura do presente Contrato de Repasse ou da emissão Laudo de Análise Técnica, que consubstancia a análise técnica de engenharia e a análise documental de objeto que envolva obra, conforme previsto na Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023.

XVII. Celebrar parcerias com entidades impedidas de receber recursos federais.

19.1 – Os custos de análise das alterações do objeto originalmente pactuado, se houver, nos casos de contrato de repasse, serão de responsabilidade exclusiva do CONTRATADO.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS REGISTROS DE OCORRÊNCIAS E DAS COMUNICAÇÕES

20 – Os documentos instrutórios ou comprobatórios relativos à execução do Contrato de Repasse deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada.

20.1 – As comunicações de fatos ou ocorrências relativas ao Contrato serão consideradas como regularmente feitas se inseridas no TRANSFEREGOV ou entregues por carta protocolada, telegrama, fax ou correspondência eletrônica, com comprovante de recebimento, nos endereços descritos no item VIII das CONDIÇÕES GERAIS.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA DIVULGAÇÃO DE DADOS PESSOAIS SEGUNDO A LGPD

21 – Em observância aos preceitos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD – Lei 13.709/2018, os signatários autorizam a divulgação de seus dados pessoais constantes neste instrumento para fins de publicidade e transparência.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

22 – As partes comprometem-se a submeter eventuais controvérsias, decorrentes do presente ajuste, sempre que viável, à tentativa de conciliação perante a Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Federal (CCAF), da Advocacia-Geral da União, nos termos do art. 37 da Lei nº 13.140, de 2015, do art. 11 da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, e do Decreto nº 11.174, de 16 de agosto de 2022. Não logrando êxito a conciliação, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Contrato de Repasse, o foro da Justiça Federal, descrito no item VII das CONDIÇÕES GERAIS, por força do inciso I do art. 109 da Constituição Federal.

E, por estarem assim justos e pactuados firmam este Instrumento, que será assinado pelas partes, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, em juízo e fora dele.

CARLOS ANDRE CORREA CARDOSO:09473346700

Assinado de forma digital por CARLOS ANDRE CORREA CARDOSO:09473346700 Dados: 2023.12.15 15:36:32 -03'00'

Assinatura da CONTRATANTE
Nome: CARLOS ANDRÉ CORRÊA CARDOSO
CPF: 094.733.467-00

FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA:74811517334

Assinado de forma digital por FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA:74811517334 Dados: 2023.12.15 13:38:14 -03'00'

Assinatura do CONTRATADO
Nome: FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA
CPF: 748.115.173-34

ASSINADO DIGITALMENTE
DALVANI RODRIGUES PEREIRA DE ARRUDA
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em: http://serpro.gov.br/assinador-digital
SERPRO

Assinatura do Supervisor ou Coordenador (Contrato em Conformidade)
Nome: DALVANI RODRIGUES PEREIRA DE ARRUDA
CPF: 257.924.073-04

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

Nº / ANO DA PROPOSTA:
066815/2023

OBJETO:
Pavimentação de Vias Urbanas no município de Campestre do Maranhão/MA

CARACTERIZAÇÃO DOS INTERESSES RECÍPROCOS:
O objeto proposto visa promover a melhoria da mobilidade no Município de Campestre do Maranhão/MA, por meio da realização de serviços de pavimentação de vias localizadas na área urbana da cidade, visando oferecer condições adequadas de locomoção e acessibilidade para motoristas, pedestres, bem como, melhores condições de segurança no trânsito e trafegabilidade das vias para a circulação de pessoas e veículos, propiciando o desenvolvimento urbano e acessibilidade da população.

RELAÇÃO ENTRE A PROPOSTA E OS OBJETIVOS E DIRETRIZES DO PROGRAMA:
A proposta apresentada tem consonância com o Programa de Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano voltado à Implantação e Qualificação Viária, pois visa promover o desenvolvimento regional e territorial por meio de serviços de pavimentação e drenagem, visando assegurar acessibilidade, melhoria da mobilidade urbana, segurança viária e elevação da qualidade de vida da população.

PÚBLICO ALVO:
A população da zona urbana do município de Campestre do Maranhão/MA

PROBLEMA A SER RESOLVIDO:
Inúmeras vias sem pavimentação, impedindo o desenvolvimento territorial sustentável, pois durante o período das chuvas, em decorrência do péssimo escoamento das águas, formam-se numerosas poças, dificultando o tráfego de pessoas e veículos.

RESULTADOS ESPERADOS:
Melhoria da malha viária do município, com solução para a redução das desigualdades, facilitando o deslocamento de pessoas e veículos proporcionando boas condições de tráfego, segurança e mobilidade, oportunizando o crescimento do município.

1 - DADOS DO CONCEDENTE

CONCEDENTE:	**NOME DO ÓRGÃO/ÓRGÃO SUBORDINADO OU UG:**
56000	MINISTERIO DAS CIDADES

CPF DO RESPONSÁVEL:	**NOME DO RESPONSÁVEL:**
625.624.102-97	JADER FONTENELLE BARBALHO FILHO

ENDEREÇO DO RESPONSÁVEL:	**CEP DO RESPONSÁVEL:**

2 - DADOS DO PROPONENTE

PROPONENTE: 01.598.550/0001-17					
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE: MUNICIPIO DE CAMPESTRE DO MARANHAO					
ENDEREÇO JURÍDICO DO PROPONENTE: AVENIDA JUSTINO TEIXEIRA DE MIRANDA, 65					
CIDADE: CAMPESTRE DO MARANHAO	**UF:** MA	**CÓDIGO MUNICÍPIO:** 0140	**CEP:** 65968000	**E.A.:** Administração Pública Municipal	**DDD/TELEFONE:** 99988336452
BANCO: 104 - CAIXA ECONOMICA	**AGÊNCIA:** 4290-0		**CONTA CORRENTE:** 0066470660		
CPF DO RESPONSÁVEL: 748.115.173-34	**NOME DO RESPONSÁVEL:** FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA				
ENDEREÇO DO RESPONSÁVEL: RUA OSCAR DE SOUZA ALVES, 91 - JARDIM SANTA INES					**CEP DO RESPONSÁVEL:** 18210746

4 - DADOS DO EXECUTOR/VALORES

VALOR GLOBAL:	R$ 1.445.000,00	
VALOR DA CONTRAPARTIDA:	R$ 3.286,00	
VALOR DOS REPASSES:	Ano	Valor
	2023	R$ 1.441.714,00
VALOR DA CONTRAPARTIDA FINANCEIRA:	R$ 3.286,00	
VALOR DA CONTRAPARTIDA EM BENS E SERVIÇOS:	R$ 0,00	
VALOR DE RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO:	R$ 0,00	
INÍCIO DE VIGÊNCIA:	15/12/2023	
FIM DE VIGÊNCIA:	01/12/2026	
VIGÊNCIA DO INSTRUMENTO:	2026	

5 - CADASTRO DE OBRA

IDENTIFICADOR DA OBRA:
29664.21-96

NOME DO PROJETO:
Pavimentação de Vias Urbanas no município de Campestre do Maranhão/MA

NATUREZA DA INTERVENÇÃO:
Obra

ESPÉCIE DA INTERVENÇÃO:
Construção

EIXO:
Econômico

TIPO:
Infraestrutura Urbana e Mobilidade

SUBTIPO:
Pavimentação

Geometrias

Latitude:	-6.17117	**Longitude:**	-47.36507

Listagem das Justificativas

Tipo da Justitficativa	Justificativa
Unidade de Conservação	UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

ESTE PROJETO DE INVESTIMENTO TEM ESTUDO DE VIABILIDADE? Não

POSSUI PLANO NACIONAL DE POLÍTICA? Não

HÁ PLANO DE POLÍTICA VINCULADO: Não

QUANTIDADE DE EMPREGOS GERADOS:

POPULAÇÃO BENEFICIADA:

DESCRIÇÃO DA POPULAÇÃO BENEFICIADA:

A OBRA FOI MODELADA EM BIM? Não

6 - PLANO DE TRABALHO

Meta nº: 1

Especificação: Pavimentação de Vias Urbanas no município de Campestre do Maranhão/MA			
Unidade de Medida: UN	**Quantidade:** 1.0	**Valor:**	R$ 1.445.000,00
Início Previsto: 15/12/2023	**Término Previsto:** 29/11/2026	**Valor Global:**	R$ 1.445.000,00
UF: MA	**Município:** 0140 - CAMPESTRE DO MARANHAO	**CEP:**	65968-000
Endereço: rua dos juritis, n 1			
Etapa/Fase nº: 1			
Especificação: Pavimentação de Vias Urbanas no município de Campestre do Maranhão/MA			

Quantidade:	**Valor:**	**Início Previsto:**	**Término Previsto:**
1.0 UN	R$ 1.445.000,00	15/12/2023	29/11/2026

7 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO
MINISTERIO DAS CIDADES

MÊS DESEMBOLSO: Janeiro		**ANO:** 2024
META Nº: 1	VALOR DA META:	R$ 1.441.714,00
DESCRIÇÃO: Pavimentação de Vias Urbanas no município de Campestre do Maranhão/MA		
VALOR DO REPASSE:	R$ 1.441.714,00	**PARCELA Nº:** 1

8 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO
MUNICIPIO DE CAMPESTRE DO MARANHAO

MÊS DESEMBOLSO: Janeiro		**ANO:** 2024
META Nº: 1	VALOR DA META:	R$ 3.286,00
DESCRIÇÃO: Pavimentação de Vias Urbanas no município de Campestre do Maranhão/MA		
VALOR DO REPASSE:	R$ 3.286,00	**PARCELA Nº:** 1

9 - PLANO DE APLICAÇÃO DETALHADO

DESCRIÇÃO DO BEM/SERVIÇO: Pavimentação de Vias Urbanas no município de Campestre do Maranhão/MA			
NATUREZA DA AQUISIÇÃO: Recursos do Instrumento		**NATUREZA DA DESPESA:** 449051	
ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO: Zona urbana do município de Campestre do Maranhão/MA			
CEP: 65968-000	**UF:** MA	**MUNICÍPIO:** 0140 - CAMPESTRE DO MARANHAO	
UNIDADE: un	**QUANTIDADE:** 1,00	**V. UNITÁRIO:** R$	**V.TOTAL:** R$ 1.445.000,00
OBSERVAÇÃO:			

10 - PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO

NATUREZA DA DESPESA				
Código	**Total**	**Recursos**	**Contrapartida Bens e Serviços**	**Rendimento de Aplicação**
449051	R$ 1.445.000,00	R$ 1.445.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00
TOTAL GERAL:	**R$ 1.445.000,00**			

11 - DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto ao _____ para efeitos e sob as penas da Lei, que inexiste qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, que impeça a transferência de recursos oriundos da dotações consignadas nos orçamentos da União, na forma deste plano de trabalho.

Pede Deferimento,

Local e Data

Proponente

12 - APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE DO PLANO DE TRABALHO

Aprovado

Local e Data

Concedente
(Representante legal do Órgão ou Entidade

13 - ANEXOS

Comprovantes de Capacidade Técnica e Gerencial

Nome do Arquivo:
DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA - 066815.2023.pdf

Comprovação da Contrapartida

Nome do Arquivo:
DECLARAÇÃO DE CONTRAPARTIDA.pdf

Documentos Digitalizados do Instrumento

Nome do Arquivo:
OF 1239_2024 - PM Campestre MA 1090959-80 - Oficio Continuidade do Processo_assinado.pdf
AR_CR 951049-2023_OF 1651-2023.pdf
DOU 19_12_2023.pdf
CE Cláusula Suspensiva.pdf
Ofício 1651.pdf
Relatorio - PM Campestre do Maranhao - 1090959-80 - Contrato de Repasse.pdf
PM Campestre do Maranhao - 1090959-80 - Contrato de Repasse.pdf

Da Secretaria Municipal de Planejamento.
Para: Setor de Licitações e Contratos
Processo Administrativo nº 046/2024

DESPACHO DE AUTORIZAÇÃO

De acordo com as informações constantes neste Processo, autorizo a deflagração da licitação para Contratação de empresa de engenharia para pavimentação em (AAUQ) de vias urbanas no município de Campestre do Maranhão, – MA. Encaminho ao Setor de Licitações e Contratos para execução do procedimento de contratação dentro das formalidades legais, nos termos do Decreto Municipal nº 416 de 07 de dezembro de 2023 e art. 53, §3º da Lei n. 14.133/2021, conforme relação de documentos descritos abaixo, acostado aos autos do procedimento.

- Contrato de repasse nº 951049/2023/MCIDADES/CAIXA.
- Projeto Executivo
- Documento de Formação de Despesas (DFD)
- Estudo Técnico Preliminar (ETP)
- Mapa de Risco
- Despacho de Dotação Orçamentária

Campestre do Maranhão - MA, 18 de novembro de 2024

JASIEL DE OLIVEIRA LIMA
Secretário municipal de Planejamento

RESULTADO DA PESQUISA DE PREÇOS

À Secretaria Municipal de Administração

A pesquisa de mercado realizada no procedimento de cotação de preços a partir pesquisas de mercado com fornecedores, em conformidade com o que dispõe a lei 14.133/2021 e o regulamento de licitações e contratos deste Município.

Tudo é realizado de modo a obter o preço médio e o menor preço estimado mais vantajoso à Administração Pública, respeitando-se, assim a Lei de Licitações e as orientações do Tribunal de Contas.

Visando boas práticas, este setor adotou como parâmetro consulta nos prestadores do ramo de atuação compatível com o objeto pesquisado. Ainda, buscou realizar uma avaliação mais crítica e criteriosa dos preços coletados.

Encaminhamos o Resultado da Pesquisa de Preços de Mercado para Aquisição de material para ornamentação natalina para atender as necessidades da secretaria municipal de planejamento de Campestre do Maranhão/MA

Campestre do Maranhão – MA, 09 de dezembro de 2024.

Atenciosamente,

FABIO DA SILVA ROCHA
Chefe do Setor de Compras
Portaria nº 39/2022

Do: Setor de Licitações e Contratos

Para: Procuradoria Municipal

I - DA LICITAÇÃO

Processo Administrativo Nº: 046/2024

Requisitante: Secretaria Municipal de Administração.

DO OBJETO DA LICITAÇÃO: Contratação de empresa de engenharia para pavimentação em (AAUQ) de vias urbanas no município de Campestre do Maranhão – MA.

II – RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo deflagrado pela Secretaria Municipal de Administração, solicitando a contratação de empresa de engenharia para pavimentação em (AAUQ) de vias urbanas no município de Campestre do Maranhão – MA e conforme projeto básico e contrato de repasse nº 951049/2023/MCIDADES/CAIXA.

A presente licitação se dará com fundamento legal estabelecido na Lei 14.133/2021, que dispõe sobre as normas gerais de licitação e contratação administrativa no âmbito da Administração Pública, considerando a necessidade de assegurar uma contratação eficiente, transparente e que promova a ampla competição entre os licitantes.

O artigo 18 e incisos da Lei nº 14.133/2021 estabelece todos os elementos que devem ser compreendidos nos autos do processo de contratação pública, senão vejamos:

> Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:
>
> I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;
>
> II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de projeto básico, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA DE CAMPESTRE DO MARANHÃO
Cuidando da nossa gente!

considerado todo o ciclo de vida do objeto; d) requisitos da contratação; e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os

fomentando a competitividade e, consequentemente, contribuindo para a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração Pública.

Ratifico a necessidade de observância rigorosa das disposições legais pertinentes à modalidade de Concorrência Eletrônica, visando assegurar a lisura, a transparência e a legalidade do processo licitatório.

Nesta ocasião aproveito para anexar a Portaria de designação do agente de contratação e a comissão de contratação, e a Minuta do Edital na modalidade escolhida com seus anexos, para providências acerca da contratação dentro das formalidades legais.

Campestre do Maranhão- MA, 20 de novembro de 2024

JORGE ANTÔNIO VIEIRA DE SENA
Agente de Contratação

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE DO MARANHÃO – MA	
EDITAL CONCORRÊNCIA Nº ___/2024	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 046/2024	
BASE LEGAL	**REGIDO PELA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021; DECRETO MUNICIPAL Nº. 416/2023; LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 147/2014, E DEMAIS NORMAS PERTINENTES À ESPÉCIE, E DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL.**
OBJETO	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA PAVIMENTAÇÃO EM (AAUQ) DE VIAS URBANAS NO MUNICÍPIO DE CAMPESTRE DO MARANHÃO – MA. CONFORME PROJETO BÁSICO E CONTRATO DE REPASSE Nº 951049/2023/MCIDADES/CAIXA.**
CRITÉRIO DE JULGAMENTO:	Menor Preço Global
MODO DE DISPUTA	Aberto
LOCAL DA SESSÃO PUBLICA	www.licitanet.com.br.
DATA E HORÁRIO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS – SESSÃO PÚBLICA:	**____ de _____ de 2024**
	_____ (Horário de Brasília)
MODO DE DISPUTA	Aberto
VALOR ESTIMADO	**R$ (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)**
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: **www.licitanet.com.br**, **https://www.campestredomaranhao.ma.gov.br/** e também poderão ser lidos e/ou obtidos na s**ala do Setor de Licitações, situada na Rua Onildo Gomes, nº 134, Centro**, CAMPESTRE DO MARANHÃO/MA, de segunda à sexta-feira, das 08:00 às 13:00 horas.	

Rua. Onildo Gomes, 134 - Centro, CEP:65968-000, Campestre do Maranhão-MA
CNPJ: 01.598.550/00001-17
www.campestredomaranhao.ma.gov.br

EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº _____/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 046/2024

A **Prefeitura Municipal de CAMPESTRE DO MARANHÃO - MA**, por intermédio de seu Secretário que este subscreve, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA, do tipo MENOR PREÇO**, nos termos da **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 416, de 07 de dezembro de 2023**, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

A Concorrência Eletrônica será realizada em sessão pública, por meio de sistema eletrônico que promove a comunicação pela INTERNET, mediante condições de segurança, utilizando-se, para tanto, os recursos da criptografia e autenticação em todas as suas fases.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica **www.licitanet.com.br.**

1. DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA PAVIMENTAÇÃO EM (AAUQ) DE VIAS URBANAS NO MUNICÍPIO DE CAMPESTRE DO MARANHÃO – MA., conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1 A licitação será realizada em grupo único (Valor Global), conforme tabela constante no Projeto Básico/Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.2 Em caso de discordância existente entre as especificações dos objetos descritos no site Compras Governamentais e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as especificações do Edital.

1.3 O valor máximo desta licitação é de **R$ (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX).**

As despesas provenientes deste processo correrão à conta da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

ORGÃO 01 = PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE DO MARANHÃO
UNIDADE 10: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 15 451 0033 1036 0000 - CONSTRUÇÃO DE CALÇAMENTO DE VIAS URBANAS E RURAIS.
NATUREZA: 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações.

Rua. Onildo Gomes, 134 - Centro, CEP:65968-000, Campestre do Maranhão - MA
CNPJ: 01.598.550/00001-17
www.campestredomaranhao.ma.gov.br

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar desta Concorrência os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema Portal de Compras no endereço eletrônico - **www.licitanet.com.br**

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de

Rua. Onildo Gomes, 134 - Centro, CEP:65968-000, Campestre do Maranhão - MA
CNPJ: 01.598.550/00001-17
www.campestredomaranhao.ma.gov.br

trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7. O impedimento de que trata o item 2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. **Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.**

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

Rua. Onildo Gomes, 134 - Centro, CEP:65968-000, Campestre do Maranhão - MA
CNPJ: 01.598.550/00001-17
www.campestredomaranhao.ma.gov.br

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

Rua. Onildo Gomes, 134 - Centro, CEP:65968-000, Campestre do Maranhão - MA
CNPJ: 01.598.550/00001-17
www.campestredomaranhao.ma.gov.br

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor unitário e Global; preenchimento das planilhas de custo e cronograma.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

Rua. Onildo Gomes, 134 - Centro, CEP:65968-000, Campestre do Maranhão - MA
CNPJ: 01.598.550/00001-17
www.campestredomaranhao.ma.gov.br

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico/Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias**,** a contar da data de sua apresentação.

4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.9.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor global da licitação.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

Rua. Onildo Gomes, 134 - Centro, CEP:65968-000, Campestre do Maranhão - MA
CNPJ: 01.598.550/00001-17
www.campestredomaranhao.ma.gov.br

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R$ 100,00 (cem reais).**

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. O procedimento será o modo de disputa ABERTO.

5.11. O envio de lances na licitação no modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.15. No caso de desconexão com o Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

Rua. Onildo Gomes, 134 - Centro, CEP:65968-000, Campestre do Maranhão - MA
CNPJ: 01.598.550/00001-17
www.campestredomaranhao.ma.gov.br

5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

Rua. Onildo Gomes, 134 - Centro, CEP:65968-000, Campestre do Maranhão - MA
CNPJ: 01.598.550/00001-17
www.campestredomaranhao.ma.gov.br

5.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.19.2.2. empresas brasileiras;

5.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.20.4. O Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.20.5. É facultado ao Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.21. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação/Comissão verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens deste edital.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.6.1. contiver vícios insanáveis;

6.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico/Termo de Referência;

6.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.7.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.7.2. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

Rua. Onildo Gomes, 134 - Centro, CEP:65968-000, Campestre do Maranhão - MA
CNPJ: 01.598.550/00001-17
www.campestredomaranhao.ma.gov.br

6.7.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.9.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.12. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.13. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.14. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.15. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado.

Rua. Onildo Gomes, 134 - Centro, CEP:65968-000, Campestre do Maranhão - MA
CNPJ: 01.598.550/00001-17
www.campestredomaranhao.ma.gov.br

Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Projeto Básico/Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Projeto Básico/Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.2.2. Requisitos de habilitação:

7.2.2.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

7.2.2.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.

7.2.2.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

7.2.2.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência.

7.2.2.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

7.2.2.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

7.2.2.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.2.3. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

7.2.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

7.2.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral

Rua. Onildo Gomes, 134 - Centro, CEP:65968-000, Campestre do Maranhão - MA
CNPJ: 01.598.550/00001-17
www.campestredomaranhao.ma.gov.br

da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.2.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

7.2.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

7.2.3.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

7.2.3.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa de Débitos Fiscais e Dívida Ativa junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

7.2.3.7. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.2.3.8. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa e Dívida Ativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal, Alvará de Localização e Funcionamento da sede da empresa licitante;

7.2.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

7.2.4.1. Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 9.2.2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

7.2.5. Balanço patrimonial dos últimos dois exercícios sociais exigíveis, apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

7.2.5.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

7.2.5.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

7.2.5.3. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

7.2.5.4. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

Rua. Onildo Gomes, 134 - Centro, CEP:65968-000, Campestre do Maranhão - MA
CNPJ: 01.598.550/00001-17
www.campestredomaranhao.ma.gov.br

7.2.6. Os índices que comprovam a boa situação financeira da empresa, serão calculados e apresentados pelo Licitante, devidamente confirmados pelo responsável por sua contabilidade, mediante sua assinatura e a indicação do seu nome e do número de registro no Conselho Regional de Contabilidade.

7.2.7. A comprovação da situação financeira da empresa, que trata o item anterior, será constatada mediante a análise dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

7.2.8. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de **10% (dez por cento)** do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

7.2.9. As empresas optantes do SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL-SPEED, submetida ao IND DNRC 107/08, deverão apresentar:

a) Termo de Abertura e Encerramento (impresso do arquivo SPEED contábil);
b) Recibo de Entrega do Livro Digital (impresso do arquivo SPEED contábil);
c) Balanço Patrimonial (impresso do arquivo SPEED contábil);
d) Demonstração de Resultado do Exercício (impresso do arquivo SPEED contábil);

7.2.10. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.2.11. Certidão de Registro da Empresa LICITANTE perante o CREA, dentro do prazo de validade, comprovando que exerce atividade relacionada ao objeto do presente Edital.

7.2.12. Comprovação de a empresa possuir como seu Responsável Técnico, 01 (um) Engenheiro Civil, no mínimo, detentor de Anotação de Responsabilidade Técnica-ART, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico-CAT, demonstrando que tenha executado serviço relativo, com características técnicas às do objeto do presente Edital;

7.2.13. Certidão de Registro de Pessoa FÍSICA perante o CREA, dentro do prazo de validade, relativa ao profissional indicado como Responsável Técnico deste certame;

Rua. Onildo Gomes, 134 - Centro, CEP:65968-000, Campestre do Maranhão - MA
CNPJ: 01.598.550/00001-17
www.campestredomaranhao.ma.gov.br

7.2.14. Declaração do representante legal da empresa licitante que possui pessoal técnico adequados e disponíveis para executar o serviço da contratação, nas condições fixadas no Projeto Básico;

7.2.15. Comprovação de que o Responsável Técnico apresentado é parte integrante da empresa. A comprovação do vínculo profissional do Responsável Técnico será feita mediante cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social-CTPS ou da Ficha de Registro de Empregados-FRE que demonstre a identificação do profissional, com o visto do Ministério do Trabalho-MT ou mediante Certidão do Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo devidamente atualizada ou Contrato de Trabalho ou Contrato de Prestação de Serviços registrado na Certidão do Conselho Regional de Arquitetura e Engenharia da região competente, em que conste o profissional como Responsável Técnico;

7.2.16. Quando o Responsável Técnico indicado for dirigente ou sócio da licitante, tal comprovação será feita através do Ato Constitutivo da empresa ou Certidão do Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo devidamente atualizada

7.2.17. Comprovação de Capacidade técnica-operacional, consistindo na apresentação de no mínimo 1 (um) atestado de capacidade técnica em nome da licitante, registrado no CREA, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, comprovando a execução de serviços com características e quantitativos semelhantes àqueles serviços elencados;

7.2.18. Atestado de Capacidade Técnica-Operacional emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, registrado no CREA, que comprove que o licitante prestou ou está prestando o objeto com com características técnicas às do objeto licitado.

7.2.18.1. Os atestados de capacidade técnica estarão sujeitos a diligência por parte do pregoeiro ou equipe técnica da Contratante, que poderá averiguar através de visita técnica a autenticidade das informações. Se durante esse processo, for constatada fraude de qualquer um dos documentos, a licitante envolvida estará automaticamente desclassificada do processo licitatório em questão, além de estar sujeito as penalidades previstas neste edital.

7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, ou por cópia.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados

Rua. Onildo Gomes, 134 - Centro, CEP:65968-000, Campestre do Maranhão - MA
CNPJ: 01.598.550/00001-17
www.campestredomaranhao.ma.gov.br

na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.10. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (DUAS) HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Edital somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.10.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):

7.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.12. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

7.16. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

Rua. Onildo Gomes, 134 - Centro, CEP:65968-000, Campestre do Maranhão - MA
CNPJ: 01.598.550/00001-17
www.campestredomaranhao.ma.gov.br

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de**10 (dez) minutos**.

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.licitanet.com.br.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

Rua. Onildo Gomes, 134 - Centro, CEP:65968-000, Campestre do Maranhão - MA
CNPJ: 01.598.550/00001-17
www.campestredomaranhao.ma.gov.br

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.1.5. fraudar a licitação

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.2. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Rua. Onildo Gomes, 134 - Centro, CEP:65968-000, Campestre do Maranhão - MA
CNPJ: 01.598.550/00001-17
www.campestredomaranhao.ma.gov.br

9.4. A multa será recolhida em percentual de 5% a 20% incidente sobre o valor máximo desta licitação (item 1.4), recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.9.1.2, 9.1.2.3, 9.1.2.4, 9.1.2.5, 9.1.3 e 9.1.3.1 a multa será de 5% sobre o valor máximo desta licitação (item 1.4).

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.6.1, 9.1.6.2, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 20% sobre o valor máximo desta licitação (item 1.4).

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.9.1.2, 9.1.2.3, 9.1.2.4, 9.1.2.5, 9.1.3 e 9.1.3.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.6.1, 9.1.6.2, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.9.1.2, 9.1.2.3, 9.1.2.4, 9.1.2.5, 9.1.3 e 9.1.3.1 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

Rua. Onildo Gomes, 134 - Centro, CEP:65968-000, Campestre do Maranhão - MA
CNPJ: 01.598.550/00001-17
www.campestredomaranhao.ma.gov.br

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo Sistema de Compras no endereço eletrônico - www.licitanet.com.br.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/ Comissão.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

Rua. Onildo Gomes, 134 - Centro, CEP:65968-000, Campestre do Maranhão - MA
CNPJ: 01.598.550/00001-17
www.campestredomaranhao.ma.gov.br

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico: www.licitanet.com.br, **https://www.campestredomaranhao.ma.gov.br/**

11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.11.1. ANEXO I –Projeto Básico/Termo de Referência

11.11.2. ANEXO II - Modelo de Carta Proposta;

11.11.3. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato

MINUTA

CAMPESTRE DO MARANHÃO-MA, XX de XXXde 2024.

CLAUDEONOR DO VALE SANTOS
Secretário Municipal de Administração

Rua. Onildo Gomes, 134 - Centro, CEP:65968-000, Campestre do Maranhão - MA
CNPJ: 01.598.550/00001-17
www.campestredomaranhao.ma.gov.br

ANEXO I – PROJETO BASICO

O REFERIDO PROJETO E SUAS APENDICES ESTÃO ANEXADO AO FINAL DESTE EDITAL

MINUTA

Rua. Onildo Gomes, 134 - Centro, CEP:65968-000, Campestre do Maranhão - MA
CNPJ: 01.598.550/00001-17
www.campestredomaranhao.ma.gov.br

ANEXO II – MINUTA DE CARTA PROPOSTA

MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

A licitante deverá enviar sua proposta de preços, juntamente com o instrumento de outorga de poderes do representante legal da empresa que assinará o contrato, conforme modelo abaixo:

CONCORRÊNCIA Nº ____/2024 **Data de abertura:**
Nome da empresa:
CNPJ:
Endereço:
CEP:
Telefone: (DDD)
E-mail:
Dados Bancários:
Nome do Representante legal da empresa: (que irá assinar o contrato)
CPF: (do representante legal da empresa que irá assinar o contrato)
RG/órgão emissor: (do representante legal da empresa que irá assinar o contrato)
Instrumento de outorga de poderes: (encaminhar cópia do instrumento de outorga de poderes)
Certificação digital: O representante legal da empresa que assinará o contrato possui certificação digital ICP Brasil? ( )Sim ( ) Não

ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
XX	XX	XX	XXXXXXX	R$	R$
VALOR TOTAL					R$

O cronograma de execução e a planilha de serviços fazem parte integrante da proposta de preços e deverá ser assinada e anexada na mesma, conforme modelo em anexo.

Instruções de preenchimento:

A licitante deverá informar os preços por item, total do item e total global da proposta, seguindo a numeração constante no Edital.

O instrumento de outorga de poderes ao representante legal que irá assinar o contrato deverá ser encaminhado em anexo à proposta de preços.

Os valores unitários e totais deverão ser grafados somente até os centavos.

A proposta de preços deverá estar datada e assinada.

Rua. Onildo Gomes, 134 - Centro, CEP:65968-000, Campestre do Maranhão - MA
CNPJ: 01.598.550/00001-17
www.campestredomaranhao.ma.gov.br

ANEXO III

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

Processo Administrativo n°.....
CONCORRÊNCIA _____/2024 - SRP
CONTRATO Nº ...../2024

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../...., QUE FAZEM ENTRE SI A _____, POR INTERMÉDIO DO (A) ..... E .....

A Prefeitura Municipal de CAMPESTRE DO MARANHÃO - MA, com sede no(a) ....., na cidade de ..... /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) ..... (cargo e nome), doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Concorrência n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA REFORMA DA ESCOLA ALFREDO SANTOS NO MUNICÍPIO DE CAMPESTRE DO MARANHÃO – MA,** nas condições estabelecidas no Projeto Básico.

1.1 Objeto da contratação, valor GLOBAL:

1.2 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1 O Termo de Referência/Projeto Básico;

1.2.2 O Edital da Licitação;

1.2.3 A Proposta do contratado;

1.2.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3 O regime de execução é o de empreitada por preço global.

Rua. Onildo Gomes, 134 - Centro, CEP:65968-000, Campestre do Maranhão - MA
CNPJ: 01.598.550/00001-17
www.campestredomaranhao.ma.gov.br

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é de _____ meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

2.2 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZO DE EXECUÇÃO E MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1 O prazo máximo para a execução e entrega da obra objeto do presente contrato é de: 90 (noventa) dias, contados da emissão da ordem de serviço, podendo ser prorrogado havendo motivo justificado e aceito pelas partes.

3.2 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

I. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

II. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

III. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

IV. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1 O valor total da contratação é de R$..... (.....)

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e

Rua. Onildo Gomes, 134 - Centro, CEP:65968-000, Campestre do Maranhão - MA
CNPJ: 01.598.550/00001-17
www.campestredomaranhao.ma.gov.br

comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Projeto Básico e cronograma, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.1.1 O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais elaboradas com base no.....

7.2 Após o interregno de um ano, mediante pedido do contratado, os preços iniciais poderão serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do **índice .....**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.4.1 Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1 São obrigações do Contratante:

8.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência, Planilha e Cronograma da obra;

Rua. Onildo Gomes, 134 - Centro, CEP:65968-000, Campestre do Maranhão - MA
CNPJ: 01.598.550/00001-17
www.campestredomaranhao.ma.gov.br

8.4 Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

8.5 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.6 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.7 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.8 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.9 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.10 Cientificar o órgão de representação para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.11 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.11.1 A Administração terá o prazo de *10 (dez) dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.12 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

8.13 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.14 Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

8.16 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

8.17 Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

8.18 Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

Rua. Onildo Gomes, 134 - Centro, CEP:65968-000, Campestre do Maranhão - MA
CNPJ: 01.598.550/00001-17
www.campestredomaranhao.ma.gov.br

8.19 Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2 Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.2.1 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.4 Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7 Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

9.8 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.9 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

Rua. Onildo Gomes, 134 - Centro, CEP:65968-000, Campestre do Maranhão - MA
CNPJ: 01.598.550/00001-17
www.campestredomaranhao.ma.gov.br

c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.10 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.11 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.12 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.13 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.14 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.15 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.16 Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.17 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.18 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.19 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.20 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.21 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.22 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo

Rua. Onildo Gomes, 134 - Centro, CEP:65968-000, Campestre do Maranhão - MA
CNPJ: 01.598.550/00001-17
www.campestredomaranhao.ma.gov.br

complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.23 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.24 Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.

9.25 Apresentar os empregados devidamente identificados.

9.26 Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

9.27 Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

9.28 Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

9.29 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

9.30 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

9.31 Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

9.32 Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

9.33 Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico, em plena validade.

9.34 Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

9.35 Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

9.36 Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

Rua. Onildo Gomes, 134 - Centro, CEP:65968-000, Campestre do Maranhão - MA
CNPJ: 01.598.550/00001-17
www.campestredomaranhao.ma.gov.br

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7 O Contratado deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1 A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, nas modalidades:

Rua. Onildo Gomes, 134 - Centro, CEP:65968-000, Campestre do Maranhão - MA
CNPJ: 01.598.550/00001-17
www.campestredomaranhao.ma.gov.br

I. caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II. seguro-garantia;

III. fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

11.2 Valor da garantia será o correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

11.3 O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

11.4 Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.5 A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado a hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, onde o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.6 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de

I. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

II. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

III. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

11.7 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada, com correção monetária, em favor do contratante, na seguinte conta: _____.

11.8 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

11.9 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

11.10 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

Rua. Onildo Gomes, 134 - Centro, CEP:65968-000, Campestre do Maranhão - MA
CNPJ: 01.598.550/00001-17
www.campestredomaranhao.ma.gov.br

11.11 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no mesmo prazo inicial, contados da data em que for notificada. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.12 O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

I. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º14.133, de 2021).

II. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro.

11.13 Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

11.14 A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração.

11.15 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

11.16 O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

11.17 A garantia de execução é independente de eventual garantia de proposta do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência/Projeto básico e minuta contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Rua. Onildo Gomes, 134 - Centro, CEP:65968-000, Campestre do Maranhão - MA
CNPJ: 01.598.550/00001-17
www.campestredomaranhao.ma.gov.br

12.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) **Multa:**

a) O atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o contratado a multa moratória de 0,5% (zero virgula cinco por cento) por dia de atraso sobre o valor do contrato, até o limite de 25 (vinte e cinco) dias. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias, autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas e a aplicar cumulativamente multa compensatória na forma deste contrato.

b) Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 13.1, a multa compensatória será de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato.

c) Para as infrações descritas nas alíneas "b" e "d" do subitem 13.1, a multa compensatória será de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato.

d) Para a infração descrita na alínea "c" do subitem 13.1, a multa compensatória será de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

e) Para as infrações descritas nas alíneas "e" até as alínea "h" do subitem 13.1, a multa compensatória será de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato.

12.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei

Rua. Onildo Gomes, 134 - Centro, CEP:65968-000, Campestre do Maranhão - MA
CNPJ: 01.598.550/00001-17
www.campestredomaranhao.ma.gov.br

nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.9 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

Rua. Onildo Gomes, 134 - Centro, CEP:65968-000, Campestre do Maranhão - MA
CNPJ: 01.598.550/00001-17
www.campestredomaranhao.ma.gov.br

13.3 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.4.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.5.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.3 Indenizações e multas.

13.6 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.7 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

ORGÃO 01 = PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE DO MARANHÃO
UNIDADE 10: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 15 451 0033 1036 0000 - CONSTRUÇÃO DE CALÇAMENTO DE VIAS URBANAS E RURAIS.
NATUREZA: 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações.

14.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Rua. Onildo Gomes, 134 - Centro, CEP:65968-000, Campestre do Maranhão - MA
CNPJ: 01.598.550/00001-17
www.campestredomaranhao.ma.gov.br

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial do Município na Internet.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)

18.1 Fica eleito o Foro da Comarca de CAMPESTRE DO MARANHÃO, Estado do Maranhão, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

_____

Representante legal do CONTRATANTE

_____

Representante legal do CONTRATADO

Rua. Onildo Gomes, 134 - Centro, CEP:65968-000, Campestre do Maranhão - MA
CNPJ: 01.598.550/00001-17
www.campestredomaranhao.ma.gov.br

Ref.: Processo nº 046/2024
Requerente nos Autos: Secretaria Municipal de Administração
Interessado: Setor de Licitações e Contratos

Assunto: Contratação de empresa de engenharia para pavimentação em (AAUQ) de vias urbanas no município de Campestre do Maranhão – MA.

PARECER JURÍDICO

Para melhor compreensão didática, este parecer divide-se em Relatório, Análise da Demanda, Dispositivo e Encaminhamento.

RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo desencadeado pelo **Ofício** solicitando a Contratação de empresa de engenharia para pavimentação em (AAUQ) de vias urbanas no município de Campestre do Maranhão – MA. Conforme projeto básico e contrato de repasse nº 951049/2023/MCIDADES/CAIXA.

De relevante, cumpre destacar que consta nos autos, além do ofício supracitado, o Estudo técnico preliminar; a Autorização do Ordenador Municipal autorizando a deflagração do processo; o despacho de abertura do Processo Administrativo pelo agente de Contratação; a Solicitação de Dotação Orçamentária ao Setor de Contabilidade e o Despacho do Setor Contábil informando que possui dotação orçamentária para custear as despesas e relatório de disponibilidade de Dotação Orçamentária para viabilidade do pleito e despacho do Setor de Licitações.

Por fim, verifica-se que a Comissão Permanente de Licitação (CPL) juntou aos autos, a Comissão e minuta de Edital de Concorrência Eletrônica, para conhecimento, análise e emissão de parecer jurídico por parte desta Procuradoria Geral, de acordo com os ditames contidos na Lei Nº 14.133/2021.

É o breve relatório.

1. Considerações Iniciais:

O presente parecer tem como objetivo analisar o Edital de Licitação na modalidade concorrência eletrônica referente à contratação de empresa de engenharia para pavimentação em (AAUQ) de vias urbanas no município de Campestre do Maranhão – MA, e conforme projeto básico e contrato de repasse nº 951049/2023/MCIDADES/CAIXA., considerando as disposições

contidas na Lei 14.133/2021, que estabelece as novas normas gerais de licitações e contratos administrativos.

Trata-se de um ato ínsito à fase preparatória da licitação, cujo fundamento está previsto no art. 53 da Lel n° 14.133/2021:

> Art. 53. Ao final da fase preparatória, a processa licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.
> 1ª Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração devera:
> I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévias de atribuição de prioridade:
> II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de lodos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;
> 2"(VETADO).
> 3ª Encerrada a instrução do processo sob os aspectos técnico e jurídico, a autoridade determinará a divulgação do edital de licitação conforme disposto no art. 54.
> 4ª Na forma deste artigo, o órgão de assessoramento jurídico da Administração também realizara controle prévio de legalidade de contratações diretas, acordos, termos de cooperação, convénios, ajustes. adesões a atas de registro de preços, outros instrumentos congêneres e de seus termos aditivos.
> 5° É dispensável a análise jurídica nas hipóteses previamente definidas em ato da autoridade jurídica máxima competente, que deverá considerar o baixo valor. a baixa complexidade da contratação, a entrega imediata do bem ou a utilização de minutas de editais e instrumentos de contrato, convênio ou outros ajustes previamente padronizados pelo órgão de assessoramento jurídico.

Ao dissertar sobre o dispositivo acima, José Anacleto extrai as seguintes deduções sobre o objeto de análise da Assessoria Jurídica:

"O parecer jurídico é instrumento de controle prévio de legalidade. (art. 53, caput. A manifestação jurídica deve versar sobre lodo o processo licitatório, e não apenas sobra a minuta do instrumento convocatório. Assim, todos os elementos indispensáveis à contratação devem ser avaliados (art. 53, $1°. II). São elementos indispensáveis à contratação, dentre outros: (os requisitos formais; (li) o estudo técnico preliminar; (III) o termo de referência: (IV) o projeto básico (v) o orçamento estimativo, (vil a aferição dos requisitos de validade dos atos administrativos praticados; e (VIII a qualidade da motivação e das justificativas apresentadas no processo. A apreciação destes elementos indispensáveis não se dará sob o aspecto técnico, mas tão somente jurídico".

Posto isto, a presente manifestação não se vinculará aos aspectos técnicos envolvidos no objeto/serviço solicitado pelo órgão demandante, mas aos aspectos jurídicos intrínsecos ao procedimento, motivo pelo qual os documentos apresentados no presente Memorando terão seus conteúdos considerados como verossímeis, sem prejuízo de apuração de eventual responsabilidade caso não reflitam no real atendimento do interesse público.

Como se pode observar do dispositivo legal supra, o controle prévio de legalidade se dá em função do exercício da competência da análise jurídica da futura contratação, não abrangendo, portanto, os demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade.

De outro lado, cabe esclarecer que não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos, nem de atos já praticados. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

Finalmente, deve-se salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

2. FUNDAMENTAÇÃO

Preliminarmente, registra-se que o processo se encontra, até a presente data, com os seguintes documentos:

- Oficio de Formalização de Demanda;
- Estudo Técnico Preliminar
- Termo de Referência/Projeto Básico;
- Orçamentos e Projetos;
- Documentos orçamentários;
- Parecer da CPL;
- Minuta de Edital e anexos;

Tais documentos fazem parte do da chamada fase preparatória da licitação, devendo, portanto, observar, na medida do possível, o art. 18, caput, da Lei n° 14.133/2021:

> Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:
>
> I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;
>
> II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;
>
> III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;
>
> IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;
>
> V - a elaboração do edital de licitação;
>
> VI - a elaboração de minuta de contrato. quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;

VII - o regime de fornecimento de bens de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto,

IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço e justificava das regras pertinentes a participação de empresas em consorcio

X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual

XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.

Pelo que consta nos documentos, as justificativas que motivam o pedido de contratação e os documentos mencionados no dispositivo acima se mostram presentes neste Memorando.

2. Da Escolha da Modalidade

De acordo com o art. 25 da Lei nº 14.133/2021, [o] edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.

Para a adoção da modalidade concorrência, conforme o art. 29 da referida Lei, o objeto a ser licitado deverá possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

A Lei n° 14.133/2021 consagra a preferência pelo procedimento sob a forma eletrônica, consoante disposição do $2° do art. 17:

> Art. 17.
>
> (...)
>
> §2° As licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.

Sobre a excepcionalidade da forma presencial da licitação, Ricardo Alexandre Sampaio argumenta:

> Esta previsão legal não impede, em absoluto, a realização de licitações presenciais, mas deixa claro que, independentemente do Poder ou Ente da Federação a que se vincule o órgão ou entidade promotora do certame, a regra é que as licitações sejam processadas, preferencialmente, em ambiente eletrônico. Nesses termos, entende-se que a realização excepcional de licitação sob a forma presencial requer a demonstração de comprovada Inviabilidade de uso do meio eletrônico na situação fática. E, com base nessa ordem de ideias, eventual inviabilidade de adoção do meio eletrônico não pode ser confundida com simples opção discricionária da autoridade competente. Significa dizer que a norma elege, inicialmente, o meio eletrônico como o ideal (preferencial) para, depois, ao condicionar a adoção do meio presencial a motivação, tornar seu uso obrigatório, a não ser quando inviável.

O uso e a aplicabilidade da licitação na forma eletrônica, proporcionam grandes vantagens aos entes públicos, notadamente em virtude de suas características de celeridade, desburocratização, economia, ampla divulgação, publicidade e eficiência na contratação, sendo mais vantajosa em relação à forma presencial, nos termos dispostos pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná:

> A primeira delas é o potencial aumento da competitividade do certame, já que interessados que estejam localizados em qualquer lugar do país podem participar de forma remota. Com isso, aumentam as chances de a administração realizar uma contratação economicamente mais favorável, já

que, além de uma possível ampliação do número de participantes - o que estimula a concorrência-, estes deixam de precisar realizar gastos com transporte ou diárias, por exemplo, para enviar um representante a uma concorrência presencial realizada em um local distante. Outro benefício oferecido pela concorrência eletrônica é a impessoalidade do procedimento, visto que os competidores participam do concorrência de forma anônima, sendo identificado apenas o vencedor do certame, após o encerramento da disputa de lances, já na fase de habilitação da sessão pública digital. Dessa forma, diminui consideravelmente o risco de haver conluio entre os licitantes, prática comprovadamente prejudicial ao interesse público.

Por fim, a modalidade eletrônica oferece mais transparência e segurança, pois a maior parte dos atos da licitação é registrada automaticamente pelo sistema, o que elimina possíveis perdas que comumente ocorrem quando da transcrição de atas de sessões presenciais. Com isso, é possível aos órgãos de fiscalização e à própria sociedade a análise da integra do procedimento.

3. Da Análise da Minuta do Edital

A partir da análise minuciosa da Minuta do Edital de Licitação na modalidade concorrência eletrônica, destacam-se os seguintes pontos relevantes:

Objeto da licitação: O edital deve apresentar de forma clara e precisa a descrição do objeto da contratação, detalhando as especificações técnicas necessárias para a execução dos serviços. Verificou-se que o objeto está adequadamente definido no edital em conformidade com as diretrizes da Lei 14.133/2021.

Documentação exigida: É imprescindível que o edital estabeleça quais são os documentos necessários para comprovação da habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e demais exigências previstas na legislação. Recomenda-se uma análise criteriosa das exigências documentais para garantir que sejam proporcionais e adequadas ao objeto da licitação, em conformidade com os princípios da isonomia, razoabilidade e proporcionalidade.

Critérios de julgamento: O edital deve estabelecer os critérios objetivos para seleção da proposta mais vantajosa, considerando a qualidade, o preço, o prazo de execução e outros elementos

pertinentes. É fundamental que tais critérios estejam em conformidade com o disposto na Lei 14.133/2021, priorizando a busca pela melhor relação custo-benefício para a administração pública.

Prazos e cronograma: O edital deve estabelecer prazos adequados e factíveis para todas as etapas do processo licitatório, desde a publicação do edital até a assinatura do contrato. Além disso, é necessário que seja apresentado um cronograma detalhado de execução dos serviços, considerando a complexidade do objeto e as necessidades da administração.

4.Das Considerações Finais

Por derradeiro, cumpre salientar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe.

Destarte, à luz da competência desta Procuradoria Geral, não lhe compete adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito da Prefeitura Municipal, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.

DISPOSITIVO

Ante aos fatos expostos e análise jurídica realizada com base na Lei nº 14.133/2021 e normas correlatas, entende-se por opinar neste parecer que, diante da presente análise, verificamos que todo o procedimento administrativo até o presente momento, bem como a minuta, está em consonância com os ditames da Lei de Licitações, lembrando-se que as especificações técnicas e a estimativa de custo dizem respeito à análise de responsabilidade exclusiva dos setores competentes.

É o parecer, *sub censura.*

ENCAMINHAMENTO

Encaminhem-se os devidos autos à **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO** para conhecimento, providências e demais deliberações ao seu cargo.

Campestre do Maranhão - MA, 25 de novembro de 2024.

PAULO ERNANE R. S. JUNIOR
Procurador Geral do Município
Portaria nº 27/2022

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE DO MARANHÃO – MA	
EDITAL CONCORRÊNCIA Nº 006/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 046/2024	
BASE LEGAL	**REGIDO PELA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021; DECRETO MUNICIPAL Nº. 416/2023; LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 147/2014, E DEMAIS NORMAS PERTINENTES À ESPÉCIE, E DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL.**
OBJETO	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA PAVIMENTAÇÃO EM (AAUQ) DE VIAS URBANAS NO MUNICÍPIO DE CAMPESTRE DO MARANHÃO – MA. CONFORME PROJETO BÁSICO E CONTRATO DE REPASSE Nº 951049/2023/MCIDADES/CAIXA.**
CRITÉRIO DE JULGAMENTO:	Menor Preço GLOBAL
MODO DE DISPUTA	Aberto
LOCAL DA SESSÃO PUBLICA	https://www.licitacampestrema.com.br/
DATA E HORÁRIO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS – SESSÃO PÚBLICA:	**16 de dezembro de 2024** **09:00 hr (Horário de Brasília)**
MODO DE DISPUTA	Aberto
VALOR ESTIMADO	**R$ 1.444.999,93 (hum milhão, quatrocentos e quarenta e quatro mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e três centavos)**

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: https://www.licitacampestrema.com.br/, **https://www.campestredomaranhao.ma.gov.br/** e também poderão ser lidos e/ou obtidos na s**ala do Setor de Licitações, situada na Rua Onildo Gomes, nº 134, Centro**, CAMPESTRE DO MARANHÃO/MA, de segunda à sexta-feira, das 08:00 às 13:00 horas.

Rua. Onildo Gomes, 134 - Centro, CEP:65968-000, Campestre do Maranhão-MA
CNPJ: 01.598.550/00001-17
www.campestredomaranhao.ma.gov.br

EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 006/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 046/2024

A **Secretaria Municipal de Educação de CAMPESTRE DO MARANHÃO - MA**, por intermédio de seu Secretário que este subscreve, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA, do tipo MENOR PREÇO**, nos termos da **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 416, de 07 de dezembro de 2023**, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico que promove a comunicação pela INTERNET, mediante condições de segurança, utilizando-se, para tanto, os recursos da criptografia e autenticação em todas as suas fases.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica https://www.licitacampestrema.com.br/.

1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA PAVIMENTAÇÃO EM (AAUQ) DE VIAS URBANAS NO MUNICÍPIO DE CAMPESTRE DO MARANHÃO – MA. CONFORME PROJETO BÁSICO E CONTRATO DE REPASSE Nº 951049/2023/MCIDADES/CAIXA.**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1 A licitação será realizada em grupo único (Valor Global), conforme tabela constante no Projeto Básico/Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.2 Em caso de discordância existente entre as especificações dos objetos descritos no site Compras Governamentais e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as especificações do Edital.

1.3 O valor máximo desta licitação é de **R$ 1.444.999,93 (hum milhão, quatrocentos e quarenta e quatro mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e três centavos).**

As despesas provenientes deste processo correrão à conta da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

ORGÃO 01 = PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE DO MARANHÃO
UNIDADE 10: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 15451003310360000 - CONSTRUÇÃO DE CALÇAMENTO DE VIAS URBANAS E RURAIS.
NATUREZA: 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações.

Rua. Onildo Gomes, 134 - Centro, CEP:65968-000, Campestre do Maranhão-MA
CNPJ: 01.598.550/00001-17
www.campestredomaranhao.ma.gov.br

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema Portal de Compras no endereço eletrônico - https://www.licitacampestrema.com.br/

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de

Rua. Onildo Gomes, 134 - Centro, CEP:65968-000, Campestre do Maranhão-MA
CNPJ: 01.598.550/00001-17
www.campestredomaranhao.ma.gov.br

trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7. O impedimento de que trata o item 2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. **Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.**

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

Rua. Onildo Gomes, 134 - Centro, CEP:65968-000, Campestre do Maranhão-MA
CNPJ: 01.598.550/00001-17
www.campestredomaranhao.ma.gov.br

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

Rua. Onildo Gomes, 134 - Centro, CEP:65968-000, Campestre do Maranhão-MA
CNPJ: 01.598.550/00001-17
www.campestredomaranhao.ma.gov.br

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor unitário e Global; preenchimento das planilhas de custo e cronograma.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

Rua. Onildo Gomes, 134 - Centro, CEP:65968-000, Campestre do Maranhão-MA
CNPJ: 01.598.550/00001-17
www.campestredomaranhao.ma.gov.br

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico/Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias**,** a contar da data de sua apresentação.

4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.9.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor global da licitação.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

Rua. Onildo Gomes, 134 - Centro, CEP:65968-000, Campestre do Maranhão-MA
CNPJ: 01.598.550/00001-17
www.campestredomaranhao.ma.gov.br

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R$ 10,00 (dez reais).**

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. O procedimento será o modo de disputa ABERTO.

5.11. O envio de lances na licitação no modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.15. No caso de desconexão com o Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

Rua. Onildo Gomes, 134 - Centro, CEP:65968-000, Campestre do Maranhão-MA
CNPJ: 01.598.550/00001-17
www.campestredomaranhao.ma.gov.br

5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

Rua. Onildo Gomes, 134 - Centro, CEP:65968-000, Campestre do Maranhão-MA
CNPJ: 01.598.550/00001-17
www.campestredomaranhao.ma.gov.br

5.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.19.2.2. empresas brasileiras;

5.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.20.4. O Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.20.5. É facultado ao Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.21. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação/Comissão verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens deste edital.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.6.1. contiver vícios insanáveis;

6.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico/Termo de Referência;

6.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.7.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.7.2. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

Rua. Onildo Gomes, 134 - Centro, CEP:65968-000, Campestre do Maranhão-MA
CNPJ: 01.598.550/00001-17
www.campestredomaranhao.ma.gov.br

6.7.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.9.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.12. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.13. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.14. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.15. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado.

Rua. Onildo Gomes, 134 - Centro, CEP:65968-000, Campestre do Maranhão-MA
CNPJ: 01.598.550/00001-17
www.campestredomaranhao.ma.gov.br

Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Projeto Básico/Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Projeto Básico/Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.2.2. Requisitos de habilitação:

7.2.2.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

7.2.2.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.

7.2.2.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

7.2.2.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência.

7.2.2.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

7.2.2.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

7.2.2.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.2.3. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

7.2.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

7.2.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral

Rua. Onildo Gomes, 134 - Centro, CEP:65968-000, Campestre do Maranhão-MA
CNPJ: 01.598.550/00001-17
www.campestredomaranhao.ma.gov.br

da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.2.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

7.2.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

7.2.3.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

7.2.3.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa de Débitos Fiscais e Dívida Ativa junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

7.2.3.7. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.2.3.8. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa e Dívida Ativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal, Alvará de Localização e Funcionamento da sede da empresa licitante;

7.2.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

7.2.4.1. Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 9.2.2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

7.2.5. Balanço patrimonial dos últimos dois exercícios sociais exigíveis, apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

7.2.5.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

7.2.5.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

7.2.5.3. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

7.2.5.4. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

Rua. Onildo Gomes, 134 - Centro, CEP:65968-000, Campestre do Maranhão-MA
CNPJ: 01.598.550/00001-17
www.campestredomaranhao.ma.gov.br

7.2.6. Os índices que comprovam a boa situação financeira da empresa, serão calculados e apresentados pelo Licitante, devidamente confirmados pelo responsável por sua contabilidade, mediante sua assinatura e a indicação do seu nome e do número de registro no Conselho Regional de Contabilidade.

7.2.7. A comprovação da situação financeira da empresa, que trata o item anterior, será constatada mediante a análise dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

7.2.8. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de **10% (dez por cento)** do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

7.2.9. As empresas optantes do SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL-SPEED, submetida ao IND DNRC 107/08, deverão apresentar:

a) Termo de Abertura e Encerramento (impresso do arquivo SPEED contábil);
b) Recibo de Entrega do Livro Digital (impresso do arquivo SPEED contábil);
c) Balanço Patrimonial (impresso do arquivo SPEED contábil);
d) Demonstração de Resultado do Exercício (impresso do arquivo SPEED contábil);

7.2.10. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.2.11. Certidão de Registro da Empresa LICITANTE perante o CREA, dentro do prazo de validade, comprovando que exerce atividade relacionada ao objeto do presente Edital.

7.2.12. Comprovação de a empresa possuir como seu Responsável Técnico, 01 (um) Engenheiro Civil, no mínimo, detentor de Anotação de Responsabilidade Técnica-ART, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico-CAT, demonstrando que tenha executado serviço relativo, com características técnicas às do objeto do presente Edital;

7.2.13. Certidão de Registro de Pessoa FÍSICA perante o CREA, dentro do prazo de validade, relativa ao profissional indicado como Responsável Técnico deste certame;

Rua. Onildo Gomes, 134 - Centro, CEP:65968-000, Campestre do Maranhão-MA
CNPJ: 01.598.550/00001-17
www.campestredomaranhao.ma.gov.br

7.2.14. Comprovação de que o Responsável Técnico apresentado é parte integrante da empresa. A comprovação do vínculo profissional do Responsável Técnico será feita mediante cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social-CTPS ou da Ficha de Registro de Empregados-FRE que demonstre a identificação do profissional, com o visto do Ministério do Trabalho-MT ou mediante Certidão do Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo devidamente atualizada ou Contrato de Trabalho ou Contrato de Prestação de Serviços registrado na Certidão do Conselho Regional de Arquitetura e Engenharia da região competente, em que conste o profissional como Responsável Técnico;

7.2.15. Quando o Responsável Técnico indicado for dirigente ou sócio da licitante, tal comprovação será feita através do Ato Constitutivo da empresa ou Certidão do Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo devidamente atualizada

7.2.16. Comprovação de Capacidade técnica-operacional, consistindo na apresentação de no mínimo 1 (um) atestado de capacidade técnica em nome da licitante, registrado no CREA, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, comprovando a execução de serviços com características e quantitativos semelhantes àqueles serviços elencados;

7.2.17. Atestado de Capacidade Técnica-Operacional emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, registrado no CREA, que comprove que o licitante prestou ou está prestando o objeto com com características técnicas às do objeto licitado.

7.2.17.1. Os atestados de capacidade técnica estarão sujeitos a diligência por parte do pregoeiro ou equipe técnica da Contratante, que poderá averiguar através de visita técnica a autenticidade das informações. Se durante esse processo, for constatada fraude de qualquer um dos documentos, a licitante envolvida estará automaticamente desclassificada do processo licitatório em questão, além de estar sujeito as penalidades previstas neste edital.

7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, ou por cópia.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Rua. Onildo Gomes, 134 - Centro, CEP:65968-000, Campestre do Maranhão-MA
CNPJ: 01.598.550/00001-17
www.campestredomaranhao.ma.gov.br

7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.10. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (DUAS) HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Edital somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.10.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):

7.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.12. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

7.16. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

Rua. Onildo Gomes, 134 - Centro, CEP:65968-000, Campestre do Maranhão-MA
CNPJ: 01.598.550/00001-17
www.campestredomaranhao.ma.gov.br

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de**10 (dez) minutos**.

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.licitanet.com.br.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

Rua. Onildo Gomes, 134 - Centro, CEP:65968-000, Campestre do Maranhão-MA
CNPJ: 01.598.550/00001-17
www.campestredomaranhao.ma.gov.br

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.1.5. fraudar a licitação

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.2. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Rua. Onildo Gomes, 134 - Centro, CEP:65968-000, Campestre do Maranhão-MA
CNPJ: 01.598.550/00001-17
www.campestredomaranhao.ma.gov.br

9.4. A multa será recolhida em percentual de 5% a 20% incidente sobre o valor máximo desta licitação (item 1.4), recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.9.1.2, 9.1.2.3, 9.1.2.4, 9.1.2.5, 9.1.3 e 9.1.3.1 a multa será de 5% sobre o valor máximo desta licitação (item 1.4).

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.6.1, 9.1.6.2, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 20% sobre o valor máximo desta licitação (item 1.4).

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.9.1.2, 9.1.2.3, 9.1.2.4, 9.1.2.5, 9.1.3 e 9.1.3.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.6.1, 9.1.6.2, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.9.1.2, 9.1.2.3, 9.1.2.4, 9.1.2.5, 9.1.3 e 9.1.3.1 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

Rua. Onildo Gomes, 134 - Centro, CEP:65968-000, Campestre do Maranhão-MA
CNPJ: 01.598.550/00001-17
www.campestredomaranhao.ma.gov.br

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo Sistema de Compras no endereço eletrônico - www.licitanet.com.br.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/ Comissão.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

Rua. Onildo Gomes, 134 - Centro, CEP:65968-000, Campestre do Maranhão-MA
CNPJ: 01.598.550/00001-17
www.campestredomaranhao.ma.gov.br

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico: www.licitanet.com.br, **https://www.campestredomaranhao.ma.gov.br/**

11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.11.1. ANEXO I –Projeto Básico/Termo de Referência

11.11.2. ANEXO II - Modelo de Carta Proposta;

11.11.3. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato

CAMPESTRE DO MARANHÃO-MA, 22 de novembro de 2024.

CLAUDEONOR DO VALE SANTOS
Secretário Municipal de Administração

ANEXO I – PROJETO BASICO

O REFERIDO PROJETO E SUAS APENDICES ESTÃO ANEXADO AO FINAL DESTE EDITAL

Rua. Onildo Gomes, 134 - Centro, CEP:65968-000, Campestre do Maranhão-MA
CNPJ: 01.598.550/00001-17
www.campestredomaranhao.ma.gov.br

ANEXO II – MINUTA DE CARTA PROPOSTA

MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

A licitante deverá enviar sua proposta de preços, juntamente com o instrumento de outorga de poderes do representante legal da empresa que assinará o contrato, conforme modelo abaixo:

CONCORRÊNCIA Nº ____/2024 **Data de abertura:**
Nome da empresa:
CNPJ:
Endereço:
CEP:
Telefone: (DDD)
E-mail:
Dados Bancários:
Nome do Representante legal da empresa: (que irá assinar o contrato)
CPF: (do representante legal da empresa que irá assinar o contrato)
RG/órgão emissor: (do representante legal da empresa que irá assinar o contrato)
Instrumento de outorga de poderes: (encaminhar cópia do instrumento de outorga de poderes)
Certificação digital: O representante legal da empresa que assinará o contrato possui certificação digital ICP Brasil? ( )Sim ( ) Não

ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
XX	XX	XX	XXXXXXX	R$	R$
VALOR TOTAL					R$

O cronograma de execução e a planilha de serviços fazem parte integrante da proposta de preços e deverá ser assinada e anexada na mesma, conforme modelo em anexo.

Instruções de preenchimento:

A licitante deverá informar os preços por item, total do item e total global da proposta, seguindo a numeração constante no Edital.

O instrumento de outorga de poderes ao representante legal que irá assinar o contrato deverá ser encaminhado em anexo à proposta de preços.

Os valores unitários e totais deverão ser grafados somente até os centavos.

A proposta de preços deverá estar datada e assinada.

Rua. Onildo Gomes, 134 - Centro, CEP:65968-000, Campestre do Maranhão-MA
CNPJ: 01.598.550/00001-17
www.campestredomaranhao.ma.gov.br

ANEXO III

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

Processo Administrativo n°.....
CONCORRÊNCIA _____/2024 - SRP
CONTRATO Nº ...../2024

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../...., QUE FAZEM ENTRE SI A _____, POR INTERMÉDIO DO (A) ..... E .....

A Prefeitura Municipal de CAMPESTRE DO MARANHÃO - MA, com sede no(a) ....., na cidade de ..... /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) ..... (cargo e nome), doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Concorrência n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA PAVIMENTAÇÃO EM (AAUQ) DE VIAS URBANAS NO MUNICÍPIO DE CAMPESTRE DO MARANHÃO – MA. CONFORME PROJETO BÁSICO E CONTRATO DE REPASSE Nº 951049/2023/MCIDADES/CAIXA.,** nas condições estabelecidas no Projeto Básico.

1.1 Objeto da contratação, valor GLOBAL:

1.2 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1 O Termo de Referência/Projeto Básico;

1.2.2 O Edital da Licitação;

1.2.3 A Proposta do contratado;

1.2.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3 O regime de execução é o de empreitada por preço global.

Rua. Onildo Gomes, 134 - Centro, CEP:65968-000, Campestre do Maranhão-MA
CNPJ: 01.598.550/00001-17
www.campestredomaranhao.ma.gov.br

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é de _____ contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

2.2 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZO DE EXECUÇÃO E MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1 O prazo máximo para a execução e entrega da obra objeto do presente contrato é de: _____ dias, contados da emissão da ordem de serviço, podendo ser prorrogado havendo motivo justificado e aceito pelas partes.

3.2 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

I. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

II. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

III. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

IV. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1 O valor total da contratação é de R$..... (.....)

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e

Rua. Onildo Gomes, 134 - Centro, CEP:65968-000, Campestre do Maranhão-MA
CNPJ: 01.598.550/00001-17
www.campestredomaranhao.ma.gov.br

comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Projeto Básico e cronograma, anexo a este Contrato e **CONTRATO DE REPASSE Nº 951049/2023/MCIDADES/CAIXA.**

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.1.1 O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais elaboradas com base no.....

7.2 Após o interregno de um ano, mediante pedido do contratado, os preços iniciais poderão serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do **índice .....**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.4.1 Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1 São obrigações do Contratante:

8.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

Rua. Onildo Gomes, 134 - Centro, CEP:65968-000, Campestre do Maranhão-MA
CNPJ: 01.598.550/00001-17
www.campestredomaranhao.ma.gov.br

8.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência, Planilha e Cronograma da obra;

8.4 Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

8.5 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.6 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.7 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.8 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.9 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.10 Cientificar o órgão de representação para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.11 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.11.1 A Administração terá o prazo de *10 (dez) dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.12 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

8.13 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.14 Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

8.16 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

8.17 Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

Rua. Onildo Gomes, 134 - Centro, CEP:65968-000, Campestre do Maranhão-MA
CNPJ: 01.598.550/00001-17
www.campestredomaranhao.ma.gov.br

8.18 Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.19 Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2 Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.2.1 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.4 Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7 Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

9.8 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.9 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

Rua. Onildo Gomes, 134 - Centro, CEP:65968-000, Campestre do Maranhão-MA
CNPJ: 01.598.550/00001-17
www.campestredomaranhao.ma.gov.br

a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.10 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.11 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.12 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.13 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.14 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.15 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.16 Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.17 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.18 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.19 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.20 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.21 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

Rua. Onildo Gomes, 134 - Centro, CEP:65968-000, Campestre do Maranhão-MA
CNPJ: 01.598.550/00001-17
www.campestredomaranhao.ma.gov.br

9.22 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.23 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.24 Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.

9.25 Apresentar os empregados devidamente identificados.

9.26 Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

9.27 Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

9.28 Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

9.29 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

9.30 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

9.31 Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

9.32 Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

9.33 Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico, em plena validade.

9.34 Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

9.35 Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

9.36 Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

Rua. Onildo Gomes, 134 - Centro, CEP:65968-000, Campestre do Maranhão-MA
CNPJ: 01.598.550/00001-17
www.campestredomaranhao.ma.gov.br

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7 O Contratado deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1 A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, nas modalidades:

Rua. Onildo Gomes, 134 - Centro, CEP:65968-000, Campestre do Maranhão-MA
CNPJ: 01.598.550/00001-17
www.campestredomaranhao.ma.gov.br

I. caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II. seguro-garantia;

III. fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

11.2 Valor da garantia será o correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

11.3 O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

11.4 Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.5 A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado a hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, onde o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.6 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de

I. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

II. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

III. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

11.7 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada, com correção monetária, em favor do contratante, na seguinte conta: _____.

11.8 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

11.9 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

11.10 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

Rua. Onildo Gomes, 134 - Centro, CEP:65968-000, Campestre do Maranhão-MA
CNPJ: 01.598.550/00001-17
www.campestredomaranhao.ma.gov.br

11.11 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no mesmo prazo inicial, contados da data em que for notificada. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.12 O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

I. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º14.133, de 2021).

II. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro.

11.13 Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

11.14 A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração.

11.15 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

11.16 O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

11.17 A garantia de execução é independente de eventual garantia de proposta do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência/Projeto básico e minuta contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Rua. Onildo Gomes, 134 - Centro, CEP:65968-000, Campestre do Maranhão-MA
CNPJ: 01.598.550/00001-17
www.campestredomaranhao.ma.gov.br

12.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) **Multa:**

a) O atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o contratado a multa moratória de 0,5% (zero virgula cinco por cento) por dia de atraso sobre o valor do contrato, até o limite de 25 (vinte e cinco) dias. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias, autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas e a aplicar cumulativamente multa compensatória na forma deste contrato.

b) Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 13.1, a multa compensatória será de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato.

c) Para as infrações descritas nas alíneas "b" e "d" do subitem 13.1, a multa compensatória será de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato.

d) Para a infração descrita na alínea "c" do subitem 13.1, a multa compensatória será de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

e) Para as infrações descritas nas alíneas "e" até as alínea "h" do subitem 13.1, a multa compensatória será de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato.

12.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei

Rua. Onildo Gomes, 134 - Centro, CEP:65968-000, Campestre do Maranhão-MA
CNPJ: 01.598.550/00001-17
www.campestredomaranhao.ma.gov.br

nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.9 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

Rua. Onildo Gomes, 134 - Centro, CEP:65968-000, Campestre do Maranhão-MA
CNPJ: 01.598.550/00001-17
www.campestredomaranhao.ma.gov.br

13.3 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.4.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.5.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.3 Indenizações e multas.

13.6 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.7 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

ORGÃO 01 = PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE DO MARANHÃO
UNIDADE 10: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 15 451 0033 1036 0000 - CONSTRUÇÃO DE CALÇAMENTO DE VIAS URBANAS E RURAIS.
NATUREZA: 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações.

14.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Rua. Onildo Gomes, 134 - Centro, CEP:65968-000, Campestre do Maranhão-MA
CNPJ: 01.598.550/00001-17
www.campestredomaranhao.ma.gov.br

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial do Município na Internet.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)

18.1 Fica eleito o Foro da Comarca de PORTO FRANCO, Estado do Maranhão, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

_____

Representante legal do CONTRATANTE

_____

Representante legal do CONTRATADO

Rua. Onildo Gomes, 134 - Centro, CEP:65968-000, Campestre do Maranhão-MA
CNPJ: 01.598.550/00001-17
www.campestredomaranhao.ma.gov.br

MEMORIAL DESCRITIVO

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

PROCESSO N. º 951049/2023

Obra: Pavimentação de Vias Urbanas no município de Campestre do Maranhão - MA.

1. APRESENTAÇÃO

1.1 INTRODUÇÃO

Campestre do Maranhão é um município brasileiro do estado do Maranhão, Região Nordeste do país. Sua população estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) era de 12.301 habitantes em 2022 e uma extensão territorial de 613.529,00 km².

O projeto de Pavimentação de Vias Urbanas no município de Campestre do Maranhão, ora apresentado é resultado da análise técnica da atual via, foi minuciosamente quantificado todos os trechos a serem adequados.

O sistema viário é um dos primeiros elementos de infraestrutura de uma cidade. Sua implantação, juntamente com um sistema adequado de drenagem, favorece o escoamento das águas provenientes das chuvas, favorece também uma melhor condição de bem-estar à população, proporcionando o trânsito de veículos e pedestres com conforto e segurança.

Com base nos fundamentos no art. 7º da Lei nº 8.666 de 21.06.93, as licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte sequência:

I - Projeto básico;

II - Execução das obras e serviços.

Suas alterações posteriores, este projeto básico visa fornecer elementos e subsídios que possibilitem viabilizar o melhoramento das Vias urbanas do Município de Campestre do Maranhão.

Com a execução dessas obras, vislumbra-se melhorar as condições socioeconômicas da população dessas comunidades, que atualmente estão enfrentando circunstâncias adversas às suas próprias subsistências, diante de problemas que envolvem a saúde, educação, transporte, comercialização de seus produtos etc.

1.2 LOCALIZAÇÃO E ACESSO

Campestre do Maranhão é um município brasileiro do estado do Maranhão, Região Nordeste do país. Sua população estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia

e Estatística (IBGE) era de 12.301 habitantes em 2022 e uma extensão territorial de 613.529,00 km².

Figura 01 - Mapa de localização do município de Campestre do Maranhão.



Fonte: IBGE, (2024).

1.3 MEMORIAL DESCRITIVO

As informações contidas visam fornecer orientações e diretrizes gerais sobre as atividades requeridas para a execução da obra de Pavimentação de Vias Urbanas no município de Campestre do Maranhão.

▪ CARACTERÍSTICAS GEOMÉTRICAS:

Extensão: 1.075,00 metros;

Plataforma de rolamento: 8,50 e 9,00 metros;

Espessura do revestimento asfáltico: 0,05 m.

▪ POPULAÇÃO A SER BENEFICIADA:

Bairro São Raimundo: Cerca de 100 famílias.

▪ SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS:

Serviços iniciais: Fornecimento e instalação de placa de obra com chapa galvanizada e estrutura de madeira; Mobilização de equipamento; Desmobilização de equipamento.

Administração da obra: Administração local da obra (eng. de obra, etc.).

Serviços de Terraplenagem: Desmatamento, destocamento e limpeza de área com árvores de diâmetro até 0,15 m; Transporte com caminhão basculante de 14 m³, em via urbana em leito natural; Escavação e carga de material de jazida com trator de 97 kw e carregadeira de 1,72 m³; Compactação de aterros a 100% do Proctor normal.

Serviços de Pavimentação: Imprimação - execução com fornecimento de material; Execução de pintura asfáltica de ligação, inclusive fornecimento de ligante, exclusive transporte; Transporte de pintura de ligação; Aquisição de cap 50/70; Transporte de cap 50/70; Areia asfalto a quente - faixa A - areia comercial; Transporte com caminhão basculante de 14 m³, em via urbana em leito natural.

Serviços de Drenagem: Assentamento de guia (meio-fio) em trecho reto, confeccionada em concreto pré-fabricado, dimensões 100x15x13x20 cm (comprimento x base inferior x base superior x altura), para urbanização interna de empreendimentos; Execução de sarjeta de concreto usinado, moldada in loco em trecho reto, 30 cm base x 15 cm altura.

Serviços de Calçada: Execução de passeio (calçada) ou piso de concreto com concreto moldado in loco, usinado, acabamento convencional, espessura 6 cm, armado; Piso podotátil de alerta ou direcional, de concreto, assentado sobre argamassa.

Sinalização Vertical e Horizontal: Placa em aço nº 16 galvanizado com película retrorrefletiva tipo I + III – confecção; Suporte para placa de sinalização em madeira de lei tratada 8 x 8 cm - fornecimento e implantação; Placa esmaltada para identificação de nome de rua dimensões 50x25cm; Sinalização horizontal rodoviária, com tinta retrorrefletiva à base de resina acrílica com microesferas de vidro.

Limpeza geral: Limpeza final da obra.

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Geral

O projeto visa amenizar o fomento dos habitantes do município de Campestre do Maranhão visto que, a população sofre com a má trafegabilidade em diversas vias do município, principalmente nos períodos de chuvas, comprometendo assim, não só o deslocamento destas pessoas a outros centros, como também o escoamento da produção

agrícola e pecuária.

1.4.2 Específico

- Prover para a população urbana ruas trafegáveis;
- Promover a melhoria nas condições do transporte da população;
- Contribuir para a manutenção do bem-estar da população.

1.5 JUSTIFICATIVA

A execução dessa obra encontra justificativa consistente na necessidade premente de ser criada a infraestrutura básica urbana nessas localidades, uma vez que nesse sentido pouca coisa foi feita até este momento. O objetivo é tornar essas localidades mais bem estruturadas e organizadas, proporcionando às famílias de agricultores os benefícios socioeconômicos mínimos, necessários à fixação do homem no campo.

No caso presente as áreas são carentes de infraestrutura e a assistência técnica, e parte social são incipiente, o que se torna um forte motivo para o êxodo urbano em direção aos grandes centros urbanos. Um dos problemas mais graves nessas localidades diz respeito à insuficiência, ou quase a inexistência, de uma malha viária que possa permitir efetivamente o acesso, o transporte escolar e o escoamento da produção, onde a parcela extrativista é bem representativa. Com a implantação dessa obra, a população local poderá ficar integrada às malhas: municipal, estadual e federal existentes, contribuindo assim para o desenvolvimento socioeconômico da região.

A implantação dessas obras tem o objetivo ainda de se fazer cumprir o compromisso do Governo Federal nessas áreas, visando favorecer meios de locomoção, para propiciar melhores condições de vida e fixação dos agricultores em suas parcelas. Dessa forma, entende-se que o objeto deste projeto básico irá servir de forte estímulo ao processo produtivo das comunidades que ali residem, criando alternativa para amenizar os problemas de escoamento dos excedentes agrícolas e de acesso aos benefícios públicos como educação, saúde etc.

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

1 -SERVIÇOS PRELIMINARES

Fornecimento e instalação de placa de obra com chapa galvanizada e estrutura de madeira

Será fixada na obra uma placa de identificação nas dimensões (2,00 x 4,00) m confeccionada em chapa de aço galvanizado.

A placa deverá ser instalada em local de fácil visibilidade e seu fornecimento, instalação e manutenção ao longo da obra serão por conta do Construtor.

- *Critérios de medição e pagamento:*

Estes serviços serão medidos em m² e pagos de acordo com a planilha de orçamentação de obras.

Mobilização e Desmobilização de equipamentos

- *Serviços Iniciais:*

A Contratada deverá tomar todas as providências relativas à mobilização, imediatamente após a assinatura do contrato e correspondente "NE" (Nota de Empenho), de forma a poder dar início efetivo e concluir a obra dentro do prazo contratual.

- *Equipamentos:*

Trator de esteiras - com lâmina - 259 kw; Trator agrícola - 77kw; Motoniveladora - 93 kw; Carregadeira de pneus com capacidade de 1,72 m³ - 113 kW; Rolo compactador de pneus autopropelido de 27 t - 85 Kw; Rolo compactador liso tandem vibratório autopropelido de 10,4 t - 82 kW; Vibroacabadora de asfalto sobre esteiras - 82 kW; Rolo compactador pé de carneiro vibratório autopropelido por pneus de 11,6 t - 82 kW; Caminhão basculante - 10m³ - 15t (188 kw).

- *Mobilização:*

Consiste no conjunto de providências a serem adotadas visando-se o início das obras. Incluem-se neste serviço o preparo e a disponibilização, no local da obra, de todos os equipamentos necessários à execução dos serviços contratados.

- *Desmobilização:*

Consiste na desmobilização dos equipamentos do canteiro de obras.

- *Critérios de medição e pagamento:*

A remuneração correspondente à mobilização da Contratada antes do início da obra, a desmobilização após o término do contrato, será efetuada de forma global, sendo o pagamento efetuado conforme o cronograma físico-financeiro proposto pela Licitante.

2- ADMINISTRAÇÃO DE OBRA

Administração Local

- *Serviços Iniciais:*

Este item refere-se à administração local da obra, incluindo engenheiro e vigia e outros custos a detalhar na composição unitária de preços relativos à administração, financeiro e técnico de acordo com a estrutura da empresa e da obra.

- *Critérios de medição e pagamento:*

Os serviços serão medidos de forma proporcional a execução financeira da obra. A Fiscalização poderá suprimir recursos de itens não fornecidos, bem como aqueles que não forem detalhados na composição de custo dos preços unitários.

Caso o detalhamento seja feito de forma global, ficará a cargo da fiscalização o critério de medição.

O pagamento do serviço de Administração Local deve seguir o estabelecido no Acórdão 2622/2013 do TCU que adota como critério de medição pagamentos proporcionais à execução financeira da obra, abstendo-se ao pagamento, deste item, com valor mensal fixo, portanto, seguindo o entendimento, a CODEVASF adota para cálculo do perceptual devido a ser medido para Administração Local e Manutenção de Canteiro de Obras (AM):

$$\%AM = \frac{Valor\ da\ Medição\ sem\ AM}{Valor\ do\ Contrato\ (incluso\ aditivo\ finaceiro)sem\ AM}$$

3 -TERRAPLENAGEM

Desmatamento, destocamento e limpeza de área com árvores de diâmetro até 0,15 m

Será executada a regularização da plataforma na melhoria das vias, com a motoniveladora, escarificando-se o terreno, obedecendo ao greide lançado topograficamente, com larguras indicadas em projeto, na sua secção transversal, indicada pelos offsets em toda sua extensão, com posterior umedecimento do material existente e sua compactação.

- *Critério de medição e pagamento*

  A medição será feita por m² de serviço executado.

Transporte com caminhão basculante de 14 m³, em via urbana em leito natural

O volume de material retirado na escavação de camada inservível, será carregado em caminhões basculantes com capacidade de 14m³, por carga, incluindo as manobras necessárias para otimizar o carregamento do material. A descarga será realizada no local de bota-fora conforme o determinado pela fiscalização em cargas sucessivas espaçadas conforme orientação do encarregado da obra, e será destinado ao bota-fora. Para o cálculo foi considerado DMT informado na planilha e/ou memória de cálculo, e taxa de empolamento de 25%.

- *Critério de medição e pagamento*

  A medição será feita por M³ x Km de serviço executado.

Escavação e carga de material de jazida com trator de 97 kw e carregadeira de 1,72 m³

O material laterítico a ser usado no revestimento na melhoria das vias, será de primeira qualidade, escavado com trator de esteira de potência equivalente a 97 kw, cujo material para o revestimento será na espessura de 20 cm, obedecendo as marcações topográficas do greide e offset nos bordos transversais dos locais indicados.

- *Critério de medição e pagamento*

  A medição será feita por m³ de serviço executado.

Compactação de aterros a 100% do Proctor normal

O espalhamento será feito através de uma motoniveladora, após a colocação do material laterítico, o qual será colocado e enleirado conforme orientação da FISCALIZAÇÃO. O espalhamento será executado no greide estabelecido topograficamente, fazendo o abaulamento com uma inclinação de 4% para os offsets, marcados nos bordos transversais. As operações, tais como escarificação, umedecimento ou aeração, compactação, devem ser executadas de forma que a camada concluída atenda às condições de greide e seção transversal indicados no projeto e nota de serviço.

Após a execução de adição dos materiais de revestimento primário necessários para atingir o greide de projeto, proceder-se-á a uma escarificação geral na profundidade de 0,20 m, seguida de pulverização, umedecimento ou secagem, compactação na profundidade de 0,10 m e acabamento.

O grau de compactação deverá ser, no mínimo, 100% em relação à massa específica aparente seca máxima, obtida na energia do Proctor Normal.

- *Critérios de medição e pagamento*

A medição dos serviços de compactação do subleito será feita por metro cúbico de aterro regularizado, medidos conforme orçamento.

4 - PAVIMENTAÇÃO EM AAUQ

Imprimação de base para pavimentação com emulsão CM-30

Consiste na aplicação de camada de material betuminoso sobre a superfície de base granular concluída, antes da execução de um revestimento betuminoso qualquer, objetivando conferir coesão superficial, impermeabilizar e permitir condições de aderência entre esta e o revestimento a ser executado.

O ligante betuminoso não deve ser distribuído quando a temperatura ambiente for inferior a 10 ºC, nem em dias de chuva.

Todo carregamento de ligante betuminoso que chegar a obra deverá ter certificado de análise além de apresentar indicações relativas do tipo, procedência, quantidade do seu conteúdo e da distância de transporte entre a refinaria e o canteiro de serviço.

Antes da aplicação do ligante betuminoso a pista poderá ser levemente

umedecida. O trecho imprimado só poderá ser utilizado para qualquer tipo de tráfego após 12 horas da imprimação executada.

- *Critério de medição e pagamento*

  A medição será feita por m² de serviço executado.

Areia Asfalto a Quente (AAUQ) com CAP 50/70, incluso usinagem e Aplicação Exclusive Transporte

A mistura será aplicada sobre a superfície imprimada e/ou pintada, de tal maneira que, após a compressão, produza um pavimento flexível com espessura de 3cm conforme e com CAP-50/70 (Concreto Asfáltico de Petróleo).

O espalhamento será efetuado por vibro-acabadoras.

Caso ocorram irregularidades na superfície da camada, as correções serão feitas pela adição manual de concreto betuminoso, sendo esse espalhamento executado por meio de rolos metálicos.

Imediatamente após a distribuição da mistura, será iniciado o processo de rolagem para compressão. A temperatura de rolagem deverá ser a mais elevada que a mistura betuminosa possa suportar, sendo esta temperatura fixada experimentalmente para cada caso.

A compressão será iniciada pelos bordos, longitudinalmente, continuando em direção ao eixo da pista. Nas curvas, de acordo com a superelevação, a compressão deverá começar sempre do ponto mais baixo para o mais alto. Cada passada do rolo deverá ser recoberto, na seguinte, de pelo menos a metade da largura rolada. Em qualquer caso, a operação de rolagem seguirá até o momento em que seja atingida a compactação exigida.

Durante a rolagem não serão permitidas mudanças de direção e inversões bruscas de marcha, nem estacionamento do equipamento sobre o revestimento recém-rolado. As rodas do rolo deverão ser umedecidas adequadamente, de modo a evitar a aderência da mistura.

Os revestimentos concluídos deverão ser mantidos sem trânsito até o seu completo resfriamento.

- *Critério de medição e pagamento*

  A medição será feita por t de serviço executado.

Transporte com Caminhão Basculante de 14 m³, em via urbana em revestimento primário

O material discriminado no item anterior será transportado por meio de caminhões basculantes. Adotou-se a Distância Média de Transporte igual a 80,00 Km que corresponde à distância de Campestre do Maranhão/MA até a usina de asfalto localizada no município de Imperatriz.

Quando necessário, para que a mistura seja colocada na pista à temperatura especificada, cada carregamento deverá ser coberto com lona, com tamanho suficiente para proteger todo o material.

- *Critério de medição e pagamento*

  A medição será feita por M³ x Km de serviço executado.

5 – DRENAGEM

Assentamento de guia (meio-fio) em trecho reto, confeccionada em concreto pré-fabricado, dimensões 100x15x13x20 cm (comprimento x base inferior x base superior x altura), para urbanização interna de empreendimentos. Af_06/2016

- *Itens e suas Características*

  Pedreiro: profissional que executa as atividades para o assentamento das guias, tais como: assentamento das guias, rejuntamento dos vãos entre as guias e escoramento da guia.

  Servente: profissional que auxilia o pedreiro com as atividades para o assentamento das guias pré-fabricadas.

  Guia pré-fabricada de concreto: peças pré-fabricadas, moldadas em concreto com dimensões específicas e assentadas de forma justapostas para delimitar uma área de outra.

  Argamassa: utilizada nos vãos entre as peças das guias pré-fabricadas conferindo acabamento e continuidade às guias.

  Areia: material utilizado para fazer a base de assentamento.

- *Critérios de medição e pagamento*

  Utilizar o comprimento linear total em trecho reto a ser assentadas guias de concreto pré-fabricadas, com dimensões 100x15x13x20 cm (comprimento x base inferior x base superior x altura) para urbanização interna de empreendimentos, em valas.

- *Execução*

  Execução do alinhamento e marcação das cotas com o uso de estacas e linha.
  Regularização do solo natural e execução da base de assentamento em areia.
  Assentamento das guias pré-fabricadas.
  Rejuntamento dos vãos entre as peças pré-fabricadas com argamassa.

Execução de sarjeta de concreto usinado, moldada in loco em trecho reto, 30 cm base x 15 cm altura

- *Itens e suas características*

- Pedreiro: profissional que executa as atividades para a execução da sarjeta, tais como: montagem das formas, concretagem e desempeno das sarjetas;
- Servente: profissional que auxilia o pedreiro com as atividades para a execução da sarjeta;
- Concreto: material utilizado para execução da sarjeta;
- Fôrma: utilizado para conter o concreto e dar forma à guia; - Areia: material utilizado para fazer a base de assentamento.

- *Critérios de medição e pagamento*

Utilizar o comprimento linear total (metros), em trecho reto, onde será assentada a sarjeta de concreto, com dimensões 30 x 15 cm (base x altura).

- *Execução*

Execução do alinhamento e marcação das cotas com o uso de estacas e linha;
Regularização do solo e execução da base sobre a qual a sarjeta será executada;
Instalação das formas de madeira;
Lançamento e adensamento do concreto;
Sarrafeamento da superfície da sarjeta;
Execução das juntas.

6 - CALÇADA

Execução de passeio (calçada) ou piso de concreto com concreto moldado in loco, usinado, acabamento convencional, espessura 6cm, armado.

A execução de passeios de concreto moldados “in loco” ou piso de concreto com concreto moldado “in loco”, usinado, com acabamento convencional com espessura de 6cm.

As atividades previstas para a execução dos passeios de concreto moldados in loco são as seguintes:

· Montagem das fôrmas e a colocação da armadura e lona plástica sobre o subleito compactado e base de material granular;

· Aplicação ou não de armaduras para evitar fissuras e resistir a esforços de tração;

· Lançamento, espalhamento e sarrafeamento do concreto;

· Desempeno da superfície e execução de juntas de dilatação.

Piso podotátil de alerta ou direcional, de concreto, assentado sobre argamassa

Descrição: Execução de piso tátil em placas pré-moldadas de concreto, 2Sx25cm, fixadas com argamassa pré-fabricada.

Recomendações: Não deve haver desnível com relação ao piso adjacente, exceto aquele existente no própria relevo. Uso de mão de obra habilitada. Uso obrigatório de Equipamento de Proteção Individual (EPI).

Procedimento Para Execução: Assentamento diretamente no contrapiso. Nivelar a superfície das placas com o piso adjacente (cimento desempenado). O assentamento será efetuado sobre base em lastro do concreto no traço 1:2:3 com 18 MPa e espessura de 8,0 cm, com argamassa pré-fabricada da Quartzito especifica para área externas ou argamassa de cimento e areia média no trago 1:3. As juntas receberão aplicação de rejunte flexível da marca Quartzito ou similar.

Os pisos táteis serão de concreto rejuntado com espessura de 2,5 cm. As placas podo táteis caracterizam-se pela diferenciação de textura e cor em relação ao piso adjacente, destinado a construir alerta ou linha de guia, perceptível por pessoas com deficiência visual.

Modelos: Piso Tátil Direcional - tem a função de orientar o percurso a ser seguido, possui a superfície de relevos lineares.

Piso Tátil de Alerta - tem a função de sinalizar perigo ou mudança de direção,

com superfície em relevo troncocônico. O piso tátil será com dimensões de 40 x 40 cm, na cor natural. As placas deverão estar em conformidade com a NBR 9050 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

- *Critérios de medição e pagamento:*

Os serviços conformes serão medidos e aceitos para pagamento de acordo com os seguintes critérios:

a) serão medidas pela área, determinado em metros quadrados.

7 – SINALIZAÇÃO

Placa em aço nº 16 galvanizado com película retrorrefletiva tipo I + III – confecção

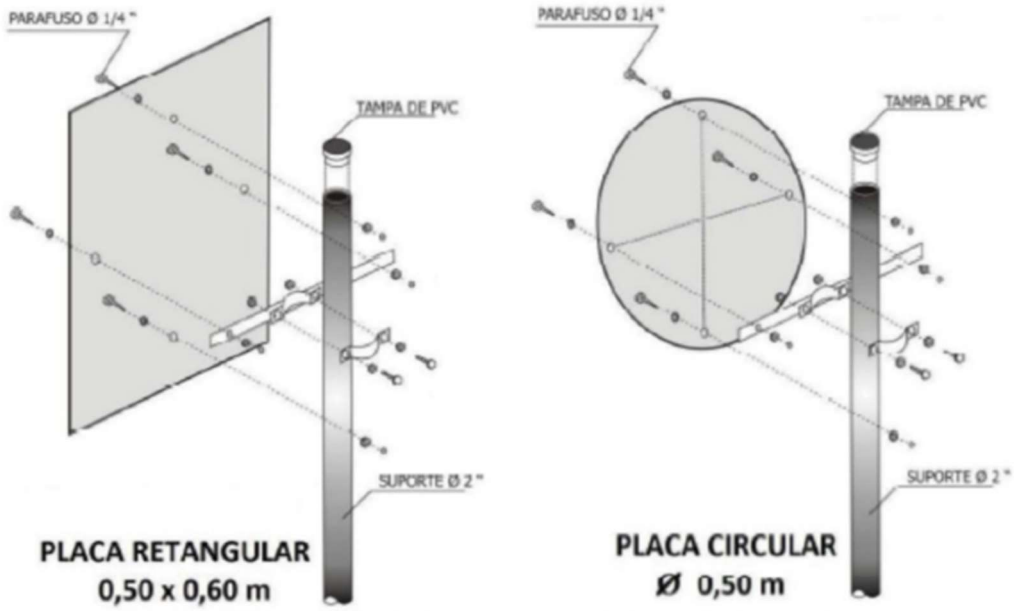
A sinalização viária vertical será com placas com dimensões conforme especificado para vias urbanas nos manuais do DETRAM. Serão constituídas em chapa de aço n 16, sobre as quais será aplicada fundo prime anticorrosivo e pintura com tinta esmalte preta. Na parte da frente deverá ser aplicado película refletiva, de grau técnico e alta intensidade, com fibra de vidro.

As placas de parada obrigatória deverão ser octogonais, com cada lado medindo 25 cm, formando uma área de 0,30 m². Sugere-se um suporte de placas com tubo de aço galvanizado com 2 ‘’, com espessura de parede de 3mm, onde as placas serão fixadas com parafusos.

As escritas serão com tinta esmalte branca. Cada placa de identificação de rua será composta de duas placas de 45x25 cm, e seu suporte poderá ser de tubo de aço galvanizado de 2’’, com espessura de parede de 3mm. A fixação dos tubos de suporte das placas deverá ser de concreto mínimo 15Mpa, em cavas de 30x30x50 cm (lado x lado x altura), conforme projeto gráfico e orientação de Fiscalização.

- *Critérios De Medição:*

A medição deverá ser feita em metros quadrados, de área de placas assentadas.



FONTE: Especificações Técnicas de Sinalização Vertical (BHTrans, 2013)

Figura 1 - Disposição dos Furos e Instalação das Placas de Sinalização.

Sinal de Regulamentação

Código R-1 – Parada Obrigatória



Sinal		Cor	
Forma	Código		
	R-1	Fundo	Vermelha
		Orla interna	Branca
		Orla externa	Vermelha
		Letras	Branca

Cor	
Fundo	Branca
Orla interna (opcional)	Vermelha
Orla externa	Branca
Tarja	Vermelha
Legenda	Preta

Refletividade e iluminação

Os sinais de regulamentação podem ser aplicados em placas pintadas, retro-refletivas, luminosas (dotadas de iluminação interna) ou iluminadas (dotadas de iluminação externa frontal).

Em vias urbanas recomenda-se que as placas de “Parada Obrigatória” (R-1) sejam, no mínimo, retro-refletivas.

Estudos de engenharia podem demonstrar a necessidade de utilização das placas retro-refletivas, luminosas ou iluminadas em vias com deficiência de iluminação ou situações climáticas adversas.

As placas confeccionadas em material retro-refletivo, luminosas ou iluminadas devem apresentar o mesmo formato, dimensões e cores nos períodos diurnos e noturnos.

Materiais das placas

Os materiais mais adequados para serem utilizados como substratos para a confecção das placas de sinalização são: o aço, alumínio, plástico reforçado e madeira imunizada.

Os materiais mais utilizados para confecção dos sinais são as tintas e películas.

As tintas utilizadas são: esmalte sintético, fosco ou semi-fosco ou pintura eletrostática.

As películas utilizadas são: plásticas (não retro-refletivas) ou retro-refletivas dos seguintes tipos: de esferas inclusas, de esferas encapsuladas ou de lentes prismáticas, a serem definidas de acordo com as necessidades de projeto.

Poderão ser utilizados outros materiais que venham a surgir a partir de desenvolvimento tecnológico, desde que possuam propriedades físicas e químicas que garantam as características essenciais do sinal, durante toda sua vida útil, em quaisquer condições climáticas, inclusive após execução do processo de manutenção.

Em função do comprometimento com a segurança da via, não deve ser utilizada tinta brilhante ou películas retro-refletivas do tipo “esferas expostas”. O verso da placa deverá ser na cor preta, fosco ou semi-fosco.

Regulamentação de Preferência de Passagem

Refere-se aos sinais que determinam os fluxos de veículos que **devem** parar ou dar preferência de passagem em uma interseção.

R-1 - "Parada obrigatória"

Sinal	**Parada obrigatória**	**R-1**	

Significado

Assinala ao condutor que **deve** parar seu veículo antes de entrar ou cruzar a via/pista.

Princípios de utilização

O sinal **R-1 deve** ser utilizado quando se deseja reforçar ou alterar a regra geral de direito de passagem prevista no art. 29, inciso III, do CTB.

Seu uso **deve** se restringir às situações em que a parada de veículos for realmente necessária, sendo insuficiente ou perigosa a simples redução da velocidade, ou quando ocorrer uma das condições abaixo:

- onde o risco potencial, ou a ocorrência de acidentes, demonstre sua necessidade;
- nas interseções sem controle por semáforo, em área que tenha grande número de interseções semaforizadas;
- nas passagens de nível;
- em vias transversais, junto a interseções com vias consideradas preferenciais, devido suas condições geométricas, de volume de tráfego ou continuidade física;
- em interseções em que a via considerada secundária apresenta visibilidade restrita.

Posicionamento na via

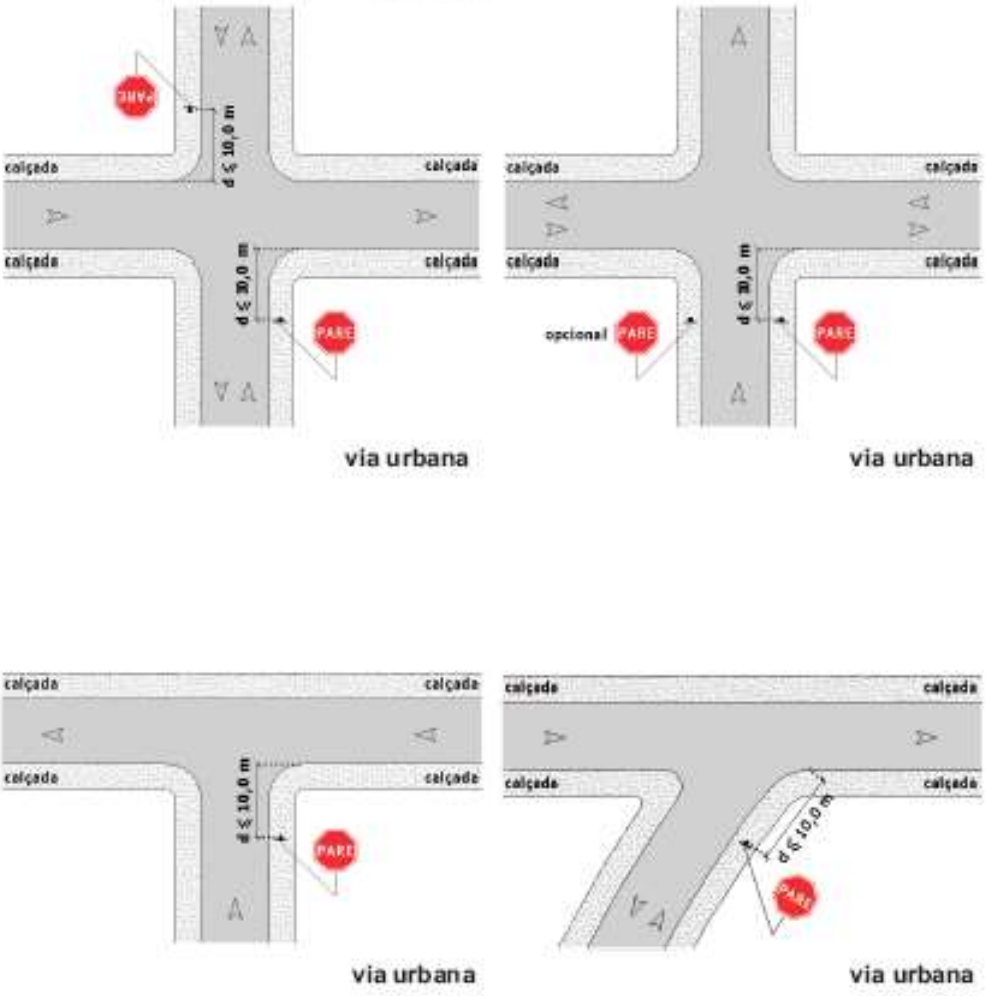
A placa **deve** ser colocada no lado direito da via/pista, o mais próximo possível do ponto de parada do veículo.

Em vias urbanas, a placa **deve** ser colocada no máximo a 10,0 m do prolongamento do meio-fio ou do bordo da pista transversal.

Em vias rurais, a placa **deve** ser colocada no mínimo a 1,5 m, e no máximo a 15,0 m do prolongamento do meio-fio ou do bordo da pista transversal.

A placa pode ser utilizada suspensa sobre a pista.

Exemplos de aplicação



SINAL DE FORMA OCTOGONAL

R-1



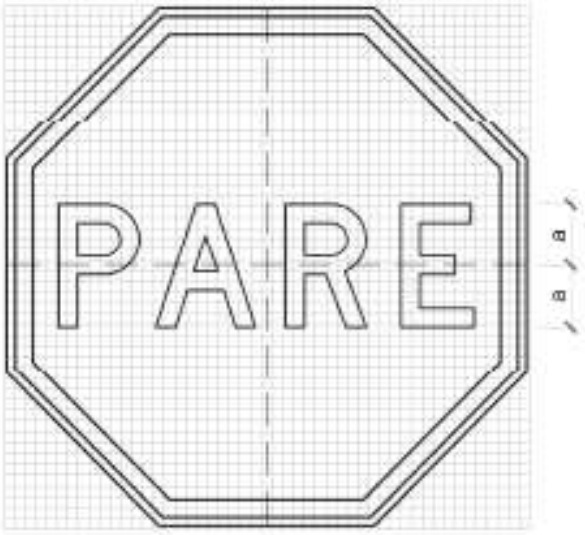
CORES:
Fundo: Vermelho Refletivo
Orla Interna: Branco Refletivo
Orla Externa: Vermelho Refletivo
Verso: Preto Fosco

VIA	DIMENSÕES (mm)			
	Lado	a	b	
URBANA	250	10	20	135º
	350	14	28	135º
	400	16	32	135º
RURAL	350	14	28	135º
	400	16	32	135º
	480	19	38	135º

Nota:
As dimensões dos sinais deverão ser definidas conforme o tipo de via, especificado no item 4.6 "dimensões".

R-1

Parada Obrigatória





CORES:
Fundo: Vermelho Refletivo
Orla Interna: Branco Refletivo
Orla Externa: Vermelho Refletivo
Letras: Branco Refletivo
Verso: Preto Fosco

LETRAS:
Série D ou E, texto centralizado.

VIA	DIMENSÕES (mm)		
	Lado	Malha	a
URBANA	250	12,50 x 12,50	72
	350	17,50 x 17,50	101
	400	20 x 20	115
RURAL	350	17,50 x 17,50	101
	400	20 x 20	115
	480	24 x 24	138

Nota:
As dimensões dos sinais deverão ser definidas conforme o tipo de via, especificado no item 4.6 "dimensões".

Apêndice - Diagramação dos Sinais 159 / 214

Suporte para placa de sinalização em madeira de lei tratada 8 x 8 cm - fornecimento e implantação

Esse serviço complementa o item acima e segue as mesmas diretrizes para sua instalação.

- *Critério De Medição:*

A medição dos serviços será em unidade.

Placa esmaltada para identificação de nome de rua dimensões 50x25cm

Será instalado conforme indicado no Projeto de Sinalização, Placas para identificação da rua, de forma retangular com dimensões de L=50cm e A=25cm em chapa de aço n° 18, galvanizada, nas cores estabelecido em projeto, com abraçadeiras para fixação da placa, fixadas em tubo de aço galvanizado de 2" de 3,00m.

- *Critério De Medição:*

A medição dos serviços será em unidade.

Sinalização horizontal rodoviária, com tinta retrorrefletiva à base de resina acrílica com microesferas de vidro

Empregar equipamento com reservatório de tinta com capacidade mínima de 30 litros, dotado de sistema de aquecimento da tinta até que a mesma atinja a viscosidade adequada para aplicação; o equipamento deve ter capacidade de regulagem da largura da faixa e da demarcação de faixas contínuas ou tracejadas, preparar tinta e mistura de microesferas no tanque da máquina de demarcação viária de acordo com o especificado, sinalização de segurança na via / interrupção ou desvio do tráfego de veículos em obediência ao Código de Trânsito Brasileiro, a limpeza do pavimento com varredura e jatos de ar comprimido. Aplicar a tinta retrorrefletiva com equipamento que produza a tinta elastomérica em faixa contínua ou tracejada com máquina de demarcação viária autopropelida, dotada de jato para tinta e microesferas.

- *Critérios De Medição:*

Verificar a área total de faixas executadas e especificadas em projetos e planilha dos serviços, satisfatoriamente executados. Logo, este item compreende a pintura das faixas.

8 – LIMPEZA GERAL

Limpeza final da obra

Inclui a remoção de todas as instalações como equipamentos, construções provisórias, detritos e restos de materiais, de modo a entregar as áreas utilizadas

totalmente limpas.

- *Critérios de Medição e Pagamento:*

  Para efeitos de medição e pagamento será considerada a projeção de área (m²).

OBJETO: PAVIMENTAÇÃO EM VIAS URBANAS NO MUNICIPIO DE CAMPESTRE DO MARANHÃO/MA

PLANO DE SUSTENTABILIDADE

Alcance dos objetivos esperados e a longevidade do empreendimento a ser entregue quando da concepção do objeto do convênio.

PLANO DE SUSTENTABILIDADE

1. APRESENTAÇÃO

Convênio: 951049/2023
Objeto: PAVIMENTAÇÃO EM VIAS URBANAS NO MUNICÍPIO DE CAMPESTRE DO MARANHÃO/MA.
Valor Global: R$ 1.445.000,00
Valor de repasse: R$ 1.441.714,00
Valor de contrapartida: R$ 3.286,00
Vigência: 36 meses
Início da Vigência: 15/12/2023
Fim da Vigência: 01/12/2026

2. OBJETIVOS DO CONVÊNIO

A Prefeitura Municipal de Campestre do Maranhão/MA, com a Pavimentação de Vias Urbanas, visa promover melhorias em relação a infraestrutura, assim, proporcionando melhorias na qualidade de vida dos usuários e ampliando de forma participativa a interação da população local, assim como a locomoção deles.

Esse serviço de Pavimentação de Vias Urbanas tem como finalidade promover melhor integração entre as regiões conectadas pelas vias a serem pavimentadas garantindo assim a qualidade de vida dos moradores na zona urbana do município de Campestre do Maranhão – MA.

3. IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS

O fortalecimento do transporte da população beneficiada criando uma estrutura e espaço que possibilite a circulação de pessoas, realização de atividades. Garantindo assim a geração de renda e qualidade de vida dos moradores locais.

4. DURABILIDADE E MANUTENÇÃO DO OBJETO

O objeto terá durabilidade de 5 anos, realizadas as manutenções semestrais. Onde será observada pela equipe de funcionários da Secretaria de Infraestrutura de Campestre do Maranhão - MA, se as vias adequadas apresentam patologias que comprometam sua funcionalidade, a fim de serem tomadas medidas preventivas e corretivas, com aplicação de material e mão de obra visando sanar os problemas encontrados, garantindo assim maior longevidade do objeto e de suas condições de uso.

5. CUSTOS E FONTES DE RECURSOS

Os custos com manutenção periódica da obra serão garantidos com os recursos dispostos na LOA nº 136 de 03 de novembro de 2022.

6. RISCOS E MEDIDAS PREVENTIVAS

CATEGORIA DO RISCO	RISCO	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA	MEDIDAS PREVENTIVAS
FINANCEIRO	Insuficiência de recurso financeiro para manutenção/reparo do projeto.			X	
HUMANO/ TÉCNICO	Insuficiência de equipe técnica especializada para acompanhar/ operacionalizar a execução do projeto	X			Caso necessário, contratação de suporte técnico
	Insuficiência de equipe técnica especializada para acompanhar/ operacionalizar a manutenção do objeto concluído			X	
AMBIENTAL	Ocorrências de danos no objeto causados por fenômenos ou desastres naturais	X			Previsão de despesas no Orçamento Anual Municipal
	Ocorrências de possíveis danos ambientais causados pela execução ou entrega do objeto.	X			Criação de comitê para acompanhar e avaliar a entrega e manutenção do objeto.
TEMPO	Ausência ou insuficiência do prazo de garantia.	X			Em decorrência do período de chuvas, poderá ser necessário um aditivo a obra.
	Cancelamento de condições e garantias contratuais por perda de prazos.	X			Exigência de determinada especificação técnica e grau de qualidade do material/equipamento no contrato.
MATERIAL	Inexistência de assistência técnica especializada na região.			X	
	Entrega do objeto defeituoso ou	X			Criação de comitê para acompanhar e avaliar a

	inacabado.				entrega e manutenção do objeto.
FUNCIONALIDADE	Perda de utilidade/funcionalidade antes do término da expectativa de vida útil do objeto.	X			Exigência de determinada especificação técnica e grau de qualidade do material/equipamento no contrato.

7. FUNDAMENTAÇÃO PARA NECESSIDADE DA OBRA:

7.1 – SITUAÇÃO ATUAL:

A população do município de Campestre do Maranhão – MA sofre com as vias urbanas que o município possui, principalmente as que constam no projeto deste convênio. A falta de adequação urbana faz com que as vias sejam uma possível fonte de criadores de insetos, como pernilongos, aranhas e outros animais peçonhentos que podem trazer risco a saúde da população.

7.2 – PREJUÍZOS PARA A POPULAÇÃO CAUSADOS PELA SITUAÇÃO ATUAL:

A falta da infraestrutura está prejudicando a qualidade de vida das famílias da área a ser beneficia com a presente intervenção. Então, tendo esta problemática, é que há a necessidade de fortalecer com o referido objeto a infraestrutura para a comercialização de produtos locais.

7.3 – SOLUÇÃO TÉCNICA ENCONTRADA PARA RESOLVER O PROBLEMA:

Mediante uma série de questionamentos por parte da população local quanto a falta de áreas com infraestrutura adequada, teve-se a necessidade da Adequação de Vias Urbanas do município.

7.4 – DISCORRER SOBRE A IMPORTÂNCIA DO OBJETO PARA BENEFICIAMENTO DO PÚBLICO-ALVO:

A Pavimentação de Vias Urbanas do município visa a melhoria da infraestrutura da população diretamente, fortalecendo o escoamento da produção. Ofertando melhores condições de vida para a população local.

8. CAPACIDADE INSTALADA DA PREFEITURA MUNICIPAL

8.1 – Setor responsável pelo gerenciamento / acompanhamento / fiscalização da obra:

(X) Prefeitura Municipal;

(X) Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura;

(X) Setor de Gestão de Convênios e Contratos de Repasses federais.

8.2 – Estrutura do setor responsável pelo gerenciamento / acompanhamento / fiscalização da obra:

Rodrigo Rocha da Silva

CREA: 111637831-0

8.3 - Estrutura da Prefeitura Municipal para realizar o processo licitatório:

A gestão atual possui corpo técnico com capacidade técnica, gerencial e física para o desenvolvimento do processo licitatório.

8.4 - Estrutura da Prefeitura Municipal para minimizar a deterioração posterior da recuperação de estradas vicinais após o término da obra:

A gestão atual possui um plano de conservação e manutenção periódicas de todas as suas obras.

Campestre do Maranhão – MA, 05 de março de 2023

FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA
Prefeito Municipal
Campestre do Maranhão – MA

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

À
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – GIGOV/SL
São Luís – Maranhão

Assunto: Encaminhamento de RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS.
Objeto: Pavimentação de vias urbanas no município de Campestre do Maranhão/MA.

1. Venho por meio desta, apresentar relatório fotográfico e dados, referente à Pavimentação de Vias Urbanas no município de Campestre do Maranhão/MA. O relatório tem como base o levantamento realizado no dia 31 de janeiro de 2024.

a) RUA LEONÍLIA



Figura 1 - Rua Leonília



Figura 2 - Rua Leonília

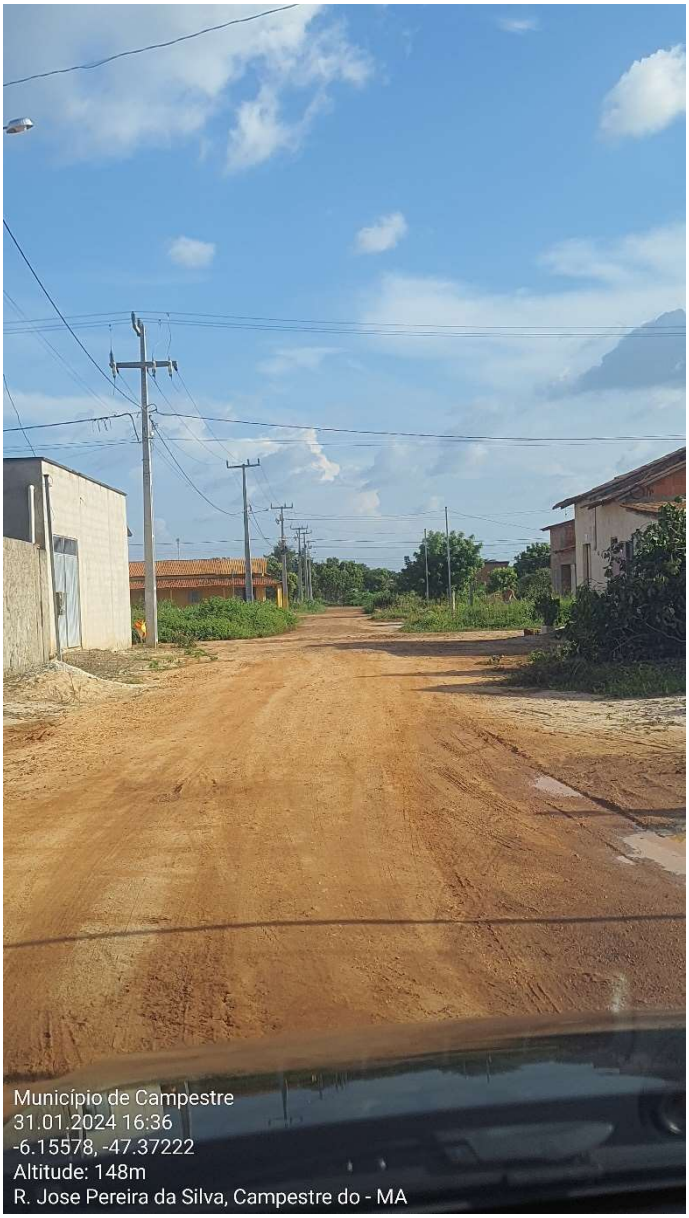


Figura 3 - Rua Leonília

b) RUA RUBENS LIMA

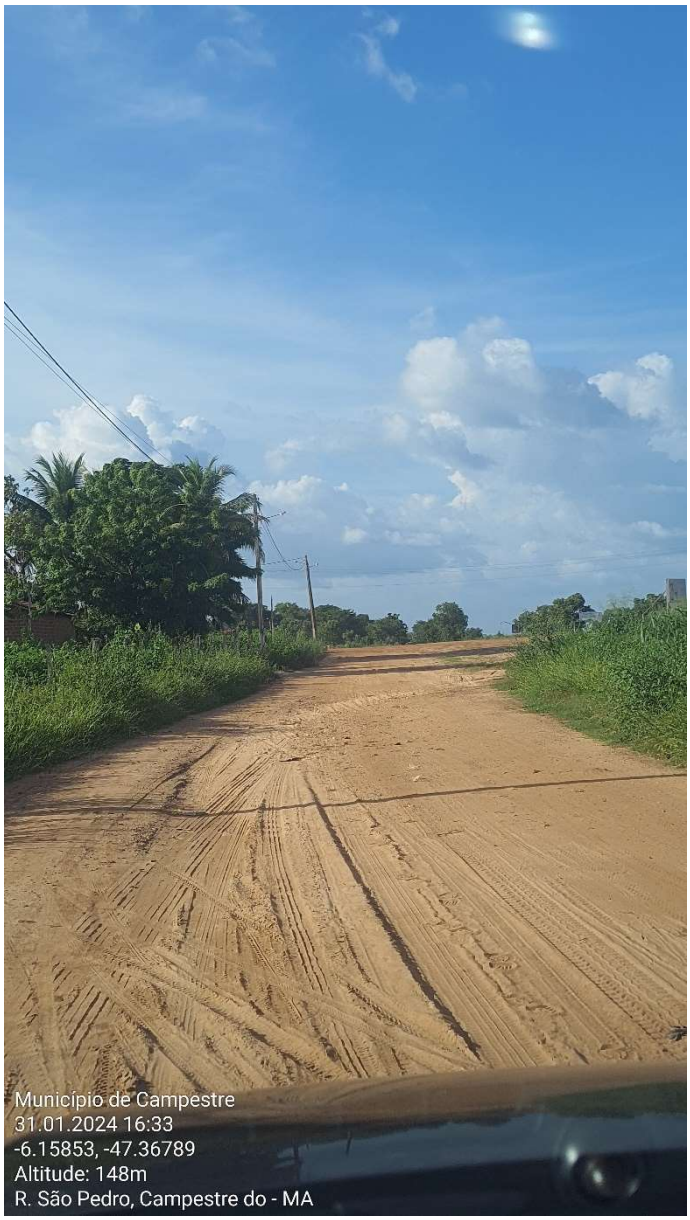


Figura 1 - Rua Rubens Lima



Figura 2 - Rua Rubens Lima



Figura 3 - Rua Rubens Lima

c) RUA PARANÁ



Figura 1 – Rua Paraná



Figura 2 – Rua Paraná



Figura 3 – Rua Paraná



Figura 4a - Localização das Ruas a serem Pavimentadas



Figura 4b - Localização das Ruas a serem Pavimentadas

d) JAZIDA



Figura 5 - Jazida Utilizada para retirada de Material



Figura 6 - Jazida Utilizada para retirada de Material



Figura 7 - Localização da Jazida

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMA

Dispensa de Licenciamento Ambiental Nº 1044830/2024

VALIDADE ATÉ

19/03/2026

PROCESSO SEMA Nº 24030041850/2024 | E-PROCESSOS Nº 211051/2024

A SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMA, com base na Portaria/SEMA nº 123 de 06 de novembro de 2015, dispensa do Licenciamento Ambiental à:

NOME OU RAZÃO SOCIAL: Pref Mun Do Campestre Do Ma

ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM VIAS URBANAS NO MUNICÍPIO DE CAMPESTRE DO MARANHÃO

CPF OU CNPJ:	INSCRIÇÃO ESTADUAL:
01.598.550/0001-17	122240685

ENDEREÇO:
Rua Rua Onildo Gomes, Prefeitura Municipal, Centro

MUNICÍPIO:	CEP:
Campestre do Maranhão - MA	65968-000

ATIVIDADE A SER DISPENSADA DO LICENCIAMENTO: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS URBANAS, COM DRENAGEM SUPERFICIAL, NO MUNICIPIO DE CAMPESTRE DO MARANHÃO-MA, COM EXTENSÃO TOTAL DE 1.075,00 M.

LOCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE (com coordenadas): RUAS: LEONÍLIA, RUBENS LIMA, PARANÁ. BAIRRO: SEDE, SÃO RAIMUNDO, SOB AS COORDENADAS GEOGRÁFICAS 6° 9'18.29"S 47°22'8.65"W.

Obs.: Vide no verso desta dispensa as EXIGÊNCIAS / RECOMENDAÇÕES

Documento assinado DIGITALMENTE. A sua autenticidade poderá ser verificada no Site da Secretaria (SIGLA), por meio do código 24030041850/2024.

São Luis - MA **19/03/2024**

1044830/2024

Pedro Carvalho Chagas
Secretário
Matrícula: 850095-4

Arthur Barros Fonseca Ribeiro
Secretário Adjunto
CPF: 030.443.973-83

OBS.: - AS CONDIÇÕES SERÃO ESTABELECIDAS NOS ANEXOS;

- Concedido pela SEMA no uso de suas atribuições legais conferidas no art. 69 da Constituição do Maranhão, e, considerando o disposto no § 2º, art. do 2º, o parágrafo único do art. 8º, e 12º da Resolução do CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997, e considerando ainda a Portaria nº 123/2015, que disciplina o procedimento de dispensa de licenciamento ambiental no Estado do Maranhão.

- A dispensa do Licenciamento Ambiental não exime o empreendedor de cumprir a legislação ambiental e normal em vigor;

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMA

Exigências e Condicionantes

Processo nº 24030041850/2024

1 - A atividade ou empreendimento deve preencher integralmente os seguintes requisitos:
I - Projetar a obra ou empreendimento/atividade considerando as legislações aplicáveis à obra ou empreendimento/atividade e Normas Brasileiras de Referência - NBR's que regulamentam a matéria, em especial as que abordam a armazenagem/destinação dos resíduos sólidos e o tratamento dos efluentes líquidos e gasosos;
II - Não interferir em Área de Preservação Permanente – APP (conforme os Art. 3°, incisos II, VII, IX e X; Art. 4°, 7° e 8° da Lei Nº12.651/ 2012 - Novo Código Florestal e Resolução CONAMA n°303/2002).
III - Adquirir a Outorga Preventiva ou Outorga de Direito de Uso dos Recursos Hídricos ou Dispensa de Outorga no órgão ambiental competente, quando for o caso.
IV - A destinação final de resíduos sólidos, o lançamento de efluentes e a geração de emissões atmosféricas, ruídos e radiações não ionizantes deverão atender aos padrões estabelecidos na legislação ambiental vigente.
V - O transporte, beneficiamento, comércio, consumo e armazenamento de produtos florestais de origem nativa (matérias-primas provenientes da exploração de florestas ou outras formas de vegetação nativa) deverão ser realizados mediante licença eletrônica obrigatória (Documento de Origem Florestal - DOF) de acordo com a legislação ambiental vigente.
VI - Realizar a inscrição no Cadastro Ambiental Rural - CAR, em se tratando de imóvel rural.
VII - Cumprir a legislação ambiental e normas em vigor.

2 - A DISPENSA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL não dispensa, nem substitui a obtenção pelo requerente, de certidões, alvarás, licenças e autorizações de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual e municipal.

3 - Fica o Empreendedor ciente de que o não cumprimento destas exigências, assim como todo e qualquer dano causado ao meio ambiente, por negligência, omissão ou imperícia são de sua inteira responsabilidade.

4 - Este Documento poderá ser cassado a qualquer momento por este órgão, se for utilizado para fins ilícitos ou não autorizados, e o infrator poderá ser responsabilizado civil, administrativa e criminalmente, nos termos da lei;

5 - Fica o requerente ciente de que a prestação de informações falsas constitui prática de crime e poderá resultar na aplicação das sanções penais cabíveis, nos termos dispostos no Código Penal (Decreto-Lei Nº 2.848/40) e da Lei de Crimes Ambientais (Lei Nº 9.605/98).

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-MA

ART OBRA / SERVIÇO
Nº MA20240749415

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

INICIAL

1. Responsável Técnico

RODRIGO ROCHA DA SILVA

Título profissional: **ENGENHEIRO CIVIL**

RNP: **1116378310**
Registro: **1116378310MA**

Empresa contratada: **METRO2 ENGENHARIA LTDA**

Registro : **0005384834-MA**

2. Dados do Contrato

Contratante: **MUNICIPIO DE CAMPESTRE DO MARANHAO**

CPF/CNPJ: **01.598.550/0001-17**

RUA ONILDO GOMES

Nº: **134**

Complemento:

Bairro: **CENTRO**

Cidade: **CAMPESTRE DO MARANHÃO**

UF: **MA**

CEP: **65968000**

Contrato: **Não especificado**

Celebrado em:

Valor: **R$ 1.445.000,00**

Tipo de contratante: **Pessoa Juridica de Direito Público**

Ação Institucional: **Outros**

3. Dados da Obra/Serviço

RUA Ruas do municipio

Nº: **000**

Complemento:

Bairro: **CENTRO**

Cidade: **CAMPESTRE DO MARANHÃO**

UF: **MA**

CEP: **65968000**

Data de Início: **05/02/2024**

Previsão de término: **31/12/2024**

Coordenadas Geográficas: **-6.170325, -47.366560**

Finalidade:

Código: **Não Especificado**

Proprietário: **MUNICIPIO DE CAMPESTRE DO MARANHAO**

CPF/CNPJ: **01.598.550/0001-17**

4. Atividade Técnica

14 - Elaboração	Quantidade	Unidade
80 - Projeto > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > OBRAS DE TERRA > DE OBRAS DE TERRA > #3.3.1.9 - TERRAPLENAGEM	1.887,00	m³
80 - Projeto > TRANSPORTES > INFRAESTRUTURA URBANA > DE PAVIMENTAÇÃO > #4.2.1.2 - ASFÁLTICA PARA VIAS URBANAS	5.887,50	m²
80 - Projeto > OBRAS HIDRÁULICAS E RECURSOS HÍDRICOS > SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS > DE SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS > #5.3.1.7 - MEIO-FIO	1.979,50	m
80 - Projeto > OBRAS HIDRÁULICAS E RECURSOS HÍDRICOS > SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS > DE SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS > #5.3.1.8 - SARJETA	1.979,50	m
80 - Projeto > TRANSPORTES > INFRAESTRUTURA URBANA > DE PAVIMENTAÇÃO > #4.2.1.1 - EM CONCRETO PARA VIAS URBANAS	2.170,80	m²
80 - Projeto > CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > DE ADEQUAÇÃO PARA ACESSIBILIDADE > #1.1.4.4 - DE EDIFICAÇÃO PARA FINS DIVERSOS	452,25	m²
80 - Projeto > TRANSPORTES > SINALIZAÇÃO > DE SINALIZAÇÃO > #4.9.1.1 - URBANA	28,00	un
80 - Projeto > TRANSPORTES > SINALIZAÇÃO > DE SINALIZAÇÃO > #4.9.1.1 - URBANA	283,95	m²
35 - Elaboração de orçamento > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > OBRAS DE TERRA > DE OBRAS DE TERRA > #3.3.1.9 - TERRAPLENAGEM	1,00	un
35 - Elaboração de orçamento > TRANSPORTES > INFRAESTRUTURA URBANA > DE PAVIMENTAÇÃO > #4.2.1.2 - ASFÁLTICA PARA VIAS URBANAS	1,00	un
35 - Elaboração de orçamento > OBRAS HIDRÁULICAS E RECURSOS HÍDRICOS > SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS > DE SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS > #5.3.1.7 - MEIO-FIO	1,00	un
35 - Elaboração de orçamento > OBRAS HIDRÁULICAS E RECURSOS HÍDRICOS > SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS > DE SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS > #5.3.1.8 - SARJETA	1,00	un
35 - Elaboração de orçamento > TRANSPORTES > INFRAESTRUTURA URBANA > DE PAVIMENTAÇÃO > #4.2.1.1 - EM CONCRETO PARA VIAS URBANAS	1,00	un

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: https://crea-ma.sitac.com.br/publico/, com a chave: 9ya7z
Impresso em: 13/03/2024 às 14:19:11 por: , ip: 201.8.223.31

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-MA

ART OBRA / SERVIÇO
Nº MA20240749415

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

INICIAL

35 - Elaboração de orçamento > CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > DE ADEQUAÇÃO PARA ACESSIBILIDADE > #1.1.4.4 - DE EDIFICAÇÃO PARA FINS DIVERSOS	1,00	un
35 - Elaboração de orçamento > TRANSPORTES > SINALIZAÇÃO > DE SINALIZAÇÃO > #4.9.1.1 - URBANA	1,00	un

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

5. Observações

ART DE PROJETO E ORÇAMENTO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM VIAS URBANAS NO MUNICÍPIO DE CAMPESTRE DO MARANHÃO/MA, CONVÊNIO 951049/2023. OS QUANTITATIVOS DETALHADOS DE TODOS OS SERVIÇOS ESTÃO DESCRITOS EM ORÇAMENTO.

6. Declarações

- Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

- Cláusula Compromissória: Qualquer conflito ou litígio originado do presente contrato, bem como sua interpretação ou execução, será resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei no. 9.307, de 23 de setembro de 1996, por meio do Centro de Mediação e Arbitragem - CMA vinculado ao Crea-MA, nos termos do respectivo regulamento de arbitragem que, expressamente, as partes declaram concordar.

7. Entidade de Classe

SEM INDICACAO DE ENTIDADE DE CLASSE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

RODRIGO ROCHA DA SILVA - CPF: 037.561.483-43

_____, _____ de _____ de _____

Local data

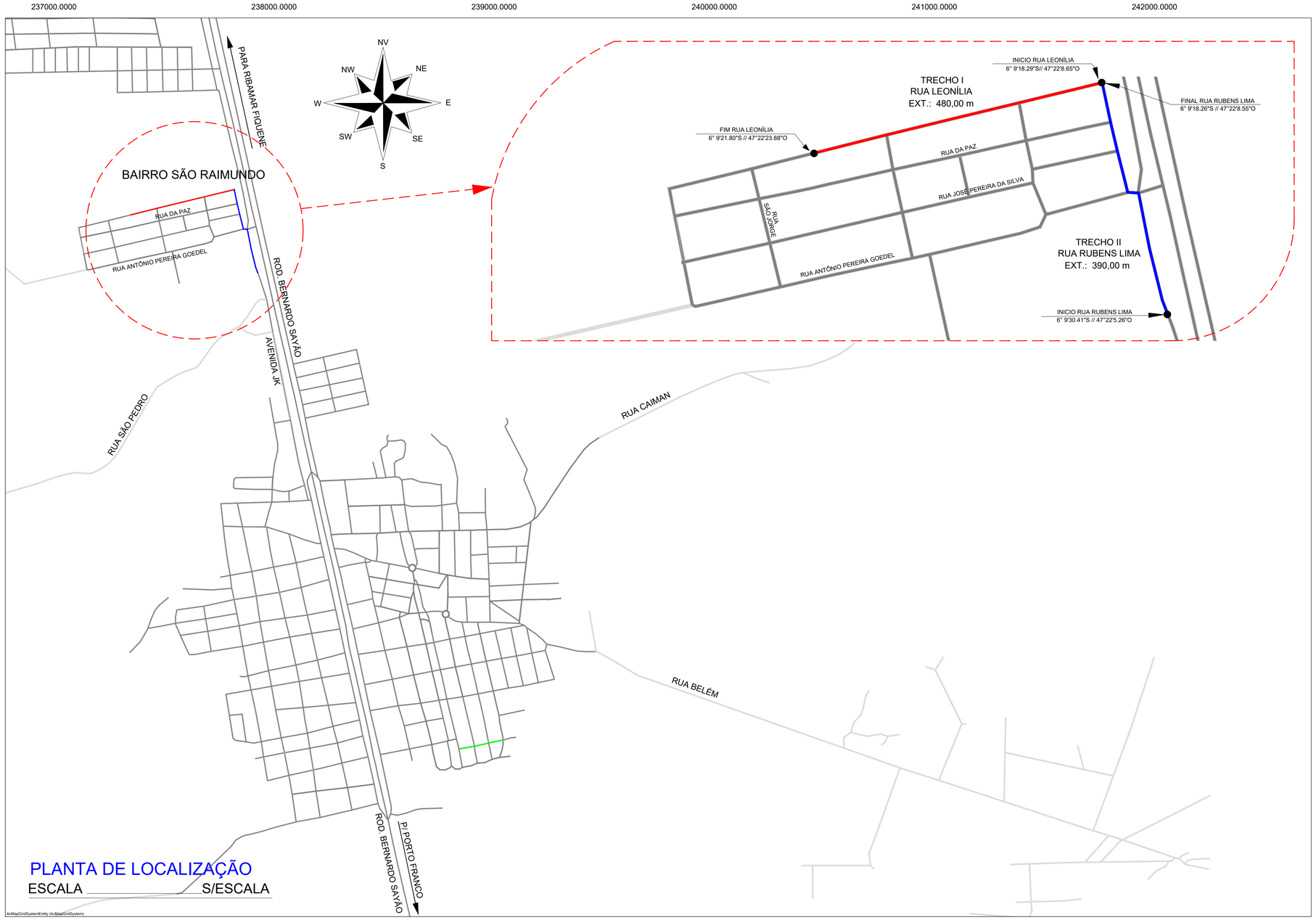
MUNICIPIO DE CAMPESTRE DO MARANHAO - CNPJ: 01.598.550/0001-17

9. Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

10. Valor

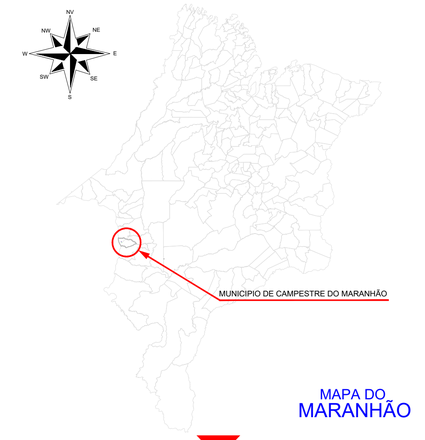
Valor da ART: **R$ 262,55** Registrada em: **13/03/2024** Valor pago: **R$ 262,55** Nosso Número: **8305355734**

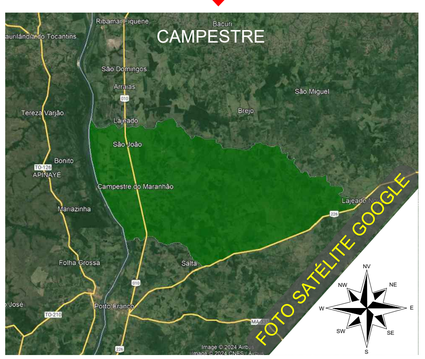


PLANTA DE LOCALIZAÇÃO

ESCALA _____ S/ESCALA

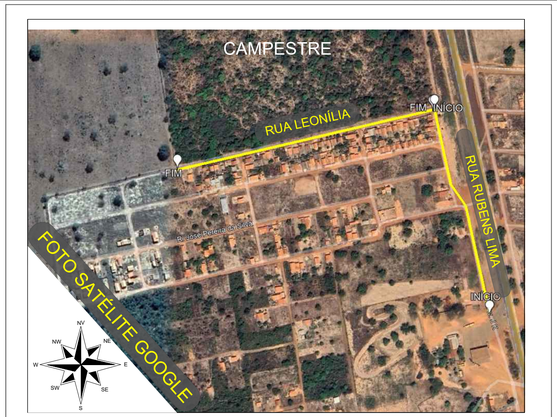


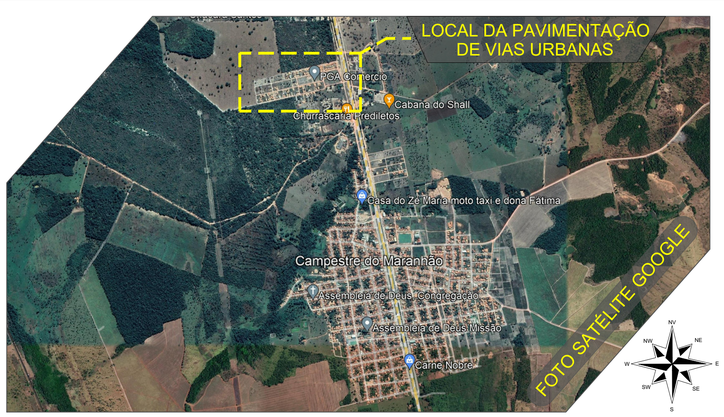




ADEQUAÇÃO DE VIAS URBANAS URBANAS

COR	DESCRIÇÃO	LARG. (m)	COMP. (m)	AREA (m²)	COORDENADAS			
					INICIO		FIM	
					LATITUDE	LONGITUDE	LATITUDE	LONGITUDE
	TRECHO I - RUA LEONÍLIA	8,50	480,00 m	4.080,00 m²	6° 9'18.29"S // 47°22'8.65"O		6° 9'21.80"S // 47°22'23.88"O	
	TRECHO II - RUBENS LIMA	9,00	390,00 m	3.510,00 m²	6° 9'30.41"S // 47°22'5.26"O		6° 9'18.26"S // 47°22'8.55"O	
	TRECHO III - PARANÁ	9,00	205,00 m	1845,00 m²	6° 10'40.92"S // 47°21'35.69"O		6° 10'39.62"S // 47°21'29.15"O	
	RUAS EXISTENTES							
TOTAL DE RUAS A SEREM PAVIMENTADAS			1075,00 m	9435,00 m²				





PLANTA DE LOCALIZAÇÃO

OBJETO: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS URBANAS

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE DO MARANHÃO - MA

LOCALIZAÇÃO: SEDE CAMPESTRE - BAIRRO SÃO RAIMUNDO

EMISSÃO: MARÇO/2024

RODRIGO ROCHA DA SILVA
CREA - 111637831-0

ESCALA: S/ESCALA

COORDENADAS GEO SEDE:
LATITUDE: 06°10'22.939"S
LONGITUDE: 47°21'52.975"O

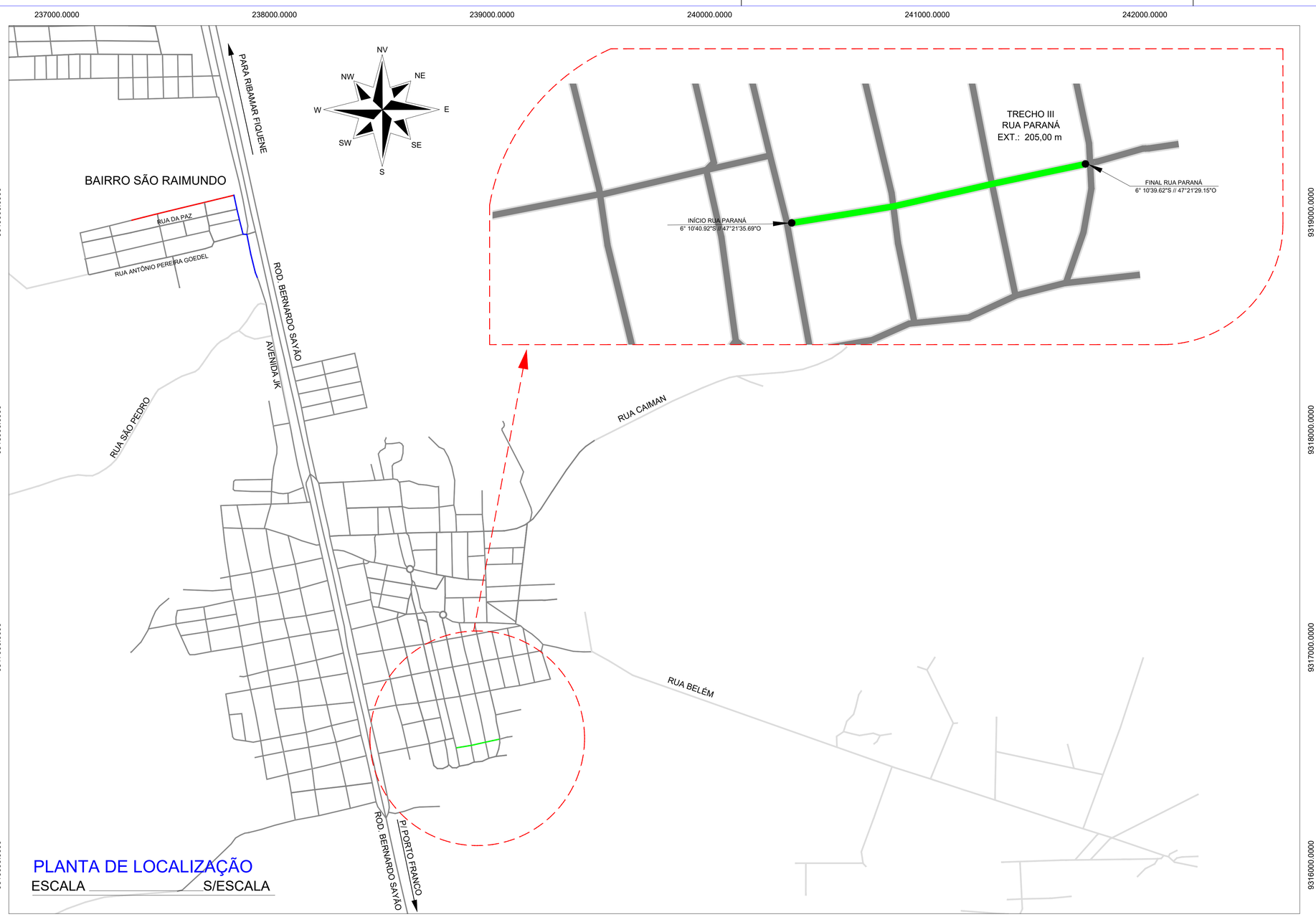
LEANDRO DE OLIVEIRA SILVA
CREA - 111631605-6

PREFEITURA DE CAMPESTRE DO MARANHÃO
CNPJ - 01.598.550/0001-17

PREFEITURA DE CAMPESTRE DO MARANHÃO
Cuidando do nosso ponto!

METRO2

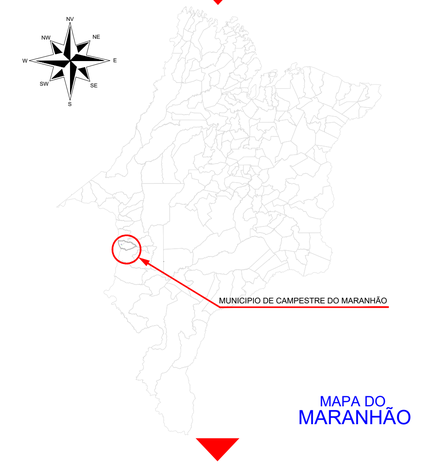
FOLHA: 01/02

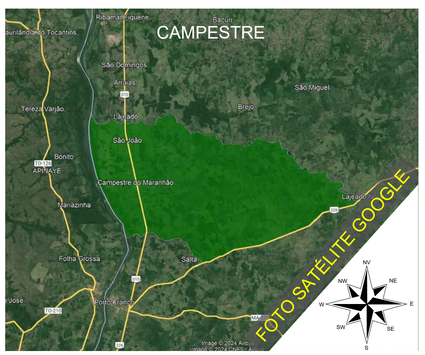


PLANTA DE LOCALIZAÇÃO

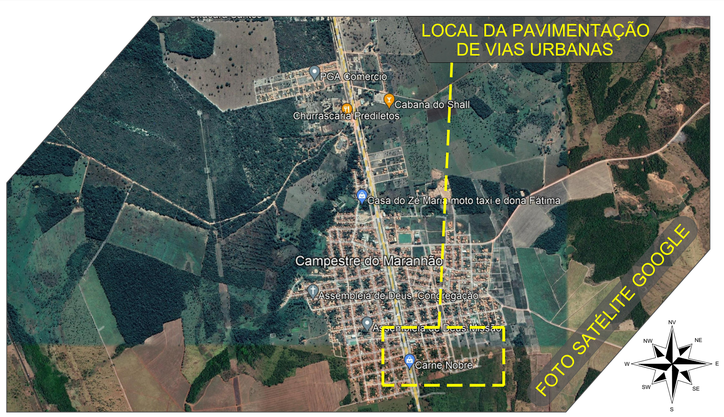
ESCALA _____ S/ESCALA











ADEQUAÇÃO DE VIAS URBANAS URBANAS

COR	DESCRIÇÃO	LARG. (m)	COMP. (m)	AREA (m²)	COORDENADAS INICIO LATITUDE	COORDENADAS INICIO LONGITUDE	COORDENADAS FIM LATITUDE	COORDENADAS FIM LONGITUDE
	TRECHO I - RUA LEONÍLIA	8,50	480,00 m	4.080,00 m²	6° 9'18.29"S //	47°22'8.65"O	6° 9'21.80"S //	47°22'23.88"O
	TRECHO II - RUBENS LIMA	9,00	390,00 m	3.510,00 m²	6° 9'30.41"S //	47°22'5.26"O	6° 9'18.26"S //	47°22'8.55"O
	TRECHO III - PARANÁ	9,00	205,00 m	1845,00 m²	6° 10'40.92"S //	47°21'35.69"O	6° 10'39.62"S //	47°21'29.15"O
	RUAS EXISTENTES							
TOTAL DE RUAS A SEREM PAVIMENTADAS			1075,00 m	9435,00 m²				

PLANTA DE LOCALIZAÇÃO

OBJETO: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS URBANAS

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE DO MARANHÃO - MA

LOCALIZAÇÃO: SEDE CAMPESTRE - BAIRRO SÃO RAIMUNDO

EMISSÃO: MARÇO/2024

RODRIGO ROCHA DA SILVA
CREA - 111637831-0

ESCALA: S/ESCALA

COORDENADAS GEO SEDE:
LATITUDE: 06°10'22.939"S
LONGITUDE: 47°21'52.975"O

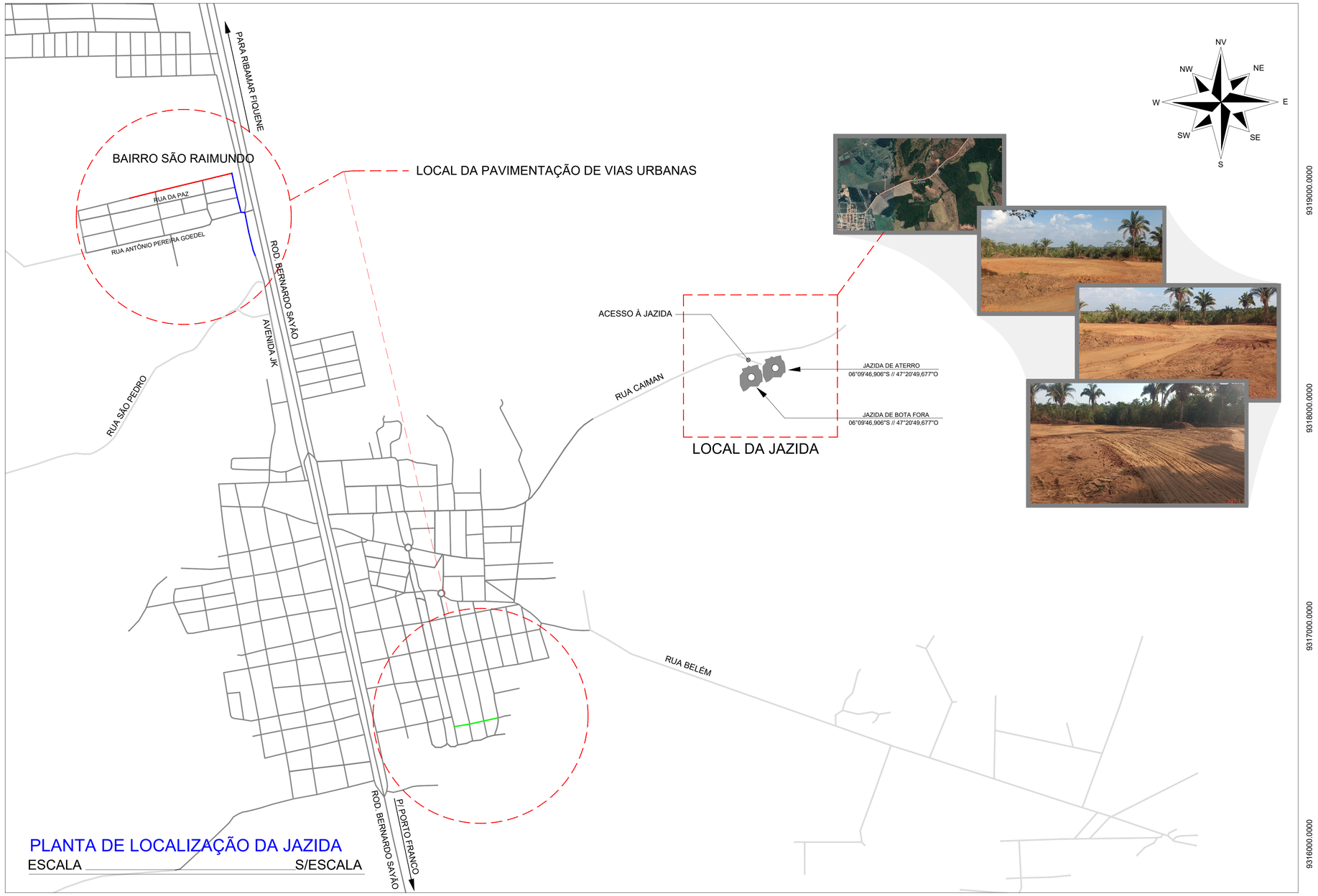
LEANDRO DE OLIVEIRA SILVA
CREA - 111631605-6

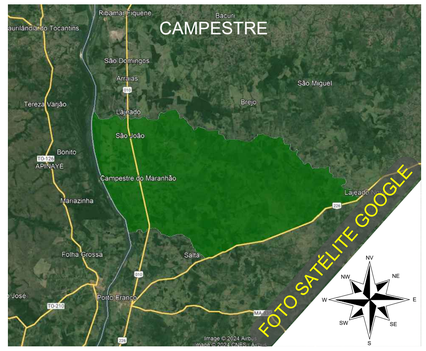
PREFEITURA DE CAMPESTRE DO MARANHÃO
CNPJ - 01.598.550/0001-17

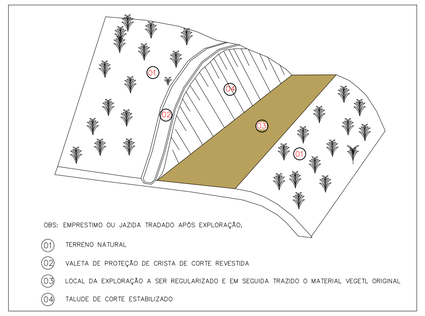
PREFEITURA DE CAMPESTRE DO MARANHÃO
Cuidando do nosso ponto!

METRO2

FOLHA: 02/02







SAIBRO

*OBS1: AREIA GROSSA CUJA A COMPOSIÇÃO ENTRAM GRÂNULOS MAIORES QUE PEDRA, SE SITUA ENTRE AREIA E CASCALHO.

*OBS2: ROCHA RESULTANTE DA DECOMPOSIÇÃO QUÍMICA DE GRANITO.

ÁREA (100MX100M)

LEGENDA

DESCRIÇÃO	MEDIDAS	ALTITUDE EM RELAÇÃO AO NIVEL DO MAR	COORDENADAS GEOGRAFICAS SIRGAS 2000	
JAZIDA DE ATERRO	100 X100 m	184,00 m	06°09'46,906"S	47°20'49,677"O
JAZIDA DE BOTA FORA	100 X100 m	184,00 m	06°09'46,906"S	47°20'49,677"O

SIMBOLOGIA

SIMBOLO	DESCRIÇÃO
	JAZIDA DE ATERRO E BOTA FORA

PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS URBANAS URBANAS

COR	DESCRIÇÃO	LARG. (m)	COMP. (m)	AREA (m²)	COORDENADAS INICIO LATITUDE	COORDENADAS INICIO LONGITUDE	COORDENADAS FIM LATITUDE	COORDENADAS FIM LONGITUDE	DISTÂNCIA DO TRECHO ATÉ A JAZIDA EXTENSÃO (KM)
	TRECHO I - RUA LEONÍLIA	8,50	480,00 m	4080,00 m²	6° 9'18.29"S // 47°22'8.65"O		6° 9'21.80"S // 47°22'23.88"O		4,00
	TRECHO II - RUA RUBENS LIMA	9,00	390,00 m	3510,00 m²	6° 9'30.41"S // 47°22'5.26"O		6° 9'18.26"S // 47°22'8,55"O		3,50
	TRECHO III - RUA PARANÁ	9,00	205,00 m	1845,00 m²	6° 10'40.92"S // 47°21'35.69"O		6° 10'39.62"S // 47°21'29.15"O		2,70
	RUAS EXISTENTES								
TOTAL DE RUAS A SEREM PAVIMENTADAS			1075,00 m	9435,00 m²					



PLANTA DE LOCALIZAÇÃO DA JAZIDA

OBJETO: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS URBANAS

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE DO MARANHÃO - MA

LOCALIZAÇÃO: MUNICÍPIO DE CAMPESTRE DO MARANHÃO

EMISSÃO: MARÇO/2024

RODRIGO ROCHA DA SILVA
CREA - 111637831-0

ESCALA: S/ESCALA

C OORDENADAS GEO SEDE:
LATITUDE: 06°10'22.939"S
LONGITUDE: 47°21'52,975"O

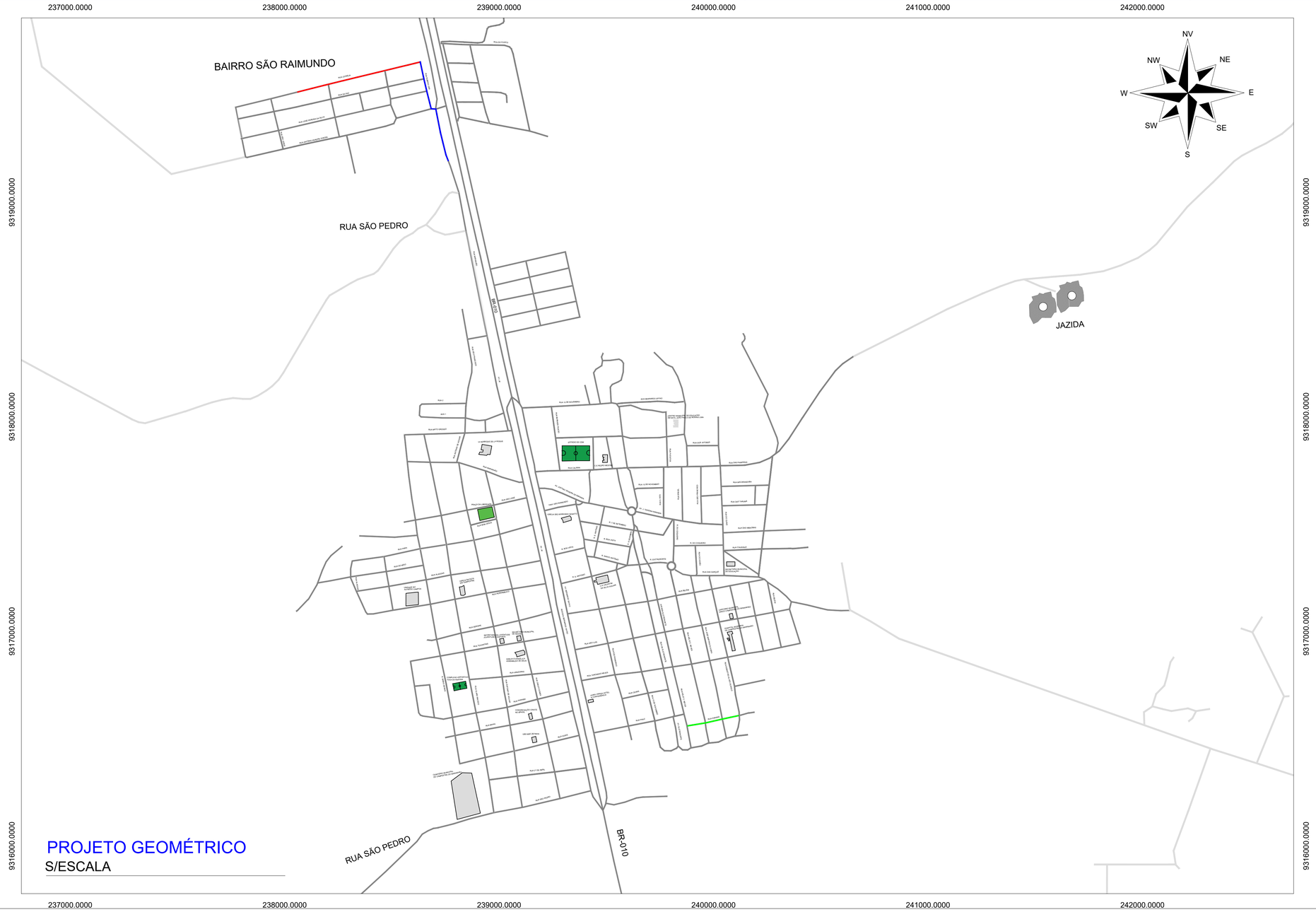
LEANDRO DE OLIVEIRA SILVA
CREA - 111631605-6

PREFEITURA DE CAMPESTRE DO MARANHÃO
CNPJ - 01.598.550/0001-17

PREFEITURA DE CAMPESTRE DO MARANHÃO
Cuidando do nosso ponto!

METRO2

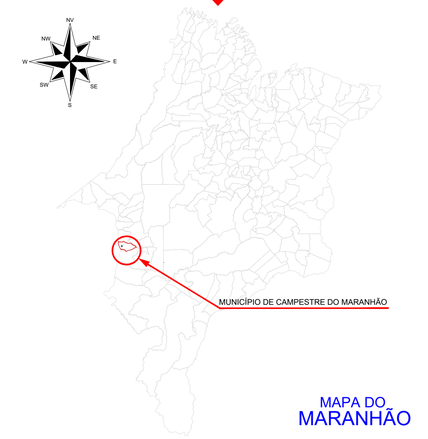
FOLHA: 01/01

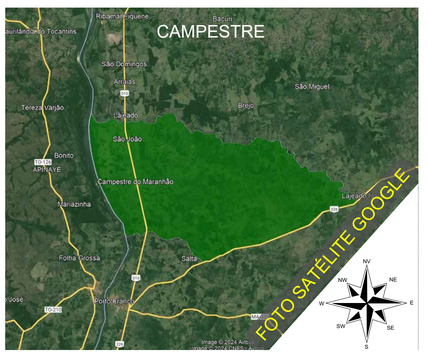


PROJETO GEOMÉTRICO

S/ESCALA

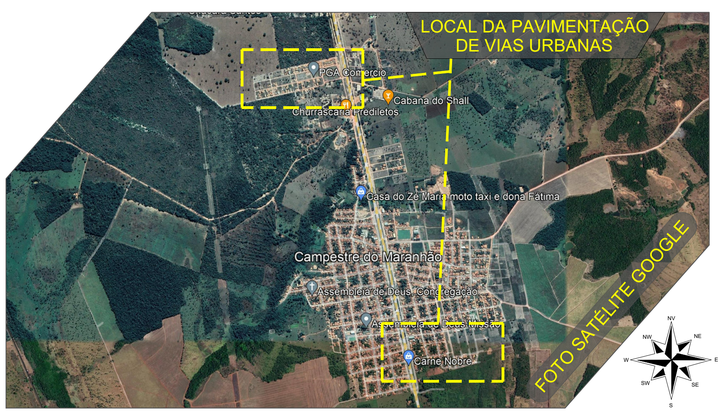






LEGENDA

COR	DESCRIÇÃO	LARG. (m)	COMP. (m)	ÁREA (m²)	COORDENADAS			
					INÍCIO		FIM	
					LATITUDE	LONGITUDE	LATITUDE	LONGITUDE
	TRECHO I - RUA LEONÍLIA	8,50	480,00 m	4.080,00 m²	6° 9'18.29"S // 47°22'8.65"O		6° 9'21.80"S // 47°22'23.88"O	
	TRECHO II - RUBENS LIMA	9,00	390,00 m	3.510,00 m²	6° 9'30.41"S // 47°22'5.26"O		6° 9'18.26"S // 47°22'8.55"O	
	TRECHO III - PARANÁ	9,00	205,00 m	1.845,00 m²	6° 10'40.92"S // 47°21'35.69"O		6° 10'39.62"S // 47°21'29.15"O	
	RUAS EXISTENTES							
TOTAL DE RUAS A SEREM PAVIMENTADAS			1.075,00 m	9.435,00 m²				



PROJETO GEOMÉTRICO

OBJETO: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS URBANAS

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE DO MARANHÃO - MA

LOCALIZAÇÃO/CONTEÚDO: SEDE CAMPESTRE/PLANTA ILUMINADA

EMISSÃO: MAIO/2024

RODRIGO ROCHA DA SILVA
CREA - 111637831-0

ESCALA: S/ESCALA

COORDENADAS GEO SEDE:
LATITUDE: 06°10'22,939"S
LONGITUDE: 47°21'52,975"O

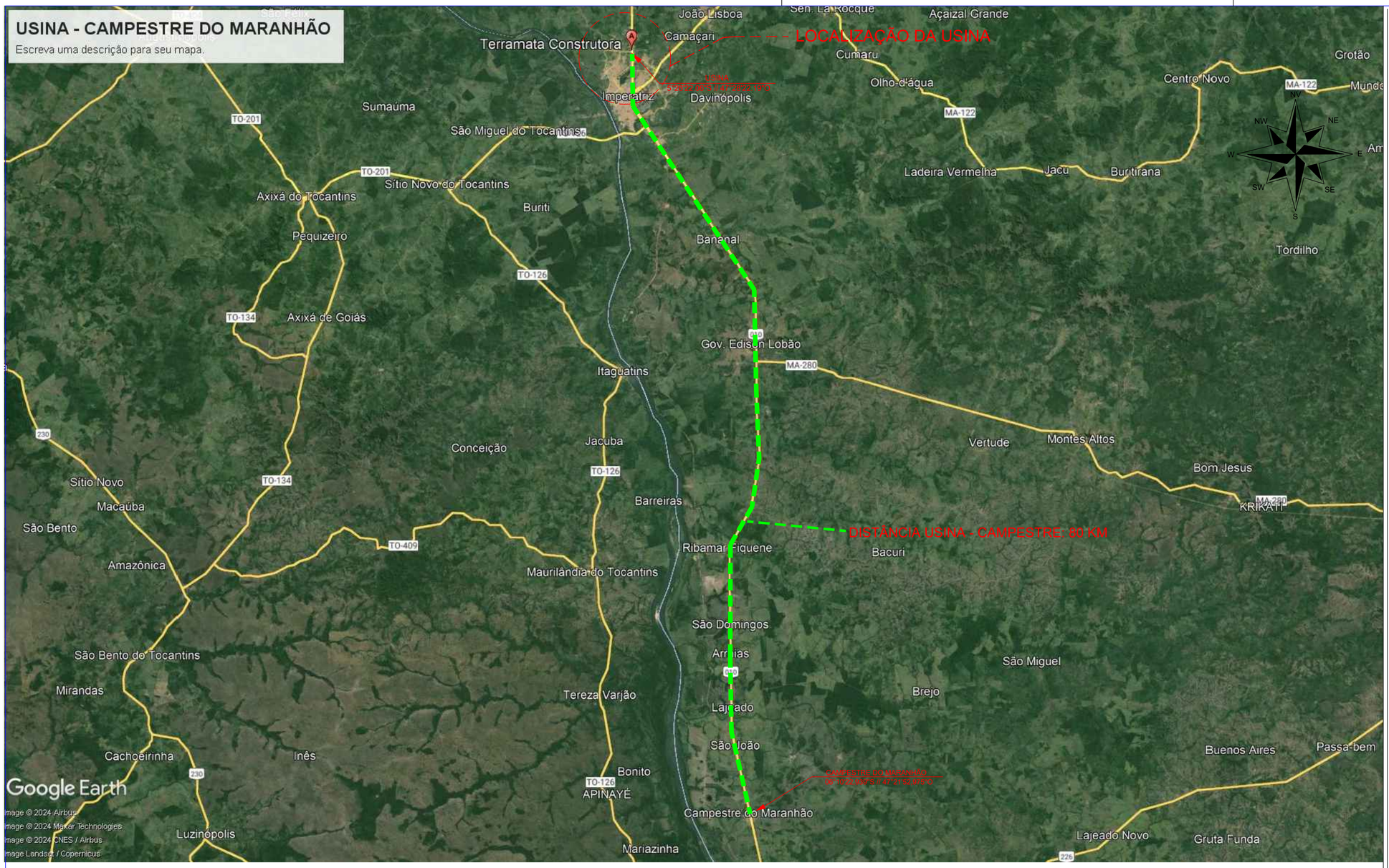
LEANDRO DE OLIVEIRA SILVA
CREA - 111631605-6

PREFEITURA DE CAMPESTRE DO MARANHÃO
CNPJ - 01.598.550/0001-17

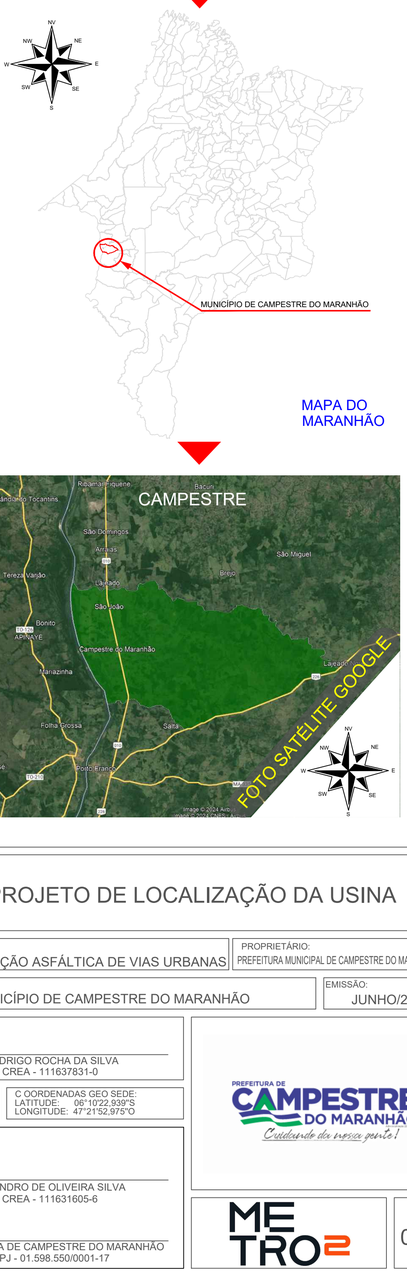
PREFEITURA DE CAMPESTRE DO MARANHÃO
Cuidando do nosso povo!

METRO2

FOLHA: 01/01







PROJETO DE LOCALIZAÇÃO DA USINA

ESCALA _____S/ESCALA

PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS URBANAS

PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS URBANAS

DESCRIÇÃO	LARG. (m)	COMP. (m)	AREA (m²)	COORDENADAS			
				INICIO		FIM	
				LATITUDE	LONGITUDE	LATITUDE	LONGITUDE
TRECHO I - RUA LEONÍLIA	8,50	480,00 m	4.080,00 m²	6° 9'18.29"S // 47°22'8.65"O		6° 9'21.80"S // 47°22'23.88"O	
TRECHO II - RUBENS LIMA	9,00	390,00 m	3.510,00 m²	6° 9'30.41"S // 47°22'5.26"O		6° 9'18.26"S // 47°22'8.55"O	
TRECHO III - PARANÁ	9,00	205,00 m	1845,00 m²	6° 10'40.92"S // 47°21'35.69"O		6° 10'39.62"S // 47°21'29.15"O	
TOTAL DE RUAS A SEREM PAVIMENTADAS		1075,00 m	9435,00 m²				



PROJETO DE LOCALIZAÇÃO DA USINA

OBJETO: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS URBANAS

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE DO MARANHÃO - MA

LOCALIZAÇÃO: MUNICÍPIO DE CAMPESTRE DO MARANHÃO

EMISSÃO: JUNHO/2024

RODRIGO ROCHA DA SILVA
CREA - 111637831-0

ESCALA: S/ESCALA

C OORDENADAS GEO SEDE:
LATITUDE: 06°10'22.939"S
LONGITUDE: 47°21'52.975"O

LEANDRO DE OLIVEIRA SILVA
CREA - 111631605-6

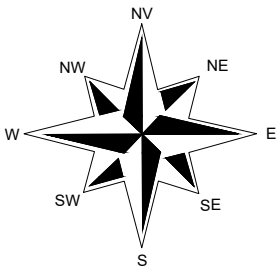
PREFEITURA DE CAMPESTRE DO MARANHÃO
CNPJ - 01.598.550/0001-17

PREFEITURA DE CAMPESTRE DO MARANHÃO
Cuidando da nossa gente!

METRO2

FOLHA: 01/01

TRECHO I
RUA LEONÍLIA
EXT.: 480,00 m



INÍCIO RUA LEONÍLIA
6° 9'18.29"S // 47°22'8.65"O

P1

FIM RUA LEONÍLIA
6° 9'21.80"S // 47°22'23.88"O

P2

RUA DA PAZ

RUA JOSÉ PEREIRA DA SILVA

RUA SÃO JORGE

RUA ANTÔNIO PEREIRA GOEDEL

DESCRIÇÃO DOS PONTOS			
PONTO	DESCRIÇÃO	COORDENADAS (GEOGRAFICAS)	
		LATITUDE (S)	LONGITUDE (O)
P1	INICIO RUA LEONÍLIA	6° 9'18.29"S // 47°22'8.65"O	
P2	FIM RUA LEONÍLIA	6° 9'21.80"S // 47°22'23.88"O	

PREFEITURA DE CAMPESTRE DO MARANHÃO
Cuidando da nossa gente!

TITULO: PLANTA DE IMPLANTAÇÃO - TRECHO I

OBJETO: PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS

ENDEREÇO: PREF. MUN. DE CAMPESTRE DO MARANHÃO - MA

RESPONSÁVEL TÉCNICO: RODRIGO ROCHA DA SILVA

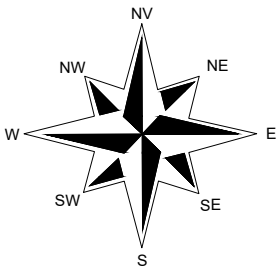
CREA: CREA - 111637831-0

PRANCHA: 01/03

DATA: MARÇO/2024

ESCALA: S/ESCALA

TRECHO II
RUA RUBENS LIMA
EXT.: 390,00 m



DESCRIÇÃO DOS PONTOS			
PONTO	DESCRIÇÃO	COORDENADAS (GEOGRAFICAS)	
		LATITUDE (S)	LONGITUDE (O)
P1	INICIO RUA RUBENS LIMA	6° 9'30.41"S //	47°22'5.26"O
P2	FIM RUA RUBENS LIMA	6° 9'18.26"S //	47°22'8.55"O

PREFEITURA DE CAMPESTRE DO MARANHÃO
Cuidando da nossa gente!

TITULO: PLANTA DE IMPLANTAÇÃO - TRECHO II

OBJETO: PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS

PRANCHA: 02/03

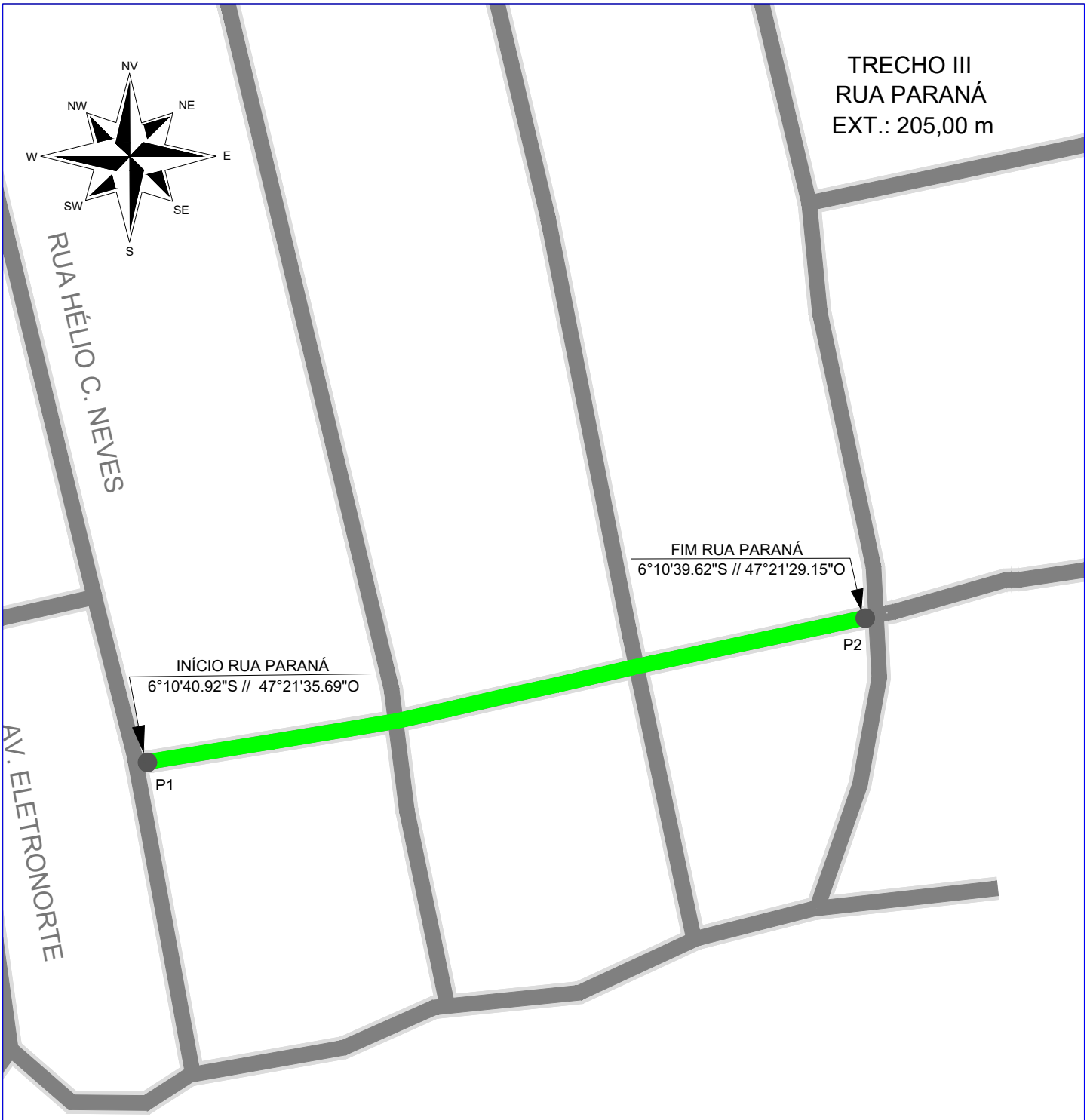
ENDEREÇO: PREF. MUN. DE CAMPESTRE DO MARANHÃO - MA

DATA: MARÇO/2024

RESPONSÁVEL TÉCNICO: RODRIGO ROCHA DA SILVA

CREA: CREA - 111637831-0

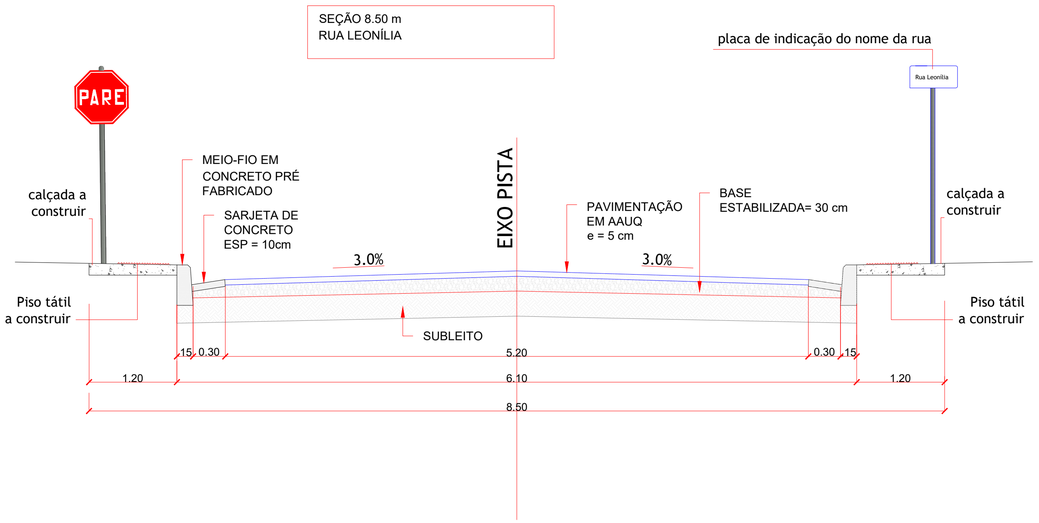
ESCALA: S/ESCALA



DESCRIÇÃO DOS PONTOS			
PONTO	DESCRIÇÃO	COORDENADAS (GEOGRAFICAS)	
		LATITUDE (S)	LONGITUDE (O)
P1	INICIO RUA PARANÁ	6°10'40.92"S // 47°21'35.69"O	
P2	FIM RUA PARANÁ	6°10'39.62"S // 47°21'29.15"O	

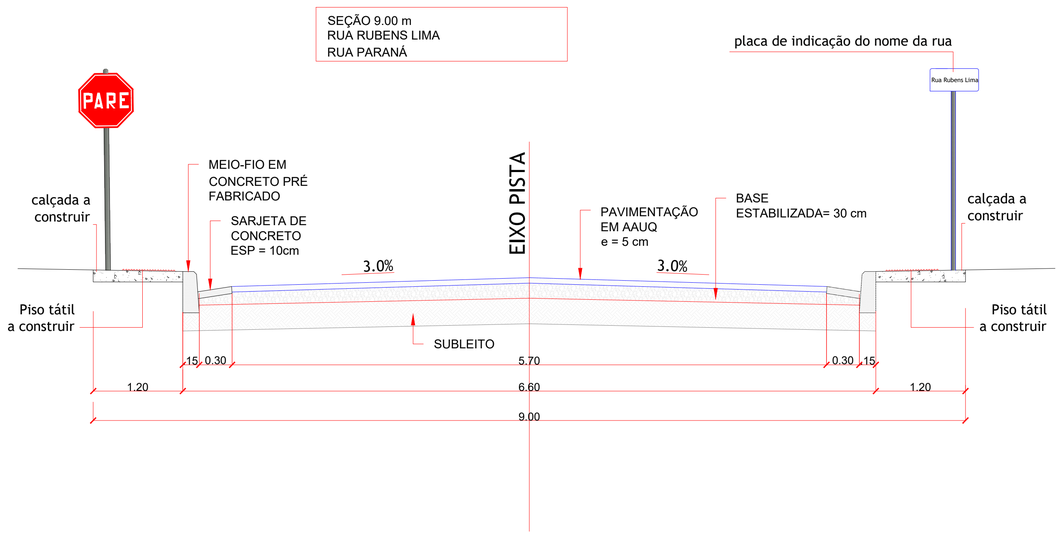
PREFEITURA DE CAMPESTRE DO MARANHÃO
Cuidando da nossa gente!

TITULO: PLANTA DE IMPLANTAÇÃO - TRECHO III		PRANCHA: 03/03
OBJETO: PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS		
ENDEREÇO: PREF. MUN. DE CAMPESTRE DO MARANHÃO - MA		DATA: MARÇO/2024
RESPONSÁVEL TÉCNICO: RODRIGO ROCHA DA SILVA	CREA: CREA - 111637831-0	ESCALA: S/ESCALA



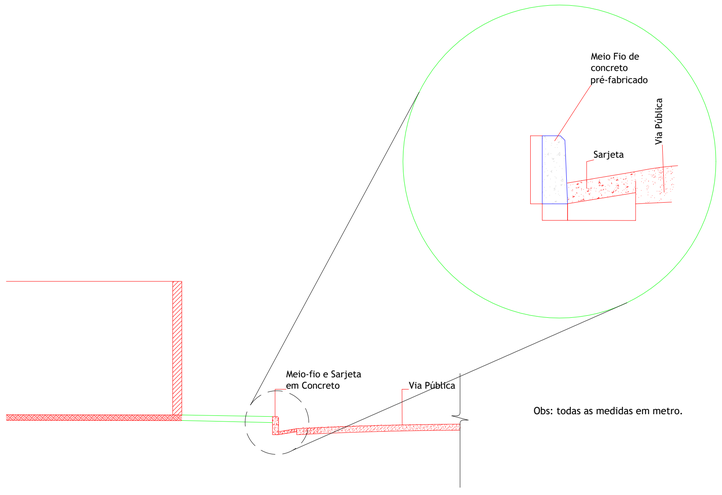
SEÇÃO TRANSVERSAL - SEÇÃO 8,50 m

S/ ESCALA



SEÇÃO TRANSVERSAL - SEÇÃO 9,00 m

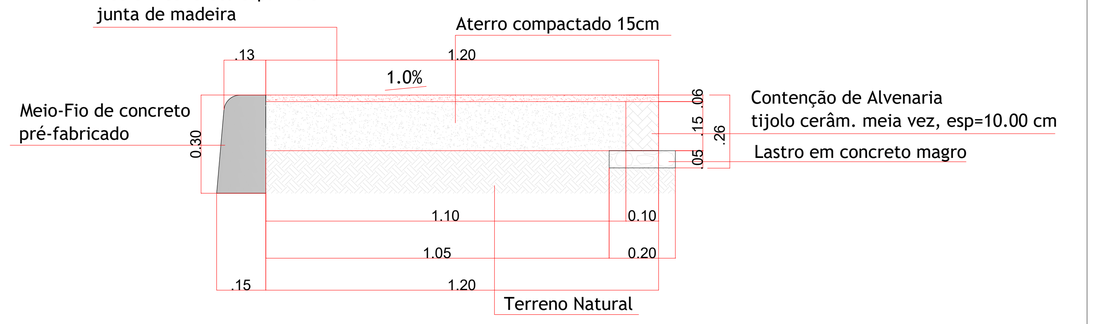
S/ ESCALA



DETALHE DRENAGEM SUPERFICIAL

S/ ESCALA

CALÇADA A CONSTRUIR



DETALHE EXECUÇÃO DE PASSEIO - ESPESSURA 6 CM

S/ ESCALA

PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS URBANAS

DESCRIÇÃO	LARG. (m)	COMP. (m)	AREA (m²)	COORDENADAS INICIO LATITUDE	COORDENADAS INICIO LONGITUDE	COORDENADAS FIM LATITUDE	COORDENADAS FIM LONGITUDE	DISTÂNCIA DO TRECHO ATÉ A JAZIDA EXTENSÃO (KM)
TRECHO I - RUA LEONÍLIA	8,50	480,00 m	4080,00 m²	6° 9'18.29"S // 47°22'8.65"O		6° 9'21.80"S // 47°22'23.88"O		4,00
TRECHO II - RUA RUBENS LIMA	9,00	390,00 m	3510,00 m²	6° 9'30.41"S // 47°22'5.26"O		6° 9'18.26"S // 47°22'8,55"O		3,50
TRECHO III - RUA PARANÁ	9,00	205,00 m	1845,00 m²	6° 10'40.92"S // 47°21'35.69"O		6° 10'39.62"S // 47°21'29.15"O		2,70
TOTAL DE RUAS A SEREM PAVIMENTADAS		1075,00 m	9435,00 m²					



SEÇÃO TRANSVERSAL, DRENAGEM E CALÇADA

OBJETO: PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE DO MARANHÃO - MA

LOCALIZAÇÃO: MUNICÍPIO DE CAMPESTRE DO MARANHÃO

EMISSÃO: MARÇO/2024

RODRIGO ROCHA DA SILVA
CREA - 111637831-0

ESCALA: S/ESCALA

COORDENADAS GEO SEDE:
LATITUDE: 06°10'22.939"S
LONGITUDE: 47°21'52.975"O

LEANDRO DE OLIVEIRA SILVA
CREA - 111631605-6

PREFEITURA DE CAMPESTRE DO MARANHÃO
CNPJ - 01.598.550/0001-17

PREFEITURA DE CAMPESTRE DO MARANHÃO
Cuidando do nosso povo!

METRO2

FOLHA: 01/01

237000.0000 238000.0000 239000.0000 240000.0000 241000.0000 242000.0000

93190000.0000 93180000.0000 93170000.0000

CAMPESTRE DO MARANHÃO

170 m

RUA LEONÍLIA

RUA RUBENS LIMA

170 m

NV NW NE W E SW SE S

INÍCIO=EST.0+0.000

PI=EST.10+11.085

PI=EST.10+3.577

FINAL=EST.19+10.895

ESTAQUEAMENTO E CURVAS
S/ESCALA

VISÃO AMPLIADA
ESTAQUEMANTO
S/ESCALA

DESCRIÇÃO	LARG. (m)	COMP. (m)	AREA (m²)	COORDENADAS	
				INICIO	FIM
				LATITUDE / LONGITUDE	LATITUDE / LONGITUDE
TRECHO I - RUA LEONILIA	8,50	480,00 m	4080,00 m²	6° 9'18.29"S / 47°22'5.65"O	6° 9'21.92"S // 47°22'23.99"O
TRECHO II - RUA RUBENS LIMA	9,00	390,00 m	3510,00 m²	6° 9'30.41"S // 47°22'5.26"O	6° 9'18.26"S // 47°22'8.55"O

PERFIL RUA LEONÍLIA

COTAS TERRENO	168.30	168.10	168.30	168.20	168.50	168.35	168.55	168.69	168.88	169.09	169.28	169.47	169.67	169.75	169.95	170.11	170.11	170.10	170.10	170.09	169.84	169.84	169.41
COTAS PROJETO	168.30	168.30	168.50	168.35	168.55	168.69	168.88	169.09	169.28	169.47	169.67	169.75	169.95	170.11	170.10	170.10	170.09	169.84	169.84	169.41	168.78	168.98	169.04
ESTAQUEAMENTO	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22

COTAS TERRENO	169.04	168.84	168.64	168.84	168.64	168.84	168.66	168.86	169.09	168.79	168.75	168.85	169.18	169.02	169.14	169.06	169.16	169.06	169.16	169.01	169.11		
COTAS PROJETO	168.84	168.64	168.84	168.64	168.84	168.66	168.86	169.09	168.79	168.75	168.85	169.18	169.02	169.14	169.06	169.16	169.06	169.16	169.01	169.11			
ESTAQUEAMENTO	23	24																					

PERFIL RUA RUBENS LIMA

COTAS TERRENO	167.99	168.12	168.33	168.10	168.30	168.05	168.25	168.43	168.63	168.53	168.53	168.18	168.38	168.09	168.29	168.49	168.18	168.38	167.99	168.09	167.93	168.03	167.67
COTAS PROJETO	167.99	168.52	168.69	169.10	169.30	169.05	169.25	169.43	169.63	169.53	169.53	169.38	169.09	169.29	168.49	168.20	167.99	168.09	167.93	168.03	167.67	167.87	167.54
ESTAQUEAMENTO	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19			

COTAS TERRENO	167.74	167.44	167.64	167.44	167.64	167.56	167.76	167.74	167.94	167.77	168.17	168.10	168.30										
COTAS PROJETO	167.74	167.44	167.64	167.44	167.64	167.56	167.76	167.74	167.94	167.77	168.17	168.10	168.30										
ESTAQUEAMENTO	14	15	16	17	18	19																	

PERFIL ESTAQUEAMENTO E CURVAS

OBJETO: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS URBANAS

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE DO MARANHÃO - MA

ENDEREÇO DA OBRA: MUNICÍPIO DE CAMPESTRE DO MARANHÃO

EMISSÃO: ABRIL/2024

RODRIGO ROCHA DA SILVA
CREA - 111637831-0

ESCALA: S/ESCALA

C. COORDENADAS GEO SEDE:
LATITUDE: 06°10'22.939"S
LONGITUDE: 47°21'52.975"O

LEANDRO DE OLIVEIRA SILVA
CREA - 1116316O5-6

PREFEITURA DE CAMPESTRE DO MARANHÃO
CNPJ - 01.598.550/0001-17

PREFEITURA DE CAMPESTRE DO MARANHÃO
Construindo de novo juntos!

METRO2

FOLHA: 01/02

237000.0000 238000.0000 239000.0000 240000.0000 241000.0000 242000.0000

93190000.0000

93180000.0000

93170000.0000

CAMPESTRE DO MARANHÃO

INÍCIO=EST.0+0,000

FINAL=EST.10+6,151

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 10

NV NW NE W E SW SE S

RUA PARANÁ

ESTAQUEAMENTO E CURVAS
S/ESCALA

PERFIL RUA PARANÁ

190 185 180 175 170 165

COTAS TERRENO	174,47	174,97	176,06	176,26	177,77	177,97	179,73	178,93	179,64	179,84	180,68	180,68
COTAS PROJETO												
ESTAQUEAMENTO	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	10

COTAS TERRENO	181,28	181,48	181,10	181,90	181,96	182,16	182,07	182,27	182,09	182,29	182,11	182,49
COTAS PROJETO												
ESTAQUEAMENTO	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	10

VISÃO AMPLIADA
ESTAQUEMANTO
S/ESCALA

DESCRIÇÃO	LARG. (m)	COMP. (m)	ÁREA (m²)	COORDENADAS			
				INICIO		FIM	
				LATITUDE	LONGITUDE	LATITUDE	LONGITUDE
TRECHO III - RUA PARANÁ	9,00	205,00 m	1845,00 m²	6° 10'40.82"S // 47°21'55.69"O		6° 10'39.62"S // 47°21'29.15"O	

PERFIL ESTAQUEAMENTO E CURVAS

OBJETO: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS URBANAS

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE DO MARANHÃO - MA

ENDEREÇO DA OBRA: MUNICÍPIO DE CAMPESTRE DO MARANHÃO

EMISSÃO: ABRIL/2024

RODRIGO ROCHA DA SILVA
CREA - 111637831-0

ESCALA: S/ESCALA

C COORDENADAS GEO SEDE:
LATITUDE: 06°10'22.339"S
LONGITUDE: 47°21'52.975"O

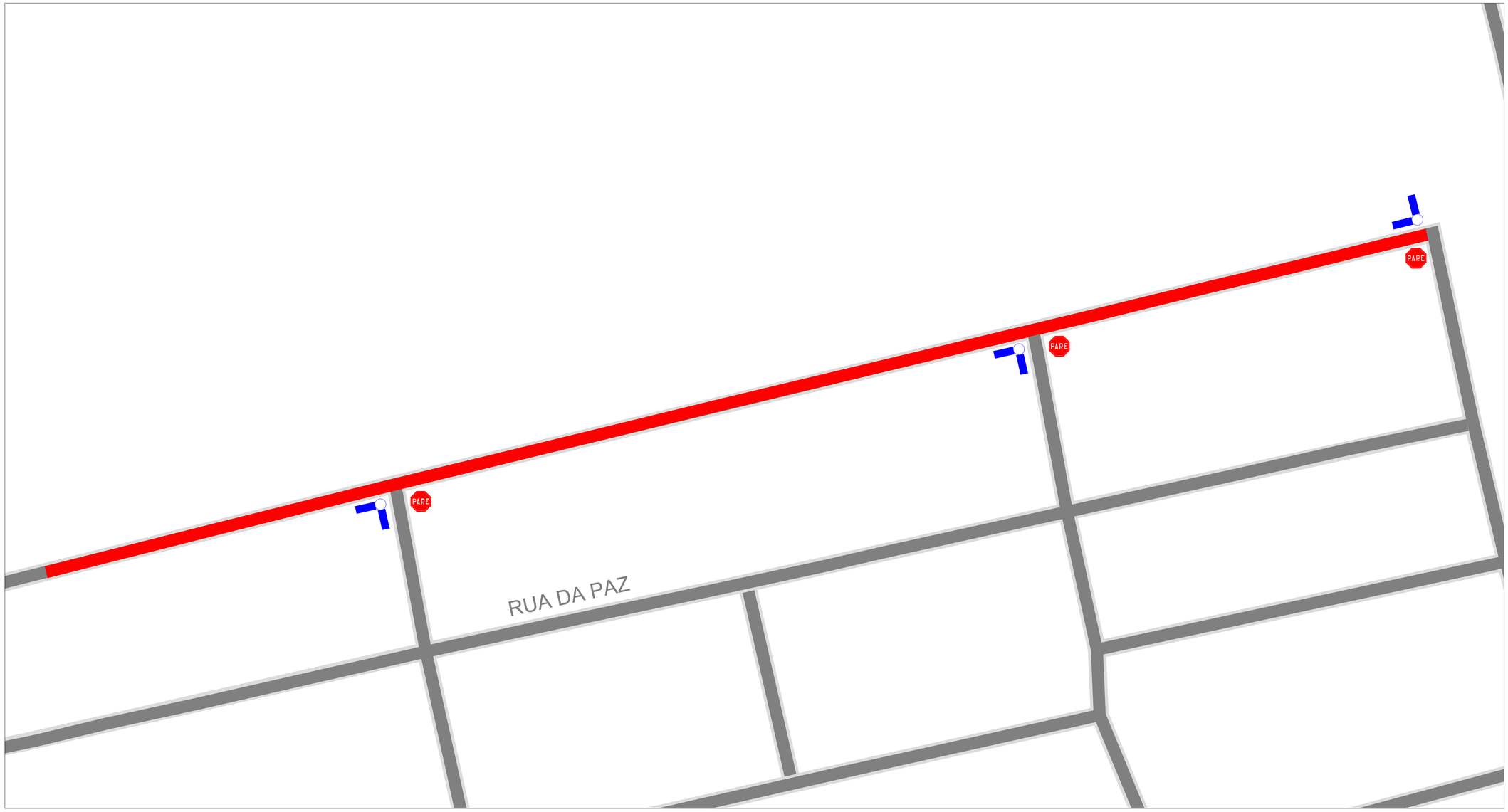
LEANDRO DE OLIVEIRA SILVA
CREA - 111631605-6

PREFEITURA DE CAMPESTRE DO MARANHÃO
CNPJ - 01.598.550/0001-17

PREFEITURA DE CAMPESTRE DO MARANHÃO
Caminhando de nossa gente!

METRO2

FOLHA: 02/02



RUA LEONÍLIA

S/ ESCALA

QUADRO DE LEGENDAS	
	VIAS EXISTENTES
	RUA LEONÍLIA
PARE	PLACA DE SINALIZAÇÃO "PARE"
	PLACA DE SINALIZAÇÃO "NOME RUA"

PROJETO DE SINALIZAÇÃO - IMPLANTAÇÃO

MODALIDADE: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS URBANAS

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE DO MARANHÃO - MA

ENDEREÇO: SEDE CAMPESTRE - BAIRRO SÃO RAIMUNDO

EMISSÃO: MARÇO/2024

RODRIGO ROCHA DA SILVA
CREA - 111637831-0

ESCALA: S/ ESCALA

COORDENADAS GEO:
LATITUDE: 06°10'22.939"S
LONGITUDE: 47°21'52.975"O

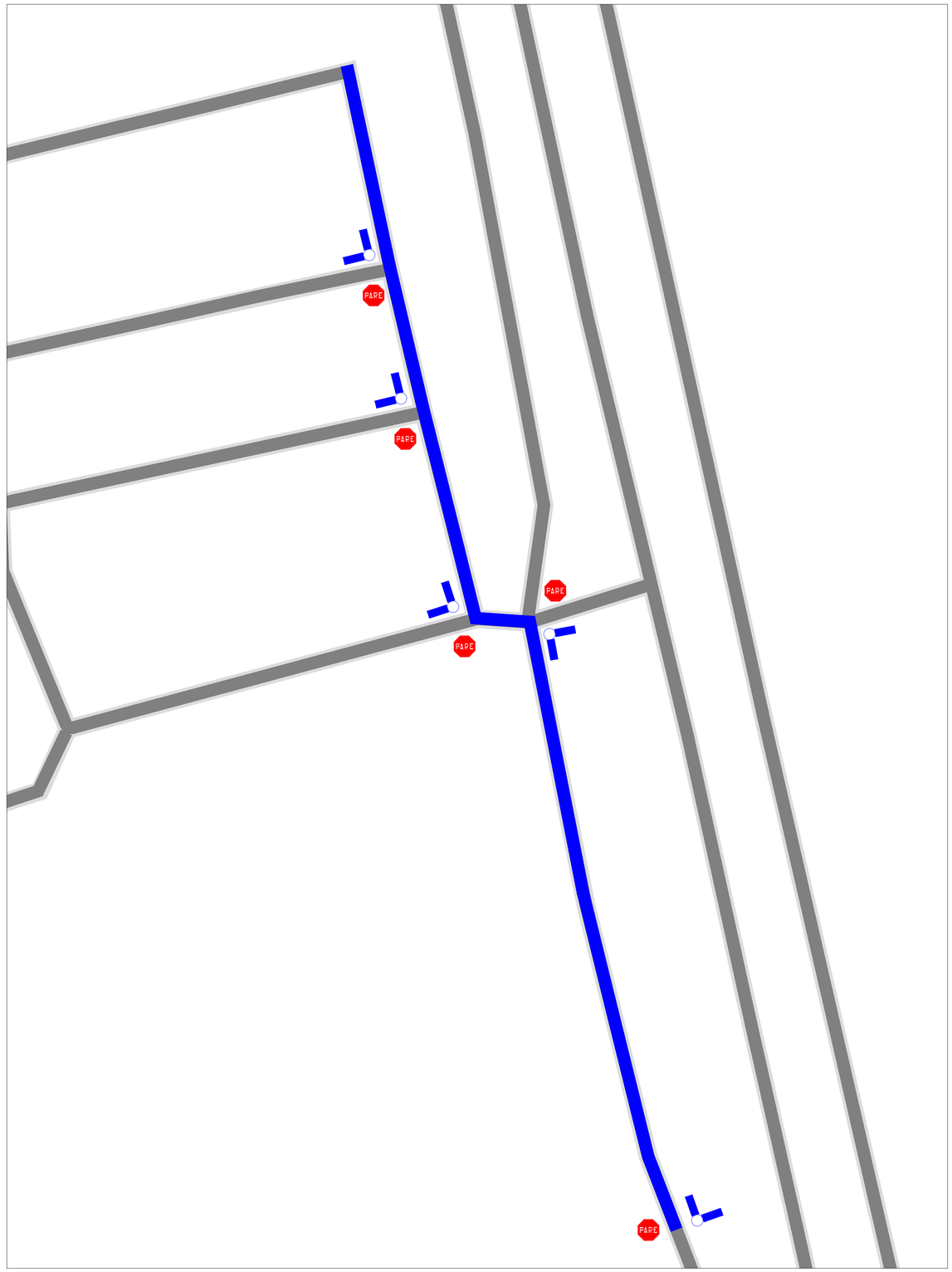
PREFEITURA DE CAMPESTRE DO MARANHÃO
Cuidando da nossa gente!

LEANDRO DE OLIVEIRA SILVA
CREA - 111631605-6

PREFEITURA DE CAMPESTRE DO MARANHÃO
CNPJ - 01.598.550/0001-17

METRO2

FOLHA: 01/03



RUA RUBENS LIMA

S/ ESCALA

QUADRO DE LEGENDAS	
	VIAS EXISTENTES
	RUA RUBENS LIMA
PARE	PLACA DE SINALIZAÇÃO "PARE"
	PLACA DE SINALIZAÇÃO "NOME RUA"

PROJETO DE SINALIZAÇÃO - IMPLANTAÇÃO

MODALIDADE: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS URBANAS

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE DO MARANHÃO - MA

ENDEREÇO: SEDE CAMPESTRE - BAIRRO SÃO RAIMUNDO

EMISSÃO: MARÇO/2024

RODRIGO ROCHA DA SILVA
CREA - 111637831-0

ESCALA: S/ ESCALA

COORDENADAS GEO:
LATITUDE: 06°10'22.939"S
LONGITUDE: 47°21'52.975"O

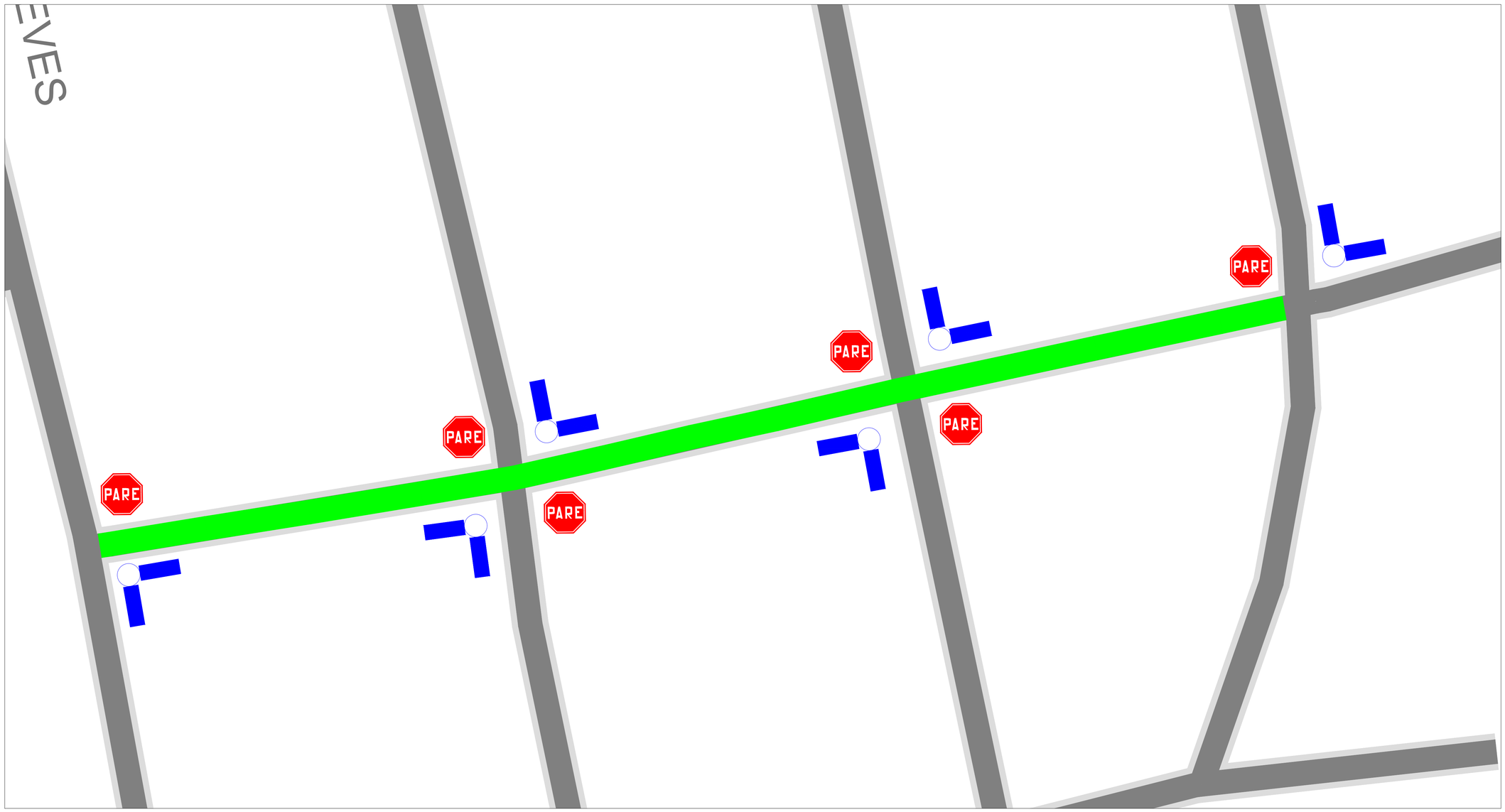
PREFEITURA DE CAMPESTRE DO MARANHÃO
Cuidando do nosso povo!

LEANDRO DE OLIVEIRA SILVA
CREA - 111631605-6

PREFEITURA DE CAMPESTRE DO MARANHÃO
CNPJ - 01.598.550/0001-17

METRO2

FOLHA: 02/03



RUA PARANÁ

S/ ESCALA

QUADRO DE LEGENDAS	
	VIAS EXISTENTES
	RUA PARANÁ
PARE	PLACA DE SINALIZAÇÃO "PARE"
	PLACA DE SINALIZAÇÃO "NOME RUA"

PROJETO DE SINALIZAÇÃO - IMPLANTAÇÃO

MODALIDADE: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS URBANAS

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE DO MARANHÃO - MA

ENDEREÇO: SEDE CAMPESTRE - BAIRRO SÃO RAIMUNDO

EMISSÃO: MARÇO/2024

RODRIGO ROCHA DA SILVA
CREA - 111637831-0

ESCALA: S/ ESCALA

COORDENADAS GEO:
LATITUDE: 06°10'22.939"S
LONGITUDE: 47°21'52.975"O

PREFEITURA DE CAMPESTRE DO MARANHÃO
Cuidando de nossa gente!

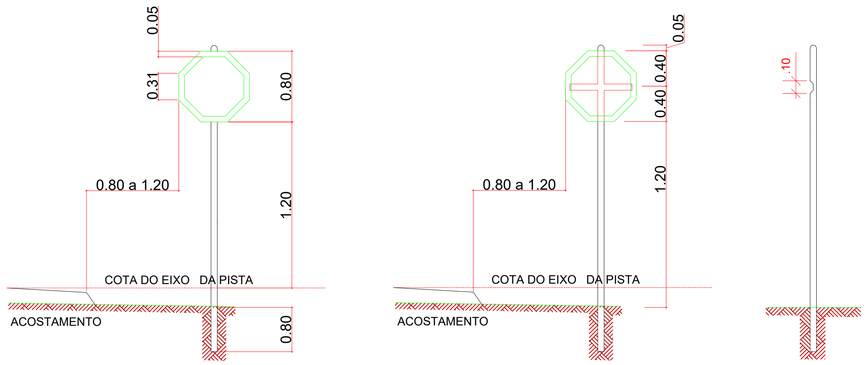
LEANDRO DE OLIVEIRA SILVA
CREA - 111631605-6

PREFEITURA DE CAMPESTRE DO MARANHÃO
CNPJ - 01.598.550/0001-17

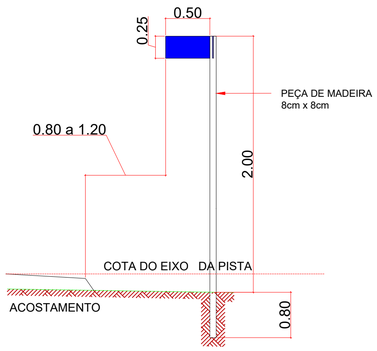
METRO2

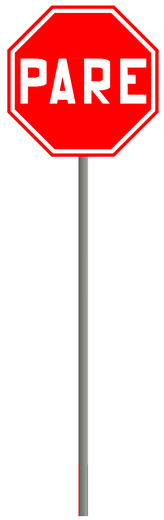
FOLHA: 03/03

PLACAS DE SINALIZAÇÃO DE REGULAMENTAÇÃO

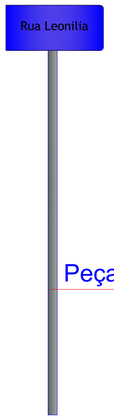


PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DA VIA URBANA



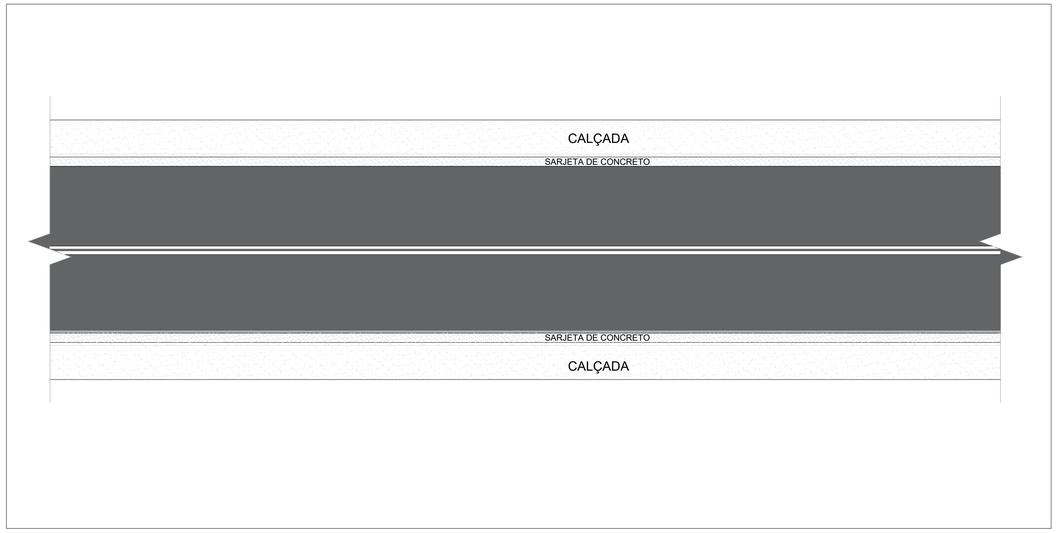


Parada Obrigatória



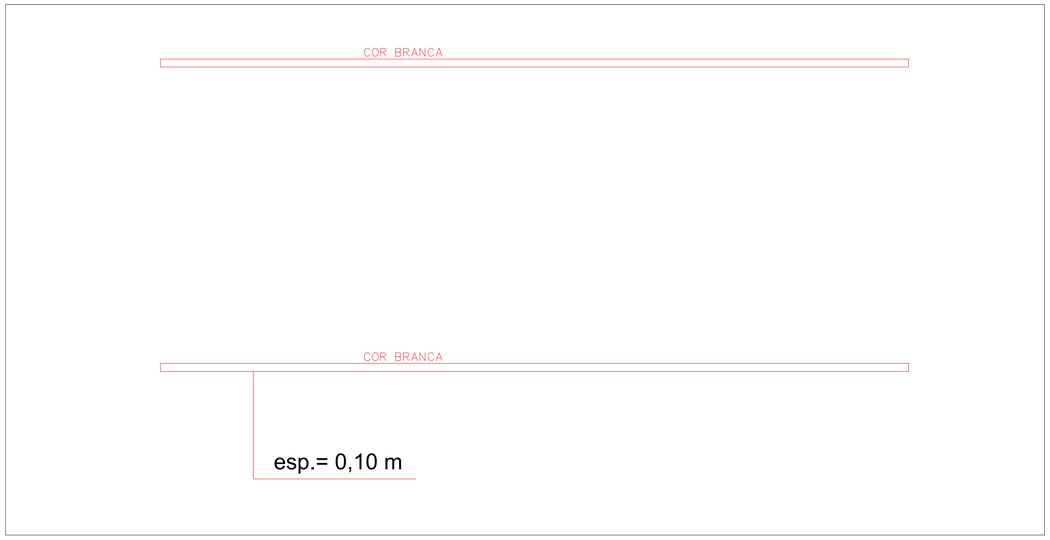
Placa de Identificação da Via Urbana

Peça de Madeira 8 cm x 8 cm



PINTURA DE FAIXA - SINALIZAÇÃO HORIZONTAL

S/ ESCALA



FAIXA CONTÍNUA

S/ ESCALA

PROJETO DE SINALIZAÇÃO - DETALHAMENTO

MODALIDADE: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS URBANAS

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE DO MARANHÃO - MA

ENDEREÇO: SEDE CAMPESTRE - BAIRRO SÃO RAIMUNDO

EMISSÃO: MARÇO/2024

RODRIGO ROCHA DA SILVA
CREA - 111637831-0

ESCALA: S/ ESCALA

COORDENADAS GEO:
LATITUDE: 06°10'22,939"S
LONGITUDE: 47°21'52,975"O

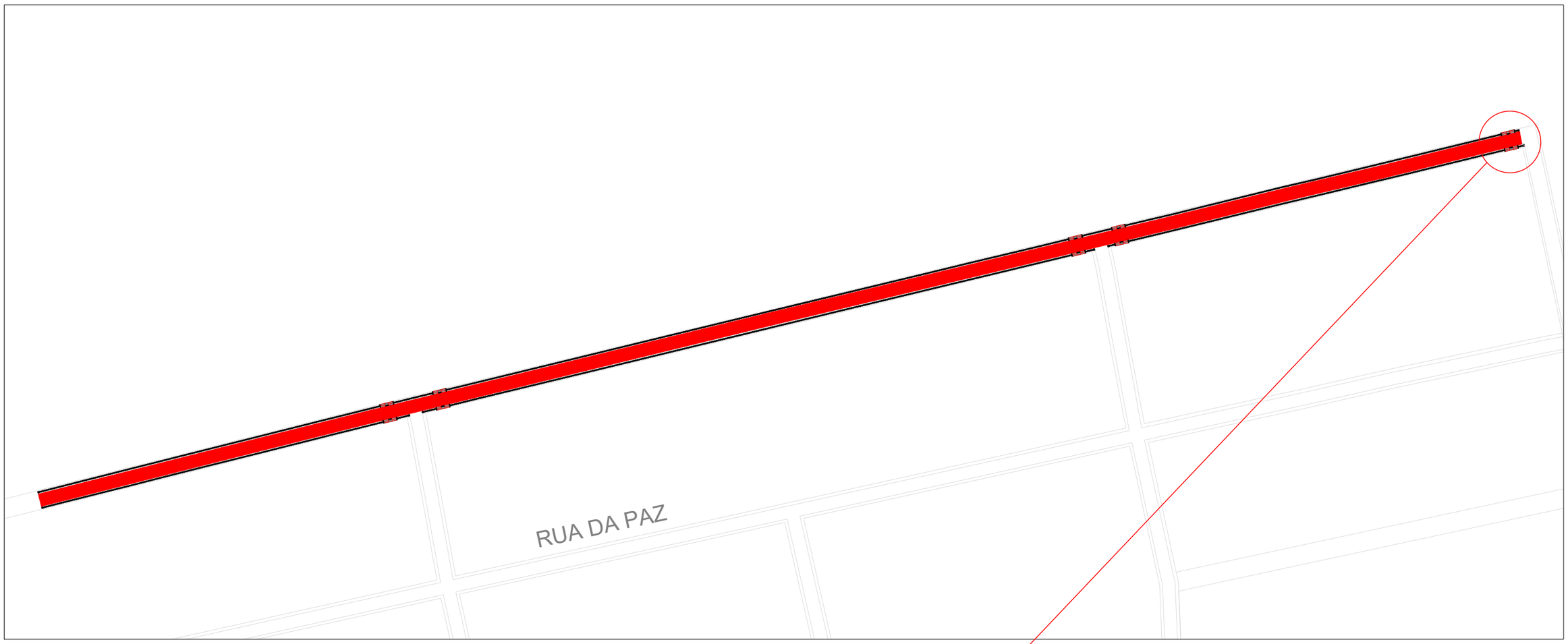
PREFEITURA DE CAMPESTRE DO MARANHÃO
Cuidando de nossa gente!

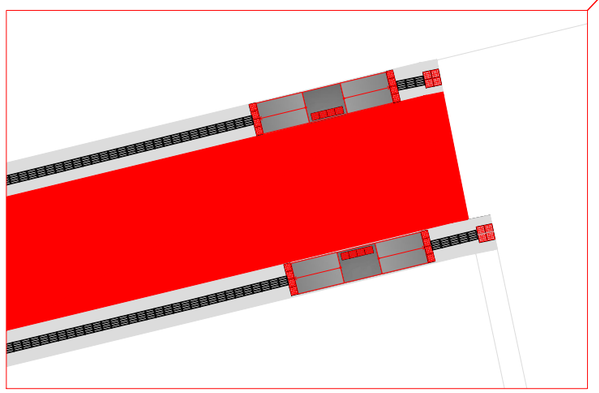
LEANDRO DE OLIVEIRA SILVA
CREA - 111631605-6

PREFEITURA DE CAMPESTRE DO MARANHÃO
CNPJ - 01.598.550/0001-17

METRO2

FOLHA: 01/01





QUADRO DE LEGENDAS	
	VIAS EXISTENTES
	RUA LEONÍLIA
	RAMPA PARA DEFICIENTES
	PISO TÁTIL

PROJETO DE ACESSIBILIDADE

MODALIDADE: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS URBANAS	PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE DO MARANHÃO - MA
ENDEREÇO: SEDE CAMPESTRE - BAIRRO SÃO RAIMUNDO	EMISSÃO: MARÇO/2024

RODRIGO ROCHA DA SILVA
CREA - 111637831-0

ESCALA: S/ ESCALA

COORDENADAS GEO:
LATITUDE: 06°10'22.939"S
LONGITUDE: 47°21'52.975"O

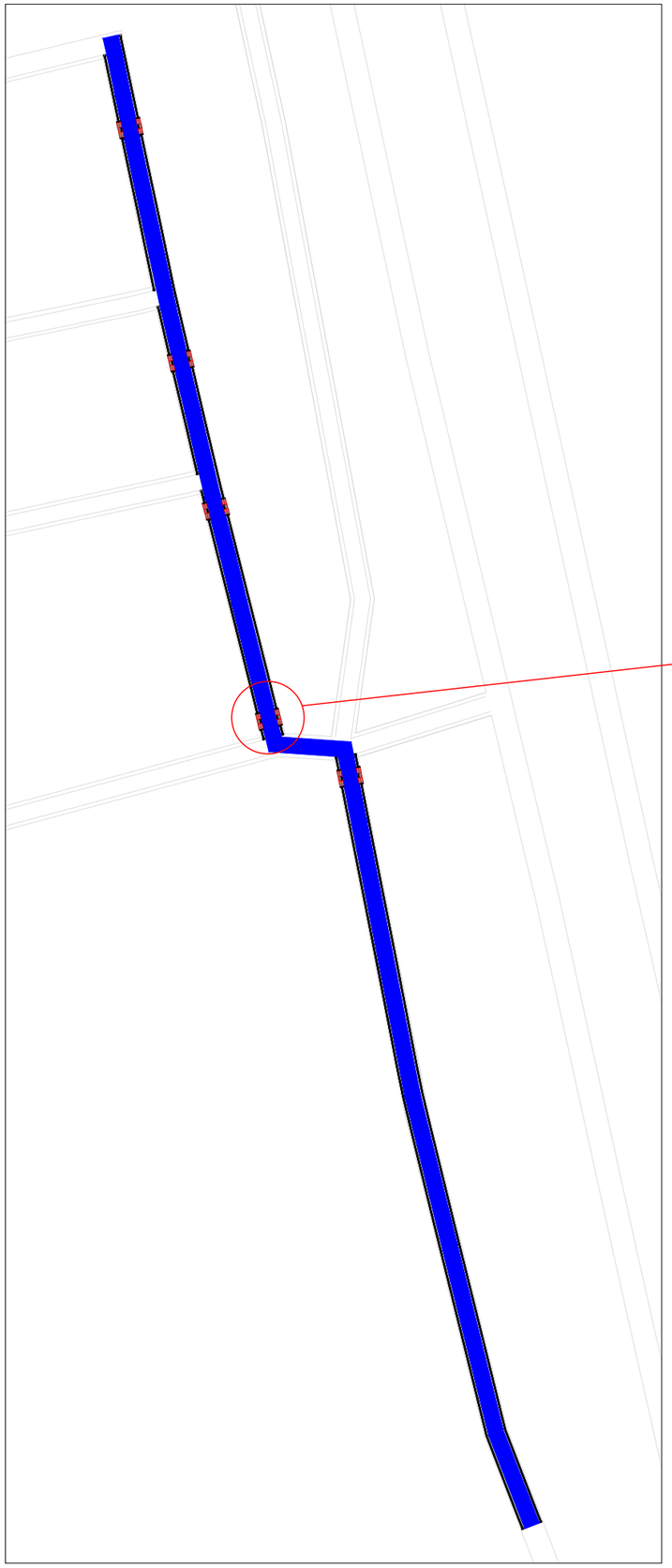
PREFEITURA DE CAMPESTRE DO MARANHÃO
Cuidando de nossa gente!

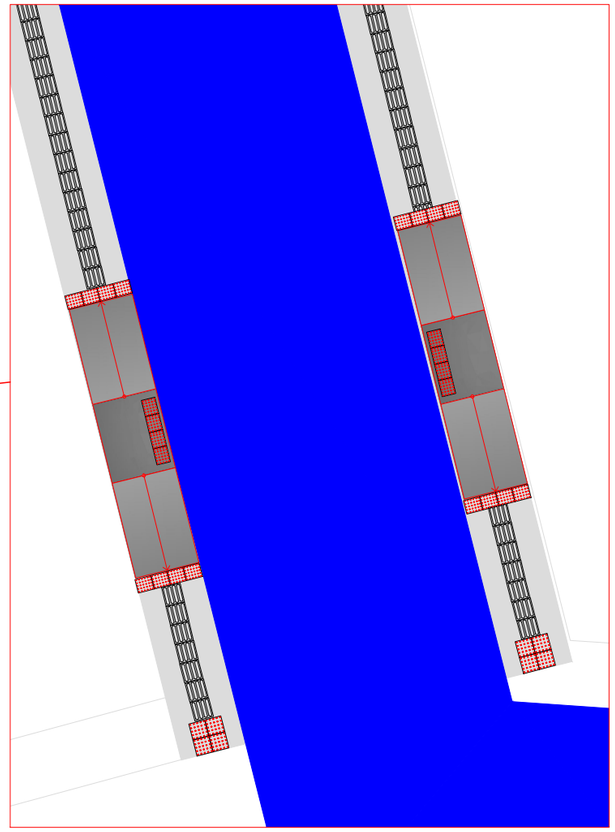
LEANDRO DE OLIVEIRA DA SILVA
CREA - 111631605-6

PREFEITURA DE CAMPESTRE DO MARANHÃO
CNPJ - 01.598.550/0001-17

METRO2

FOLHA: 01/03





QUADRO DE LEGENDAS	
	VIAS EXISTENTES
	RUA RUBENS LIMA
	RAMPA PARA DEFICIENTES
	PISO TÁTIL

PLANTA DE ACESSIBILIDADE

MODALIDADE: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS URBANAS

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE DO MARANHÃO - MA

ENDEREÇO: SEDE CAMPESTRE - BAIRRO SÃO RAIMUNDO

EMISSÃO: MARÇO/2024

RODRIGO ROCHA DA SILVA
CREA - 111637831-0

ESCALA: S/ ESCALA

COORDENADAS GEO:
LATITUDE: 06°10'22.939"S
LONGITUDE: 47°21'52.975"O

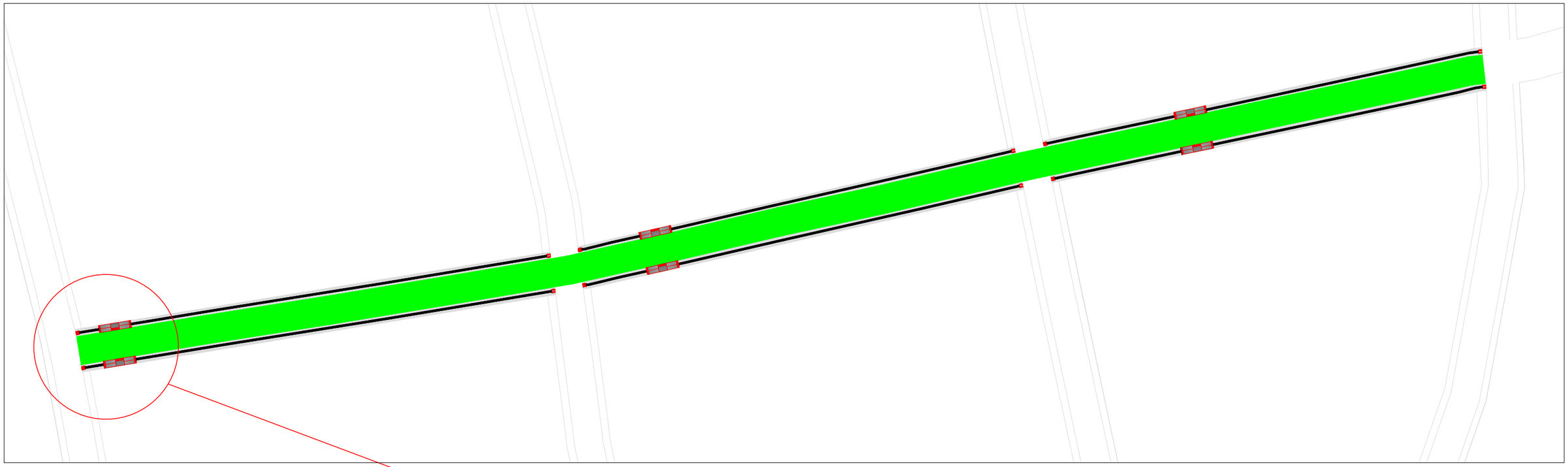
PREFEITURA DE CAMPESTRE DO MARANHÃO

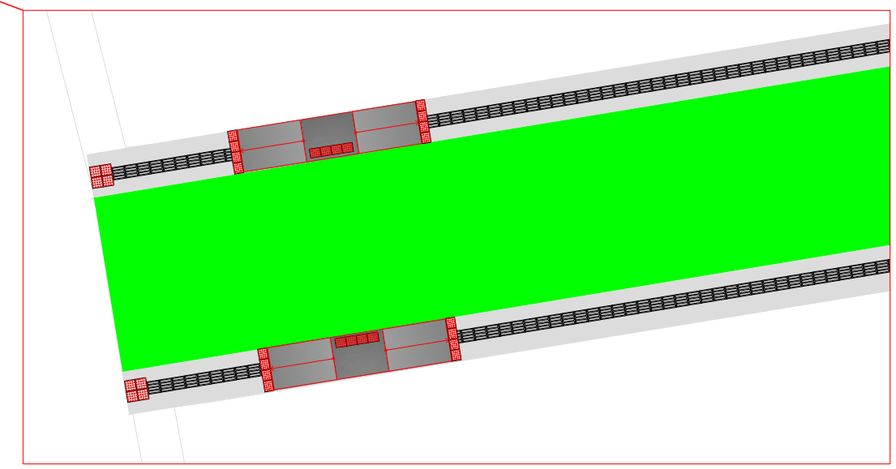
LEANDRO DE OLIVEIRA DA SILVA
CREA - 111631605-6

PREFEITURA DE CAMPESTRE DO MARANHÃO
CNPJ - 01.598.550/0001-17

METRO2

FOLHA: 02/03





QUADRO DE LEGENDAS	
	VIAS EXISTENTES
	RUA PARANÁ
	RAMPA PARA DEFICIENTES
	PISO TÁTIL

PLANTA DE ACESSIBILIDADE

MODALIDADE: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS URBANAS

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE DO MARANHÃO - MA

ENDEREÇO: SEDE CAMPESTRE - BAIRRO SÃO RAIMUNDO

EMISSÃO: MARÇO/2024

RODRIGO ROCHA DA SILVA
CREA - 111637831-0

ESCALA: S/ ESCALA

COORDENADAS GEO:
LATITUDE: 06°10'22.939"S
LONGITUDE: 47°21'52.975"O

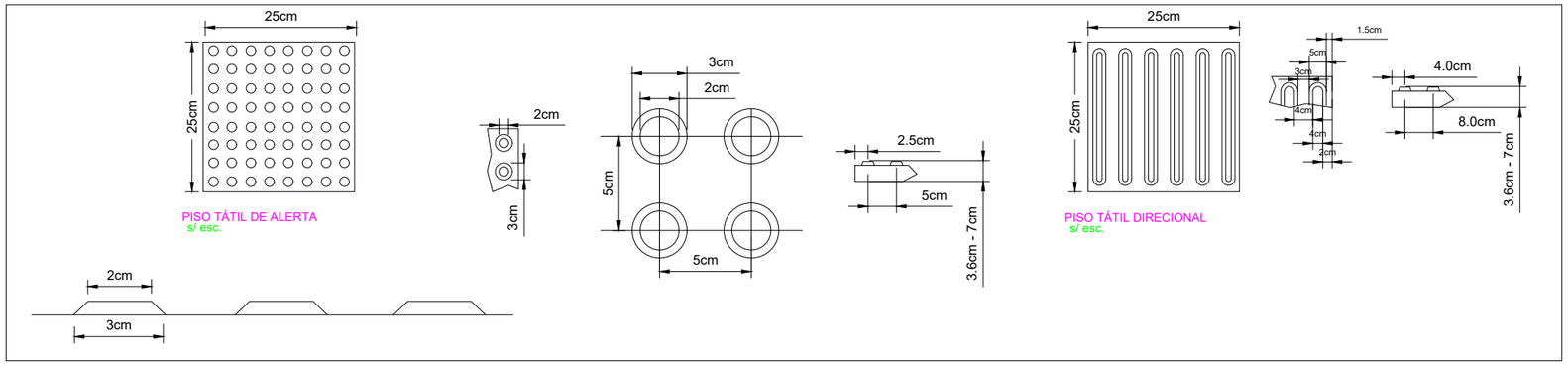
PREFEITURA DE CAMPESTRE DO MARANHÃO
Cuidando do nosso povo!

LEANDRO DE OLIVEIRA DA SILVA
CREA - 111631605-6

PREFEITURA DE CAMPESTRE DO MARANHÃO
CNPJ - 01.598.550/0001-17

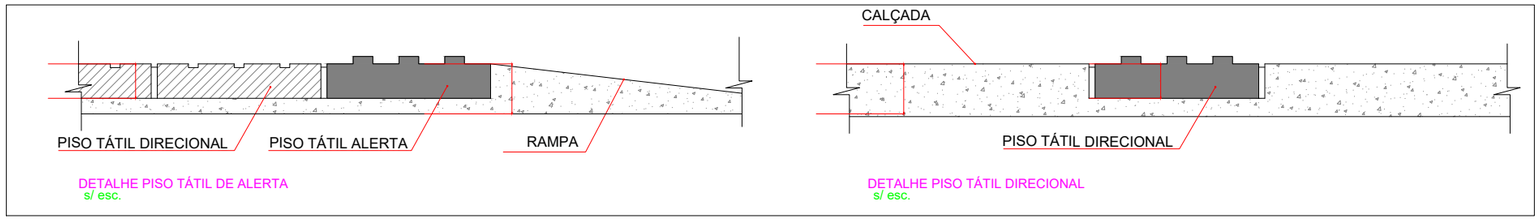
METRO2

FOLHA: 03/03



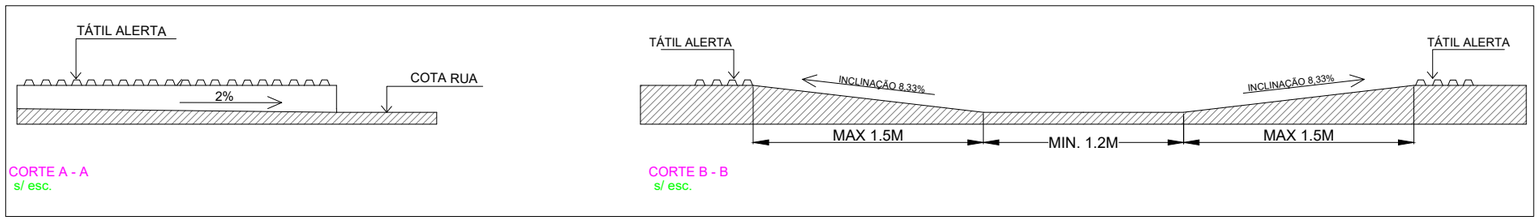
PISO TÁTIL DE ALERTA
s/ esc.

PISO TÁTIL DIRECIONAL
s/ esc.



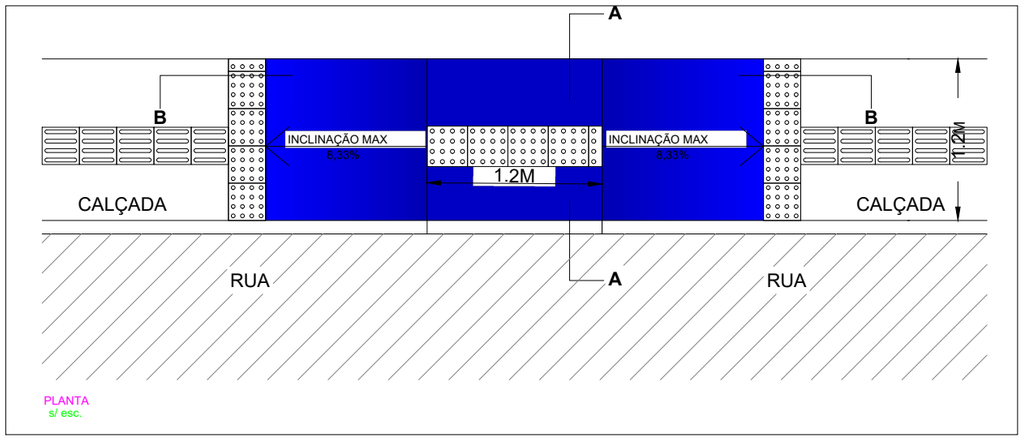
DETALHE PISO TÁTIL DE ALERTA
s/ esc.

DETALHE PISO TÁTIL DIRECIONAL
s/ esc.

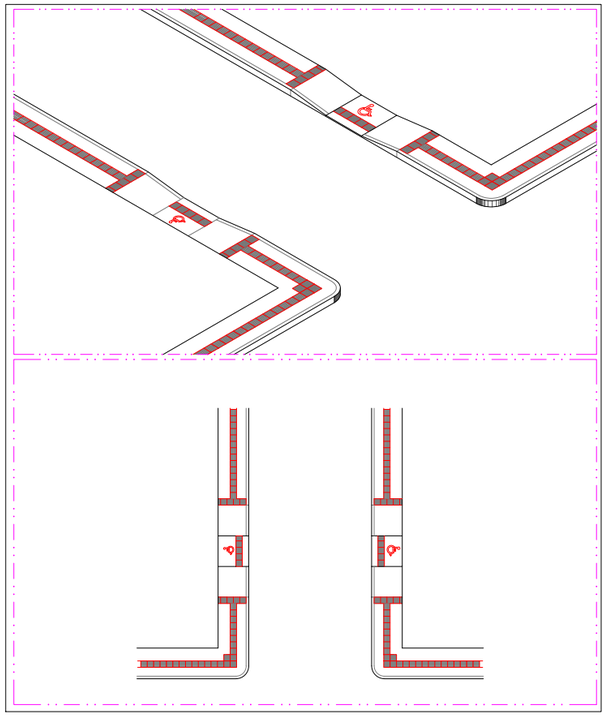


CORTE A - A
s/ esc.

CORTE B - B
s/ esc.



PLANTA
s/ esc.



PROJETO DE DETALHAMENTO - ACESSIBILIDADE

MODALIDADE: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS URBANAS

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE DO MARANHÃO - MA

ENDEREÇO: SEDE CAMPESTRE - BAIRRO SÃO RAIMUNDO

EMISSÃO: MARÇO/2024

RODRIGO ROCHA DA SILVA
CREA - 111637831-0

ESCALA: S/ ESCALA

COORDENADAS GEO:
LATITUDE: 06°10'22,939"S
LONGITUDE: 47°21'52,975"O

LEANDRO DE OLIVEIRA DA SILVA
CREA - 111631605-6

PREFEITURA DE CAMPESTRE DO MARANHÃO
CNPJ - 01.598.550/0001-17

METRO2

FOLHA: 01/01

CAIXA

PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - OGU

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO	Nº SICONV	PROPONENTE / TOMADOR	APELIDO DO EMPREENDIMENTO			
1090959-80	951049/2023	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE DO MARANHÃO	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA			
LOCALIDADE SINAPI	**DATA BASE**	**DESCRIÇÃO DO LOTE**	**MUNICÍPIO / UF**	**BDI 1**	**BDI 2**	**BDI 3**
SAO LUIS	06-24 (DES.)	Pavimentação de Vias Urbanas no Município de Campestre do Maranhão - MA	CAMPESTRE DO MARANHÃO	29,77%	0,00%	0,00%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R$)	Preço Total (R$)	RECURSO
Pavimentação de Vias Urbanas no Município de Campestre do Maranhão - MA									**1.444.999,93**	
1.			**PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA**					**-**	**1.444.999,93**	
1.1.			**SERVIÇOS INICIAIS**					**-**	**24.102,97**	
1.1.1.	SINAPI	103689	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS	M2	8,00	312,43	BDI 1	405,44	3.243,52	RA
1.1.2.	Composição	CP-01	Execução de escritório em canteiro de obras, fora da projeção da laje, em chapa de madeira compensada, não incluso mobiliário e equipamentos. af_01/2024_pe	m²	15,00	1.071,61	BDI 1	1.390,63	20.859,45	RA
1.2.			**MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO**					**-**	**14.075,12**	
1.2.1.	Composição	CP-05	MOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO	und	1,00	5.423,10	BDI 1	7.037,56	7.037,56	RA
1.2.2.	Composição	CP-05	DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO	und	1,00	5.423,10	BDI 1	7.037,56	7.037,56	RA
1.3.			**ADMINISTRAÇÃO LOCAL**					**-**	**44.687,35**	
1.3.1.	Composição	CP-02	ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA (ENG. DE OBRA, ETC)	und	6,00	5.739,30	BDI 1	7.447,89	44.687,35	RA
1.4.			**SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM**					**-**	**90.371,47**	
1.4.1.	SICRO	5501700	Desmatamento, destocamento e limpeza de área com árvores de diâmetro até 0,15 m	m²	6.450,00	0,52	BDI 1	0,67	4.321,50	RA
1.4.2.	SINAPI	93591	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA EM LEITO NATURAL (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	9.006,04	2,66	BDI 1	3,45	31.070,84	RA
1.4.3.	SICRO	4016007	Escavação e carga de material de jazida com trator de 97 kW e carregadeira de 1,72 m³	m³	1.887,00	4,90	BDI 1	6,36	12.001,32	RA
1.4.4.	SINAPI	93591	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA EM LEITO NATURAL (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	9.006,04	2,66	BDI 1	3,45	31.070,84	RA
1.4.5.	SICRO	5502978	Compactação de aterros a 100% do Proctor normal	m³	1.887,00	4,86	BDI 1	6,31	11.906,97	RA
1.5.			**SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA**					**-**	**628.435,13**	
1.5.1.	ORSE	2592	Imprimação - execução com fornecimento de material	m²	5.887,50	11,01	BDI 1	14,29	84.132,38	RA
1.5.2.	ORSE	2593	Execução de pintura asfáltica de ligação, inclusive fornecimento de ligante, exclusive transporte	m²	5.887,50	1,58	BDI 1	2,05	12.069,38	RA
1.5.3.	SINAPI	COMP. MAT BET	Transporte de pintura de ligação	t	2,36	622,17	BDI 1	807,39	1.905,44	RA
1.5.4.	SINAPI	COMP. MAT BET	Aquisição de cap 50/70	t	53,30	3.837,54	BDI 1	4.979,98	265.432,94	RA
1.5.5.	SINAPI	COMP. MAT BET	Transporte de cap 50/70	t	53,30	622,17	BDI 1	807,39	43.033,88	RA
1.5.6.	SICRO	4011444	Areia asfalto a quente - faixa A - areia comercial	t	632,91	171,20	BDI 1	222,17	140.613,61	RA
1.5.7.	SINAPI	93591	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA EM LEITO NATURAL (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	23.550,00	2,66	BDI 1	3,45	81.247,50	RA
1.6.			**SERVIÇOS DE DRENAGEM**					**-**	**239.182,99**	
1.6.1.	SINAPI	94275	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO,	M	1.979,50	45,55	BDI 1	59,11	117.008,25	RA
1.6.2.	SINAPI	94281	EXECUÇÃO DE SARJETA DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO, 30 CM BASE X 15 CM ALTURA. AF_01/2024	M	1.979,50	47,56	BDI 1	61,72	122.174,74	RA
1.7.			**SERVIÇOS DE CALÇADA E ACESSIBILIDADE**					**-**	**340.837,31**	
1.7.1.	SINAPI	94994	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 8 CM, ARMADO. AF_08/2022	M2	2.170,80	89,59	BDI 1	116,26	252.377,21	RA

CAIXA

PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - OGU

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO	Nº SICONV	PROPONENTE / TOMADOR	APELIDO DO EMPREENDIMENTO			
1090959-80	951049/2023	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE DO MARANHÃO	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA			
LOCALIDADE SINAPI	**DATA BASE**	**DESCRIÇÃO DO LOTE**	**MUNICÍPIO / UF**	**BDI 1**	**BDI 2**	**BDI 3**
SAO LUIS	06-24 (DES.)	Pavimentação de Vias Urbanas no Município de Campestre do Maranhão - MA	CAMPESTRE DO MARANHÃO	29,77%	0,00%	0,00%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R$)	Preço Total (R$)	RECURSO
Pavimentação de Vias Urbanas no Município de Campestre do Maranhão - MA									**1.444.999,93**	
1.7.2.	SINAPI	104658	PISO PODOTÁTIL DE ALERTA OU DIRECIONAL, DE CONCRETO, ASSENTADO SOBRE ARGAMASSA. AF_03/2024	M2	452,25	150,73	BDI 1	195,60	88.460,10	RA
1.8.			**SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL**					**-**	**23.963,64**	
1.8.1.	SICRO	5213417	Placa em aço nº 16 galvanizado com película retrorrefletiva tipo I + III - confecção	m²	8,12	460,66	BDI 1	597,80	4.854,13	RA
1.8.2.	SICRO	5216111	Suporte para placa de sinalização em madeira de lei tratada 8 x 8 cm - fornecimento e implantação	und	28,00	108,18	BDI 1	140,39	3.930,92	RA
1.8.3.	Composição	CP-03	Placa esmaltada para identificação de nome de rua dimensões 50x25cm	und	14,00	94,01	BDI 1	122,00	1.708,00	RA
1.8.4.	ORSE	11688	Sinalização horizontal rodoviária, com tinta retrorrefletiva à base de resina acrílica com microesferas de vidro	m²	283,95	36,56	BDI 1	47,44	13.470,59	RA
1.9.			**LIMPEZA GERAL**					**-**	**39.343,95**	
1.9.1.	Composição	CP-04	LIMPEZA FINAL DA OBRA	m²	9.435,00	3,21	BDI 1	4,17	39.343,95	RA

Encargos sociais: Para elaboração deste orçamento, foram utilizados os encargos sociais do SINAPI para a Unidade da Federação indicada.

Observações:

Foi considerado arredondamento de duas casas decimais para Quantidade; Custo Unitário; BDI; Preço Unitário; Preço Total.

Siglas da Composição do Investimento: RA - Rateio proporcional entre Repasse e Contrapartida; RP - 100% Repasse; CP - 100% Contrapartida; OU - 100% Outros.

CAMPESTRE DO MARANHÃO
Local

terça-feira, 5 de novembro de 2024
Data

Responsável Técnico
Nome: RODRIGO ROCHA DA SILVA
CREA/CAU: 111637831-0
ART/RRT: 0

MEMÓRIA DE CÁLCULO

PROPONENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE DO MARANHÃO/MA
OBJETO: PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS NO MUNICÍPIO DE CAMPESTRE DO MARANHÃO/MA
MINISTÉRIO DAS CIDADES
REFERÊNCIA: SINAPI JUNHO/2024 DESONERADO; DNIT SICRO ABRIL/2024 DESONERADO E ORSE JUNHO/2024 DESONERADO
CONVÊNIO: 951049/2023

MEMÓRIA DE CÁLCULO

1.0 SERVIÇOS INICIAIS

1.1 FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA

Largura (m)		Comprimento (m)		
2,00	x	4,00	=	**8,00 m²**

1.2 MOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO

1,00	=	**1,00 und**

1.3 DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO

1,00	=	**1,00 und**

1.4 Execução de escritório em canteiro de obras, fora da projeção da laje, em chapa de madeira compensada, não incluso mobiliário e equipamentos. af_01/2024_pe

comprimento		largura		área total
5,00	x	3,00	=	**15,00 m²**

2.0 ADMINISTRAÇÃO DA OBRA

2.1 ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA (ENG. DE OBRA, ETC)

	=	**6,00 und**

3.0 SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM

QUADRO GERAL DE TODAS AS VIAS

ITEM	RUAS	EXTENSÃO (M)	LARG. DA VIA (M)	ÁREA (M²)
1	RUA LEONÍLIA	480,00	8,50	4080,00
2	RUA RUBENS LIMA	390,00	9,00	3510,00
3	RUA PARANÁ	205,00	9,00	1845,00
	EXTENSÃO TOTAL (M)	**1075,00**		
	ÁREA TOTAL (M²)	**9435,00**		

3.1 Desmatamento, destocamento e limpeza de área com árvores de diâmetro até 0,15 m

Extensão (m)		Largura necessária de limpeza (m)		lados			
1075,00	x	6,0	x	1	=	6450,00	m²
				Total	=	**6450,00**	**m²**

3.2 TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA EM LEITO NATURAL (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020

Escavação e carga (m³)		Empolamento		Escavação e carga (m³)
1887,00	x	1,25	=	2358,75

Escavação e carga (m³)		DMT (KM)		Transporte (m³xkm)
2358,75	x	3,82	=	**9006,04 m³xkm**

3.3 ESCAVAÇÃO E CARGA DE MATERIAL DE JAZIDA COM TRATOR DE 97 KW E CARREGADEIRA DE 1,72 M³

Volume encontrado no quadro de cubagem	=	**1887,00 m³**

MEMÓRIA DE CÁLCULO

PROPONENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE DO MARANHÃO/MA
OBJETO: PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS NO MUNICÍPIO DE CAMPESTRE DO MARANHÃO/MA
MINISTÉRIO DAS CIDADES
REFERÊNCIA: SINAPI JUNHO/2024 DESONERADO; DNIT SICRO ABRIL/2024 DESONERADO E ORSE JUNHO/2024 DESONERADO
CONVÊNIO: 951049/2023

MEMÓRIA DE CÁLCULO

3.4 TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA EM LEITO NATURAL (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020

Escavação e carga (m³)		Empolamento		Escavação e carga (m³)
1887,00	x	1,25	=	2358,75

Escavação e carga (m³)		DMT (KM)		Transporte (m³xkm)	
2358,75	x	3,82	=	**9006,04**	**m³xkm**

3.5 COMPACTAÇÃO A 100% DO PROCTOR NORMAL

Área total (m²)		Espessura			
9435,00	x	0,20	=	**1887,00**	**m³**

4.0 SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO

QUADRO GERAL - PAVIMENTAÇÃO

ITEM	RUAS	EXTENSÃO (M)	LARG. DA VIA (M) - LARGURA DO MEIO FIO E SARJETA (M) - LARGURA DA CALÇADA (M)	ÁREA (M²)
1	RUA LEONÍLIA	480,00	5,20	2496,00
2	RUA RUBENS LIMA	390,00	5,70	2223,00
3	RUA PARANÁ	205,00	5,70	1168,50
	EXTENSÃO TOTAL (M)	**1075,00**		
	ÁREA TOTAL (M²)	**5887,50**		

4.1 Imprimacao de base de pavimentacao com adp cm-30

Imprimação (m²)		Área de Pavimentação (m²)			
	=		=	**5887,50**	**m²**

4.2 Execução de pintura asfáltica de ligação, inclusive fornecimento de ligante, exclusive transporte

Pintura de ligação (m²)		Área total (m²)			
	=		=	**5887,50**	**m²**

4.3 Transporte de pintura de ligação

Área de pintura		Consumo			
5887,50	x	0,0004	=	**2,36**	**t**

4.4 Aquisição de cap 50/70

Area total (m²)		espessura do asfalto		Volume (m³)
5887,50	x	0,05	=	294,38

Volume (m³)		Densidade (t/m³)		Consumo			
294,38	x	2,15	x	0,08422	=	**53,30**	**t**

4.5 Transporte de cap 50/70

Aquisição de cap 50/70	=	**53,30**	**t**

4.6 Areia asfalto a quente

AAUQ (m²)		Espessura do asfalto (m)		Densidade (t/m³)			
5887,50	x	0,05	x	2,15	=	**632,91**	**t**

4.7 Transporte com caminhão basculante 10 m3 de massa asfaltica para pavimentação urbana

MEMÓRIA DE CÁLCULO

PROPONENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE DO MARANHÃO/MA
OBJETO: PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS NO MUNICÍPIO DE CAMPESTRE DO MARANHÃO/MA
MINISTÉRIO DAS CIDADES
REFERÊNCIA: SINAPI JUNHO/2024 DESONERADO; DNIT SICRO ABRIL/2024 DESONERADO E ORSE JUNHO/2024 DESONERADO
CONVÊNIO: 951049/2023

MEMÓRIA DE CÁLCULO

Transformando o AAUQ em m³ = Resultado em m² x espessura do asfalto

AAUQ (m³)		DMT - USINA (IMPERATRIZ) PARA CAMPESTRE			
294,38	x	80,00	=	**23.550,00**	**m³xkm**

5.0	**SERVIÇOS DE DRENAGEM**			
	Cálculo de Descontos das Intersecções			
1	RUA LEONÍLIA	40,00	m	
2	RUA RUBENS LIMA	90,50	m	
3	RUA PARANÁ	40,00	m	
	total:	**170,50**	**m**	

5.1 **ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X20 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA URBANIZAÇÃO INTERNA DE EMPREENDIMENTOS. AF_06/2016**

Extensão Total (m)		Lados			
1075,00	x	2,00	=	2150,00	m

comprimento total		Desconto Intersecções			
2150,00	-	170,50	=	**1.979,50**	**m**

5.2 **EXECUÇÃO DE SARJETA DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO, 30 CM BASE X 15 CM ALTURA.**

IDEM MEIO-FIO	=	**1.979,50**	**m**	

6.0	**SERVIÇOS DE CALÇADA**	

6.1 **EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 8 CM, ARMADO**

Extensão Total (m)		Desconto Intersecções		
1075,00	-	170,50	=	904,50

comprimento total (m)		largura		Lados			
904,50	x	1,20	x	2,00	=	**2.170,80**	**m²**

PREFEITURA DE CAMPESTRE DO MARANHÃO
Cuidando da nossa gente!

MEMÓRIA DE CÁLCULO

PROPONENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE DO MARANHÃO/MA
OBJETO: PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS NO MUNICÍPIO DE CAMPESTRE DO MARANHÃO/MA
MINISTÉRIO DAS CIDADES
REFERÊNCIA: SINAPI JUNHO/2024 DESONERADO; DNIT SICRO ABRIL/2024 DESONERADO E ORSE JUNHO/2024 DESONERADO
CONVÊNIO: 951049/2023

MEMÓRIA DE CÁLCULO

6.2 PISO PODOTÁTIL DE ALERTA OU DIRECIONAL, DE CONCRETO, ASSENTADO SOBRE ARGAMASSA

comprimento (m)		Desconto Intersecções		lados			
1075,00	-	170,50	x	2,00	=	1809,00	m

comprimento total (m)		largura (m)		área (m²)	
1809,00	x	0,25	=	**452,25**	**m²**

7.0 SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL

7.1 Placa em aço nº 16 galvanizado com película retrorrefletiva tipo I + III - confecção

	área		quantidade		
PLACAS PARE	0,58	x	14,00	=	**8,12 m²**

7.2 Suporte para placa de sinalização em madeira de lei tratada 8 x 8 cm - fornecimento e implantação

= **28,00 und**

7.3 Placa esmaltada para identificação de nome de rua dimensões 50x25cm

NOME DA RUA = **14,00 und**

7.4 SINALIZAÇÃO HORIZONTAL RODOVIÁRIA, COM TINTA RETRORREFLETIVA À BASE DE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERAS DE

Faixas de sinalização

FAIXA BRANCA

	Ext. total x 2 lados (m)		Interseções de ruas (m)			
	2150,00	-	170,50	=	1979,50	m

Extensão total (m) = 1979,50 m

L_{faixa} = 0,10 m

Extensão total (m)		Afaixa $_{sinali=}$			
1979,50	x	0,10	=	***197,95***	***m²***

FAIXA CENTRAL

Extensão Linha (m) = 4,00 m

L_{faixa} = 0,10 m

Quantidade de Linhas na faixa (und) = 215,0 und

Extensão total (m)		Afaixa $_{sinali=}$			
860,00	x	0,10	=	***86,00***	***m²***

Área de Faixas = 283,95 m²

8.0 LIMPEZA GERAL

8.1 Limpeza final da obra

Área de Intervenção (m²) = **9.435,00 m²**

PROPONENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE DO MARANHÃO/MA

Cálculo de Transporte de Material Betuminoso
DMT (GURUPI-TO/USINA PARA CAMPESTRE DO MARANHÃO-MA) = 704,00 KM
Fórmula do DNIT -

Índice de Reajustamento IGP-DI - Pavimentação FC = I-I0/I0 +1,00

Julho 2014 =	230,237		
Junho 2024 =	572,847	FC =	2,48807533

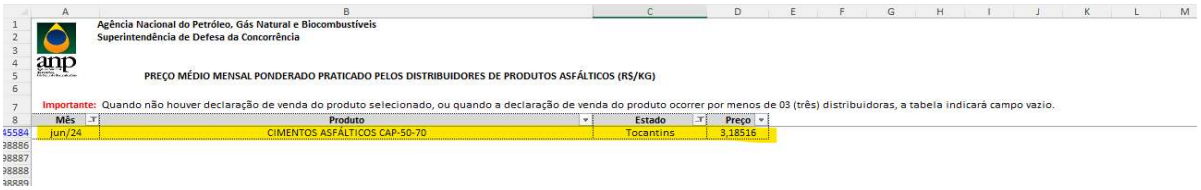
Custo transporte (CT)	
Rodovia pav. (RP)	704,00
Rodovia Não Pav.(RNP)	0,00
Rodovia Leito Natural (LN)	0,00
índice de reajuste (FC)	2,49
BDI (%)	29,77
ICMS (%)	18,00
PIS (%)	0,65
COFINS (%)	3,00

CT= 26,939 + (0,253 x RP) + (0,299 x RNP) + (0,412 x LN)) x FC x (1+BDI/100) / (1-(ICMS/100))

Custo Transporte (SEM BDI) =	622,17
Custo Transporte (COM BDI) =	807,39

Aquisição do CM-30 = (valor do material (tabela ANP)*1000/0,83)+BDI
Aquisição do RR-1C = (valor do material (tabela ANP)*1000/0,83)+BDI
Aquisição do CAP 50 70 = (valor do material (tabela ANP)*1000/0,83)+BDI

	sem BDI	com BDI
CM-30 =	-	-
RR-1C =	-	-
CAP-50 70 =	3.837,54	4.979,98


Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
Superintendência de Defesa da Concorrência

PREÇO MÉDIO MENSAL PONDERADO PRATICADO PELOS DISTRIBUIDORES DE PRODUTOS ASFÁLTICOS (R$/KG)

Importante: Quando não houver declaração de venda do produto selecionado, ou quando a declaração de venda do produto ocorrer por menos de 03 (três) distribuidoras, a tabela indicará campo vazio.

Mês	Produto	Estado	Preço
jun/24	CIMENTOS ASFÁLTICOS CAP-50-70	Tocantins	3,18516

verificação através do link: https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrencia/precos/precos-de-distribuicao-de-produtos-asfalticos

PROPONENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE DO MARANHÃO/MA
OBJETO: PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS NO MUNICÍPIO DE CAMPESTRE DO MARANHÃO/MA
MINISTÉRIO DAS CIDADES
CONVÊNIO: 951049/2023 **BDI: 29,77%**
REFERÊNCIA: SINAPI JUNHO/2024 DESONERADO; DNIT SICRO ABRIL/2024 DESONERADO E ORSE JUNHO/2024 DESONERADO **ENCARGOS SOCIAIS: 84,61%**

RELATÓRIO DE COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS

1.0 SERVIÇOS INICIAIS

1.2 MOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO

Ref : abr/24 Moeda : R$

COMPOSIÇÃO ANALÍTICA UNIDADE UNID

CODIGO DO EQUIPAMENTO	EQUIPAMENTOS TRANSPORTADOS POR CAVALO MECÂNICO COM SEMI REBOQUE	QUANT.	DISTÂNCIA (KM) - IMPERATRIZ	Nº DE VIAGENS - N	FATOR DE UTILIZAÇÃO	VELOCIDADE (KM/H)	CÓDIGO SICRO	CUSTO HORÁRIO	PREÇO TOTAL MOB
E9541	Trator de esteiras - com lâmina - 259 kw	2,00	80,00	1,00	1,00	60,00	E9665	381,71	1.017,88
E9577	Trator agrícola - 77kw	1,00	80,00	1,00	0,50	60,00	E9665	381,71	254,47
E9524	Motoniveladora - 93 kw	2,00	80,00	1,00	1,00	60,00	E9665	381,71	1.017,88
E9584	Carregadeira de pneus com capacidade de 1,72 m³ - 11	2,00	80,00	1,00	0,50	60,00	E9665	381,71	508,94
E9762	Rolo compactador de pneus autopropelido de 27 t - 85	2,00	80,00	1,00	1,00	60,00	E9665	381,71	1.017,88
E9681	Rolo compactador liso tandem vibratório autopropelid	1,00	80,00	1,00	0,50	60,00	E9665	381,71	254,47
E9545	Vibroacabadora de asfalto sobre esteiras - 82 kW	1,00	80,00	1,00	0,50	60,00	E9665	381,71	254,47
E9685	Rolo compactador pé de carneiro vibratório autoprope	1,00	80,00	1,00	0,50	60,00	E9665	381,71	254,47
	VEICULOS TRANSPORTADOS POR CONDUÇÃO PRÓPRIA								
E9571	Caminhão basculante - 10m³ - 15t (188 kw)	2,00	80,00	1,00	1,00	60,00	E9571	315,99	842,64

	EQUIPAMENTO	MÃO-DE-OBRA	MATERIAL	SERV. TERCEIRO	CUSTO TOTAL
RESUMO DA COMPOSIÇÃO					
	5423,10	0,00	0,00	0,00	**5423,10**

OBS 1: Considera-se que o motorista percorra 60 km em 1 hr conforme tabela SICRO
OBS 2: Distância considerando que as máquinas estão em um raio de 80 km da cidade de Campestre do Maranhão - MA

1.4 Execução de escritório em canteiro de obras, fora da projeção da laje, em chapa de madeira compensada, não incluso mobiliário e equipamentos. af_01/2024_pe

Ref : jun/24 Moeda : R$

COMPOSIÇÃO ANALÍTICA UNIDADE UNID

		UN	QTD	CUSTO UNIT	CUSTO TOTAL
89453	ALVENARIA DE BLOCOS DE CONCRETO ESTRUTURAL 14X19X39 CM (ESPESSURA 14 CM), FBK = 4,5 MPA, UTILIZANDO PALHETA.	m²	0,11375	83,19	9,46
89998	ARMAÇÃO DE CINTA DE ALVENARIA ESTRUTURAL; DIÂMETRO DE 10,0 MM. AF_09/2021	KG	0,031	10,26	0,31
86934	BANCADA DE MÁRMORE SINTÉTICO 120 X 60CM, COM CUBA INTEGRADA, INCLUSO SIFÃO TIPO FLEXÍVEL EM PVC, VÁLVULA EM	UN	0,0173	429,74	7,43
91925	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 1,5 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E	M	1,21799	3,53	4,29
91927	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E	M	6,6775	4,75	31,71
91931	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E	M	0,58044	9,89	5,74
98294	CABO ELETRÔNICO CATEGORIA 5E, INSTALADO EM EDIFICAÇÃO RESIDENCIAL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2019	M	0,2237	6,87	1,53
91937	CAIXA OCTOGONAL 3" X 3", PVC, INSTALADA EM LAJE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	0,25951	16,79	4,35
89707	CAIXA SIFONADA, PVC, DN 100 X 100 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDA E INSTALADA EM RAMAL DE DESCARGA OU EM	UN	0,0519	48,67	2,52
87879	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA	m²	0,1092	4,32	0,47
90467	CHUMBAMENTO LINEAR EM ALVENARIA PARA RAMAIS/DISTRIBUIÇÃO DE INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS COM DIÂMETROS	M	0,05086	21,95	1,11
90466	CHUMBAMENTO LINEAR EM ALVENARIA PARA RAMAIS/DISTRIBUIÇÃO DE INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS COM DIÂMETROS	M	0,08564	14,6	1,25
95811	CONDULETE DE PVC, TIPO LB, PARA ELETRODUTO DE PVC SOLDÁVEL DN 25 MM (3/4''), APARENTE - FORNECIMENTO E	UN	0,0173	22,58	0,39
89742	CURVA CURTA 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 75 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM	UN	0,0346	35,96	1,24
93661	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 16A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	0,0173	53	0,91
93662	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 20A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	0,0173	55,49	0,95
93654	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 16A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	0,0519	11,47	0,59
93671	DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 32A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	0,00865	75,07	0,64
91845	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO REFORÇADO, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM LAJE -	M	1,47837	8,02	11,85
91847	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO REFORÇADO, PVC, DN 32 MM (1"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM LAJE -	M	0,09359	12,88	1,20
91834	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM FORRO -	M	0,6301	18,35	11,56
95727	ELETRODUTO RÍGIDO SOLDÁVEL, PVC, DN 25 MM (3/4), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2022_PA	M	0,51453	20,08	10,33
95728	ELETRODUTO RÍGIDO SOLDÁVEL, PVC, DN 32 MM (1), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2022_PA	M	0,02249	25,83	0,58
87527	EMBOÇO, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO, APLICADO MANUALMENTE EM PAREDES INTERNAS DE	m²	0,1092	37,6	4,10
94992	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA,	m²	1	73,91	73,91
101908	EXTINTOR DE INCÊNDIO PORTÁTIL COM CARGA DE PQS DE 4 KG, CLASSE BC - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020_PE	UN	0,0346	209,02	7,23
92556	FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE TESOURA INTEIRA EM MADEIRA NÃO APARELHADA, VÃO DE 4 M, PARA TELHA ONDULADA DE	UN	0,1038	1.280,49	132,91
91304	FECHADURA DE EMBUTIR COM CILINDRO, EXTERNA, COMPLETA, ACABAMENTO PADRÃO POPULAR, INCLUSO EXECUÇÃO DE	UN	0,0346	108,45	3,75
91307	FECHADURA DE EMBUTIR PARA PORTAS INTERNAS, COMPLETA, ACABAMENTO PADRÃO POPULAR, COM EXECUÇÃO DE FURO -	UN	0,0692	92,22	6,38
96486	FORRO EM RÉGUAS DE PVC, LISO, PARA AMBIENTES COMERCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA BIDIRECIONAL DE FIXAÇÃO.	m²	1	82,78	82,78
88485	FUNDO SELADOR ACRÍLICO, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDE, UMA DEMÃO. AF_04/2023	m²	0,1183	4,01	0,47
89995	GRAUTEAMENTO DE CINTA SUPERIOR OU DE VERGA EM ALVENARIA ESTRUTURAL. AF_09/2021	m³	0,00095	994,11	0,94
92029	INTERRUPTOR PARALELO (1 MÓDULO) COM 1 TOMADA DE EMBUTIR 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA -	UN	0,0173	61,12	1,05
91955	INTERRUPTOR PARALELO (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UN	0,0519	38,72	2,00
92023	INTERRUPTOR SIMPLES (1 MÓDULO) COM 1 TOMADA DE EMBUTIR 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO	UN	0,0519	54,25	2,81
91953	INTERRUPTOR SIMPLES (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	0,0519	31,9	1,65
94570	JANELA DE ALUMÍNIO DE CORRER COM 2 FOLHAS PARA VIDROS, COM VIDROS, BATENTE, ACABAMENTO COM ACETATO OU	m²	0,0692	363,88	25,18
94569	JANELA DE ALUMÍNIO TIPO MAXIM-AR, COM VIDROS, BATENTE E FERRAGENS. EXCLUSIVE ALIZAR, ACABAMENTO E	m²	0,02491	702,73	17,50
89726	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM	UN	0,0519	9,35	0,48
89732	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL	UN	0,0519	14,69	0,76
89363	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E	UN	0,0173	9,53	0,16
89724	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM	UN	0,0692	9,15	0,63
89731	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL	UN	0,1038	14,06	1,45
89866	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM DRENO DE AR-CONDICIONADO - FORNECIMENTO E	UN	0,0173	6,74	0,11
89362	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E	UN	0,22491	8,75	1,96
104345	JUNÇÃO DE REDUÇÃO INVERTIDA, PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E	UN	0,0346	39,28	1,35
104350	JUNÇÃO DE REDUÇÃO INVERTIDA, PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 75 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E	UN	0,0173	27,58	0,47
89785	JUNÇÃO SIMPLES, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM	UN	0,0173	24,61	0,42
95240	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIERS, ESPESSURA DE 3 CM. AF_01/2024	m²	1	18,17	18,17
86943	LAVATÓRIO LOUÇA BRANCA SUSPENSO, 29,5 X 39CM OU EQUIVALENTE, PADRÃO POPULAR, INCLUSO SIFÃO FLEXÍVEL EM PVC,	UN	0,0346	301,82	10,44
97599	LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA, COM 30 LÂMPADAS LED DE 2 W, SEM REATOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2020	UN	0,0346	19,15	0,66
98445	PAREDE DE MADEIRA COMPENSADA PARA CONSTRUÇÃO TEMPORÁRIA EM CHAPA SIMPLES, EXTERNA, COM ÁREA LÍQUIDA	m²	0,6397	119,24	76,27
98446	PAREDE DE MADEIRA COMPENSADA PARA CONSTRUÇÃO TEMPORÁRIA EM CHAPA SIMPLES, EXTERNA, COM ÁREA LÍQUIDA	m²	0,01384	150,36	2,08
98441	PAREDE DE MADEIRA COMPENSADA PARA CONSTRUÇÃO TEMPORÁRIA EM CHAPA SIMPLES, EXTERNA, SEM VÃO. AF_03/2024	m²	0,80579	101,92	82,12
98447	PAREDE DE MADEIRA COMPENSADA PARA CONSTRUÇÃO TEMPORÁRIA EM CHAPA SIMPLES, INTERNA, COM ÁREA LÍQUIDA	m²	0,2455	96,41	23,66
98448	PAREDE DE MADEIRA COMPENSADA PARA CONSTRUÇÃO TEMPORÁRIA EM CHAPA SIMPLES, INTERNA, COM ÁREA LÍQUIDA	m²	0,03866	122,28	4,72
98443	PAREDE DE MADEIRA COMPENSADA PARA CONSTRUÇÃO TEMPORÁRIA EM CHAPA SIMPLES, INTERNA, SEM VÃO. AF_03/2024	m²	0,45674	82,17	37,53
104641	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA ECONÔMICA, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	m²	0,1183	9,77	1,15
102218	PINTURA TINTA DE ACABAMENTO (PIGMENTADA) ESMALTE SINTÉTICO FOSCO EM MADEIRA, 2 DEMÃOS. AF_01/2021	m²	4,27387	15,45	66,03
90821	PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), 70X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, INCLUSO DOBRADIÇAS -	UN	0,0346	348,88	12,07
90822	PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), 80X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, INCLUSO DOBRADIÇAS -	UN	0,0692	375,47	25,98
101883	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, DE EMBUTIR, COM BARRAMENTO TRIFÁSICO, PARA	UN	0,00865	502,99	4,35
91222	RASGO LINEAR MANUAL EM ALVENARIA, PARA RAMAIS/ DISTRIBUIÇÃO DE INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, DIÂMETROS MAIORES	M	0,05086	8,24	0,41

PROPONENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE DO MARANHÃO/MA
OBJETO: PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS NO MUNICÍPIO DE CAMPESTRE DO MARANHÃO/MA
MINISTÉRIO DAS CIDADES
CONVÊNIO: 951049/2023 **BDI: 29,77%**
REFERÊNCIA: SINAPI JUNHO/2024 DESONERADO; DNIT SICRO ABRIL/2024 DESONERADO E ORSE JUNHO/2024 DESONERADO **ENCARGOS SOCIAIS: 84,61%**

RELATÓRIO DE COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS

90443	RASGO LINEAR MANUAL EM ALVENARIA, PARA RAMAIS/ DISTRIBUIÇÃO DE INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, DIÂMETROS MENORES	M	0,106	7,42	0,78
94792	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 1", COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADOS - FORNECIMENTO E	UN	0,0692	83,94	5,80
87267	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 20X20 CM	m²	0,23584	73,77	17,39
93389	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA PADRÃO POPULAR DE DIMENSÕES 35X35 CM APLICADA	m²	0,1315	69,03	9,07
89400	TÊ DE REDUÇÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM X 25MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E	UN	0,0173	18,7	0,32
89784	TE, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE	UN	0,0865	22,56	1,95
89869	TE, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM DRENO DE AR-CONDICIONADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2022	UN	0,0173	9,36	0,16
89395	TE, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UN	0,0692	12,05	0,83
94210	TELHAMENTO COM TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO E = 6 MM, COM RECOBRIMENTO LATERAL DE 1 1/4 DE ONDA PARA	m²	1,40795	77,12	108,58
104351	TERMINAL DE VENTILAÇÃO, PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 75 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO	UN	0,0173	19,64	0,33
92000	TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UN	0,19031	33,58	6,39
92001	TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UN	0,0692	36,27	2,50
98307	TOMADA DE REDE RJ45 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2019	UN	0,0519	54,37	2,82
91997	TOMADA MÉDIA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UN	0,0173	40,01	0,69
92005	TOMADA MÉDIA DE EMBUTIR (2 MÓDULOS), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UN	0,0173	65,1	1,12
92543	TRAMA DE MADEIRA COMPOSTA POR TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO,	m²	1,40795	24,43	34,39
89714	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE	M	0,03235	34,68	1,12
89711	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE	M	0,03944	19,81	0,78
89712	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE	M	0,15657	24,9	3,89
89799	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 75 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM PRUMADA DE ESGOTO SANITÁRIO OU	M	0,05086	20,15	1,02
89865	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM DRENO DE AR-CONDICIONADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	M	0,03979	16,43	0,65
89356	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	M	0,19602	22,45	4,40
89357	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	M	0,0173	30,99	0,53
86931	VASO SANITÁRIO SIFONADO COM CAIXA ACOPLADA LOUÇA BRANCA, INCLUSO ENGATE FLEXÍVEL EM PLÁSTICO BRANCO, 1/2 X	UN	0,0346	566,48	19,60

RESUMO DA COMPOSIÇÃO	EQUIPAMENTO	MÃO-DE-OBRA	MATERIAL	SERV. TERCEIRO	CUSTO TOTAL
	0,00	1071,61	0,00	0,00	**1071,61**

2.1 ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA (ENG. DE OBRA, ETC)

Ref : jun/24 Moeda : R$
UNIDADE UNID

COMPOSIÇÃO ANALÍTICA

	MÃO-DE-OBRA	UN	QTD	CUSTO UNIT	CUSTO TOTAL
90776	Encarregado geral com encargos complementares	h	70,00	30,19	2113,30
90777	Engenheiro civil de obra junior com encargos complementares	h	35,00	103,60	3626,00

RESUMO DA COMPOSIÇÃO	EQUIPAMENTO	MÃO-DE-OBRA	MATERIAL	SERV. TERCEIRO	CUSTO TOTAL
	0,00	5739,30	0,00	0,00	**5739,30**

7.3 Placa esmaltada para identificação de nome de rua dimensões 50x25cm

Ref : jun/24 Moeda : R$
UNIDADE UNID

COMPOSIÇÃO ANALÍTICA

	MÃO-DE-OBRA	UN	QTD	CUSTO UNIT	CUSTO TOTAL
88316	Servente com encargos complementares	h	0,50	21,43	10,71
	MATERIAL				
11950	Bucha de nylon sem aba s6, com parafuso de 4,20 x 40 mm em aco zincado com rosca soberba, cabeca chata	und	4,00	0,20	0,80
13521	Placa de aco esmaltada para identificacao de rua, *45 cm x 20* cm	und	1,00	82,50	82,50

RESUMO DA COMPOSIÇÃO	EQUIPAMENTO	MÃO-DE-OBRA	MATERIAL	SERV. TERCEIRO	CUSTO TOTAL
	0,00	10,71	83,30	0,00	**94,01**

8.1 LIMPEZA FINAL DA OBRA

Ref : jun/24 Moeda : R$
UNID
m2

COMPOSIÇÃO ANALÍTICA

	MÃO-DE-OBRA	UN	QTD	CUSTO UNIT	CUSTO TOTAL
88316	Servente com encargos complementares	h	0,15	21,43	3,21

RESUMO DA COMPOSIÇÃO	EQUIPAMENTO	MÃO-DE-OBRA	MATERIAL	SERV. TERCEIRO	CUSTO TOTAL
	0,00	3,21	0,00	0,00	**03,21**

PREFEITURA DE CAMPESTRE DO MARANHÃO
Cuidando da nossa gente!

QUADRO DE CUBAGEM DE VOLUMES DE ATERRO

ATERRO — **RUA LEONÍLIA**

	Nº da Estacão	Dist. entre Estacões (m)	Nº da Estacão	Largura (m)	Altura (m)	Volume(m3) (Ext. x Altura x Largura = Volume m3)	Situação
E	00	20,00 m	01	8,50 m	0,20 m	34,00 m³	ATERRO
E	01	20,00 m	02	8,50 m	0,20 m	34,00 m³	ATERRO
E	02	20,00 m	03	8,50 m	0,20 m	34,00 m³	ATERRO
E	03	20,00 m	04	8,50 m	0,20 m	34,00 m³	ATERRO
E	04	20,00 m	05	8,50 m	0,20 m	34,00 m³	ATERRO
E	05	20,00 m	06	8,50 m	0,20 m	34,00 m³	ATERRO
E	06	20,00 m	07	8,50 m	0,20 m	34,00 m³	ATERRO
E	07	20,00 m	08	8,50 m	0,20 m	34,00 m³	ATERRO
E	08	20,00 m	09	8,50 m	0,20 m	34,00 m³	ATERRO
E	09	20,00 m	10	8,50 m	0,20 m	34,00 m³	ATERRO
E	10	20,00 m	11	8,50 m	0,20 m	34,00 m³	ATERRO
E	11	20,00 m	12	8,50 m	0,20 m	34,00 m³	ATERRO
E	12	20,00 m	13	8,50 m	0,20 m	34,00 m³	ATERRO
E	13	20,00 m	14	8,50 m	0,20 m	34,00 m³	ATERRO
E	14	20,00 m	15	8,50 m	0,20 m	34,00 m³	ATERRO
E	15	20,00 m	16	8,50 m	0,20 m	34,00 m³	ATERRO
E	16	20,00 m	17	8,50 m	0,20 m	34,00 m³	ATERRO
E	17	20,00 m	18	8,50 m	0,20 m	34,00 m³	ATERRO
E	18	20,00 m	19	8,50 m	0,20 m	34,00 m³	ATERRO
E	19	20,00 m	20	8,50 m	0,20 m	34,00 m³	ATERRO
E	20	20,00 m	21	8,50 m	0,20 m	34,00 m³	ATERRO
E	21	20,00 m	22	8,50 m	0,20 m	34,00 m³	ATERRO
E	22	20,00 m	23	8,50 m	0,20 m	34,00 m³	ATERRO
E	23	20,00 m	24	8,50 m	0,20 m	34,00 m³	ATERRO

EXT.TOTAL	480,00 m	VOLUME ATERRO	816,00 m³

ATERRO — **RUA RUBENS LIMA**

	Nº da Estacão	Dist. entre Estacões (m)	Nº da Estacão	Largura (m)	Altura (m)	Volume(m3) (Ext. x Altura x Largura = Volume m3)	Situação
E	00	20,00 m	01	9,00 m	0,20 m	36,00 m³	ATERRO
E	01	20,00 m	02	9,00 m	0,20 m	36,00 m³	ATERRO
E	02	20,00 m	03	9,00 m	0,20 m	36,00 m³	ATERRO
E	03	20,00 m	04	9,00 m	0,20 m	36,00 m³	ATERRO
E	04	20,00 m	05	9,00 m	0,20 m	36,00 m³	ATERRO
E	05	20,00 m	06	9,00 m	0,20 m	36,00 m³	ATERRO
E	06	20,00 m	07	9,00 m	0,20 m	36,00 m³	ATERRO
E	07	20,00 m	08	9,00 m	0,20 m	36,00 m³	ATERRO
E	08	20,00 m	09	9,00 m	0,20 m	36,00 m³	ATERRO
E	09	20,00 m	10	9,00 m	0,20 m	36,00 m³	ATERRO
E	10	20,00 m	11	9,00 m	0,20 m	36,00 m³	ATERRO
E	11	20,00 m	12	9,00 m	0,20 m	36,00 m³	ATERRO
E	12	20,00 m	13	9,00 m	0,20 m	36,00 m³	ATERRO
E	13	20,00 m	14	9,00 m	0,20 m	36,00 m³	ATERRO
E	14	20,00 m	15	9,00 m	0,20 m	36,00 m³	ATERRO
E	15	20,00 m	16	9,00 m	0,20 m	36,00 m³	ATERRO
E	16	20,00 m	17	9,00 m	0,20 m	36,00 m³	ATERRO
E	17	20,00 m	18	9,00 m	0,20 m	36,00 m³	ATERRO
E	18	20,00 m	19	9,00 m	0,20 m	36,00 m³	ATERRO
E	19	10,00 m	E19+10M	9,00 m	0,20 m	18,00 m³	ATERRO

EXT.TOTAL	390,00 m	VOLUME ATERRO	702,00 m³

ATERRO — **RUA PARANÁ**

	Nº da Estacão	Dist. entre Estacões (m)	Nº da Estacão	Largura (m)	Altura (m)	Volume(m3) (Ext. x Altura x Largura = Volume m3)	Situação
E	00	20,00 m	01	9,00 m	0,20 m	36,00 m³	ATERRO
E	01	20,00 m	02	9,00 m	0,20 m	36,00 m³	ATERRO
E	02	20,00 m	03	9,00 m	0,20 m	36,00 m³	ATERRO
E	03	20,00 m	04	9,00 m	0,20 m	36,00 m³	ATERRO
E	04	20,00 m	05	9,00 m	0,20 m	36,00 m³	ATERRO
E	05	20,00 m	06	9,00 m	0,20 m	36,00 m³	ATERRO
E	06	20,00 m	07	9,00 m	0,20 m	36,00 m³	ATERRO
E	07	20,00 m	08	9,00 m	0,20 m	36,00 m³	ATERRO
E	08	20,00 m	09	9,00 m	0,20 m	36,00 m³	ATERRO
E	09	20,00 m	10	9,00 m	0,20 m	36,00 m³	ATERRO
E	10	5,00 m	11	9,00 m	0,20 m	9,00 m³	ATERRO

EXT.TOTAL	205,00 m	VOLUME ATERRO	369,00 m³

EXT.TOTAL	1.075,00 m	VOLUME ATERRO	1.887,00 m³

RODRIGO ROCHA DA SILVA:03756148343

Assinado de forma digital por RODRIGO ROCHA DA SILVA:03756148343
Dados: 2024.03.18 11:03:53 -03'00'

CAIXA

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO
OGU

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO	Nº SICONV	PROPONENTE TOMADOR	APELIDO EMPREENDIMENTO	DESCRIÇÃO DO LOTE
1090959-80	951049/2023	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPES	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA	Pavimentação de Vias Urbanas no Município de Campestre do Maranhão - MA

Item	Descrição	Valor (R$)	Parcelas:	1 03/22	2 04/22	3 05/22	4 06/22	5 07/22	6 08/22	7 09/22	8 10/22	9 11/22	10 12/22	11 01/23	12 02/23
1.	**PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA**	**1.444.999,93**	% Período:	27,70%	24,88%	14,85%	15,03%	8,06%	9,46%						
1.1.	SERVIÇOS INICIAIS	24.102,97	% Período:	100,00%											
1.2.	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE EQI	14.075,12	% Período:	50,00%					50,00%						
1.3.	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	44.687,35	% Período:	27,67%	24,83%	14,83%	15,00%	8,17%	9,50%						
1.4.	SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM	90.371,47	% Período:	100,00%											
1.5.	SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA	628.435,13	% Período:	42,40%	37,76%	19,84%									
1.6.	SERVIÇOS DE DRENAGEM	239.182,99	% Período:		46,48%	34,83%	18,69%								
1.7.	SERVIÇOS DE CALÇADA E ACESSIBILIDADE	340.837,31	% Período:				48,65%	33,11%	18,24%						
1.8.	SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL	23.963,64	% Período:						100,00%						
1.9.	LIMPEZA GERAL	39.343,95	% Período:						100,00%						

Total: R$ 1.444.999,93

		1 03/22	2 04/22	3 05/22	4 06/22	5 07/22	6 08/22	7 09/22	8 10/22	9 11/22	10 12/22	11 01/23	12 02/23
Período:	%:	27,70%	24,88%	14,85%	15,03%	8,06%	9,46%						
	Repasse:	399.409,22	358.754,81	214.132,42	216.718,82	116.241,37	136.457,36						
	Contrapartida:	910,33	817,66	488,05	493,94	264,94	311,01						
	Outros:	-	-	-	-	-	-						
	Investimento:	**400.319,55**	**359.572,48**	**214.620,46**	**217.212,77**	**116.506,30**	**136.768,37**						
Acumulado:	%:	27,70%	52,59%	67,44%	82,47%	90,54%	100,00%						
	Repasse:	399.409,22	758.164,03	972.296,45	1.189.015,27	1.305.256,64	1.441.714,00						
	Contrapartida:	910,33	1.727,99	2.216,04	2.709,98	2.974,92	3.285,93						
	Outros:	-	-	-	-	-	-						
	Investimento:	**400.319,55**	**759.892,03**	**974.512,49**	**1.191.725,26**	**1.308.231,56**	**1.444.999,93**						

CAMPESTRE DO MARANHÃO
Local

terça-feira, 5 de novembro de 2024
Data

Responsável Técnico
Nome: RODRIGO ROCHA DA SILVA
CREA/CAU: 111637831-0
ART/RRT:

CAIXA

Quadro de Composição do BDI

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO	Nº SICONV	PROPONENTE / TOMADOR
1090959-80	951049/2023	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE DO MARANHÃO

APELIDO DO EMPREENDIMENTO / DESCRIÇÃO DO LOTE

PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA / Pavimentação de Vias Urbanas no Município de Campestre do Maranhão - MA

Conforme legislação tributária municipal, definir estimativa de percentual da base de cálculo para o ISS:	100,00%
Sobre a base de cálculo, definir a respectiva alíquota do ISS (entre 2% e 5%):	5,00%

BDI 1

TIPO DE OBRA

Construção de Praças Urbanas, Rodovias, Ferrovias e recapeamento e pavimentação de vias urbanas

Itens	Siglas	% Adotado
Administração Central	AC	3,80%
Seguro e Garantia	SG	0,32%
Risco	R	0,50%
Despesas Financeiras	DF	1,02%
Lucro	L	6,64%
Tributos (impostos COFINS 3%, e PIS 0,65%)	CP	3,65%
Tributos (ISS, variável de acordo com o município)	ISS	5,00%
Tributos (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - 0% ou 4,5% - Desoneração)	CPRB	4,50%
BDI SEM desoneração (Fórmula Acórdão TCU)	BDI PAD	23,38%
BDI COM desoneração	BDI DES	**29,77%**

Os valores de BDI foram calculados com o emprego da fórmula:

$$BDI = \frac{(1+AC+S+R+G)*(1+DF)*(1+L)}{(1-CP-ISS-CRPB)} - 1$$

Declaro para os devidos fins que, conforme legislação tributária municipal, a base de cálculo deste tipo de obra corresponde à 100%, com a respectiva alíquota de 5%.

Declaro para os devidos fins que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para elaboração do orçamento foi COM Desoneração, e que esta é a alternativa mais adequada para a Administração Pública.

Observações:

CAMPESTRE DO MARANHÃO
Local

sexta-feira, 15 de março de 2024
Data

Responsável Técnico
Nome: RODRIGO ROCHA DA SILVA
CREA/CAU: 111637831-0
ART/RRT: 0

Quadro de Composição do BDI

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO	Nº SICONV	PROPONENTE / TOMADOR
1090959-80	951049/2023	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE DO MARANHÃO

APELIDO DO EMPREENDIMENTO / DESCRIÇÃO DO LOTE

PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA / Pavimentação de Vias Urbanas no Município de Campestre do Maranhão - MA

Conforme legislação tributária municipal, definir estimativa de percentual da base de cálculo para o ISS:	100,00%
Sobre a base de cálculo, definir a respectiva alíquota do ISS (entre 2% e 5%):	5,00%

Contrato de Repasse

Grau de Sigilo
#PÚBLICO

CONTRATO DE REPASSE Nº 951049/2023/MCIDADES/CAIXA

CONTRATO DE REPASSE QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DAS CIDADES, REPRESENTADO(A) PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, E O(A) MUNICÍPIO DE CAMPESTRE DO MARANHÃO, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO MOBILIDADE URBANA.

Por este Instrumento Particular, as partes abaixo nominadas e qualificadas têm, entre si, justo e acordado o Contrato de Repasse de recursos orçamentários da União, em conformidade com este Contrato de Repasse e com a seguinte regulamentação: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei nº 14.133, de 2021, Lei de Diretrizes Orçamentárias Federal vigente, Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, e suas alterações, Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Decreto n° 11.531, de 16 de março de 2023, e suas alterações, Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 e suas alterações, Instrução Normativa MPDG Nº 02, de 24 de janeiro de 2018 e suas alterações, Diretrizes Operacionais do Gestor do Programa para o exercício, Contrato de Prestação de Serviços (CPS) firmado entre o Gestor do Programa e a Caixa Econômica Federal e demais leis e normativos vigentes que tratarem da matéria, as quais os partícipes se sujeitam, desde já, na forma ajustada a seguir:

PARTÍCIPES

I – CONTRATANTE – A União Federal, por intermédio do Gestor do Programa MINISTÉRIO DAS CIDADES, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.465.986/0001-99, representado pela Caixa Econômica Federal, instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969 e constituída pelo Decreto nº 66.303, de 6 de março de 1970, regendo-se pelo Estatuto Social aprovado na Assembleia Geral de 19 de janeiro de 2018, em conformidade com o Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e suas alterações, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 04, Lote 3/4, Brasília-DF, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 00.360.305/0001-04, na qualidade de Mandatária da União, nos termos dos instrumentos supracitados, neste ato representada por CARLOS ANDRÉ CORRÊA CARDOSO, CPF nº 094.733.467-00, residente e domiciliado(a) em Avenida dos Holandeses, 8 apt. 703 - São Luís/MA - CEP: 65071-380, conforme procuração lavrada em notas do 2º Tabelião de Notas e Protestos - Brasília - Distrito Federal, no livro 3577-P, fls 065, em 05/09/2023 e substabelecimento lavrado em notas do 2º Tabelião de Notas e Protestos - Brasília - Distrito Federal, no livro 3580-P, fls. 040, em 10/10/2023., doravante denominada simplesmente CONTRATANTE.

II – CONTRATADO – MUNICÍPIO DE CAMPESTRE DO MARANHÃO, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.598.550/0001-17, neste ato representado pelo respectivo Prefeito(a) Municipal, Senhor(a) FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA, CPF nº 748.115.173-34, residente e domiciliado(a) em R. ONILDO GOMES, 240 , CEP: 65968-000 CENTRO - CAMPESTRE DO MARANHAO - MA, doravante denominado(a) simplesmente CONTRATADO.

CONDIÇÕES GERAIS

I - OBJETO DO CONTRATO DE REPASSE
Pavimentação de vias urbanas no município de Campestre do Maranhão/MA.

II – MUNICÍPIO(S) BENEFICIÁRIO(S)
Campestre do Maranhão - MA.

III - CONTRATAÇÃO SOB LIMINAR
(x) Não ( ) Sim

Apenas no caso de contratação sob liminar, aplica-se a Cláusula Décima Sétima desse Contrato de Repasse – Condições Gerais.

IV – CONTRATAÇÃO SOB CONDIÇÃO SUSPENSIVA
( ) Não (x) Sim
No caso de “SIM”, informar:
Documentação: Área de Intervenção, Técnica de Engenharia, Licença Ambiental e Plano de Sustentabilidade.
Prazo final para inserção das peças documentais pelo CONTRATADO no TRANSFEREGOV: 9 (nove) meses, contados da data da assinatura do documento.

V – DESCRIÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

- Recursos do Repasse da União: R$ 1.441.714,00 (um milhão quatrocentos e quarenta e um mil setecentos e quatorze reais).
- Recursos da Contrapartida aportada pelo CONTRATADO E/OU UNIDADE EXECUTORA: R$ 3.286,00 (três mil duzentos e oitenta e seis reais).

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

- Valor de Investimento (Repasse + Contrapartida): R$ 1.445.000,00 (um milhão e quatrocentos e quarenta e cinco mil reais).
- Nota de Empenho nº 2023NE002307, emitida em 07/12/2023, no valor de R$ 1.441.714,00 (um milhão quatrocentos e quarenta e um mil setecentos e quatorze reais), Unidade Gestora 175004, Gestão 00001.
- Programa de Trabalho: 15451221900T10001.
- Natureza da Despesa: 444042.

VI – PRAZOS

- Término da Vigência Contratual: 1 de dezembro de 2026.
- Apresentação da Prestação de Contas Final pelo CONTRATADO: até 60 dias após o término da vigência contratual ou conclusão da execução do objeto, o que ocorrer primeiro; da denúncia ou da rescisão.
- Arquivamento pelo CONTRATADO: 5 (cinco) anos contados da data de aprovação da prestação de contas final pela CONTRATANTE.

VII – FORO
Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado de Estado do Maranhão.

VIII-A – ENDEREÇOS FÍSICOS
Endereço para entrega de correspondências ao CONTRATADO: Avenida Justino Teixeira de Miranda, 65, Setor Administrativo - CEP 65968-000 - Campestre do Maranhão - MA.
Endereço para entrega de correspondências à CONTRATANTE: Rua Perdizes, quadra 35, nr 01. Edifício Via Manhattan III, Torre 2, 6° andar. 65075-340 - São Luis - MA.

VIII-B – ENDEREÇOS ELETRÔNICOS
Endereço eletrônico do CONTRATADO: lucianovencedor75@gmail.com; rodrigomelosoares@hotmail.com; bermudafernando@gmail.com.
Endereço eletrônico da CONTRATANTE: gigovsl@caixa.gov.br.

Pelo presente instrumento, as partes nominadas no Contrato de Repasse, pactuam as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PLANO DE TRABALHO E DA CONDIÇÃO SUSPENSIVA
1 – O Plano de Trabalho aprovado no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (TRANSFEREGOV) é parte integrante do presente Contrato de Repasse, independente de transcrição.

1.1 – A eficácia deste Instrumento está condicionada à apresentação pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA da documentação disposta no art. 24 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU n° 33/2023 na data da celebração do presente instrumento ou no prazo estabelecido no item IV das Condições Gerais deste Contrato, bem como à análise favorável pela CONTRATANTE da referida documentação.

1.1.1 – O CONTRATADO E/OU UNIDADE EXECUTORA, desde já e por este Instrumento, reconhece e dá sua anuência que o não atendimento das exigências no prazo fixado ou a não aprovação da documentação pela CONTRATANTE implicará a:

a) Extinção do presente Contrato de Repasse independente de notificação, quando não houver liberação de recursos de repasse;
b) Rescisão imediata do presente Contrato de Repasse, com o ressarcimento de eventuais despesas para elaboração do projeto básico ou termo de referência custeadas com recursos do instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES
2 – Como forma mútua de cooperação na execução do objeto do Contrato de Repasse, são obrigações das partes:

2.1 – DA CONTRATANTE

I. Analisar e aceitar a documentação técnica, institucional e jurídica das propostas selecionadas;
II. Celebrar o Contrato de Repasse, após atendimento dos requisitos pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, e publicar seu extrato, no Diário Oficial da União (DOU), e respectivas alterações, se for o caso;
III. Acompanhar e aferir a execução físico-financeira do objeto pactuado, assim como verificar a regular aplicação das parcelas de recursos;
IV. Transferir ao CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA os recursos financeiros, na forma do cronograma de desembolso aprovado, observado o disposto na Cláusula Quinta deste Instrumento;
V. Comunicar a assinatura e liberação de recursos ao Poder Legislativo na forma disposta na legislação;
VI. Monitorar e acompanhar a conformidade física e financeira durante a execução do presente instrumento;
VII. Analisar eventuais solicitações de reprogramação dos Anteprojetos, Projetos Técnicos ou Termos de Referência, submetendo-as, quando for o caso, ao Gestor do Programa, mediante o pagamento de tarifa extraordinária, conforme Cláusula Décima Segunda;
VIII. Verificar a realização do procedimento licitatório pelo CONTRATADO, atendo-se à documentação no que tange: a contemporaneidade do certame, aos preços do licitante vencedor e sua compatibilidade com os preços de referência, ao respectivo enquadramento do objeto ajustado com o efetivamente licitado, ao fornecimento de declaração expressa firmada por representante legal do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA atestando o atendimento às disposições legais aplicáveis, ou registro no TRANSFEREGOV que a substitua;

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

27.941 v032 micro

IX. Aferir a execução do objeto pactuado, conforme pactuado no Plano de Trabalho, por meio da verificação da compatibilidade entre estes e o efetivamente executado, assim como verificar a regular aplicação das parcelas de recursos, de acordo com o disposto na Cláusula Quinta;
X. Verificar a existência da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, Registro de Responsabilidade Técnica – RRT ou, quando aplicável, Termo de Responsabilidade Técnica - TRT, quando se tratar de obras e serviços de engenharia;
XI. Designar, em 10 dias contados da assinatura do instrumento, os servidores ou empregados responsáveis pelo seu acompanhamento;
XII. Divulgar em sítio eletrônico institucional as informações referentes a valores devolvidos, bem como a causa da devolução, nos casos de não execução total do objeto pactuado, extinção ou rescisão do instrumento;
XIII. Fornecer, quando requisitadas pelos órgãos de controle externo e nos limites de sua competência específica, informações relativas ao Contrato de Repasse independente de autorização judicial;
XIV. Notificar previamente o CONTRATADO a inscrição como inadimplente no TRANSFEREGOV, quando detectadas impropriedades ou irregularidades no acompanhamento da execução do objeto do instrumento, devendo ser incluída no aviso a respectiva Secretaria da Fazenda ou secretaria similar, e o Poder Legislativo do órgão responsável pelo instrumento;
XV. Receber e analisar a prestação de contas encaminhada pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, bem como notificá-lo quando da não apresentação da Prestação de Contas no prazo fixado, e/ou quando constatada a má aplicação dos recursos, instaurando, se for o caso, a correspondente Tomada de Contas Especial;
XVI. Efetuar a devolução imediata dos saldos remanescentes da conta vinculada ao instrumento para a conta única do Tesouro Nacional, nos casos aplicáveis;
XVII. Ter a prerrogativa de assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou de ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade;
XVIII. Realizar tempestivamente no TRANSFEREGOV os atos e os procedimentos relativos ao acompanhamento da execução do objeto, registrando aqueles que por sua natureza não possam ser realizados nesse Sistema, mantendo-o atualizado;
XIX. Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do presente instrumento, providenciar o cancelamento dos saldos de empenho no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

2.2 – DO CONTRATADO

I. Consignar no Orçamento do exercício corrente ou, em lei que autorize sua inclusão, os recursos necessários para executar o objeto do Contrato de Repasse e, no caso de investimento que extrapole o exercício, consignar no Plano Plurianual os recursos para atender às despesas em exercícios futuros que, anualmente constarão do seu Orçamento;
II. Observar as condições para recebimento de recursos da União e para inscrição em restos a pagar estabelecidas pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;
III. Comprometer-se, nos casos em que couber a instituição da contribuição de melhoria, nos termos do Código Tributário Nacional, a não efetuar cobrança que resulte em montante superior à contrapartida aportada ao Contrato de Repasse;
IV. Definir o regime de execução do objeto do Contrato de Repasse, conforme legislação vigente;
V. Definir, por metas e etapas a forma de execução do objeto, observando:
   a) a forma e a metodologia de comprovação do cumprimento do objeto estabelecidas pelo Gestor, conforme diretrizes programáticas ou normas complementares; e
   b) a descrição dos parâmetros objetivos de referência para a avaliação do cumprimento do objeto estabelecidos pelo Gestor, conforme diretrizes programáticas ou normas complementares.
VI. Definir as necessidades e demandas das obras, realizar os estudos de viabilidade preliminares e ensaios tecnológicos necessários para embasamento das soluções constantes no anteprojeto ou projeto;
VII. Elaborar os anteprojetos, os projetos técnicos ou termos de referência relacionados ao objeto pactuado e apresentar toda documentação jurídica, técnica e institucional necessária à celebração e à eficácia do Contrato de Repasse, de acordo com os normativos do programa;
VIII. Apresentar documentos de titularidade dominial da área de intervenção, licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente ou entidade da esfera municipal, estadual, distrital ou federal, bem como concessionárias de serviços públicos, conforme o caso, nos termos da legislação aplicável;
IX. Executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto pactuado no Contrato de Repasse, observando prazos e custos, designando profissional habilitado e com experiência necessária ao acompanhamento e controle das obras e serviços com a respectiva ART, RRT ou, quando aplicável, TRT da prestação de serviços de fiscalização a serem realizados, utilizando os aplicativos disponibilizados pelo órgão central do TRANSFEREGOV, para registro da execução física do objeto e quando da realização das atividades de fiscalização;
X. Apresentar à CONTRATANTE declaração de capacidade técnica, indicando o servidor ou servidores que acompanharão a obra ou serviço de engenharia;
XI. Garantir a existência de área gestora dos recursos recebidos por transferência voluntária da União, com atribuições definidas para gestão, celebração, execução e prestação de contas, com lotação de, no mínimo, um servidor ou empregado público efetivo, em cumprimento ao Acórdão nº 1.905, de 2017, do Plenário do Tribunal de Contas da União (Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023);
XII. Assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos anteprojetos ou projetos e da execução dos produtos e serviços contratados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades, determinando a correção de vícios detectados que possam comprometer a fruição do objeto, inclusive se detectados pela CONTRATANTE ou pelos órgãos de controle;
XIII. Garantir a existência de infraestrutura, utilidades, pessoal e licenças necessários à instalação e disponibilização dos equipamentos adquiridos;
XIV. Selecionar as áreas de intervenção e os beneficiários finais em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Gestor do Programa, podendo estabelecer outras que busquem refletir situações de vulnerabilidade econômica e social, informando à CONTRATANTE sempre que houver alterações;

XV. Realizar o procedimento de compras e contratações, sob sua competência e responsabilidade, observada a legislação vigente e assegurando:
  a) a disponibilização da contrapartida, quando for o caso;
  b) a correção dos procedimentos legais;
  c) a suficiência do anteprojeto, do projeto básico ou do termo de referência;
  d) a suficiência da planilha orçamentária discriminativa do percentual de Encargos Sociais Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) utilizados, cada qual com o respectivo detalhamento de sua composição, por item de orçamento ou conjunto deles; e
  e) a utilização do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, conforme previsto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

XVI. Apresentar declaração expressa firmada por representante legal do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, ou registro no TRANSFEREGOV que a substitua, atestando o atendimento das disposições legais aplicáveis ao procedimento de compras e contratações;

XVII. Exercer, na qualidade de contratante, a gestão e fiscalização sobre o CTEF – Contrato de Execução e Fornecimento de Obras ou Serviços ou Equipamentos;

XVIII. Realizar visitas regulares nos empreendimentos, e apresentar os relatórios referentes às visitas realizadas quando solicitado;

XIX. Estimular a participação dos beneficiários finais na elaboração e implementação do objeto do Contrato de Repasse, bem como na manutenção do patrimônio gerado por estes investimentos;

XX. No caso de Municípios e Distrito Federal, notificar os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede no município ou Distrito Federal, em conformidade com a Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, facultada a notificação por meio eletrônico;

XXI. Operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do Contrato de Repasse, após sua execução, de forma a possibilitar a sua funcionalidade;

XXII. Prestar contas dos recursos transferidos pela CONTRATANTE destinados à consecução do objeto no prazo fixado no Contrato de Repasse;

XXIII. Fornecer à CONTRATANTE, a qualquer tempo, informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o acompanhamento e avaliação do processo;

XXIV. Prever no edital de licitação e no CTEF que a responsabilidade pela qualidade das obras, materiais e serviços executados ou fornecidos é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado;

XXV. Realizar tempestivamente no TRANSFEREGOV os atos e os procedimentos relativos à formalização, execução, licitação, acompanhamento, prestação de contas e informações acerca de tomada de contas especial do Contrato de Repasse e registrar no TRANSFEREGOV os atos que por sua natureza não possam ser realizados nesse Sistema, mantendo-os atualizados;

XXVI. Instaurar processo administrativo apuratório, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução do CTEF ou gestão financeira do Contrato de Repasse, comunicando tal fato à CONTRATANTE;

XXVII. Registrar no TRANSFEREGOV o extrato do edital de licitação, o preço estimado pela Administração para a execução do serviço e a proposta de preço total ofertada por cada licitante com o seu respectivo CNPJ, a publicação do termo de homologação e adjudicação, o extrato do CTEF e seus respectivos aditivos, a ART, RRT ou, quando aplicável, TRT dos anteprojetos, dos projetos, dos executores e da fiscalização de obras, as ordens de serviço ou autorizações de fornecimento e os atestes dos boletins de medições;

XXVIII. Indicar o sistema Fala.BR como canal de comunicação efetivo, ao qual se dará ampla publicidade, para o recebimento pela União de manifestações dos cidadãos relacionados ao instrumento, possibilitando o registro de sugestões, elogios, solicitações, reclamações e denúncias;

XXIX. Afixar em local visível placa de obra elaborada conforme Manual de Uso da Marca do Governo Federal – Obras, mantendo-a em bom estado de conservação durante todo o prazo de execução das obras;

XXX. Quando o objeto do instrumento se referir à execução de obras e serviços de engenharia, incluir, nas placas e adesivos indicativos das obras, o *QR Code* do aplicativo para o cidadão, disponibilizado pelo TRANSFEREGOV, bem como informações sobre canal para o registro de denúncias, reclamações e elogios, conforme previsto no Manual de Uso da Marca do Governo Federal – Obras;

XXXI. Ao tomar ciência de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dar ciência aos órgãos de controle e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificar os Ministérios Público Federal e Estadual e a Advocacia Geral da União;

XXXII. Obedecer às regras e diretrizes de acessibilidade na execução do objeto dos instrumentos, em conformidade com as leis, normativos e orientações técnicas que tratam da matéria;

XXXIII. Compatibilizar o objeto do Contrato de Repasse com normas e procedimentos de preservação ambiental municipal, estadual ou federal, conforme o caso;

XXXIV. Prever no edital de licitação as composições de custos unitários e o detalhamento de encargos sociais e do BDI que integram o orçamento do anteprojeto, nos termos da Lei nº 14.133/2021, ou do projeto básico da obra e/ou serviço, em cumprimento ao previsto na legislação vigente e conforme a Súmula nº 258 do Tribunal de Contas da União, vedada a utilização de orçamento sigiloso;

XXXV. Nos casos de transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, observar o disposto no Decreto nº 7.983, de 08 de abril de 2013, e suas alterações, nas licitações que realizar, no caso de contratação de obras ou serviços de engenharia, bem como apresentar à CONTRATANTE declaração firmada pelo representante legal do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA acerca do atendimento ao disposto no referido Decreto;

XXXVI. Utilizar, para aquisição de bens e serviços comuns, a modalidade pregão, nos termos da legislação vigente, obrigatoriamente a sua forma eletrônica, devendo ser justificada pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA a impossibilidade de sua utilização, vedada a utilização de orçamento sigiloso;

XXXVII. Iniciar o procedimento licitatório em até 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado, desde que motivado pelo CONTRATADO e aceito pela CONTRATANTE, contados:
  a) Da data de assinatura do presente instrumento, caso não possua cláusula suspensiva; ou

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

b) Do aceite do termo de referência ou da emissão do Laudo de Análise Técnica, caso o presente instrumento possua cláusula suspensiva.

XXXVIII. Apresentar declaração expressa ou fornecer declaração emitida pela empresa vencedora da licitação, atestando que esta não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, sendo de sua inteira responsabilidade a fiscalização dessa obrigação;

XXXIX. Registrar no TRANSFEREGOV as atas e as informações sobre os participantes e respectivas propostas das licitações, bem como as informações referentes às dispensas e inexigibilidades juntamente com os pareceres técnico e jurídico que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos na legislação pertinente;

XL. Inserir cláusula nos CTEFs destinados à execução do instrumento, para que a empresa contratada:

a) permita o livre acesso dos servidores do Gestor e dos órgãos de controle interno e externo da União, bem como dos funcionários da CONTRATANTE, aos documentos e registros contábeis das empresas contratadas; e

b) insira as informações e os documentos relativos à execução da obra ou serviço de engenharia no TRANSFEREGOV;

XLI. Atestar, por meio do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), a regularidade das empresas e/ou profissionais participantes do processo de licitação, em especial ao impedimento daquelas em contratar com o Poder Público, em atendimento ao disposto na Portaria CGU nº 516, de 15 de março de 2010;

XLII. Consultar no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF a regularidade das empresas e/ou profissionais participantes do processo de licitação, em especial ao impedimento daquelas em contratar com o Poder Público, sendo vedada a participação na licitação ou contratação de empresa que consta como impedida ou suspensa;

XLIII. Consultar no Cadastro Nacional de Condenações Civis a regularidade das empresas e/ou profissionais participantes do processo de licitação, no que tange a registro de ato de improbidade administrativa e inelegibilidade supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça;

XLIV. Apresentar à CONTRATANTE relatório de execução do empreendimento contendo informações sobre a execução físico-financeira do Contrato de Repasse, bem como da utilização da contrapartida, conforme o art. 32 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 e suas alterações;

XLV. Verificar, a cada pagamento de medição, a devida regularidade dos contratos de trabalho pelas empresas que prestam serviços, por meio de CTEF, através da exigência da apresentação das Guias de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social (GFIP), relativas aos trabalhadores que prestaram serviços no período, no caso de contratação de obras de engenharia. (Ofício nº. 132/2021/AERIN/MAPA – Relatório de auditoria nº 201900014)

XLVI. Responsabilizar-se pela conclusão do empreendimento quando o objeto do Contrato de Repasse prever apenas sua execução parcial e for etapa de empreendimento maior, a fim de assegurar sua funcionalidade;

XLVII. Divulgar, em qualquer ação promocional relacionada ao objeto e/ou objetivo do Contrato de Repasse, o nome do Programa, a origem do recurso, o valor do repasse e o nome da CONTRATANTE e do Gestor do Programa, como entes participantes, obrigando-se o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA a comunicar expressamente à CAIXA a data, forma e local onde ocorrerá a ação promocional, inclusive entregas e/ou inaugurações, com antecedência mínima de 72 horas, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros, observadas as limitações impostas pela Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997;

XLVIII. Comprometer-se a utilizar a assinatura do Gestor do Programa acompanhada da marca do Governo Federal nas publicações decorrentes do Contrato de Repasse, observadas as limitações impostas pela Lei Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997;

XLIX. Responder solidariamente, os entes consorciados, no caso da execução do objeto contratual por consórcios públicos;

L. Aplicar, no TRANSFEREGOV, os recursos creditados na conta vinculada ao Contrato de Repasse em caderneta de poupança, se o prazo previsto para sua utilização for igual ou superior a um mês, e realizar os pagamentos de despesas do Contrato de Repasse também por intermédio do TRANSFEREGOV, observadas as disposições contidas na Cláusula Sétima deste Instrumento;

LI. Estar ciente de que a CONTRATANTE está autorizada a efetuar o resgate dos saldos remanescentes da conta vinculada ao instrumento, nos casos em que não houver a devolução dos recursos no prazo previsto;

LII. Estar ciente sobre a não sujeição ao sigilo bancário, quanto a União e respectivos órgãos de controle, por se tratar de recurso público;

LIII. Dar ciência da celebração do Contrato de Repasse ao conselho local ou instância de controle social da área vinculada ao programa de governo que originou a transferência, quando houver;

LIV. Divulgar em sítio eletrônico institucional as informações referentes a valores devolvidos, bem como a causa da devolução, nos casos de não execução total do objeto pactuado, extinção ou rescisão do instrumento;

LV. Disponibilizar, em seu sítio oficial na internet, ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, consulta ao extrato do instrumento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação e o detalhamento da aplicação dos recursos, bem como as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado, devendo os instrumentos serem separados por ano de celebração, classificados do maior valor para o menor, podendo a disponibilização do extrato na internet ser suprida com a inserção de link na página oficial do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA que possibilite acesso direto ao TRANSFEREGOV;

LVI. Indicar a obrigatoriedade de contabilização e guarda dos bens remanescentes e manifestar compromisso de utilização dos bens para assegurar a continuidade da política pública, estando claras as regras e diretrizes de utilização;

LVII. Responder, na figura de seus titulares, na medida de seus atos, competências e atribuições o CONTRATADO e solidariamente, quando for o caso, a UNIDADE EXECUTORA, por desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução do contrato ou gestão financeira do instrumento;

LVIII. Apresentar, via TRANSFEREGOV, o Plano de Sustentabilidade do empreendimento ou equipamento a ser adquirido e comunicar ao respectivo Poder Legislativo o compromisso assumido, sendo permitida, exclusivamente para obras e serviços de engenharia do Nível I, a substituição do Plano de Sustentabilidade por declaração do representante legal do CONTRATADO;

LIX. Observar as condições para reprogramação estabelecidas na Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023, e IN MPDG nº 02, de 24 de janeiro de 2018 e suas alterações;

LX. Tomar outras providências necessárias à boa execução do objeto do Contrato de Repasse.

LXI. Caso seja instalada placa de inauguração de conclusão das obras, garantir sua conformidade com o Manual Visual de Placas e Adesivos de Obras, regulamentado e disponibilizado pelo Governo Federal.
LXII. Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica do instrumento em instituição financeira oficial;
LXIII. Incluir regularmente no TRANSFEREGOV as informações e os documentos exigidos nas diretrizes programáticas e na Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 e suas alterações, mantendo-o atualizado;
LXIV. Atender ao disposto nas diretrizes programáticas, normas e regramentos da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 e suas alterações, independentemente de formalização de Termo Aditivo ao presente instrumento.
LXV. Observar os preceitos constitucionais, a legislação ordinária e as normas complementares aplicáveis, bem como suas alterações.
LXVI. Transferir a posse e propriedade do imóvel para os beneficiários finais, sendo condicionante para aprovação da Prestação de Contas, caso a operação preveja o item de investimento de regularização fundiária;
LXVII. Apresentar a Licença de Operação, fornecida pelo órgão ambiental competente, sendo condicionante para aprovação da Prestação de Contas Final, caso a operações seja de abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos urbanos e drenagem, inclusive as realizadas nos programas habitacionais;
LXVIII. Estar ciente que a não aprovação pela CONTRATANTE do produto inicial relativo à metodologia implicará a rescisão contratual e a não liberação dos recursos contratados bem como a devolução dos recursos eventualmente já sacados, no caso de operações de Plano Diretor, Risco e Regularização Fundiária;
LXIX. Estar ciente que a liberação da última parcela fica condicionada à comprovação da regularização efetiva da situação da delegação ou concessão firmada entre o município e o prestador dos serviços, no caso de operações do Programa Serviços Urbanos de Água e Esgoto, quando a comprovação da regularidade da delegação e concessão for apresentada por termo de compromisso;
LXX. Garantir isoladamente ou junto aos órgãos competentes o fornecimento, a manutenção e a operação dos sistemas de abastecimento de água, de coleta e tratamento de esgoto sanitário, de coleta e tratamento dos resíduos sólidos, de coleta de esgotos pluviais, de pavimentação pública e de rede de distribuição de energia elétrica e iluminação pública, no que couber.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3 – A CONTRATANTE transferirá, ao CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, até o limite do valor dos Recursos de Repasse descrito no item V das CONDIÇÕES GERAIS e de acordo com o cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho.

3.1 – O CONTRATADO deverá depositar na conta específica do instrumento o valor dos Recursos de Contrapartida descrito no item V das CONDIÇÕES GERAIS, em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso, de acordo com os percentuais e as condições estabelecidas na legislação vigente à conta de recursos alocados em seu orçamento.

3.2 – Os recursos transferidos pela União e os recursos do CONTRATADO destinados ao presente Contrato de Repasse, figurarão no Orçamento do CONTRATADO, obedecendo ao desdobramento por fontes de recursos e elementos de despesa.

3.3 – Quando o valor global inicialmente pactuado se demonstrar insuficiente para a execução do objeto, em função da atualização de preços praticados no mercado, poderão ser:
I. utilizados saldos de recursos ou rendimentos de aplicação no mercado financeiro;
II. aportados novos recursos do CONTRATADO; ou
III. reduzidas as metas e etapas, desde que a redução não comprometa a fruição ou funcionalidade do objeto pactuado.

3.4 – Toda a movimentação financeira deve ser efetuada, obrigatoriamente, na conta vinculada a este Contrato de Repasse, em agência da CAIXA, isenta de cobrança de tarifas bancárias.

CLÁUSULA QUARTA – DA AUTORIZAÇÃO DE INÍCIO DE OBRA

4 – O CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, por meio deste Instrumento, se compromete a iniciar a execução física de obras e serviços de engenharia somente após:
I - a liberação da primeira parcela, ou parcela única de recursos da União, e a emissão automática da Autorização de Início de Obra – AIO para o Nível I; e
II - após a emissão da Autorização de Início de Obra – AIO pela CONTRATANTE para os Níveis II a V.

4.1 - A data da primeira ordem de serviço – OS registrada no TRANSFEREGOV, pelo CONTRATADO ou UNIDADE EXECUTORA, caracterizará o início da execução física da obra ou serviço de engenharia.

4.2 – Caso a contratação seja efetuada no período pré-eleitoral, o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA declara estar ciente de que a autorização de início de objeto e a liberação dos recursos somente ocorrerá após finalizado o processo eleitoral a se realizar no mês de outubro, considerada, inclusive, a eventual ocorrência de segundo turno, em atendimento ao artigo 73, inciso VI, alínea “a” da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO, LIBERAÇÃO DE RECURSOS E PAGAMENTOS

5 – A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a sua plena execução, respondendo o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA pelos danos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do instrumento, não cabendo a responsabilização da CONTRATANTE por inconformidades ou irregularidades praticadas pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, salvo nos casos em que as falhas decorrerem de omissão de responsabilidade atribuída à CONTRATANTE.

5.1 – No acompanhamento da execução do objeto serão verificados:

I. A comprovação da boa e regular aplicação dos recursos, na forma da legislação aplicável;

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

II. A compatibilidade entre a execução do objeto, o que foi estabelecido no plano de trabalho, os desembolsos e pagamentos, conforme os cronogramas apresentados;
III. A regularidade das informações registradas pelo CONTRATADO no TRANSFEREGOV;
IV. O cumprimento das metas do plano de trabalho nas condições estabelecidas;
V. A conformidade financeira.

5.2 – A CONTRATANTE comunicará ao CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica apurados durante a execução do instrumento, procedendo o bloqueio de recursos, ficando estabelecido o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, podendo ser prorrogado por igual período.

5.3 – A CONTRATANTE reportará decisão quanto à aceitação ou não das justificativas apresentadas e, se for o caso, realizará procedimento de apuração de dano ao erário, ensejando registro de inadimplência no TRANSFEREGOV e imediata instauração de Tomada de Contas Especial.

5.4 – A liberação dos recursos financeiros obedecerá ao cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho, respeitando a disponibilidade financeira do Gestor do Programa e atendidas as exigências cadastrais vigentes.

5.4.1 – A liberação de recursos deverá ocorrer da seguinte forma:

I. Para instrumentos enquadrados nos:
   a) Níveis I e VI, preferencialmente em parcela única; e
   b) Níveis II a V, em no mínimo 3 (três) parcelas, sendo que a primeira não poderá exceder a 30% (trinta por cento) do valor global do instrumento.
II. A liberação das parcelas previstas no cronograma de desembolso ficará condicionada à:
   a) Conclusão do processo licitatório ou da cotação prévia dos itens de despesas apresentados pelo CONTRATADO;
   b) Verificação e aceite da realização do processo licitatório ou da cotação prévia pela CONTRATANTE.
III. A liberação da segunda parcela e demais subsequentes estará condicionada à execução de, no mínimo, 70% (setenta por cento) das parcelas liberadas anteriormente.

5.4.2 A exigência de execução de 70% (setenta por cento) das parcelas anteriores, para liberação de recursos de parcelas subsequentes, poderá ser excepcionalizada, desde que em benefício da execução do objeto, quando justificada expressamente pelo CONTRATADO e aceita pelo Gestor ou pela CONTRATANTE.

5.5 – O cronograma de desembolso previsto no plano de trabalho deverá estar em consonância com as metas e fases ou etapas de execução do objeto do instrumento.

5.6 – Quando necessário, o cronograma de desembolso deverá ser ajustado pelo CONTRATADO após à verificação da realização do processo licitatório ou da cotação prévia pela CONTRATANTE.

5.7 – Os pagamentos realizados pelo CONTRATADO ou UNIDADE EXECUTORA, relativos às despesas de obras executadas com recursos dos instrumentos estão condicionados a:
a) Inserção do boletim de medição, no TRANSFEREGOV, pela empresa contratada para execução do objeto;
b) Ateste do boletim de medição pelo fiscal do CONTRATADO OU UNIDADE EXECUTORA;
c) Vistorias intermediárias *in loco*, realizadas pela CONTRATANTE, exclusivamente para os pagamentos correspondentes aos percentuais de execução verificados nos marcos de dos níveis II a V que trata o art. 86 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023;
d) Vistoria final *in loco*, realizada pela CONTRATANTE, exclusivamente quando se referir ao pagamento da última medição.
e) Existência de placa de inauguração das obras, quando obrigatória, para o pagamento da última medição; e
f) Conformidade da placa de inauguração das obras, caso seja instalada, com o Manual Visual de Placas e Adesivos de Obras, regulamentado e disponibilizado pelo Governo Federal.

5.7.1 – O servidor indicado pelo CONTRATADO responsável pelo acompanhamento e fiscalização da obra deverá assinar e carregar no TRANSFEREGOV o relatório de fiscalização referente a cada medição.

5.7.2 – O CONTRATADO deverá verificar se os materiais aplicados e os serviços realizados atendem aos requisitos de qualidade estabelecidos pelas especificações técnicas dos anteprojetos e dos projetos de engenharia aceitos.

5.7.3 – A execução física será aferida conforme regramento disposto no art. 86 Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 e suas alterações.

5.7.4 – A aferição da execução do objeto, suas metas e fases ou etapas será realizada por meio da verificação da compatibilidade entre o efetivamente executado e o pactuado no Plano de Trabalho.

5.8 – Na hipótese de inexecução ou paralisação da execução financeira por 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados da liberação da parcela pelo Gestor ou do último pagamento realizado pelo CONTRATADO, o Gestor ou a CONTRATANTE deverão:
I – bloquear a conta corrente específica do instrumento pelo prazo de até 180 (cento e oitenta) dias; e
II – suspender a liberação de novos recursos para o CONTRATADO no âmbito do mesmo órgão ou entidade concedente.

5.9 – Os prazos dispostos no item 5.8 da Cláusula Quinta do presente Contrato de Repasse, deverão ser suspensos quando:

I – A inexecução financeira for devida a atraso de liberação de parcelas pelo Gestor ou pela CONTRATANTE;
II – A paralisação da execução se der por determinação judicial, por recomendação ou determinação de órgãos de controle ou em razão de caso fortuito ou força maior;
III – For reconhecida pelo Congresso Nacional, no caso da União, ou pelas Assembleias Legislativas, Câmara Legislativa e Câmaras Municipais na hipótese respectiva dos estados, Distrito Federal e municípios, situação de emergência ou calamidade pública na localidade de execução do objeto; e
IV – A inexecução financeira for decorrente de distrato do contrato licitado desde que:
a) o CONTRATADO demonstre que não deu causa, pelo envio de documentos comprobatórios como notificações à empresa ou ofício de solicitação de distrato pela empresa contratada; e
b) limitado ao tempo decorrido entre a emissão da ordem de serviço – OS e a publicação da rescisão do contrato.

5.10 – Após o fim do prazo mencionado no inciso I do item 5.8, não havendo comprovação do início ou da retomada da execução financeira, o instrumento deverá ser rescindido.

5.11 – Cabe ao representante legal do CONTRATADO dar continuidade à execução dos Contratos de Repasse firmados pelos seus antecessores.

5.12– A utilização de recursos do contrato de repasse para pagamento da remuneração variável, conforme previsto na Lei das Estatais (Lei nº 13.303, de 2016) e na Lei n° 14.133/2021, é permitida somente nos casos em que os preços dos itens da Planilha Orçamentária do CTEF, aceita na VRPL – Verificação da Realização do Processo Licitatório, correspondam aos limites máximos, incluindo a remuneração variável.

CLÁUSULA SEXTA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DOS RECURSOS

6 – As despesas com a execução do objeto do presente Contrato de Repasse correrão à conta de recursos alocados nos respectivos orçamentos dos contratantes.

6.1 – A emissão do empenho plurianual, quando for o caso, ocorrerá de acordo com determinação específica do Gestor do Programa, com incorporação ao presente Contrato de Repasse mediante Apostilamento.
6.2 – A eficácia deste Instrumento está condicionada à validade dos empenhos, que é determinada por instrumento legal, findo o qual, sem a total liberação dos recursos, o presente Contrato de Repasse fica automaticamente extinto.

6.2.1 – No caso de perda da validade dos empenhos por motivo de cancelamento de Restos a Pagar, o quantitativo físico-financeiro poderá ser reduzido, desde que não prejudique a fruição ou funcionalidade do objeto pactuado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

7 – Os recursos somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas constantes do Plano de Trabalho ou para aplicação no mercado financeiro, nas hipóteses previstas em lei ou na Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 e suas alterações, vedada sua utilização em finalidade diversa da pactuada neste Instrumento.

7.1 – A programação e a execução financeira deverão ser realizadas em separado, de acordo com a natureza e a fonte de recursos, se for o caso.

7.2 – Antes da realização de cada pagamento, o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA incluirá no TRANSFEREGOV, no mínimo, as seguintes informações:

I. A destinação do recurso;
II. O nome e CNPJ ou CPF do fornecedor, quando for o caso;
III. O contrato a que se refere o pagamento realizado;
IV. A meta, etapa ou fase do Plano de Trabalho relativa ao pagamento;
V. Informações das notas fiscais ou documentos contábeis.

7.3 – Os pagamentos devem ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

7.3.1 – Desde que, justificado pelo CONTRATADO, autorizado pelo Gestor ou pela CONTRATANTE e registrado no TRANSFEREGOV o beneficiário final da despesa, o crédito poderá ser realizado em conta corrente de titularidade do próprio CONTRATADO ou da UNIDADE EXECUTORA, nas hipóteses de:

a) Questões operacionais que impeçam o pagamento por meio do TRANSFEREGOV, excetuando-se falhas de planejamento;
b) Ressarcimento ao CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA por pagamentos realizados às próprias custas decorrentes de atrasos na liberação de recursos pelo Gestor do Programa e em valores além da contrapartida pactuada, desde que tenha havido a emissão da Autorização de Início de Obra – AIO.

7.3.2 – Excepcionalmente, mediante mecanismo que permita a identificação pela instituição financeira depositária, poderá ser realizado pagamento à pessoa física que não possua conta bancária, restrito ao limite individual de R$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais) por beneficiário, levando-se em conta toda a duração do instrumento.

7.4 – Os recursos transferidos pela CONTRATANTE não poderão ser utilizados para despesas efetuadas em período anterior ou posterior à vigência do presente Contrato de Repasse, permitido o pagamento de despesas posteriormente desde que comprovadamente realizadas na vigência descrita no item VI das CONDIÇÕES GERAIS.

7.5 – Os recursos transferidos, enquanto não utilizados, serão aplicados em caderneta de poupança se o prazo previsto para sua utilização for igual ou superior a 1 mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública federal, quando a sua utilização estiver prevista para prazo menor que 1 mês.

7.5.1 – A aplicação dos recursos, creditados na conta vinculada ao Contrato de Repasse, em fundo de curto prazo será automática, após assinatura pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA do respectivo Termo de Adesão ao fundo no ato de regularização da conta, ficando o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA responsável pela aplicação em caderneta de poupança por intermédio do TRANSFEREGOV, se o prazo previsto para utilização dos recursos transferidos for igual ou superior a 1 mês.

7.5.2 – Todos os rendimentos provenientes da aplicação dos recursos das contas vinculadas devem ser devolvidos à conta única do Tesouro ao final da execução do objeto contratado, devendo constar de demonstrativo específico que integrará a prestação de contas.

7.5.3 – Na ocorrência de perdas financeiras decorrentes da aplicação dos recursos, que comprometam a execução do objeto contratual, fica o CONTRATADO obrigado ao aporte adicional de contrapartida.

7.5.4 –É permitida a utilização dos rendimentos de aplicação financeira para:
I – custear valores decorrentes de atualizações de preços, quando o valor global inicialmente pactuado se demonstrar insuficiente;
II – ampliação de metas e etapas, desde que justificado pelo CONTRATADO e autorizado pelo Gestor ou pela CONTRATANTE;
III – reconstrução de obras, relacionadas ao objeto pactuado, danificadas em decorrência de calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional, no caso da União, ou pelas Assembleias Legislativas, Câmara Legislativa ou Câmaras Municipais, na hipótese dos estados, Distrito Federal e municípios, respectivamente; e
IV – atualização de preços decorrentes de atualização de data-base, de reajustamento de preços conforme índice previsto no CTEF ou de termo aditivo para o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do CTEF.

7.6 – Eventuais saldos financeiros verificados quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do Contrato de Repasse, inclusive os provenientes das receitas auferidas em aplicações financeiras, deverão ser restituídos integralmente à UNIÃO FEDERAL, no prazo improrrogável de 30 dias do evento, na forma indicada pela CONTRATANTE na época da restituição, sob pena da imediata instauração de Tomada de Contas Especial do responsável.

7.6.1 – Nos casos de descumprimento do prazo previsto no item 7.6, a CONTRATANTE solicitará à instituição financeira albergante da conta vinculada a devolução imediata dos saldos remanescentes à conta única do Tesouro Nacional.

7.7 – Deverão ser restituídos, ainda, os valores transferidos acrescidos de juros legais e atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável, nos seguintes casos:

a) Quando não houver qualquer execução física referente ao objeto pactuado neste Instrumento nem utilização de recursos;
b) Quando for executado parcialmente o objeto pactuado neste Instrumento;
c) Quando não for apresentada, no prazo regulamentar, a respectiva prestação de contas parcial ou final;
d) Quando os recursos forem utilizados em desconformidade com o pactuado neste Instrumento;
e) Quando houver utilização dos valores resultantes de aplicações financeiras em desacordo com o estabelecido no item 7.5.4;
f) Quando houver impugnação de despesas, se realizadas em desacordo com as disposições do contrato celebrado.

7.7.1 – Os recursos que permanecerem na conta vinculada, sem terem sido utilizados pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, serão devolvidos acrescidos do resultado da aplicação financeira nos termos do item 7.5, no prazo de até 30 dias do vencimento da vigência do Contrato de Repasse, da conclusão, distrato, extinção ou rescisão contratual, sob pena da imediata instauração de TCE.

7.7.2 – Nos casos de conclusão, distrato, extinção ou rescisão contratual em que o objeto for executado parcialmente, o CONTRATADO deve devolver os recursos utilizados na parte que não possua funcionalidade, devidamente atualizados, conforme exigido para a quitação de débitos para com a Fazenda Nacional, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução dos recursos, acrescido esse montante de 1% (um por cento) no mês de efetivação da devolução dos recursos à conta única do Tesouro.

7.7.3 – Para aplicação do item 7.7.2, a funcionalidade da parte executada será verificada pela CONTRATANTE.

7.7.4 – Vencidos os prazos de devolução descritos no item 7.7.1, os valores devem ser devolvidos devidamente atualizados, conforme exigido para a quitação de débitos para com a Fazenda Nacional, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução de recursos, acrescido a esse montante de 1% no mês de efetivação da devolução de recursos à conta única do Tesouro.

7.7.5 – Na hipótese prevista no item 7.7, alínea “c”, os recursos devem ser devolvidos incluindo os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados pela Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

7.7.6 – Na hipótese prevista no item 7.7, alínea “d”, será instaurada Tomada de Contas Especial, além da devolução dos recursos liberados devidamente atualizados, conforme exigido para a quitação de débitos para com a Fazenda Nacional, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução dos recursos, acrescido esse montante de 1% no mês de efetivação da devolução dos recursos à Conta Única do Tesouro Nacional.

7.8 – Para fins de efetivação da devolução dos recursos à União, a parcela de atualização referente à variação da SELIC será calculada proporcionalmente à quantidade de dias compreendida entre a data de referência (conforme IN TCU nº 76/2016, art. 9º) e a data de efetivo crédito do montante devido na conta única do Tesouro.

CLÁUSULA OITAVA – DOS BENS REMANESCENTES AO TÉRMINO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL
8 – Os bens remanescentes decorrentes do Contrato de Repasse serão de propriedade do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, quando da sua extinção, desde que vinculados à finalidade a que se destinam.

CLÁUSULA NONA – DAS PRERROGATIVAS
9 – O Gestor do Programa é a autoridade competente para coordenar e definir as diretrizes do Programa, cabendo à CONTRATANTE o acompanhamento e avaliação das ações constantes no Plano de Trabalho.

9.1 – Sempre que julgar conveniente, o Gestor do Programa poderá promover visitas *in loco* com o propósito do acompanhamento e avaliação dos resultados das atividades desenvolvidas em razão do Contrato de Repasse, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes ao assunto.

9.2 – É prerrogativa da União, por intermédio do Gestor do Programa e da CONTRATANTE, promover a fiscalização físico-financeira das atividades referentes ao Contrato de Repasse, bem como, conservar, em qualquer hipótese, a faculdade de assumir ou transferir a responsabilidade da execução do objeto, no caso de sua paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer.

9.3 – As informações relativas à celebração, execução, acompanhamento, fiscalização e de prestação de contas, inclusive àquelas referentes à movimentação financeira dos instrumentos, serão públicas, exceto nas hipóteses legais de sigilo fiscal e bancário e nas situações classificadas como de acesso restrito, consoante o ordenamento jurídico.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS DOCUMENTOS E DA CONTABILIZAÇÃO
10 – Obriga-se o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA a registrar, em sua contabilidade analítica, em conta específica do grupo vinculado ao ativo financeiro, os recursos recebidos da CONTRATANTE, tendo como contrapartida conta adequada no passivo financeiro, com subcontas identificando o Contrato de Repasse e a especificação da despesa.

10.1 – As faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas serão emitidos em nome do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA e mantidos em arquivo, em ordem cronológica, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo fixado no Contrato de Repasse.

10.1.1 – O CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA deverá disponibilizar cópias dos comprovantes de despesas ou de outros documentos à CONTRATANTE sempre que solicitado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
11 – A Prestação de Contas referente aos recursos financeiros deverá ser apresentada à CONTRATANTE no prazo descrito no item VI das CONDIÇÕES GERAIS.

11.1 – Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo fixado, a CONTRATANTE estabelecerá o prazo máximo de 45 dias para sua apresentação, ou recolhimento dos recursos, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados pela taxa SELIC.

11.2 – Caso o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA não apresente a prestação de contas nem devolva os recursos nos termos do item anterior, ao término do prazo estabelecido, a CONTRATANTE registrará a inadimplência no TRANSFEREGOV por omissão do dever de prestar contas e comunicará o fato ao órgão de contabilidade analítica, para fins de instauração de Tomada de Contas Especial sob aquele argumento e adoção de outras medidas para reparação do dano ao erário, sob pena de responsabilização solidária.
11.3 – Cabe ao representante legal do CONTRATADO prestar contas dos recursos provenientes dos Contratos de Repasse firmados pelos seus antecessores.

11.3.1 – Na impossibilidade de atender ao disposto no item anterior, deve apresentar, à CONTRATANTE, e inserir no TRANSFEREGOV documento com justificativas que demonstrem o impedimento e as medidas adotadas para o resguardo do patrimônio público.

11.3.2 – Quando a impossibilidade de prestar contas decorrer de ação ou omissão do antecessor, o novo administrador solicitará a instauração de Tomada de Contas Especial.

11.3.3 – Os casos fortuitos ou de força maior que impeçam o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA de prestar contas dos recursos recebidos e aplicados ensejarão o envio de documentos e justificativas à CONTRATANTE, para análise e manifestação do Gestor do Programa.

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO RECOLHIMENTO DE TARIFAS EXTRAORDINÁRIAS

12 – Haverá a cobrança de tarifa extraordinária do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA nos seguintes casos em que esse(s) for(em) o(s) causador(es) da demanda:

Descrição	Custo Unitário			
	Nível I	Nível II	Nível III	Níveis IV e V
Reanálise do Plano de Trabalho	R$ 1.400,00	R$ 1.400,00	R$ 1.400,00	R$ 1.400,00
Verificação do Resultado do Processo Licitatório inapta ou repetida	R$ 3.000,00	R$ 9.200,00	R$ 12.100,00	R$ 33.500,00
Manutenção de contrato, cobrada mensalmente após 180 dias sem execução financeira	R$ 1.000,00	R$ 1.000,00	R$ 1.000,00	R$ 1.000,00
Visita ou vistoria *in loco* em quantidade superior à prevista no Art. 86 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 e suas alterações	R$ 4.500,00	R$ 8.300,00	R$ 13.000,00	R$ 23.000,00
Reabertura de PCF ou TCE	R$ 800,00	R$ 4.000,00	R$ 8.200,00	R$ 17.100,00
Alteração de cronograma/eventograma	R$ 1.700,00	R$ 2.400,00	R$ 3.000,00	R$ 3.000,00
Atualização de orçamento	R$ 2.400,00	R$ 4.200,00	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
Exclusão de meta	R$ 3.500,00	R$ 5.500,00	R$ 8.400,00	R$ 8.400,00
Ajustes no anteprojeto ou projeto	R$ 6.500,00	R$ 6.500,00	R$ 9.600,00	R$ 9.600,00
Reprogramação de Remanescente de obra	R$ 5.000,00	R$ 7.500,00	R$ 10.600,00	R$ 10.600,00
Inclusão de meta	R$ 8.500,00	R$ 8.500,00	R$ 12.600,00	R$ 12.600,00
Alteração de escopo	R$ 9.000,00	R$ 14.900,00	R$ 25.700,00	R$ 25.700,00

Descrição	Custo Unitário Nível VI	
	Valor de Repasse inferior a R$750.000,00	Valor de Repasse igual ou superior a R$750.000,00
Reanálise do Plano de Trabalho	R$ 1.400,00	R$ 1.400,00
Verificação do Resultado do Processo Licitatório inapta ou repetida	R$ 1.300,00	R$ 4.000,00
Manutenção de contrato, cobrada mensalmente após 180 dias sem execução financeira	R$ 1.000,00	R$ 1.000,00
Visita ou vistoria *in loco* em quantidade superior à prevista no Art. 86 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 e suas alterações	R$ 3.600,00	R$ 3.600,00
Reabertura de PCF ou TCE	R$ 900,00	R$ 1.700,00
Alteração de cronograma/eventograma	R$ 1.700,00	R$ 2.400,00
Atualização de orçamento	R$ 2.400,00	R$ 4.200,00
Exclusão de meta	R$ 3.500,00	R$ 5.500,00
Ajustes no anteprojeto ou projeto	R$ 6.500,00	R$ 6.500,00
Reprogramação de Remanescente de obra	-	-
Inclusão de meta	R$ 8.500,00	R$ 8.500,00
Alteração de escopo	R$ 2.000,00	R$ 4.000,00

12.1 – Os valores dos serviços acima constam em tabela disponível no site do TRANSFEREGOV.

12.2 – O comprovante de pagamento da tarifa extraordinária é apresentado à CONTRATANTE previamente à realização do serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA AUDITORIA

13 – Os serviços de auditoria serão realizados pelos órgãos de controle interno e externo da União, sem elidir a competência dos órgãos de controle interno e externo do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, em conformidade com o Capítulo VI do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986.

13.1 – É livre o acesso dos servidores do Gestor e dos órgãos de controle interno e externo da União, bem como dos funcionários da CONTRATANTE, aos processos, documentos e informações referentes aos instrumentos e aos locais de execução do objeto.

13.2 – Em sendo evidenciados pelos Órgãos de Controle ou Ministério Público vícios insanáveis que impliquem nulidade da licitação realizada, o CONTRATADO deverá adotar as medidas administrativas necessárias à recomposição do erário no montante atualizado da parcela já aplicada, o que pode incluir a reversão da aprovação da prestação de contas e a instauração de Tomada de Contas Especial, independentemente da comunicação do fato ao Tribunal de Contas da União e ao Ministério Público.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA IDENTIFICAÇÃO DAS OBRAS E DAS AÇÕES PROMOCIONAIS

14 – É obrigatória a identificação do empreendimento com placa segundo modelo fornecido pela CONTRATANTE, durante o período de duração da obra, devendo ser afixada no prazo de até 15 dias, contados a partir da autorização da CONTRATANTE para o início dos trabalhos, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros, observadas as limitações impostas pela Lei Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

14.1 – Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do Contrato de Repasse será obrigatoriamente destacada a participação da CONTRATANTE, do Gestor do Programa, bem como o objeto de aplicação dos recursos, observado o disposto no §1º do art. 37 da Constituição Federal, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros, observadas as limitações impostas pela Lei Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VIGÊNCIA

15 – Este Instrumento produzirá efeitos a partir da assinatura de todas as partes, sendo o início de sua vigência a data da última assinatura e o término de acordo com o prazo descrito no item VI das CONDIÇÕES GERAIS, possibilitada a sua prorrogação mediante Termo Aditivo e aprovação da CONTRATANTE, conforme o disposto no art. 35, inciso VII e § 4º, da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA DENÚNCIA, RESCISÃO E EXTINÇÃO

16 – O Contrato de Repasse poderá ser:

I. Denunciado a qualquer tempo, por desistência de qualquer um dos partícipes, ficando responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente do acordo, não sendo admissível obrigatoriedade de permanência ou aplicação de sanção aos denunciantes.

II. Rescindido, em função das seguintes motivações:
a) inadimplemento de qualquer das cláusulas pactuadas;
b) constatação de falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado; ou
c) verificação de circunstância que enseje a instauração de TCE; ou

III. Extinto, quando não tiver ocorrido repasse de recursos e houver descumprimento das condições suspensivas, nos prazos estabelecidos no instrumento.

16.1 – São exemplos de motivos para rescisão do Contrato de Repasse a constatação pela CONTRATANTE das seguintes situações:

I. A utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
II. A inexistência de execução financeira após 545 dias (365 dias mais 180 dias) da liberação da primeira parcela ou do último pagamento, à exemplo do descrito na Cláusula Quinta, item 5.8, desde que não se enquadre nas hipóteses de suspensão do prazo, nos termos do item 5.9;
III. A falsidade ou incorreção de informação de documento apresentado;
IV. A verificação de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial;

16.2 – Quando da denúncia ou rescisão do instrumento, o CONTRATADO deverá:

I – devolver os saldos remanescentes, inclusive aqueles oriundos de rendimentos de aplicações financeiras, em até 30 (trinta) dias; e

II – apresentar a prestação de contas final em até 60 (sessenta) dias.

16.3 – A denúncia, rescisão ou extinção deverá ser registrada pela CONTRATANTE no TRANSFEREGOV e publicada no Diário Oficial da União.

16.4 – Os prazos de que trata o item 16.2 deverão ser contados a partir do registro no TRANSFEREGOV.

16.5 – O não cumprimento das disposições de que trata o item 16.2 no prazo previsto ensejará instauração de TCE.

16.6 – Quando da denúncia, rescisão ou extinção do instrumento, o Gestor ou a CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de (60) sessenta dias, contado da data do registro do evento no TRANSFEREGOV, providenciar o cancelamento dos saldos de empenho, independente do indicador de resultado primário.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO PROVIMENTO JUDICIAL LIMINAR

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

17 – A existência de restrição do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA não foi considerada óbice à celebração do presente instrumento, em razão da decisão liminar concedida nos termos especificados no Contrato de Repasse, a qual autorizou a celebração deste instrumento, condicionada à decisão final.

17.1 – Ainda que posteriormente regularizada a restrição apontada no Contrato de Repasse, a desistência da ação ou a decisão judicial desfavorável ao CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA implicará a desconstituição dos efeitos da respectiva liminar, com a rescisão do presente contrato e a devolução de todos os recursos que eventualmente tenha recebido, atualizados na forma da legislação em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA ALTERAÇÃO

18 – O presente Contrato de Repasse poderá ser alterado mediante proposta, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à CONTRATANTE, em no mínimo 60 (sessenta) dias antes do término da vigência, vedada a alteração do objeto do Contrato de Repasse.

18.1 – A alteração do prazo de vigência do Contrato de Repasse, em decorrência de atraso na liberação dos recursos por responsabilidade do Gestor do Programa, será promovida “de ofício” pela CONTRATANTE, limitada ao período do atraso verificado, fazendo disso imediato comunicado ao CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA.

18.2 – A alteração contratual referente ao valor do Contrato de Repasse será feita por meio de Termo Aditivo, ficando a majoração dos recursos de repasse sob decisão unilateral exclusiva do órgão responsável pela concepção da política pública em execução.

18.3 – São vedadas as alterações da Contrapartida que resulte em valores inferiores ou superiores aos limites mínimos e máximos definidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

18.4 – Nos casos em que é admitida a redução ou exclusão de meta ou etapa, é necessária a solicitação justificada do CONTRATADO e o atendimento das condições abaixo (Decreto nº 8.943/2016):

a) não represente prejuízo à funcionalidade do objeto pactuado;
b) haja a redução da participação financeira do valor de repasse proporcional à redução de metas e etapas, com a devolução dos recursos liberados relativos às etapas e às metas reduzidas, inclusive aqueles provenientes de sua aplicação financeira;
c) o CONTRATADO formalize compromisso de arcar com as despesas necessárias à imediata operacionalização do objeto, quando couber;
d) o novo Plano de Trabalho seja aprovado contemplando os ajustes propostos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS VEDAÇÕES

19 – Ao CONTRATADO é vedado:

I. Realizar despesa em data anterior à vigência do instrumento;
II. No caso de obras e serviços de engenharia, iniciar a execução do objeto antes da emissão da autorização de início de obra, exceto quando se tratar dos recursos para atender às despesas de que trata o art. 25 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 e suas alterações;
III. Alterar o objeto do contrato de repasse, exceto para ampliação do objeto pactuado ou para redução ou exclusão de meta ou etapa, sem prejuízo da fruição ou funcionalidade do objeto, desde que as alterações tenham sido previamente aprovadas pela CONTRATANTE;
IV. Utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos para finalidade diversa da estabelecida no instrumento;
V. Reformular os projetos básicos das obras e serviços de engenharia previamente aceitos pela CONTRATANTE, exceto para ampliação do objeto pactuado, redução ou exclusão de metas ou etapas, desde que não cause prejuízo da fruição ou funcionalidade do objeto, inclusive para os casos de contratação semi-integrada;
VI. Realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, exceto no que se refere às multas e aos juros, se decorrentes de atraso na transferência de recursos pelo Gestor e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado;
VII. Pagar, a qualquer título, empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública, ou de sociedade de economia mista, dos partícipes, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados;
VIII. Efetuar pagamento em data posterior à vigência do instrumento, salvo se o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência.
IX. Realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
X. Realizar despesas com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal e desde que previstas no plano de trabalho;
XI. Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal do órgão ou entidade pública da Administração Direta ou Indireta, salvo nas hipóteses previstas em leis federais específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
XII. Realizar pagamentos de diárias e passagens a militares, servidores e empregados públicos da ativa, salvo nas hipóteses previstas em leis federais específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias Federal;
XIII. Transferir recursos para clubes, associações de servidores ou quaisquer entidades congêneres, exceto para creches e escolas para o atendimento pré-escolar, quando for o caso;
XIV. Computar receitas oriundas dos rendimentos de aplicações no mercado financeiro como contrapartida;
XV. Adotar o regime de execução direta;

XVI. Utilizar licitação cujo edital tenha sido publicado antes da assinatura do presente Contrato de Repasse ou da emissão Laudo de Análise Técnica, que consubstancia a análise técnica de engenharia e a análise documental de objeto que envolva obra, conforme previsto na Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023.

XVII. Celebrar parcerias com entidades impedidas de receber recursos federais.

19.1 – Os custos de análise das alterações do objeto originalmente pactuado, se houver, nos casos de contrato de repasse, serão de responsabilidade exclusiva do CONTRATADO.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS REGISTROS DE OCORRÊNCIAS E DAS COMUNICAÇÕES

20 – Os documentos instrutórios ou comprobatórios relativos à execução do Contrato de Repasse deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada.

20.1 – As comunicações de fatos ou ocorrências relativas ao Contrato serão consideradas como regularmente feitas se inseridas no TRANSFEREGOV ou entregues por carta protocolada, telegrama, fax ou correspondência eletrônica, com comprovante de recebimento, nos endereços descritos no item VIII das CONDIÇÕES GERAIS.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA DIVULGAÇÃO DE DADOS PESSOAIS SEGUNDO A LGPD

21 – Em observância aos preceitos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD – Lei 13.709/2018, os signatários autorizam a divulgação de seus dados pessoais constantes neste instrumento para fins de publicidade e transparência.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

22 – As partes comprometem-se a submeter eventuais controvérsias, decorrentes do presente ajuste, sempre que viável, à tentativa de conciliação perante a Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Federal (CCAF), da Advocacia-Geral da União, nos termos do art. 37 da Lei nº 13.140, de 2015, do art. 11 da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, e do Decreto nº 11.174, de 16 de agosto de 2022. Não logrando êxito a conciliação, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Contrato de Repasse, o foro da Justiça Federal, descrito no item VII das CONDIÇÕES GERAIS, por força do inciso I do art. 109 da Constituição Federal.

E, por estarem assim justos e pactuados firmam este Instrumento, que será assinado pelas partes, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, em juízo e fora dele.

Assinatura da CONTRATANTE
Nome: CARLOS ANDRÉ CORRÊA CARDOSO
CPF: 094.733.467-00

Assinatura do CONTRATADO
Nome: FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA
CPF: 748.115.173-34

Assinatura do Supervisor ou Coordenador (Contrato em Conformidade)
Nome: DALVANI RODRIGUES PEREIRA DE ARRUDA
CPF: 257.924.073-04

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

Nº / ANO DA PROPOSTA:
066815/2023

OBJETO:
Pavimentação de Vias Urbanas no município de Campestre do Maranhão/MA

CARACTERIZAÇÃO DOS INTERESSES RECÍPROCOS:
O objeto proposto visa promover a melhoria da mobilidade no Município de Campestre do Maranhão/MA, por meio da realização de serviços de pavimentação de vias localizadas na área urbana da cidade, visando oferecer condições adequadas de locomoção e acessibilidade para motoristas, pedestres, bem como, melhores condições de segurança no trânsito e trafegabilidade das vias para a circulação de pessoas e veículos, propiciando o desenvolvimento urbano e acessibilidade da população.

RELAÇÃO ENTRE A PROPOSTA E OS OBJETIVOS E DIRETRIZES DO PROGRAMA:
A proposta apresentada tem consonância com o Programa de Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano voltado à Implantação e Qualificação Viária, pois visa promover o desenvolvimento regional e territorial por meio de serviços de pavimentação e drenagem, visando assegurar acessibilidade, melhoria da mobilidade urbana, segurança viária e elevação da qualidade de vida da população.

PÚBLICO ALVO:
A população da zona urbana do município de Campestre do Maranhão/MA

PROBLEMA A SER RESOLVIDO:
Inúmeras vias sem pavimentação, impedindo o desenvolvimento territorial sustentável, pois durante o período das chuvas, em decorrência do péssimo escoamento das águas, formam-se numerosas poças, dificultando o tráfego de pessoas e veículos.

RESULTADOS ESPERADOS:
Melhoria da malha viária do município, com solução para a redução das desigualdades, facilitando o deslocamento de pessoas e veículos proporcionando boas condições de tráfego, segurança e mobilidade, oportunizando o crescimento do município.

1 - DADOS DO CONCEDENTE

CONCEDENTE:	**NOME DO ÓRGÃO/ÓRGÃO SUBORDINADO OU UG:**
56000	MINISTERIO DAS CIDADES

CPF DO RESPONSÁVEL:	**NOME DO RESPONSÁVEL:**
625.624.102-97	JADER FONTENELLE BARBALHO FILHO

ENDEREÇO DO RESPONSÁVEL:	**CEP DO RESPONSÁVEL:**

2 - DADOS DO PROPONENTE

PROPONENTE: 01.598.550/0001-17					
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE: MUNICIPIO DE CAMPESTRE DO MARANHAO					
ENDEREÇO JURÍDICO DO PROPONENTE: AVENIDA JUSTINO TEIXEIRA DE MIRANDA, 65					
CIDADE: CAMPESTRE DO MARANHAO	**UF:** MA	**CÓDIGO MUNICÍPIO:** 0140	**CEP:** 65968000	**E.A.:** Administração Pública Municipal	**DDD/TELEFONE:** 99988336452
BANCO: 104 - CAIXA ECONOMICA	**AGÊNCIA:** 4290-0		**CONTA CORRENTE:** 0066470660		
CPF DO RESPONSÁVEL: 748.115.173-34	**NOME DO RESPONSÁVEL:** FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA				
ENDEREÇO DO RESPONSÁVEL: RUA OSCAR DE SOUZA ALVES, 91 - JARDIM SANTA INES					**CEP DO RESPONSÁVEL:** 18210746

4 - DADOS DO EXECUTOR/VALORES

VALOR GLOBAL:	R$ 1.445.000,00	
VALOR DA CONTRAPARTIDA:	R$ 3.286,00	
VALOR DOS REPASSES:	Ano	Valor
	2023	R$ 1.441.714,00
VALOR DA CONTRAPARTIDA FINANCEIRA:	R$ 3.286,00	
VALOR DA CONTRAPARTIDA EM BENS E SERVIÇOS:	R$ 0,00	
VALOR DE RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO:	R$ 0,00	
INÍCIO DE VIGÊNCIA:	15/12/2023	
FIM DE VIGÊNCIA:	01/12/2026	
VIGÊNCIA DO INSTRUMENTO:	2026	

5 - CADASTRO DE OBRA

IDENTIFICADOR DA OBRA:
29664.21-96

NOME DO PROJETO:
Pavimentação de Vias Urbanas no município de Campestre do Maranhão/MA

NATUREZA DA INTERVENÇÃO:
Obra

ESPÉCIE DA INTERVENÇÃO:
Construção

EIXO:
Econômico

TIPO:
Infraestrutura Urbana e Mobilidade

SUBTIPO:
Pavimentação

Geometrias

Latitude:	-6.17117	**Longitude:**	-47.36507

Listagem das Justificativas

Tipo da Justitficativa	Justificativa
Unidade de Conservação	UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

ESTE PROJETO DE INVESTIMENTO TEM ESTUDO DE VIABILIDADE? Não

POSSUI PLANO NACIONAL DE POLÍTICA? Não

HÁ PLANO DE POLÍTICA VINCULADO: Não

QUANTIDADE DE EMPREGOS GERADOS:

POPULAÇÃO BENEFICIADA:

DESCRIÇÃO DA POPULAÇÃO BENEFICIADA:

A OBRA FOI MODELADA EM BIM? Não

6 - PLANO DE TRABALHO

Meta nº: 1

Especificação: Pavimentação de Vias Urbanas no município de Campestre do Maranhão/MA			
Unidade de Medida: UN	**Quantidade:** 1.0	**Valor:**	R$ 1.445.000,00
Início Previsto: 15/12/2023	**Término Previsto:** 29/11/2026	**Valor Global:**	R$ 1.445.000,00
UF: MA	**Município:** 0140 - CAMPESTRE DO MARANHAO	**CEP:**	65968-000
Endereço: rua dos juritis, n 1			
Etapa/Fase nº: 1			
Especificação: Pavimentação de Vias Urbanas no município de Campestre do Maranhão/MA			

Quantidade:	**Valor:**	**Início Previsto:**	**Término Previsto:**
1.0 UN	R$ 1.445.000,00	15/12/2023	29/11/2026

7 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO
MINISTERIO DAS CIDADES

MÊS DESEMBOLSO: Janeiro		**ANO:** 2024
META Nº: 1	VALOR DA META:	R$ 1.441.714,00
DESCRIÇÃO: Pavimentação de Vias Urbanas no município de Campestre do Maranhão/MA		
VALOR DO REPASSE:	R$ 1.441.714,00	**PARCELA Nº:** 1

8 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO
MUNICIPIO DE CAMPESTRE DO MARANHAO

MÊS DESEMBOLSO: Janeiro		**ANO:** 2024
META Nº: 1	VALOR DA META:	R$ 3.286,00
DESCRIÇÃO: Pavimentação de Vias Urbanas no município de Campestre do Maranhão/MA		
VALOR DO REPASSE:	R$ 3.286,00	**PARCELA Nº:** 1

9 - PLANO DE APLICAÇÃO DETALHADO

DESCRIÇÃO DO BEM/SERVIÇO: Pavimentação de Vias Urbanas no município de Campestre do Maranhão/MA			
NATUREZA DA AQUISIÇÃO: Recursos do Instrumento		**NATUREZA DA DESPESA:** 449051	
ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO: Zona urbana do município de Campestre do Maranhão/MA			
CEP: 65968-000	**UF:** MA	**MUNICÍPIO:** 0140 - CAMPESTRE DO MARANHAO	
UNIDADE: un	**QUANTIDADE:** 1,00	**V. UNITÁRIO:** R$	**V.TOTAL:** R$ 1.445.000,00
OBSERVAÇÃO:			

10 - PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO

NATUREZA DA DESPESA				
Código	**Total**	**Recursos**	**Contrapartida Bens e Serviços**	**Rendimento de Aplicação**
449051	R$ 1.445.000,00	R$ 1.445.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00
TOTAL GERAL:	**R$ 1.445.000,00**			

11 - DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto ao _____ para efeitos e sob as penas da Lei, que inexiste qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, que impeça a transferência de recursos oriundos da dotações consignadas nos orçamentos da União, na forma deste plano de trabalho.

Pede Deferimento,

Local e Data

Proponente

12 - APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE DO PLANO DE TRABALHO

Aprovado

Local e Data

Concedente
(Representante legal do Órgão ou Entidade

13 - ANEXOS

Comprovantes de Capacidade Técnica e Gerencial

Nome do Arquivo:
DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA - 066815.2023.pdf

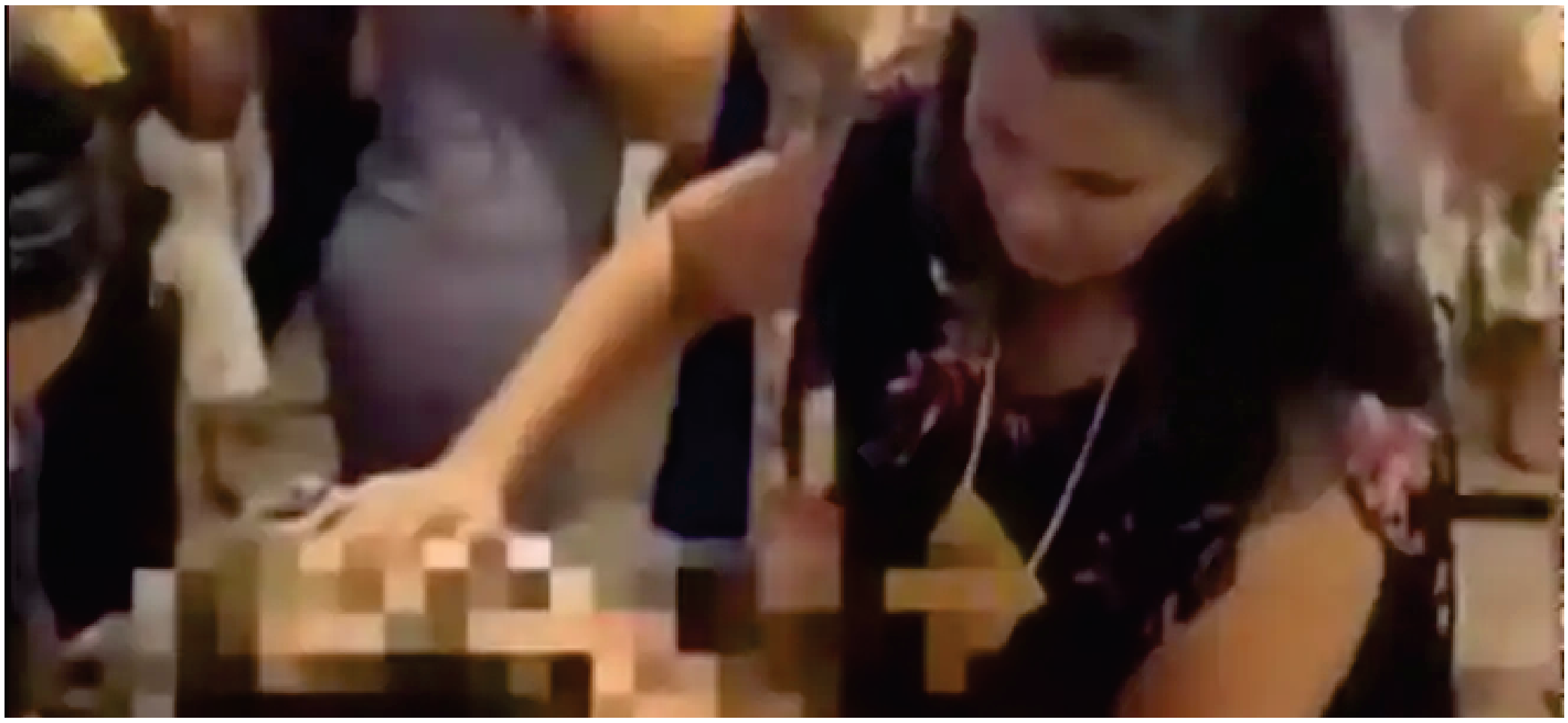
Comprovação da Contrapartida

Nome do Arquivo:
DECLARAÇÃO DE CONTRAPARTIDA.pdf

Documentos Digitalizados do Instrumento

Nome do Arquivo:
OF 1239_2024 - PM Campestre MA 1090959-80 - Oficio Continuidade do Processo_assinado.pdf
AR_CR 951049-2023_OF 1651-2023.pdf
DOU 19_12_2023.pdf
CE Cláusula Suspensiva.pdf
Ofício 1651.pdf
Relatorio - PM Campestre do Maranhao - 1090959-80 - Contrato de Repasse.pdf
PM Campestre do Maranhao - 1090959-80 - Contrato de Repasse.pdf

ADOLESCENTE TEM CABELO RASPADO E É SUBMETIDA A BANHO COM FEZES DE CAVALO DURANTE ENCONTRO COM DEUS



O episódio está sendo investigado por órgãos de proteção à criança e ao adolescente, que buscam apurar se houve coação ou outras violações legais.

Uma mãe usou as redes sociais para denunciar o que chamou de uma grave violação de direitos envolvendo sua filha, uma adolescente de 15 anos, durante um evento religioso. Em um vídeo, visivelmente emocionada, a mulher relatou que a jovem teve o cabelo raspado sem a autorização da família.

“Minha filha voltou para casa sem cabelo. Isso não é algo que se faça sem a permissão dos pais”, afirmou a mãe, que registrou um boletim de ocorrência. O caso gerou comoção nas redes sociais, com internautas cobrando explicações da igreja responsável.
Em nota oficial, a instituição religiosa confirmou que o corte de cabelo fazia parte de uma “prática simbólica” relacionada ao evento, representando renovação espiritual.
No entanto, reconheceu que o ato ocorreu sem o consentimento prévio dos responsáveis. “Lamentamos profundamente qualquer desconforto causado à jovem e sua família. Estamos revisando nossas práticas para evitar que situações semelhantes aconteçam novamente”, informou o comunicado.

O episódio está sendo investigado por órgãos de proteção à criança e ao adolescente, que buscam apurar se houve coação ou outras violações legais.

Por: https://www.fuxicogospel.com.br/

##ATO AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 006/2024 O Município de Campestre do Maranhão – MA, torna público aos interessados que, com base na Lei n.º 14.133/2021 e DECRETO Nº 416 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023, Lei Complementar n.º 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, fará realizar licitação na modalidade Concorrência nº 006/2024, com Abertura para o dia 16 de dezembro de 2024 às 09h00m. (Horário de Brasília- DF). Objeto: Contratação de empresa de engenharia para Pavimentação em (AAUQ) de Vias Urbanas no município de Campestre do Maranhão - MA. Tipo: MENOR PREÇO. A sessão será realizada através do Portal de Compras pelo endereço eletrônico https://www.licitacampestrema.com.br/ , sendo conduzida pelo Pregoeiro desta Prefeitura Municipal. OBTENÇÃO DO EDITAL: no site da Prefeitura Municipal: https://campestredomaranhao.ma.gov.br/ , https://www.licitacampestrema.com.br/ e https://pncp.gov.br/ , onde poderão ser consultados e obtidos gratuitamente. Informações adicionais no endereço acima ou e -mail: admcampestrecpl@gmail.com - Campestre do Maranhão – MA,25 de novembro de 2024. JORGE ANTONIO VIEIRA DE SENA – Agente de Contratação.

##ATO AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 007/2024 O Município de Campestre do Maranhão – MA, torna público aos interessados que, com base na Lei n.º 14.133/2021 e DECRETO Nº 416 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023, Lei Complementar n.º 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, fará realizar licitação na modalidade Concorrência nº 007/2024, com Abertura para o dia 16 de dezembro de 2024 às 14h00m. (Horário de Brasília- DF). Objeto: Contratação de empresa de engenharia para Construção de Praça Pública no município de Campestre do Maranhão - MA. Tipo: MENOR PREÇO. A sessão será realizada através do Portal de Compras pelo endereço eletrônico https://www.licitacampestrema.com.br/ , sendo conduzida pelo Pregoeiro desta Prefeitura Municipal. OBTENÇÃO DO EDITAL: no site da Prefeitura Municipal: https://campestredomaranhao.ma.gov.br/ , https://www.licitacampestrema.com.br/ e https://pncp.gov.br/ , onde poderão ser consultados e obtidos gratuitamente. Informa ções adicionais no endereço acima ou e -mail: admcampestrecpl@gmail.com - Campestre do Maranhão – MA,25 de novembro de 2024. JORGE ANTONIO VIEIRA DE SENA – Agente de Contratação.



ESTADO DO MARANHÃO
CAMPESTRE DO MARANHÃO - MA
DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
Instituído pela Lei Municipal nº 92, de 27 de Maio de 2019
Terça, 26 de Novembro de 2024 | VOL: 5 | Nº 250 | ISSN 2965-5196

Índice

Secretaria de Administração 2
AVISO DE CONCORRÊNCIA 2
08 - AVISO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL - DOM 2
08 - AVISO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL - DOM 2

Secretaria de Administração

AVISO DE CONCORRÊNCIA

08 - AVISO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL - DOM

##ATO AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA Nº 006/2024 – O Município de Campestre do Maranhão – MA, torna público aos interessados que, com base na Lei n.º 14.133/2021 e DECRETO Nº 416 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023, Lei Complementar n.º 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, fará realizar licitação na modalidade Concorrência nº 006/2024, com Abertura para o dia 16 de dezembro de 2024 às 09h00m. (Horário de Brasília - DF). Objeto: Contratação de empresa de engenharia para Pavimentação em (AAUQ) de Vias Urbanas no município de Campestre do Maranhão - MA. Tipo: MENOR PREÇO. A sessão será realizada através do Portal de Compras pelo endereço eletrônico https://www.licitacampestrema.com.br/, sendo conduzida pelo Pregoeiro desta Prefeitura Municipal. OBTENÇÃO DO EDITAL: no site da Prefeitura Municipal: https://campestredomaranhao.ma.gov.br/, https://www.licitacampestrema.com.br/ e https://pncp.gov.br/, onde poderão ser consultados e obtidos gratuitamente. Informações adicionais no endereço acima ou e-mail: admcampestrecpl@gmail.com - Campestre do Maranhão – MA, 26 de novembro de 2024. JORGE ANTONIO VIEIRA DE SENA – Agente de Contratação.

Publicado por: Jorge Antonio Vieira de Sena

Presidente da CPL

Código identificador: nkar21eprww20241126171121

08 - AVISO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL - DOM

##ATO AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA Nº 007/2024 – O Município de Campestre do Maranhão – MA, torna público aos interessados que, com base na Lei n.º 14.133/2021 e DECRETO Nº 416 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023, Lei Complementar n.º 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, fará realizar licitação na modalidade Concorrência nº 007/2024, com Abertura para o dia 16 de dezembro de 2024 às 14h00m. (Horário de Brasília - DF). Objeto: Contratação de empresa de engenharia para Construção de Praça Pública no município de Campestre do Maranhão - MA. Tipo: MENOR PREÇO. A sessão será realizada através do Portal de Compras pelo endereço eletrônico https://www.licitacampestrema.com.br/, sendo conduzida pelo Pregoeiro desta Prefeitura Municipal. OBTENÇÃO DO EDITAL: no site da Prefeitura Municipal: https://campestredomaranhao.ma.gov.br/, https://www.licitacampestrema.com.br/ e https://pncp.gov.br/, onde poderão ser consultados e obtidos gratuitamente. Informações adicionais no endereço acima ou e-mail: admcampestrecpl@gmail.com - Campestre do Maranhão – MA, 26 de novembro de 2024. JORGE ANTONIO VIEIRA DE SENA – Agente de Contratação.

Publicado por: Jorge Antonio Vieira de Sena

Presidente da CPL

Código identificador: $A6wNvjUz6sv

Estado do Maranhão
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE DO MARANHÃO

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Secretário Municipal de Administração
Rua Onildo Gomes, nº 134, Centro, CAMPESTRE DO MARANHÃO - MA
Cep: 65.968-000

FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA
Prefeito Municipal

CLAUDEONOR DO VALE SANTOS
Secretário Municipal de Administração

Informações: ascom@campestredomaranhao.ma.gov.br

/C=BR/O=ICP-Brasil/OU=Videoconferencia/OU=
25309277000121/OU=AC SyngularID Multipla/CN=
MUNICIPIO DE CAMPESTRE DO
MARANHAO:01598550000117
Data: 26/11/2024

RESULTADO DO CERTAME

Processo nº: 046-2024
Modalidade: CONCORRENCIA ELETRÔNICA

Objeto: Contratação de empresa de engenharia para pavimentação em (AAUQ) de vias urbanas no município de Campestre do Maranhão – MA, conforme projeto básico e contrato de repasse nº 951049/2023/MCIDADES/CAIXA

À vista dos elementos constantes no processo licitatório e em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, declaro como vencedora do certame a empresa CAMPO ALEGRE EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 09.011.896/0001-89, que apresentou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Secretaria Municipal de Planejamento de Campestre do Maranhão, Estado do Maranhão, aos 10 dias do mês de janeiro de 2025.

JASIEL DE OLIVEIRA LIMA
Secretário Municipal de Planejamento

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, Secretário Municipal de Planejamento de Campestre do Maranhão, Estado do Maranhão, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 14133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Procuradoria do Município e Parecer da Controladoria, resolve:

1. Homologar a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Administrativo nº 046/2024
b) Concorrência Eletrônica nº 006/2024
c) Objeto da licitação: Contratação de empresa de engenharia para pavimentação em (AAUQ) de vias urbanas no município de Campestre do Maranhão – MA, conforme projeto básico e contrato de repasse nº 951049/2023/MCIDADES/CAIXA.

Empresa	Valor	Habilitado	Motivo
CAMPO ALEGRE EMPREENDIMENTOS LTDA **CNPJ: 09.011.896/0001-89**	**R$ 1.443.832,94**	**SIM**	**Adjudicado - menor preço por ITEM negociado**

Notifique-se o licitante vencedor para assinatura do Projeto Básico no prazo indicado no Edital de licitação.

Secretaria Municipal de Planejamento de Campestre do Maranhão, Estado do Maranhão, aos 10 dias do mês de janeiro de 2025.

JASIEL DE OLIVEIRA LIMA
Secretário Municipal de Planejamento